

Orlando de Miranda Filho

Mato Grosso: As Razões de um Desastre

Defesa imperial e ocupação paraguaia na fronteira oeste do Brasil durante a
Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para
obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do
Prof.(a) Dr.(a) Mário Maestri.

Passo Fundo

2016

Dedicatória

À Franciane Mainara Pedroso de Miranda, pelo auxílio na caminhada durante dois anos de estudos. À Marlei Fernandes, pela inspiração de vida. À minha família e amigos, pelo apoio nos momentos difíceis.

Agradecimento

Aos historiadores Paulo Marcos Esselin e Ana Luiza Setti Reckziegel, pelas orientações na banca de qualificação. Ao amigo e professor Marcos Jovino Asturian, pela revisão do texto. À Universidade de Passo Fundo e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, porque possibilitaram meu crescimento acadêmico. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento à minha pesquisa. Ao Instituto Federal Catarinense, Campus Concórdia, por permitir a flexibilidade entre o trabalho e o mestrado. Aos colegas do grupo de estudos sobre a Bacia do Prata: Fabiano, Mateus, Silvania e Wagner amigos e confidentes. Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Arquivo Nacional do Rio do Janeiro, e do Archivo Nacional de Asunción pela prestatividade. E em especial ao professor Mário Maestri, por representar a melhor acepção do termo orientador, indicando-me caminhos à pesquisa e aprofundando minha noção sobre o ofício do historiador.

Epígrafe

“O nosso planeta é um pontinho solitário na grande escuridão cósmica circundante. Em nossa obscuridade, no meio de toda essa imensidão, não há nenhum indício de que, de algum outro mundo, virá socorro que nos salve de nós mesmos.”

Carl Sagan

RESUMO

Durante o século 19, uma longa série de disputas internacionais fomentaram tensões na bacia do Prata, deflagrando múltiplos conflitos entre os Estados Nacionais em formação. Dentre as divergências mais recorrentes, estavam tratados de navegação fluvial; reivindicações territoriais; modelos distintos de governo; pretensões hegemônicas e luta por soberania político-econômica dos governos platinos. Nossa pesquisa concentrou-se no estudo sobre as origens da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), mais especificamente sobre a ocupação paraguaia no oeste imperial. Localizada em uma zona de fronteira, a província do Mato Grosso abrigava áreas litigiosas desde a era colonial. Morada de diversos grupos nativos, o Pantanal recebeu forte afluxo colonizador quando a bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontrou pepitas de ouro às margens do rio Coxipó-Mirim, em 1719. Essa descoberta motivou a coroa portuguesa criar a capitania do Mato Grosso, em 1748, dando origem a reiterados questionamentos acerca dos limites da fronteira local. Os luso-brasileiros, sob protestos dos espanhóis (no período colonial) e dos paraguaios (após a independência de 1811), buscaram controlar aquela vasta área banhada por rios, que, integrados a bacia fluvial platina, garantiriam importantes vias comerciais e de comunicação com o Cone Sul e o restante do Brasil. Em 1864, às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança, os paraguaios julgavam-se os legítimos proprietários de uma faixa de terra entre os rios Apa e Branco, ao sul da província mato-grossense, *assenhorada* durante a expansão mineradora do século 18, o que gerava questionamentos aos imperiais sobre a falta de tratados que resolvessem esse litígio. Mas o cenário era muito mais amplo. Em dezembro de 1864, quando Francisco Solano López, presidente paraguaio, ordenou a invasão do sul-mato-grossense, existia uma complexa arquitetura política internacional. A disputa territorial foi parte das origens da guerra, mas não pode ser pensada como uma simples pretensa expansão do Paraguai, ou reproduziremos explicações insuficientes da historiografia nacional-patriótica brasileira. Analisamos o papel da política agressiva do Império no Uruguai; as decisões do governo argentino de Bartolomé Mitre; os conflitos internos no Uruguai e as preocupações paraguaias referentes a sua condição periférica nas relações regionais, estabelecendo conexões que elucidam as razões do devastador conflito. A província de Mato Grosso, apesar de esperar a guerra, não estava preparada para enfrenta-la. Com uma população rarefeita e um alto oficialato pouco disposto a lutar, a fuga foi a tônica no *enfrentamento* aos paraguaios. Os resultados das rápidas vitórias das tropas lopistas durante a ocupação, bem como das sistemáticas defecções imperiais não destoaram das insuficientes ações empreendidas pelas lideranças políticas e militares em Mato Grosso.

Palavras-chave: War of the Triple Alliance, Mato Grosso, Paraguay.

ABSTRACT

During the 19th century, a long series of international disputes created tensions in the La Plata Basin, triggering multiple conflicts between nation states that were going through a consolidation process. Among the most frequent disputes there were: handled navigation agreements; territorial claims; different governance models; hegemonic intentions and struggle for political and economic sovereignty of *platino* governments. Our research focused on the study of the origins of the War of the Triple Alliance (1864-1870), more specifically on the Paraguayan occupation of the imperial west. Located in a border area, the province of Mato Grosso housed disputed areas since the colonial era. Inhabited by several native groups, the Pantanal region received strong settler influx when the *bandeirantes* led by Pascoal Moreira Cabral found gold nuggets in the banks of Coxipó-Mirim River in 1719. This discovery led the Portuguese monarchy to create the captaincy of Mato Grosso in 1748, giving rise to repeated questions about the limits of the local border. The Luso-Brazilians, facing protest from the Spanish (in the colonial period) and from Paraguay (after the independence in 1811), sought to control that vast area of rivers which integrated the *bacia platina* and guaranteed important trade and communication with the Southern Cone and the rest of Brazil. In 1864, on the eve of the War of the Triple Alliance, the Paraguayans thought themselves to be the rightful owners of a strip of land between the Apa and White rivers, located in the south of the Mato Grosso province occupied during the mining expansion of the 18th century, which generated questions to the imperial about the lack of treaties to solve the dispute. But the scene was much broader. In December 1864, when Francisco Solano López, the Paraguayan President, ordered the South Mato Grosso invasion, there was a complex international political architecture. The territorial dispute was part of the origins of the war, but it can not be thought of as a simple expansion of Paraguay to avoid reproducing insufficient explanations of the national-patriotic historiography. The province of Mato Grosso, while waiting for the war, was not prepared for it. With a dispersed population and a high officialdom unwilling to fight, escape prevailed in confronting the Paraguayans. The results of the quick victories of *lopistas* troops during the occupation, and the systematic imperial defections proved to be insufficient actions taken by political leaders and the military in Mato Grosso.

Keywords: War of the Triple Alliance, Mato Grosso, Paraguay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Rota Fluvial e Marítima ligando Mato Grosso ao Rio da Prata e ao Rio de Janeiro	p. 44
Figura 2 – Mapa da província do Mato Grosso	p. 46
Figura 3 – Mapa da província do Mato Grosso	p. 47
Figura 4 – Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional.....	p. 53
Figura 5 – Esboço do sul do Mato Grosso no século 19.....	p. 60
Figura 6 – Desenho forte de Coimbra do século 18.....	p. 61
Figura 7 – Planta do forte de Miranda	p. 63
Figura 8 – Planta do novo forte de Coimbra.....	p. 64
Figura 9 – Ocupação do sul de Mato Grosso na primeira metade do século.....	p. 81
Figura 10 – Localidades e caminhos mato-grossenses	p. 82
Figura 11 – Localização da cidade de Dourados e da antiga Colônia Militar dos Dourados no território do atual estado de Mato Grosso do Sul	p. 87
Fotografia 1 – canhoneira Anhambaí, exposta no Parque Vapor Cué, no Paraguai.....	p. 98
Figura 12 – Invasão das tropas paraguaias no sul de Mato Grosso	p. 128
Figura 13 – Charge do jornal paraguaio Cabichuí, em 1867	p. 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Mato Grosso em 1800.....	p. 72
Tabela 2 – Relação de itens bélicos apreendidos no forte de Coimbra e transportados pelo vapor Salto Guayrá	p. 103
Tabela 3 – relação de itens bélicos apreendidos no forte de Coimbra e transportados pelo vapor Iporá.....	p. 104
Tabela 4 – relação de Voluntários da Pátria em Mato Grosso.....	p. 121
Tabela 5 – tempo aproximado de deslocamento entre rotas imperiais, bolivianas e paraguaias	p. 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Dr. – Doutor

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AHBN – Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional

ANA – Archivo Nacional de Asunción

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FORMAÇÃO E GUERRA NA BACIA DO PRATA	22
1.1 O que é a Guerra?.....	22
1.2 Formação da Argentina e a Revolução de Maio de 1810.....	24
1.3 Formação da Banda Orienta.....	27
1.4 A manutenção dos conflitos	29
1.5 A Argentina <i>rosista</i>	33
1.6 O Paraguai no período do dr. Francia	35
1.7 O período lopista	40
1.8 O acordo de 1856: protelação da guerra	43
1.9 Da diplomacia da canhoneira à Missão Saraiva.....	49
1.9.1 A relevância econômica da erva-mate.....	52
2. FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MATO GROSSO	56
2.1 Tratados, fortalezas e monções	56
2.2 Da construção e das finalidades do forte de Coimbra.....	58
2.3 Remodelação de Coimbra: o batismo de fogo	63
2.4 As monções de fundação	66
2.5 Nativos: entre a resistência e o extermínio	69
2.6 Produção econômica e escravismo.....	71
2.7 Mato Grosso imperial.....	74
2.8 Guerra civil no Mato Grosso.....	76
2.9 Organização, revolta e povoamento da região sul	80
3. A INVASÃO PARAGUAIA EM MATO GROSSO.....	85
3.1 Espionagem de guerra e colônias militares	85
3.2 O Marquês de Olinda e o Início da guerra	91
3.3 O ataque ao forte de Coimbra	95
3.4 Uma retirada inesperada.....	100
3.5 Apologia de Estado	106
3.6 Prossegue a marcha	111

3.7 Corumbá ocupada.....	115
3.8 Medo, fuga e sobrevivência nos tempos de guerra	117
3.9 Os avanços da Divisão Norte	124
3.9.1 A capital jamais atacada	126
3.9.2 A participação dos nativos na guerra.....	131
3.9.3 De Corumbá a Bolívia.....	135
3.9.4 Um plano frustrado	141
3.9.5 Cólera divina	146
3.9.6 Brasil Império: cronologia de uma guerra anunciada	151
3.9.7 O planejamento da ocupação e as interpretações da guerra.....	156
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
5. REFERÊNCIAS.....	174
6. CRONOLOGIA	181
7. ÍNDICE REMISSIVO	190

INTRODUÇÃO

Os resultados alcançados por uma pesquisa, por maiores que sejam os esforços empreendidos, podem ser revistos diante de novas evidências ou novos olhares interpretativos. Nesses quase 150 anos desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, diversas foram as explicações para as origens, o desfecho e os responsáveis pelo conflito.¹ Imensa quantidade de obras aborda o assunto e ainda há muito a estudar, o que é ressaltado pelas divergentes conclusões historiográficas.

Em nossa pesquisa, analisamos as relações da República do Paraguai com a província imperial do Mato Grosso, quando da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), no contexto do processo histórico de ocupação e disputa por territórios e fronteiras na bacia do Prata. Abordamos, sinteticamente, a formação sócio-política dos países envolvidos no conflito. Partimos, portanto, do geral [bacia platina] ao particular [formação e guerra na província do Mato Grosso]. Enfatizamos o estudo do oeste do Império do Brasil, ampliando nosso olhar e identificando elementos regionais que contribuíram à deflagração do conflito.

Trabalhamos o conceito de limite como uma divisão territorial definida, enquanto associamos a noção de fronteira como uma faixa ou zona mais abrangente, marcada por interconexões. “Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional [...], a fronteira é lugar de comunicação e troca”.² Nesses espaços ocorrem múltiplas interações históricas, pautadas no compartilhamento e na disputa geográfica. Identificamos as terras limítrofes entre o Império do Brasil e a Repúblicas do Paraguai como zona de tensão e elencamos as possíveis motivações da invasão paraguaia; abordamos a política do Brasil Império no Prata; anotamos os fatores para a rápida defecção imperial em Mato Grosso; discutimos a problemática estrutura de defesa e a retirada das tropas paraguaias da região.³

Muito tempo antes da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, as coroas

¹ Optamos em denominar o conflito ora estudado como Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

² MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 9, jan/jun., 2000.

³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 38.

ibéricas reivindicavam a ocupação daquelas terras e, apesar dos diversos tratados internacionais, antes e depois da independência das ex-colônias, jamais se atingiu uma solução definitiva à questão dos limites. A República do Paraguai herdou a disputa colonial por uma área entre o rio Apa e o rio Branco, assenhorada pelos luso-brasileiros durante a “corrida do ouro”. Durante o século 19, as tradicionais disputas envolvendo a Banda Oriental do Uruguai, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, colocaram o Paraguai no epicentro da política internacional.

Em fins de 1864, Francisco Solano López, presidente do Paraguai, ordenou a ocupação do sul-mato-grossense. Projetava-se uma guerra rápida e o controle da área litigiosa garantiria vantagens estratégicas em futuras negociações de paz. Conhecemos o desfecho do conflito, o que pode condicionar nossas interpretações, contudo o *mariscal* López não cometia ato insano ao ordenar a ocupação da região, relevante em diversos aspectos: a) possuía importante zona de ervais, principal produto de exportação paraguaio; b) abrigava grandes quantidades de rebanhos bovinos, imprescindíveis ao sustento das tropas; c) permitia acesso à Bolívia, possível respiradouro comercial; d) anulava um ataque imperial pelo norte; e) assegurava, em caso de ocupação bem sucedida, a apreensão de munição e armamentos das posições brasileiras.

Mas o Império do Brasil esperava o ataque a Mato Grosso? A província poderia resistir ao exército estrangeiro? Os paraguaios conheciam as condições da defesa mato-grossense? Quais eram os objetivos de Francisco Solano López? O governo de Pedro II desejava confrontar a República do Paraguai? Essas são algumas das perguntas norteadoras da nossa pesquisa.⁴ Sabemos que nas sociedades humanas tempo e espaço modificam interpretações, por isso, os primeiros disparos de guerra já foram tratados como fato secundário – apenas uma ação expansionista do país vizinho. Nesse estudo buscamos apresentar evidências que contribuam com a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Da trincheira à revisão

Diversos veteranos de guerra publicaram suas lembranças das batalhas. Mais próximos da literatura do que da historiografia, os trabalhos desses memorialistas foram

⁴ BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 11.

importantes por detalharem diversas operações e sentimentos da época. Porém, suas narrativas falavam do “heroísmo e a abnegação das forças armadas imperiais em defesa da civilização”.⁵ Nessas versões, o papel de *vilão* foi atribuído ao *megalomaniaco* Francisco Solano López, visto como espécie de Napoleão atrapalhado do Prata, considerado o grande responsável pela Guerra, se não o único. Personalizando os sucessos passados, infantilizaram a historiografia.

O jovem baiano e futuro general Dionísio Cerqueira, filho de grandes proprietários, arrolou-se no início da guerra como cadete no exército de primeira linha. Já velho oficial, escreveu suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, publicadas em 1910. Ele apontou Solano López como um expansionista que buscou na guerra um pretexto: “O ditador do Paraguai, que se preparava, desde muito, para a realização de seus projetos de expansão e supremacia na América Meridional, aproveitou a invasão [imperial no Uruguai] como pretexto para um rompimento [com o *Brasil*].”⁶

Dotadas de forte teor apologético, as interpretações de “trincheira” foram as primeiras versões historiográficas difundidas entre os brasileiros. Preponderantes, as justificativas imperiais para ocupação da República do Uruguai (1864) e para a Guerra do Paraguai (1864) praticamente não sofreram críticas no Brasil. Somente anos após o fim do conflito, os positivistas ortodoxos brasileiros – contrários ao regime monárquico, considerado um estágio anterior ao modelo republicano – atribuíram ao governo imperial a grande responsabilidade pelo conflito.⁷ Por longas décadas, essas análises tiveram pouca difusão no país.

Em 1934, o general e historiador Tasso Fragoso publicou o clássico *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Composta de cinco volumes e com grande pesquisa primária, a obra, transcendeu o reducionismo da historiografia de trincheira, introduzindo a “história militar crítica” no Brasil. Tasso Fragoso debruçou-se sobre o processo histórico que antecedeu a guerra, analisando em profundidade a vida progressista

⁵ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. p. 234.

⁶ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 46.

⁷ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel [...]*. Ob. cit. pp. 18-19.

dos países envolvidos.⁸ Estudioso da bacia do Prata, o general também foi o autor de *A batalha do Passo do Rosário*, seu primeiro grande trabalho, onde abordou o maior confronto entre imperiais, orientais e argentinos durante a Guerra da Cisplatina.⁹ O acesso à vasta documentação, facilitada pelo alto cargo ocupado no exército brasileiro, oportunizou ao general-historiador quebrar paradigmas, gerando avanço na compreensão do tema. Porém, inicialmente, endossou a tese de que Solano López era o grande responsável da guerra, pois os movimentos “com que o tirano paraguaio preludiu os seus atos de guerra confirmam essa preparação e demonstra que seu plano estava bem assentado”.¹⁰

Na década de 1960, o historiador argentino Leon Pomer foi um dos principais nomes do processo de revisão historiográfica sobre o Paraguai na América Latina. Seu livro *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense* (no original *La Guerra del Paraguay: Gran Negocio!*), de 1968, preocupou-se menos com os aspectos bélicos e produziu estudos de ordem política, diplomática e econômica do conflito. Segundo Pomer, os interesses imperialistas britânicos estavam na gênese da guerra.¹¹ Essa corrente, igualmente questionada por historiadores platinos, ganhou força, e teve forte repercussão no Brasil.

Do revisionismo ao restauracionismo

Em 1979, o jornalista Júlio José Chiavenato lançou a reportagem historiográfica *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Com linguagem jornalística e sem notas de rodapé, o livro teve enorme receptividade entre o grande público. No estudo, Chiavenato atribuiu a origem do conflito aos ingleses, sedimentando a tese de que o objetivo da guerra era acabar com o modelo paraguaio de desenvolvimento autônomo, iniciado no governo do ditador perpétuo José Gaspar de Francia (1814-1840). Essa visão do conflito como resultado da truculenta e genocida ação imperialista teve enorme sucesso no Brasil da época. Em plena ditadura militar, período imerso pela Guerra Fria, o livro de Chiavenato

⁸ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1954.

⁹ FRAGOSO, Augusto Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

¹⁰ Idem. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 253.

¹¹ POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.

servia também para desconstruir a narrativa ufanista do nacional-patriotismo brasileiro, além de atacar o capital inglês como agente da guerra.

J.J. Chiavenato propunha que o Paraguai, desenvolvido e industrializado, tornara-se uma ameaça à Inglaterra, que manipulou Brasil, a Argentina e, mais tarde, o Uruguai para destruí-lo. Em Chiavenato, a história crítica foi substituída pela desconstrução da crônica patriótica da abnegação militar. A suposta bravura dos soldados imperiais teria encoberto a destruição de um país glorioso, pioneiro na libertação “do jugo de tiranos mistificados de civilizadores como Mitre, de caudilhos criminosos como Venâncio Flores ou de meros joguetes nas mãos do capital internacional como Pedro II”.¹² Diversos trabalhos questionaram as propostas e os argumentos de J. J. Chiavenato, sobretudo referente à participação da Inglaterra. Em verdade, no Prata, desde a década de 1950, a tese da guerra lutada por delegação fora questionada por historiadores marxistas como Enrique Rivera e Milcíades Peña.¹³ Autores importantes como o revisionista oriental Luis Alberto de Herrera sequer abordaram essa questão.¹⁴ Apesar de suas indiscutíveis limitações, a obra de J.J. Chiavenato foi fundamental para rever a versão militar-patriótica, permitindo que novas gerações questionassem a visão congelada de um *heroísmo* imperial diante da *barbárie* paraguaia.¹⁵

A partir da década de 1990, observamos no Brasil questionamentos ao revisionismo que desconstruiu a historiografia militar apologética. Em 1991, Ricardo Salles publicou *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, e criticou a corrente que propunha a defesa de uma *luta anti-imperialista* dos paraguaios e reduzia as motivações das nações envolvidas no conflito. Apesar de indiscutíveis avanços, a obra terminou propondo a gênese de um exército democrático e reformista no Paraguai, desbocando na “recuperação da tese do caráter progressista do Exército surgido no confronto”.¹⁶

¹² CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 10.

¹³ PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre: de Caseros a la guerra de la triple infamia (1850-1870)*. Buenos Aires: fichas, 1975; RIVERA, Enrique. *José Hernández y la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: ed. Colihue, 2007.

¹⁴ HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del 65: la culpa mitrista*. Buenos Aires: Homenaje, 1943.

¹⁵ Cf. QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato. FCM: Porto Alegre, 2014.

¹⁶ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel [...]*. Ob. cit. p. 296.

Em 1994, a Biblioteca Nacional realizou um seminário sobre a Guerra do Paraguai. Sob a organização do historiador Carlos Guilherme Motta, reuniram-se pesquisadores de diversas nacionalidades: brasileiros, argentinos, ingleses, paraguaios e peruanos. As palestras foram publicadas na forma do livro - *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Em linhas gerais, os autores abordaram diversos aspectos do conflito, destacando-se a introdução do historiador inglês Leslie Bethell, que reduziu a Francisco Solano López a iniciativa do conflito e absolveu o imperialismo inglês de malefícios à América Latina.¹⁷

Em 2002, Francisco Monteoliva Doratioto lançou *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. A obra associou as origens do conflito à política regional, analisando aspectos do processo de formação das nações envolvidas. Diferente de Pomer, e, sobretudo, de Chiavenato, Doratioto não atribuiu participação decisiva da Inglaterra no enredo dessa história. Para ele, a nação europeia não tinha interesse direto no conflito e teria inclusive tentado evitar as ações militares com a atuação diplomática de Edward Thornton. Muito bem documentado e com refinada escrita, o livro *Maldita Guerra* logo se tornou referencial. Mas a obra retomou visões nacional-patrióticas, destacando Solano López como responsável pelo conflito e absolvendo o Império do Brasil e a Argentina da responsabilidade no conflito.¹⁸

Segundo Doratioto, o objetivo do lopismo era “colocar seu país como potência regional e ter acesso ao porto de Montevideú”; na visão do autor, a guerra não esperada, nem desejada no Império, “mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López”.¹⁹ Demonstraremos ao longo da nossa pesquisa que a guerra não apenas era prevista, como também aguardada pelas autoridades imperiais. Novos estudos apontam outras incongruências da tese de Doratioto, sobretudo por atenuar o papel imperial na origem do conflito, com destaque para a intervenção militar na República do Uruguai. A atuação do governo de Pedro II feria o direito da nação e do

¹⁷ BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, M. E.; MARQUES, M. [org.]. *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. pp. 133-147.

¹⁸ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 88 e 89.

¹⁹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. cit. p. 96.

Estado paraguaio de terem “o livre acesso ao mar garantido, de terem as questões de fronteiras resolvidas por arbitragem e de terem seu governo respeitado”.²⁰

Da organização do texto

Para melhor análise, dividimos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, conceituamos o que é guerra e como esse fenômeno foi definido por diferentes especialistas. Abordamos aspectos gerais sobre a formação da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Interessava-nos o fenômeno da organização sócio-política para identificar as grandes linhas dos países platinos até o irromper do conflito. Após a Revolução de Maio de 1810, o vice-reino do rio da Prata desmembrou-se em diversos países. Sem elementos aglutinadores, a independência na América espanhola gerou diversos governos, que em comum tinham apenas a denominação de *republicanos*. Buenos Aires, antiga sede colonial platina e maior centro urbano regional, buscou sobrepor-se a uruguaios e paraguaios. Alguns segmentos sociais da Banda Oriental mantiveram maior vínculo comercial com os argentinos, enquanto no Paraguai predominou o isolacionismo defendido por governante José Gaspar de Francia.²¹

Quando da Independência, em 1822, o governo de Pedro I manteve a anexação do território uruguaio sob o nome de província da Cisplatina. Entretanto, em pouco tempo, sofreu duro revés, quando da independência da República do Uruguai, em 1828-30. Afastado do Prata por ocasião de turbulências internas, o Império do Brasil voltou a ter proeminência regional a partir da década de 1850, quando travou a guerra contra Oribe e Rosas, que colocou o Uruguai sob a suserania imperial. Em 1864, novamente, a administração imperial interveio no Uruguai, motivando o estopim da Guerra da Tríplice Aliança.²²

No segundo capítulo, contextualizamos a formação de Mato Grosso. Trabalhamos o conceito de região como uma realidade social integrada ao espaço, onde o homem se adapta e constrói sua trajetória, geralmente em situações conflituosas. A História Regional

²⁰ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel [...]*. Ob. cit. p. 329.

²¹ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata: dominação e autonomia no sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai. (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM Editora; Passo Fundo: PPGH UPF, 2016. pp. 23 et seq.

²² Idem. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva. *Revista Brasileira de História Militar*.

aflora o “específico, o próprio, o particular”.²³ Ao escrevermos sobre Mato Grosso, pesquisamos o processo de ocupação territorial e suas dificuldades de integração ao restante do sistema mercantil-escravista da época. Abordamos o projeto português de construção de fortificações como forma de afiançar o controle do território oeste, gerando longos conflitos por demarcações de fronteira. Levantamos as práticas econômicas desenvolvidas na região e estudamos as relações de exploração da mão-de-obra nativa e escravizada. Por fim, analisamos a revolta regencial da Rusga (1834-1837) como um momento singular no povoamento do sul-mato-grossense, estabelecendo a base dos moradores afetados durante a ocupação estrangeira na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No terceiro e último capítulo, estudamos a invasão paraguaia na porção meridional da província do Mato Grosso; observamos o *contra-ataque* do Império; a logística das tropas; as características das batalhas; as privações da população local e os objetivos das operações paraguaias. Nossa investigação buscou respostas às motivações beligerantes, analisando obras consagradas e documentos da época. Debruçamo-nos sobre as razões da rápida defecção das tropas brasileiras e o papel das autoridades locais e centrais para o fracasso defensivo sul-mato-grossense.

Do material utilizado

Construímos nossas interpretações com base em relativamente ampla referência bibliográfica. Ao inter-relacionar o documento aos demais registros disponíveis, o historiador amplia a compreensão sobre os eventos pesquisados. Quanto às fontes primárias, utilizamos os relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, importante meio de comunicação imperial, marcado por minuciosos dados sobre as condições regionais: saúde, segurança, economia, política, conflitos por demarcações e a Guerra da Tríplice Aliança em seus diversos aspectos. Analisamos os relatórios entre 1835 e 1871, com destaque às seguintes autoridades: 1º Antônio Pedro de Alencastro, militar paulista, presidente de Mato Grosso em duas ocasiões: na primeira (1834-1836), enfrentou a eclosão da Rusga (1834-1837), revolta regencial; na segunda (1859-1862), governava a

²³ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2003. p. 15.

província quando Pedro Pereyra, tenente de cavalaria paraguaio, incursionou pelas colônias militares dos Dourados e de Miranda, em 1862, em terras disputadas pelos dois países. Para evitar um incidente internacional, Antônio d'Alencastro tratou o fato com cuidado para não “perturbar nosso estado de paz com aquela República”.²⁴

Segunda autoridade: Antônio José da Silva, pecuarista e político, teve curta administração de seis meses, entre fevereiro e agosto de 1836, durante a Rusga. 3º José Antônio Pimenta Bueno, advogado, presidente da província entre 1836 e 1838, enfrentou os líderes rugentos e acabou com a insurgência local. 4º Estevão Ribeiro de Rezende, proprietário rural e desembargador. Sua gestão (1838-1840) caracterizou-se pelo combate aos nativos e quilombolas, considerados verdadeiras *pragas*. 5º Joaquim José de Oliveira, militar e líder do Partido Liberal, governou entre 1848 e 1849. Presidia a província durante o censo de 1849, responsável por apurar importantes dados sobre a população livre e cativa. 6º Herculano Ferreira Penna, tenente do corpo de engenheiros, presidiu a província entre fevereiro de 1862 e maio de 1863. Alertou o governo central sobre as limitações defensivas da fronteira, sem sucesso.

O sétimo presidente da província analisado foi Augusto Leverger (1802-1880). Ele nasceu na França, migrou para o Brasil, onde se desempenhou como oficial da marinha. Exerceu o cargo de presidente provincial em três ocasiões: de maio a julho de 1863, de agosto de 1865 a maio de 1866 e de março de 1869 a fevereiro de 1870; também ocupou o cargo de vice-presidente por diversas vezes. Em 1865, durante a ocupação paraguaia, foi nomeado Comandante da Guarda Nacional e das Forças Fluviais e Terrestres do Mato Grosso. No mesmo ano, foi nomeado barão de Melgaço pelo imperador, em pagamento por seus serviços. Seus registros constituem fontes preciosas sobre a dinâmica da guerra em Mato Grosso. 8º Alexandre Manuel Albino de Carvalho (1863-1865) estava na presidência quando ocorreu à invasão das tropas do Paraguai, organizou o primeiro Corpo de Voluntários local. 9º João Batista de Oliveira, o barão de Aguapeí, pecuarista e político do Partido Liberal. Durante seu curto governo, entre abril e setembro de 1868, ocorreu a Retirada de Laguna, a qual ele denominou como um “feito militar brilhante”.²⁵

²⁴ MELLO, Raul Silveira de. *A epopeia de Antônio João*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1969. p. 215.

²⁵ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira (Barão de Aguapeí), na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/>. Acesso em: 21 de março de 2015.

Por fim, analisamos relatórios de autoridades paranaenses, preocupadas com a concorrência da erva-mate paraguaia. Tanto Zacarias de Góes e Vasconcellos (1853-1855), como Francisco Liberato de Mattos (1857-1859), presidentes do Paraná, forneceram dados importantes para compreender a importância dos ervais no cenário econômico platino.

Extraímos e analisamos documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Archivo Nacional de Asunción, Do Arquivo Histórico do Itamaraty e da Biblioteca Nacional.

1. FORMAÇÃO E GUERRA NA BACIA DO PRATA

1.1 O que é a Guerra?

Desde tempos imemoriáveis, o ser humano travou batalhas com seus semelhantes pela sobrevivência: disputando território, comida, água, procriação, etc. As guerras ganharam matizes mais complexas com o surgimento do Estado, conservando a premissa básica de conflito de interesses. Mas é possível restringir o conceito de guerra a políticas conflituosas entre Estados?

Em *A arte da Guerra*, o mais antigo tratado militar conhecido, o estrategista chinês Sun Tzu (544 a.C. 496 a.C.) registrou que o conflito tem importância vital para manutenção do poder. “É o reino da vida e da morte. [Da guerra] depende a conservação ou a ruína do império.”²⁶ Para Sun Tzu, quem se prepara e toma a iniciativa das ações obtém grande vantagem, ficando mais próximo da vitória e da sobrevivência. Do contrário, quem não tratasse mais “seriamente sobre o assunto evidencia uma indiferença condenável pela conservação ou pela perda do que mais se preza”.²⁷

Nessa perspectiva, a guerra é assunto de governo, visão compartilhada por outro proeminente teórico e general. Carl von Clausewitz (1780-1831) foi oficial prussiano e autor de minucioso tratado de arte militar. Seus estudos, publicados postumamente entre 1832 e 1837, foram compilados sob o título *Da Guerra*, e a obra se tornou referência na discussão do assunto. Durante sua carreira nas forças armadas, Clausewitz participou das Guerras Napoleônicas, forjando a visão de que o conflito em sua forma real está conectado ao mundo político, com proeminência do Estado. “Vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas por outros meios.”²⁸ Para ele, o objetivo da guerra é submeter o inimigo através “da força física”.²⁹

Para John Keegan, escritor inglês de *Uma história da guerra*, publicado em 1993, o pensamento do general prussiano possui lacunas reducionistas, pois a tese de Clausewitz

²⁶ TZU, Sun. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2006. p. 12.

²⁷ Id. Ib. p. 12.

²⁸ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 27.

²⁹ Id. Ib.p. 7

atribui peso demasiado à existência do Estado e de manobras planejadas para atingir resultados. “Contudo, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios.”³⁰ Segundo o autor, apesar de todas as civilizações emergirem do combate, incluindo leis e formas de organização social, no seio de suas relações existem muito mais do que apenas atos oficiais.

Quincy Wright, cientista político estadunidense, organizou uma equipe multidisciplinar para compreender a guerra sob diversos aspectos. O resultado da pesquisa resultou na clássica obra *A study of war* (Um estudo da guerra, em tradução livre), que apontou o conflito entre as sociedades humanas como “um violento contato de entidades distintas, mas semelhantes”.³¹ Assim, Estados, tribos, grupos, partidos, etc. podem se diferenciar no formato, mas todos são similares em algum ponto, pois os agentes do conflito compõe a mesma espécie. Os pesquisadores concluíram que sociedades solitárias em dados espaços geográficos desconheciam a guerra, que foi amplificada pelo *processo civilizatório* e pelo aumento das disputas por territórios, fronteiras e poder. Portanto, a guerra não possui uma forma particular, restrita a batalhões e divisões. Pode ser revolucionária, tribal, psicológica, econômica, etc. associando-se mais às interações sociais ao longo das relações humanas do que a uma condição natural do *homo sapiens*.³² Para compreender esse fenômeno, é fundamental saber a quais interesses defendem ou a quem interessa a luta.

No concernente à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ela associou-se às decisões das classes dirigentes dos Estados em formação, que, na disputa por hegemonia ou autonomia, confrontaram suas divergências nos campos de batalha. Pelas ordens de uma minoria, argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros lutaram por territórios, controle fluvial e recursos naturais. Milhares de soldados foram usados para interesses alheios. Em geral, lutava-se por força da convocação, não de convicção. Entretanto, durante aquela guerra, quando da invasão do Paraguai, a defesa do Estado nacional e das conquistas adquiridas terminaram doando um caráter diverso ao conflito. Esta questão está fora dos marcos de nosso trabalho.

³⁰ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Ob. cit. p. 18.

³¹ WRIGHT, Quincy. *A study of war*. Chicago: University of Chicago Press, 1942. In: PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. Tese de doutoramento. Niterói: PPGH-UFF, 2007. p. 44.

³² NUMERIANO, Roberto. *O que é guerra?* São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 36.

As decisões dos indivíduos governantes não podem ser desconsideradas, sob o risco de banir o indivíduo da história. Em *18 Brumário*, publicado em 1852, Karl Marx define que os “homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado”.³³ A conjunção entre atritos do período colonial; disputas pós-independentistas e decisões de grupos e indivíduos governantes definiram os rumos tortuosos na segunda metade do século 19. Ela não pode, em nenhum caso, ser reduzida às intenções de um homem!

1.2 Formação da Argentina e a Revolução de Maio de 1810

Na Europa, as Guerras Napoleônicas (1799-1815), disputas entre a Inglaterra e a França pela hegemonia europeia, lançaram as metrópoles ibéricas em graves conflitos. Portugal e Espanha, enfraquecidas pelas batalhas no Velho Mundo, perderam o controle das colônias americanas, pondo fim a um domínio em franca decadência.³⁴ No primeiro quartel do século 19, as emancipações sul-americanas criaram grandes desafios à *construção* dos novos países, mas as disputas locais eram bem mais profundas.

As coroas ibéricas disputavam a região platina antes mesmo de povoá-la. Em 1536, a expedição do soldado e conquistador espanhol Pedro de Mendoza (1487-1537) fundou Buenos Aires na margem ocidental do rio da Prata. Apesar de ser pouco atrativa ao mercantilismo minerador da época, a localização do novo entreposto facilitava o acesso ao Alto Peru, onde se encontravam ricas minas de ouro e prata. Após sua segunda fundação, levada a cabo em 1580, a vila de Buenos Aires cresceu em importância e tamanho, atraindo espanhóis e portugueses.³⁵ Muitas das riquezas extraídas no Alto Peru esvaíam-se em forma de contrabando pelos rios, chegando à colônia luso-brasileira de onde eram trocadas por outras mercadorias ou então enviadas à Europa.³⁶

³³ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000066.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2014. p. 1.

³⁴ Para saber mais sobre as Guerras Napoleônicas e os desdobramentos na América colonial, consultar: CAMPOS, Raymundo. *História da América*. São Paulo: Editora Atual, 1991.

³⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata [...]*. Ob. cit. p. 49.

³⁶ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Theasaurus, 1998. p. 223.

Os lusitanos contribuíram para ampliação da pequena vila de Buenos Aires, que desde o final de século 16 mantinha comércio com os portos do Brasil, então colônia de Portugal, “para onde mandava prata, ouro, farinha e tecidos de algodão, em troca de objetos manufaturados, de origem portuguesa, além de açúcar, ferro e, principalmente, escravos”.³⁷ Enquanto durou a União Ibérica (1580-1640), as classes mercantis portuguesas mantiveram estreita presença entre os portenhos. Esse cenário sofreu dura reversão com o fim daquela *aliança*, e a administração hispânica proibiu o acesso de portugueses a Buenos Aires. Os lusitanos teriam projetado a invasão para recuperar as antigas posições, mas o ataque não se concretizou.³⁸

O contrabando entre as Américas jamais foi extinto e o intercâmbio comercial permaneceu mais forte do que as imprecisas noções de limite. No último quartel do século 18, a administração espanhola criou uma nova divisão em uma vasta possessão territorial do vice-reino do Peru. Em 1776, fundou-se o vice-reino do rio da Prata. Sua finalidade era facilitar o controle e a arrecadação tributária da colônia, desconsiderando as características “y necesidades de la región”.³⁹ Buenos Aires foi escolhida como capital pela posição estratégica na entrada sul-continental. O porto da cidadela passou a receber legalmente a demanda do Peru, multiplicando sua importância e desviando o eixo econômico do altiplano para o rio da Prata.⁴⁰

Em 1782, para facilitar a administração territorial, o vice-reino platino foi dividido em oito intendências. Mas a crise do absolutismo e do colonialismo se espalhou pela Europa e a nova administração durou pouco. No início do século 19, o império ibérico esfacelou-se em repúblicas independentes.⁴¹ Em 1806 e 1807, por ocasião da tentativa inglesa de ocupar Buenos Aires, os *criollos* – filhos de espanhóis nascidos na América – organizaram a resistência e a expulsão dos invasores, ampliando a importância militar e política da cidade. Novos intermediários europeus eram desnecessários às classes comerciais portenhas – a antiga ordem colonial caminhava ao inevitável

³⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A expansão do Brasil [...]*. Ob. cit. p. 49.

³⁸ Id. Ib. p. 49.

³⁹ PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente: federales y unitário forjan la civilización del cuero*. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1972. p. 8.

⁴⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 24.

⁴¹ Para saber mais sobre as independências na América Latina, consultar: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010; POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

desmantelamento.

Em 1808, Fernando 7º rei da Espanha, forçado a renunciar à coroa após a invasão das tropas napoleônicas. O monarca hispânico declarou que o “emperador Napoleón I, ha violado con España los pactos más sagrados; le ha arrebatado sus monarcas y ha obligado a éstos a abdicaciones y renunciias violentas y nulas manifiestamente; se ha hecho con la misma violencia dar el señorío de España para lo que nadie tiene poder”.⁴² Para as prósperas possessões americanas, a troca de metrópole seria um retrocesso.

Buenos Aires era apenas parcialmente produtora primária: os membros da oligarquia portenha progrediram por meio do comércio, sobretudo pela exportação de couro. De acordo com Milcíades Peña, historiador marxista-revolucionário argentino, autor de grande estudo sobre a Argentina, a capital adquiriu as características de uma “típica concentración urbana de la época del capitalismo comercial en Europa”.⁴³ Confiantes na própria economia, os portenhos não aceitaram subordinação à autoridade de José Bonaparte, irmão de Napoleão.⁴⁴ Apesar de permaneceram leais formalmente a Fernando 7º e à Junta de Sevilha, precária resistência espanhola à ocupação francesa, a crise institucional se aprofundou. Uma grande incógnita sobre o futuro da América nasceu com turbulência militar europeia. Em 1809, as classes dirigentes de Buenos Aires tentaram depor o vice-rei espanhol Santiago Liniers para formar uma junta provisória de governo.⁴⁵ O fracasso inicial não demoveu os *criollos*, que logo derrubariam os últimos entraves coloniais.

Em junho de 1809, Baltasar Hidalgo de Cisneros (1756-1829) foi nomeado vice-rei do Prata. Em 17 de maio de 1810, foi informado sobre a derrota da Junta de Sevilha – último *control* colonial. Os *criollos* exigiram que Baltasar de Cisneros convocasse um *Cabildo Abierto*, reunião extraordinária para tratar de temas emergenciais. Cisneros assim o fez. Em 22 de maio, reuniram-se 241 dos 450 membros aptos a participar do *Cabildo* [instituição de governo municipal]. Em geral, eram “grandes proprietários da região, comerciantes, criadores, eclesiásticos, militares, profissionais liberais, funcionários civis

⁴² BOURBON, Fernando de. Declaração da Junta de Sevilha. Espanha. 6 de julho de 1808. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/averroes/~23005153/d_csociales/H_espana/SXIX/SIGLO_XIX_REPERTORIO_DE_TEXTOS_Y_DOCUMENTOS.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

⁴³ PEÑA, Milcíades. *Antes de Mayo: formas sociales del trasplante español al Nuevo Mundo*. Buenos Aires: Ediciones Fichas. 1982. p. 28.

⁴⁴ BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: [...]*. Ob. cit. p. 625.

⁴⁵ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 28.

etc”.⁴⁶ Os destituídos de posses ou de cargos foram alijados da reunião que decidiu o futuro de todos.

Em 25 de maio de 1810, após muitas discussões, o *Cabildo* depôs o vice-rei Baltasar de Cisneros e nomeou uma junta provisória governista - a “Primeira Junta”. Mas o “que fora expulso pela porta, retornou pela janela. Eleita durante a madrugada, a Junta formou-se com Baltasar Hidalgo de Cisneros [...] Os próprios militares crioulos aceitaram a solução”.⁴⁷ Sem conseguir controlar a população contrária a solução conservadora, Cisneros e a nova junta foram substituídos por uma sob o controle dos crioulos de Buenos Aires. Removia-se a última conexão direta com a Espanha.

Em 1816, durante o Congresso de Tucumán, as Províncias Unidas do Rio da Prata reafirmaram sua independência. Mas cada região apresentava características tão distintas que inviabilizaram uma revolução unitária; não existia unidade econômica ou administrativa. Em comum, apenas a mesma ex-metrópole, o idioma - se não considerarmos as línguas nativas - e a religião.⁴⁸ Prevaleceram as forças centrífugas locais, e nesse “enorme escolho afundaram-se os sonhos americanistas de Simon Bolívar [1783-1830] e José de San Martín [1778-1850].”⁴⁹ Os múltiplos interesses políticos e econômicos da América hispânica inviabilizaram qualquer projeto de independência unificadora.

1.3 Formação da Banda Oriental

No século 16, os espanhóis chegaram ao atual território uruguaio, habitado por nativos de maioria charrua. Os exploradores não encontraram ouro ou prata, limitando-se a utilizar o local como rota de passagem ao Alto Peru. No século 17, para escoar riquezas minerais, os hispânicos fundaram pequenos núcleos de colonização na banda leste do rio Uruguai. Muitos portugueses assentaram-se na região como comerciantes, estabelecendo uma colonização *luso-espanhola*, em oposição ao modelo oficial de povoamento. Em 1680, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento na margem oriental do rio da

⁴⁶ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata* [...]. Ob. cit. p. 30.

⁴⁷ Id. Ib. p. 31.

⁴⁸ PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente* [...]. Ob. cit. p. 7.

⁴⁹ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata*. Ob.cit. pp. 24-25.

Prata, assim contrabalançavam a perda do livre trânsito na região.

A povoação cumpriu dupla função: serviu como ponto estratégico-mercantil e “posto de contrabando para prata peruana, a ser explorado por comerciantes portugueses e britânicos”.⁵⁰ Com tanta movimentação, era difícil definir onde terminavam os limites de um país e começavam os de outro. Por algum tempo, a Banda Oriental desenvolveu a singularidade de um povoamento *lusu-espanhol*, tendo na criação do gado, introduzida pelos jesuítas, uma ligação socioeconômica com a capitania do Rio Grande do Sul, com o qual compartilhava vasta fronteira ao norte. Esse vínculo contraditório originou o embrião das futuras intervenções imperiais, defensoras dos interesses dos criadores sul-rio-grandenses.

Em 1810, durante a Revolução de Maio, destacaram-se importantes líderes no vice-reino do Prata. O militar oriental José Gervásio Artigas (1764-1850) tornou-se chefe revolucionário *uruguaio*, primeiro contra a metrópole europeia, depois para assegurar a autonomia da Banda Oriental e das outras províncias do Rio da Prata, principalmente diante da preponderância de Buenos Aires. Em 1811, Carlota Joaquina, irmã mais velha de Fernando 7º, rei espanhol destronado por Napoleão Bonaparte, reivindicou o controle das colônias hispânicas no sul da América, enquanto seu irmão estivesse preso. Tropas portuguesas, lideradas por Diogo de Souza, tomaram Montevidéu. A ocupação durou apenas dois meses. Em 20 de outubro de 1811, o lorde inglês Strangford mediou um armistício que definiu a *pacificação* de Montevidéu, garantindo a retirada do exército português, que recuou até o Rio Grande do Sul.⁵¹ Enquanto o poder real ibérico entrava em eclipse no Velho Mundo, os ingleses assumiram o protagonismo no Prata.

Com a expulsão dos espanhóis, a Junta de Buenos Aires buscou ser a nova força governante. José Artigas recusou o centralismo portenho maquiado de sede republicana e iniciou uma nova luta contra os antigos aliados. O líder oriental formou seu exército sobretudo com pequenos estancieiros, gaúchos, nativos [guaranis, charruas, minuanos] e ex-cativos, a quem prometeu e entregou terra e liberdade. Era o prenúncio de uma reforma social temida pelas classes conservadoras.⁵² O modelo artiguista de governo era

⁵⁰ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles [...]*. Ob. cit. p. 79.

⁵¹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002, p. 108.

⁵² FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira*

eficaz, mas poderia convulsionar a região, instigando os desfavorecidos dos países vizinhos a reivindicar novas formas de administração e, sobretudo, a divisão das terras realengas e grandes latifundiários. Em janeiro de 1815, as tropas artiguistas derrotaram o exército argentino-unitarista na batalha de Guayabos. Esse evento aumentou a preocupação dos luso-brasileiros com os rumos da Banda Oriental.

Em 1816, iniciou-se a guerra luso-brasileira contra Artigas. A invasão foi comandada pelo general Carlos Frederico Lecor e obteve apoio de segmentos abastados de Montevidéu, opostos igualmente ao distributivismo artiguista.⁵³ Em Buenos Aires não houve oposição à intervenção luso-brasileira, pois também desejava a queda do general *rebelde*. Durante quatro anos, o exército de José Artigas enfrentou as forças do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em meio à guerra, o líder uruguaio trabalhou na Constituição do país, baseada num Estado laico, abolicionista e com distribuição de terras para o *pueblo*. Mas em janeiro de 1820, na batalha de Taquarembó, as tropas orientais foram derrotadas e a Banda Oriental do Uruguai foi anexada a seguir pelos portugueses sob o nome de província da Cisplatina.⁵⁴ O “protetor dos povos livres” se refugiou no Paraguai, então presidido pelo doutor José Gaspar de Francia, vindo a falecer em Assunção, em 1850, aos 86 anos, quando governava Carlos Antônio López (1792-1862), gozando de amplo prestígio entre a população.

1.4 A manutenção dos conflitos

A expulsão do general Artigas não eliminou o desejo oriental por autonomia e os uruguaios travaram novos conflitos para conquistar sua independência. Não demorou muito até a eclosão da Guerra da Cisplatina (1825-1828). O general Juan Antonio Lavalleja (1784-1853), antigo general artiguista, comandou a revolta contra o Império do Brasil. Ele recebeu apoio da Confederação Argentina, interessada na expulsão do Império e na ampliação de sua zona de influência. Apoiados por Buenos Aires, os orientais

meridional do Brasil (1845-1889). Tese de doutoramento. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2012. p. 227.

⁵³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 55.

⁵⁴ Para saber mais sobre a formação das fronteiras no Prata, consultar: PIMENTA, João P. G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. SP: Fapesp/Editora Hucitec, 2002. GAULIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com Uruguai e Argentina*. São Paulo: LP&M, 2002.

suportaram três anos de ataques militares. Mas com as recém-fundadas nações “esgotando-se em uma guerra, a solução encontrada, com a mediação da Inglaterra, foi transformar a Banda Oriental em República do Uruguai”.⁵⁵

Com fim do conflito, a região permaneceu sob a cobiça das potências regionais, além da presença comercial dos ingleses. Brasil e Argentina conquistaram, com o tratado de independência, o direito de *defesa* da independência oriental. Ou seja, o direito de intervir na região, caso acreditassem que sua autonomia estava sendo violada sobretudo pela nação vizinha.

Mas qual era a importância daquele território para seus vizinhos? Localizado às margens do estuário do Prata, a posição estratégica da Banda Oriental garantia privilegiado acesso à navegação. Conquistar o domínio de grandes rios, ou ao menos de suas vertentes, era tão ou mais importante do que conquistar territórios.⁵⁶ Aquela área possuía outra atração: seus ricos pastos e rebanhos bovinos. O gado cimarrón (selvagem) e a seguir criado impulsionava a indústria e o comércio do couro e do charque, importante fonte de renda no século 19. “Mais tarde a produção pecuária se organizaria em grandes estâncias e as ‘charqueadas’ ou ‘saladeros’ ganhariam relevo, introduzindo a produção de carne salgada.”⁵⁷ A criação de equinos para manejar o gado bovino e de mulas para o transporte, difundiu-se nas fazendas da região.

Para o historiador Mário Maestri, a República do Uruguai nasceu após a Guerra da Cisplatina (1825-1828) sob o signo elitista e hegemônico das forças orientais combatidas por Artigas. A primeira Constituição, datada de julho de 1830, instituiu cidadania plena somente aos grandes proprietários, alijando negros, mulheres, pobres e analfabetos. “No novo sistema bicameral, os ricos e os alfabetizados votavam nos ainda mais ricos para deputados nacionais, que escolhiam, finalmente, o presidente, senhor de amplíssimos poderes.”⁵⁸ A disputa pela terra colocava os homens sobre a proteção de caudilhos, formando *bandos* ou partidos.

Na nova república surgiram duas agremiações políticas: os *blancos*, apoiados nos

⁵⁵ GOLIN, Tau. Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil meridional. FURG: Rio Grande, XI Encontro Estadual de História, p. 7.

⁵⁶ SOARES, Álvaro Teixeira. *Diplomacia do Império no rio da Prata*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955. p. 8.

⁵⁷ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. pp. 51-52.

⁵⁸ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata [...]*. Ob.cit. p. 89.

proprietários do interior, nos antigos donatários artiguistas, nos intelectuais, profissionais liberais, etc. Eles opunham-se às ingerências estrangeiras, fossem portenhas ou imperiais, e defendiam dos interesses *nacionais*.⁵⁹ Os *colorados*, por sua vez, possuíam características liberais. Associavam-se ao comércio estrangeiro; à imigração dos europeus e aos criadores escravistas sul-rio-grandenses, senhores das terras acima do rio Negro, norte do Uruguai.⁶⁰ Em outubro de 1830, por eleição indireta e censitária, o colorado Fructuoso Rivera (1784-1854) elegeu-se presidente uruguaio, derrotando o *blanco* Juan Antonio Lavalleja (1784-1853), antigo general artiguista e principal líder da independência. Rivera era um *abrasileirado*, ou seja, favorável aos interesses do Império do Brasil.

Entre Rivera e Lavalleja originou-se forte rivalidade em torno da presidência da República, que resultou, segundo a historiadora Wilma Peres Costa, numa série de “golpes e rebeliões armadas”.⁶¹ Em 1834, Fructuoso Rivera, apesar das vicissitudes, terminou seu mandato presidencial. Manuel Oribe (1792-1857), pró-Buenos Aires, indicado como sucessor de Rivera, assumiu a presidência em março de 1835. Entretanto, logo rompeu com seu antecessor, passando para a órbita de Lavalleja e Rosas. Em 1836, Fructuoso Rivera reagiu ao rompimento político e liderou rebelião contra Manuel Oribe, forçando-o a renunciar em 1838. Refugiado na Argentina, Oribe recebeu apoio de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires interessado em colocar a Banda Oriental e o Paraguai sob sua esfera de influência, recriando o antigo vice-reino do Prata. Entre 1843 e 1851, Montevidéu ficou sitiada.⁶²

A Guerra Grande (1839-1851) dividiu o território oriental, posto sob duplo governo: de um lado, Fructuoso Rivera, que de Montevidéu liderava o *Gobierno de la defensa*; do outro, Manuel Oribe, exercendo, a partir de Cerrito, o comando de um governo do *interior*, ou seja, por todo o restante do país. Para sustentar-se no poder, ele contava com o apoio financeiro e militar de Juan Manuel de Rosas - “dos sete mil homens que compunha as forças de Oribe, três mil eram soldados da Confederação [Argentina]”.⁶³ Montevidéu defendia-se com mercenários, financiado pelos franceses, que pretendiam

⁵⁹ LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata* [...]. Ob. cit. p. 673.

⁶⁰ Id. Ib. p. 673.

⁶¹ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles* [...]. Ob. cit. p. 93.

⁶² Id. Ib. p. 93.

⁶³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 63.

ingressar na região, preocupados com o poder crescente de Rosas, aliado do comércio inglês.

Em junho de 1848, para aumentar as receitas aduaneiras e enfatizar o caráter nacional das regiões ao norte do rio Negro, Manuel Oribe tomou uma medida impopular entre os estancieiros escravistas rio-grandenses daquela região: proibiu a exportação do gado em pé para o Rio Grande do Sul. As chamadas *califórnicas* eram expedições para capturar rebanhos bovinos e trabalhadores escravizados fugidos do território sul-rio-grandense; o barão do Jacuí, grande estancieiro, destacou-se como organizador e beneficiário dessas incursões, que se apoderavam igualmente de homens negros livres.⁶⁴ O governante uruguaio buscava livrar-se da influência do Império dentro dos limites nacionais, mas a missão seria difícil com tantos estancieiros imperiais na região.

O governo imperial apoiou lideranças que mantinham conflitos contra seus adversários, com destaque para Juan Manuel de Rosas, que propunha a constituição de um Estado forte no rio da Prata. Justo José Urquiza (1801-1870), governador e mais rico proprietário da província de Entre Ríos, se contrapôs à dominação econômica de Buenos Aires, sede da Confederação Argentina. Em julho de 1851, a aliança entre o Estado imperial; a província de Entre Rios e o *gobierno de la Defensa* (oligarquia de Montevideú), as tropas comandadas por Urquiza atravessaram o rio Uruguai e “com as forças orientais do General Garzón a seu lado, iniciou as operações de guerra contra Oribe”.⁶⁵ Tropas sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), futuro duque de Caxias (1869), invadiram o Uruguai em setembro de 1851. A armada imperial, liderada pelo almirante inglês John Pascoe Grenfell, bloqueou a passagem do rio da Prata à Confederação Argentina. Justo José Urquiza e o general uruguaio Eugenio Garzón cercaram Oribe nas proximidades de Montevideú. Sem condições de reverter o quadro militar, o líder uruguaio renunciou as armas, retirando-se da vida política.⁶⁶

Enquanto Luís Alves de Lima e Silva e José Urquiza acertavam os termos da operação contra Juan Manuel de Rosas, “os portenhos emigrados Sarmiento, Mitre e

⁶⁴ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 93.

⁶⁵ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O intervencionismo do Império brasileiro no rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança. Tese de doutoramento, PPGH, UNB, Brasília. p. 129.

⁶⁶ Para saber mais sobre a queda de Manuel Oribe, consultar: FERREIRA, Gabriela. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. pp. 179-220.

Paunero desembarcaram em Montevideu para unirem-se às tropas da aliança”.⁶⁷ Com a capitulação de Oribe, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) chegou à capital oriental, sendo destacado pelo imperador como ministro plenipotenciário, e assessorado por José Maria da Silva Paranhos (1819-1880). O ministro conduziu a assinatura dos tratados de *aliança* entre o Império e o novo governo, incluindo acordos de extradição; prestação de socorro; comércio e navegação. O texto oficial alegava promover o “restabelecimento da paz; e da tranquilidade no Estado Oriental” celebrando “um tratado de aliança” que garantiria ao Brasil intervir em conflitos no Uruguai, prestando auxílio “pelas forças de mar e terra do Império”.⁶⁸

O governo oriental submetido agora às exigências do Império do Brasil se comprometeu em extraditar cativos fugidos; liberar a navegação no rio Uruguai; isentar taxas de exportação aos estancieiros sulinos que residiam no norte daquele país; delimitar limites com a província do Rio Grande do Sul, dentre outras concessões.⁶⁹ Os acordos beiravam a unilateralidade e transformaram a República Oriental em uma espécie de protetorado. Os termos foram estabelecidos, arbitrariamente, entre o *gobierno de la Defensa* e a diplomacia imperial, antes da queda de Manuel Oribe. Derrotado o *caudilho* oriental, teve início a operação contra Juan Manuel de Rosas.

1.5 A Argentina *rosista*

As características políticas e econômicas diversas das províncias da Confederação Argentina geravam antagonismos entre Buenos Aires, o litoral e as províncias do interior. As províncias de Buenos Aires e do litoral, ligadas ao comércio e à exportação de produtos derivados da criação bovina, defendiam o livre-cambismo para exportarem sua produção a baixo sem tributos e importar tudo que necessitavam a baixo preço. Carentes “de productos exportables, pero poseedor de una rudimentaria indústria abastecedora del

⁶⁷ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O intervencionismo do Império brasileiro no rio da Prata [...]. Ob. cit. pp. 129-130.

⁶⁸ Tratado entre o Imperador do Brasil e a Republica Oriental do Uruguai, assinado no Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1851, ratificado por parte do Brasil em 13 de Outubro, e pela da referida República em 4 de Novembro do mesmo ano. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1851/b_29/. Acesso em: 28 de julho de 2014.

⁶⁹ LADEIRA, Saionara Gomes. A política externa brasileira e a assinatura dos tratados de 1851. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. p. 11.

mercado interno”, as regiões do interior epudiando a introdução irrestrita de produtos estrangeiros.⁷⁰ Por outro lado, Buenos Aires centralizava a exportação-importação da Confederação, sem repartir a renda aduaneira. Juan Manuel de Rosas, rico criador de gado, presidiu a Confederação Argentina por mais de duas décadas (1829-1852), e conseguiu um ténue equilíbrio interno.⁷¹

Em 1833, Rosas comandou a primeira *Campanha do Deserto* [expedição militar contra povos nativos para estender o controle sobre o Pampa], acrescentando milhares de quilômetros quadrados ao sul do rio Negro. Boa parte dessas terras foi distribuída aos oficiais que participaram da campanha o que lhe assegurou forte apoio entre os grandes.⁷² Para garantir a soberania argentina, Rosas bloqueou a passagem pelo rio Paraná, nos territórios argentinos, sob a proposta de que não existiam tratados definitivos para o assunto. O resultado afetou a navegação das províncias de Corrientes, de Entre Rios e de Córdoba, no lado argentino, além da República do Paraguai e do Mato Grosso, província brasileira que mantinha difícil comunicação com o restante do Império através dos caminhos do interior.⁷³ De acordo com o historiador britânico John Lynch, para assegurar o acesso ao complexo fluvial mato-grossense, o Império “estava pronto a agir contra o ‘imperialismo’ de Rosas, ou talvez tenha sido impelido a fazê-lo por seu próprio imperialismo”.⁷⁴

O *rosismo* estabeleceu Buenos Aires como forte centro político, garantindo os interesses dos grandes criadores de gado, dos saladeiristas e dos comerciantes portenhos. Manteve a estância pastoril extensiva, o charque e a venda do couro como base do seu poder. Essa fórmula assegurou o apoio de poderosas classes, mas não poderia ser aplicada em toda Argentina.⁷⁵ Em meados do século 19, o equilíbrio interno de Confederação Argentina se desfez. Rosas “apertou o torniquete econômico sobre as cada vez mais ricas províncias do litoral”, desagradando grupos políticos e econômicos.⁷⁶ Justo José de Urquiza (1801-1870), governador da província de Entre Rios e grande senhor de terras, de

⁷⁰ PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente [...]*. Ob. cit. p. 22.

⁷¹ Para saber mais, consultar: PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente [...]*. Ob. cit.

⁷² LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata [...]*. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina [...]*. São Paulo: Editora da USP, 2009. p. 648.

⁷³ IAREB, Ney Reynaldo. *Guerra do Paraguai: um confronto anunciado (1852-1864)*. Tese de doutoramento, PPGH, Unisinos, São Leopoldo, 2006. p. 28. p. 12.

⁷⁴ LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata [...]*. Ob. cit. p. 660.

⁷⁵ Id. Ib. p. 656.

⁷⁶ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata: [...]* Ob.cit. pp. 30-31.

gado, de saladeiros e de casas comerciais, capitaneou o descontentamento das regiões avessas ao controle portenho.

“Rosas, efectivamente, unificó el país, pero lo unificó en la sumisión a los intereses y los dictados de la oligarquía de Buenos Aires.”⁷⁷ Em 1851, Justo José de Urquiza iniciou a revolta contra o centralismo *rosista*. O governo imperial financiou a guerra porque se opunha a uma possível restauração do antigo vice-reino do Prata e consequente surgimento de um país poderoso, que fosse um contraponto ao Império na região. Confirmada a derrota de Manuel Oribe, aliado de Rosas, a esquadra do Império do Brasil atacou as fortificações argentinas em Tonelero, enquanto as tropas conjugadas de Urquiza e do brigadeiro Manoel Marquez de Souza (futuro conde de Porto Alegre) avançaram juntas sobre o inimigo. Após escaramuças em Arroyo del Medio e Campos do Alvarez, os aliados enfrentaram Juan Manuel de Rosas, em 3 de fevereiro de 1852, em Monte Caseros.⁷⁸ Algumas horas de confronto definiram o desfecho da guerra. Segundo Pandiá Calógeras, em *A política exterior do Império*, de 1933, “Rosas, vendo a batalha perdida, refugiou-se de passagem em Buenos Aires, onde se disfarçou de marinheiro e, com sua filha e pessoas amigas, se asilou a bordo do navio de guerra inglês do qual se passou para o vapor *Conflict* que o levou à Inglaterra onde acabou sua vida em 14 de março de 1877.”⁷⁹

Para John Lynch, a deposição de Juan Manuel de Rosas não “destruiu as estruturas vigentes”.⁸⁰ A oligarquia de Buenos Aires manteve-se hegemônica e as disputas intraprovinciais apenas ganharam novas matizes.

1.6 O Paraguai no período do dr. Francia

No contexto do século 19, a República do Paraguai apresentou importante singularidade política, econômica e social na bacia platina. Para compreender seu processo de formação *nacional*, é preciso destacar sua condição geográfica. As águas do

⁷⁷ PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente [...]*. Ob. cit. p. 71.

⁷⁸ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O intervencionismo do Império brasileiro no rio da Prata [...]. Ob. cit. pp. 130-131.

⁷⁹ CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1989. p. 588.

⁸⁰ LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata [...]*. Ob. cit. p. 665.

rio Paraguai nascem em Mato Grosso, de onde seguem para o sul do continente, estendendo-se até a fronteira com a Argentina. No território paraguaio, elas dividem “dois mundos físicos de dualidade desconcertante, a região Oriental e o Chaco”.⁸¹ Na margem oriental, encontram-se terras férteis, ideais para agricultura e pecuária, em contraste ao inóspito Chaco, região plana, sem rios navegáveis e desfavorável ao plantio ou criação de animais. Os primeiros habitantes locais foram nativos de diversas origens étnicas, com destaque a guaranis e guaicurus. Enquanto os guaranis estabeleceram-se no lado oriental do rio Paraguai, os guaicurus ocuparam a margem ocidental, sendo conhecidos pela bravura e pela adaptação ao inóspito Chaco.

No início do século 16, diversos navegadores europeus, atraídos pela história de um reino repleto de ouro e prata, exploraram a região em busca de riqueza.⁸² A tentativa de dominar o Império Inca pela bacia platina não logrou êxito, mas resultou na construção da posição fortificada *Nuestra Señora de la Asunción*, mais tarde transformada na cidade de Assunção. Os colonizadores espanhóis tiveram dificuldades para se fixar nessa região do Novo Mundo, principalmente pela resistência dos guaicurus. Os indômitos nativos do Chaco preocupavam não apenas os europeus, mas também os guaranis, que ao compartilhar com eles a bacia do rio Paraguai, travavam batalhas pelos recursos naturais. Foi a presença de um inimigo em comum que aproximou inicialmente espanhóis e guaranis. Em troca de apoio militar para combater os guaicurus, os guaranis entregaram “suas filhas e alimentos aos colonizadores”, acreditando que conquistavam aliado.⁸³

Segundo o historiador uruguaio Roberto Ares Pons, da aliança e a seguir dominação dos nativos pelos europeus ocorreu a miscigenação responsável por gerar os “*mancebos de la tierra*, como fueran llamados los mestizos paraguayos”.⁸⁴ Apesar da utilização da mão-de-obra nativa e dos acordos iniciais, a administração hispânica nunca considerou os grupos indígenas como “seus iguais”, passando muito logo à dominação pela coerção. Em resumo, prevaleceu a aliança com nativos quando era conveniente. O *cunadazgo*, entrega de filhas pelos pais aos espanhóis como signo de aliança, foi desviado

⁸¹ CARDOZO, Efraím. *Apuntes de historia cultural del Paraguay*. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayo, [s.d.]. In: SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel*. Ob.cit. p. 57.

⁸² ESTRAGÓ, Margarita Durán. *Conquista y Colonización (1537-1680)*. In: TELESCA, Ignacio (Coord.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2014. p. 63.

⁸³ SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel* Ob.cit. p. 58.

⁸⁴ PONS, Roberto Ares. *El Paraguay del siglo XIX: un estado socialista*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987. p. 14. In: SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel*. Ob.cit. p. 59.

de seus objetivos, transformando-se em verdadeira exploração da mão de obra feminina. Com a revolta dos guaranis, a dominação foi imposta pela força, estabelecendo-se, a seguir, as *encomiendas*.⁸⁵

Como vimos, a Revolução de Maio de 1810, em Buenos Aires, pôs fim a supremacia metropolitana espanhola. As classes oligárquicas convocaram uma assembleia para discutir os novos rumos da região. Bernardo de Velazco, governador do Paraguai, não aceitou o novo comando e convocou o próprio congresso, desagradando às lideranças portenhas. Criaram-se as bases para o primeiro conflito entre *argentinos, espanhóis e paraguaios*. A Junta de Buenos Aires tentou demover os *rebeldes* através de ofícios, mas não obteve sucesso. Em setembro de 1811, o político e militar Manuel Belgrano (1770-1820) chefiou expedição para vergar a resistência da *província* do Paraguai à anexação por Buenos Aires, sendo derrotada nas “batalhas de *Paraguari* (em 19 de janeiro de 1811) e dois meses depois a de *Tacuari*”.⁸⁶ Começava uma nova era política.

José Gaspar de Francia (1766-1840), filho de um brasileiro e de uma paraguaia, doutor em teologia e prestigiado advogado, destacou-se pela posição enérgica na defesa da autonomia e da independência do Paraguai. Em junho de 1811, durante assembleia que discutia o futuro paraguaio, o dr. Francia apontou que “a única questão que essa Assembleia deve discutir é como devemos defender e conservar nossa independência contra a Espanha, contra Lima, contra Buenos Aires e contra o Brasil”.⁸⁷ A Junta suspendeu o acesso dos *rebeldes* ao porto de Buenos Aires, e, em 12 de outubro de 1811, o dr. Francia, funcionário do Cabildo de Assunção, comandou a declaração de independência do Paraguai.

A manutenção da independência foi a principal característica do doutor Francia durante toda sua vida. Nos primeiros tempos, para administrar o país, formou-se uma Junta Local composta por cinco membros: Fulgencio Yegros (militar); Pedro Juan Cavallero (grande proprietário); Francisco Javier Bogarín (frei católico); Fernando de la Mora (representante da elite crioula de Assunção) e por fim o dr. Francia, eleito “como representante general, en reconocimiento de sus destacados méritos personales y

⁸⁵ MAESTRI, Mário. *Paraguai [...]*. Ob.cit. p. 17-21.

⁸⁶ IAREB, Ney Reinaldo. *Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit. p. 56.

⁸⁷ ASHWELL, Washington. *La Independencia del Paraguay y sus conflictos con Buenos Aires*. In: RAMOS, Marcos Vinícius. *O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, O Supremo: Um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata?* Brasília, jan/jul. 2011. p. 141.

reputación popular”.⁸⁸

Em duas ocasiões, o dr. Francia retirou-se da Junta por não concordar com o conservadorismo da mesma, associada aos setores proprietários. Enquanto estava afastado, reunia “chacareiros, arrendatários, comerciantes, membros das câmaras representativas do interior (os cabildos), peões e pequenos agricultores”.⁸⁹ José Gaspar de Francia obteve o apoio *popular* para iniciar grandes transformações no país. Em 1813, foi convocado Congresso Geral, mais de mil e cem deputados “eleitos nos diversos distritos do país, por voto direto, de todos os paraguaios de sexo masculino, casados e solteiros, maiores de 23 anos, alfabetizados ou não, à exclusão apenas dos inimigos da independência”.⁹⁰ A maioria dos representantes decidiu criar um regime de cargo único, substituindo o sistema de cônsules. A oposição não evitou que o dr. Francia fosse eleito para um mandato de quatro anos sob o título de *El supremo dictador*. O conceito de ditador no século 19 evocava os governantes da Roma Antiga, empossados em períodos extraordinários – apenas no século 20 a palavra adquiriu sentido antidemocrático. A semântica “de termos tradicionais adaptados ao novo tempo” resinificam experiências contemporâneas, sendo adaptados pela historiografia.⁹¹

Em 1815, José Gaspar de Francia nacionalizou a Igreja Católica, reduto de espanhóis no Paraguai, e expulsou os que não aceitaram a independência *nacional*. Em 1816, foi eleito *Ditador Perpétuo*, legitimado pela votação expressiva dos parlamentares, em sua maioria representantes populares.⁹² No plano econômico, enfrentou poderosos interesses regionais, nacionalizando terras de espanhóis que atacavam a independência. Após desapropriação, essas áreas foram arrendadas a baixos custos, sem prazos de conclusão do contrato, para população camponesa, ampliando o acesso à produção agrícola. As chamadas *estancias de la patria* eram administradas pelo Estado e empregaram peões e agricultores, sobretudo produzindo recursos para manter o exército

⁸⁸ WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America: Paraguay (1810-1840)*. Asunción: Carlos Schauman, 1989. p. 50.

⁸⁹ SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel [...]*. Ob. cit. p. 65.

⁹⁰ MAESTRI, Mário. *Paraguai: A República Camponesa [...]*. Ob. cit. p. 50.

⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006. p. 10.

⁹² RAMOS, Marcos Vinícius. O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia: um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata? Brasília, jan/jul. 2011. p. 143.

nacional. Os *chacareros*, pequenos e médios camponeses, dominantes demográfica e socialmente no país, constituíram a base política ao governo.⁹³

As autoridades argentinas, sem conseguirem controlar a administração asuncena, utilizaram o porto de Buenos Aires para bloquear as relações comerciais do Paraguai com as demais nações. O isolamento do Paraguai nasceu de uma combinação de circunstâncias extranacionais e nacionais alicerçada pelas convicções independentistas do dr. Francia. Ela criou um singular modelo de administração na bacia platina. Francia privilegiou “a política defensiva, no interior das fronteiras nacionais paraguaias, expressando igualmente a ampla ojeriza da população plebeia a aventuras militares no Prata”.⁹⁴ Até mesmo uma aliança com José Artigas, prócer federalista da independência Oriental, foi recusada. Artigas refutava a visão francista de lutar apenas pela independência paraguaia. “Su plan global era crear una confederación del Paraguay, la Banda Oriental, Corrientes, Entre Ríos y la provincia portuguesa do Río Grande do Sul, para contrarrestar el poder de los porteños.”⁹⁵

Mas o dr. Francia optou por não intervir nos conflitos regionais, talvez sem confiança na aceitação dos *chacareiros* em lutar uma guerra no exterior. Diante de condições externas que dificultavam o acesso ao mar e ao comércio, *El Supremo dictador* escolheu interpretar os anseios dos segmentos populares de seu país, com ênfase ao campesinato. Restringiu as relações externas; ampliou o papel do Estado; adotou política de neutralidade absoluta nos assuntos platinos e centralizou sob seu comando as principais decisões do país. Em meio a conflitos e alianças rotativas no Plata, o Paraguai progredia de forma peculiar, isolado. Em setembro de 1840, após 27 de governo, José Gaspar de Francia faleceu em Assunção de morte natural. Sem um sucessor *espontâneo*, teve início a disputa pelo poder, “com forte luta entre o partido francista e as tendências oligárquico-crioulas restauradoras”.⁹⁶

⁹³ SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel [...]*. Ob. cit. p. 66.

⁹⁴ MAESTRI, Mário. *Paraguai [...]*. Ob. cit. p. 107 e 51.

⁹⁵ WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America [...]*. Ob. cit. p. 82.

⁹⁶ MAESTRI, Mário. *Paraguai: A República Camponesa*. Ob. cit. p. 89; Idem. Há 150 Anos: Morria Carlos Antônio López. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/28196-h%C3%A1-150-anos-morria-carlos-antonio-l%C3%B3pez.html>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

1.7 O período lopista

Diante da instabilidade política do Paraguai, destacou-se a figura de um advogado de posses e sem cargo público. Carlos Antônio López (1790-1862) nasceu em Manorá, subúrbio de Assunção. Ele era filho de Miguel Cirilo López e Melchora Insfrán. Mesmo com poucos recursos, seus pais lhe garantiram acesso à boa educação, matriculando-o no tradicional Real Colégio Seminário de San Carlos – desativado no governo do dr. Francia. Em 1826, casou-se com Juana Pabla Carrillo, com quem teve cinco filhos – Francisco Solano López foi seu primogênito. Acumulou fortuna através da herança de Juana Carrillo e dos investimentos em agricultura, extração de erva-mate, imóveis, etc.⁹⁷ Em 1841, Carlos López obteve, “através de pronunciamento militar”, apoio das classes proprietárias, tornando-se, com Roque Gonzáles, cônsules do país.⁹⁸

Em 1842, convocou-se o Congresso Geral para discutir o futuro político do Paraguai. Carlos Antônio López enfrentou a oposição dos francistas, que o acusaram de abusar do poder, bem como sofrer forte influência de um argentino, o padre José Palácios.⁹⁹ López soube neutralizar seus adversários, estabelecendo Pedro de la Peña como articulador de uma manobra política. Conforme os congressistas chegaram à reunião, Peña os convenceu da importância de nomear Carlos López como único governante do país, fortalecendo o executivo e ampliando os poderes presidenciais. A proposta foi aceita, o Consulado extinto, a oposição derrotada. O novo governante “seria repetidamente reeleito, até [Carlos Antonio] falecer, em 10 de setembro de 1862”.¹⁰⁰ Na política externa, a administração lopista optou, inicialmente, por envolver-se nas disputas platinas, a fim de abrir o comércio internacional, já que a exteriorização econômica era uma das suas principais propostas. Em 1846, com o fracasso da ofensiva contra Juan

⁹⁷ JARDIM, Wagner. A Invasão Paraguaia do Rio Grande do Sul e a Rendição em Uruguaiana (1865). Dissertação de mestrado. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2014. p. 42. [citar o livro]

⁹⁸ MAESTRI, Mário. Há 150 Anos [...]. Ob. cit. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/28196-h%C3%A1-150-anos-morria-carlos-antonio-1%C3%B3pez.html>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

⁹⁹ JARDIM, Wagner. A Invasão Paraguaia do Rio Grande do Sul e a Rendição em Uruguaiana (1865). Ob. cit. p. 46.

¹⁰⁰ MAESTRI, Mário. Há 150 Anos [...]. Ob. cit. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/28196-h%C3%A1-150-anos-morria-carlos-antonio-1%C3%B3pez.html>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

Manuel de Rosas, presidente argentino responsável pelo bloqueio do comércio internacional, Carlos López retornou ao não intervencionismo.

O governante parece ter compreendido que o consenso interno sobre uma guerra defensiva não se aplicava a ações ofensivas no exterior. Em 1852, diante da queda de Rosas, devido à Batalha de Monte Caseros, sem a participação do Paraguai, e a posterior liberação do trânsito fluvial, “foram criadas as condições para reintegração” do país nas relações e comércio internacional. A administração lopista investiu na construção de obras públicas para ampliar a capacidade exportadora de produtos primários, sobretudo erva-mate, madeira e tabaco. Beneficiou os setores proprietários, em detrimento do nivelamento social característico do período de Francia. Nesse período, ocorreu “o deslocamento das classes camponesas e populares como segmentos prioritários no governo anterior, em indiscutível restauração tendencial de realidade anterior a 1813”.¹⁰¹

Mas o presidente López jamais abandonou a base social camponesa, imprescindível à manutenção da independência nacional. Ao menos um setor significativo das classes proprietárias, por sua vez, apoiou majoritariamente os amplos poderes presidenciais enquanto lhes foi conveniente. Em 1857, uma oposição organizada a partir de Buenos Aires criticou com maior ênfase o monopólio político e a forte presença do Estado na economia. Pedro de la Peña, antigo lopista, fez coro às classes mercantis, interessadas em ampliar o liberalismo econômico. Em 1859, uma conspiração contra o presidente paraguaio foi descoberta e seus principais integrantes foram presos e, alguns, executados.¹⁰²

Em setembro de 1862, após duas décadas de governo, Carlos Antônio faleceu em Assunção. Seu primogênito, conforme testamento político deixado pelo pai, segundo as instituições do país, ficou encarregado de convocar o Congresso Nacional para eleger um novo presidente. Durante os trabalhos, Solano López enfrentou oposição que tentou afastá-lo do processo de sucessão, mas a “impugnação não prosperou”, e a “base eleitoral do general Francisco Solano López” mostrou-se majoritária.

A oposição veio de dentro de sua família, através de seu irmão Benigno López, e de fora das mesmas, de segmentos que criticavam o monopólio familiar do poder e o

¹⁰¹ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel [...]*. Ob. cit. p. 136, 197; SILVEIRA, Mauro César. *A guerra de papel [...]*. Ob. cit. p. 85.

¹⁰² MAESTRI, Mário. *A República Camponesa [...]*. Ob. cit. p. 134.

monopólio estatal do comércio de erva mate e de grande parte das terras.¹⁰³ Nossa pesquisa não analisará em profundidade a administração Solano López, marcada pela tentativa de desenvolvimento econômico, como também por disputas de poder e enriquecimento pessoal à custa do aparelho estatal. Buscamos a compreensão dos eventos nacionais e internacionais que determinaram a Guerra do Paraguai.

Quando assumiu a presidência, aos 36 anos, Francisco Solano López era um homem familiarizado ao poder e ao governo. Desde jovem, participara junto ao pai de decisões políticas, diplomáticas e militares. Em 1853, viajou para a Europa em importante missão diplomática, visitando a Inglaterra, França, Espanha, Itália e Alemanha. Solano López contratou técnicos estrangeiros para *modernizar* o Paraguai e comprou alguns armamentos para o país. Na França, conheceu o imperador Napoleão III e a irlandesa Elisa Lynch, de vida mundana, que se tornou sua companheira e mãe de alguns de seus filhos. Em 1855, retornou da viagem à Europa, e em meio da expedição naval imperial ao Paraguai, encontrou-se com Pedro II, no Rio de Janeiro. Teria sido tranquilizado pelo imperador sobre a operação em Assunção. Segundo o monarca, a missão do almirante Pedro Ferreira não era militar, “nem uma expedição punitiva”; tinha um caráter amistoso para “reatar relações diplomáticas”. Como veremos a seguir, a forte e agressiva expedição foi um fracasso aos imperiais. Para o futuro presidente paraguaio, a experiência demonstrou as intenções *pouco amistosas* do monarca *brasileiro* na bacia do Prata.¹⁰⁴

No poder, Solano López manteve as diretrizes econômicas instauradas pelo pai: prioridade às classes possuídas, sem abandonar às bases camponesas. Segundo o historiador Mário Maestri, o lopismo estabeleceu um governo “bonapartista mercantil-oligárquico”, apresentando-se “como representante de toda a nação”, apoiando-se, por um lado na “fragilidade das classes proprietárias mercantis que expressava – comerciantes, estancieiros, camponeses enriquecidos e alto clero”, e, por outro, no forte campesinato politicamente desorganizado.¹⁰⁵ Na política internacional, enfrentou divergências

¹⁰³ MAESTRI, Mário. *A República Camponesa [...]*. Ob. cit. pp. 143-144.

¹⁰⁴ Sobre Elisa Lynch, Cf.: BAPTISTA, Fernando. *Elisa Lynch: mulher do mundo e da guerra*. São Paulo: Civilização brasileira, 1986; Sobre a expedição imperial a Assunção, em 1855, Cf.: TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855)*. Passo Fundo: Méritos, 2012. MAGALHÃES, Raimundo Júnior. *O Império em Chinelos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957. pp. 104-105. In: SILVEIRA, Mauro César. *A guerra de papel [...]*. Ob. cit. p. 100.

¹⁰⁵ MAESTRI, Mário. *A guerra no papel [...]*. Ob. cit. p. 206.

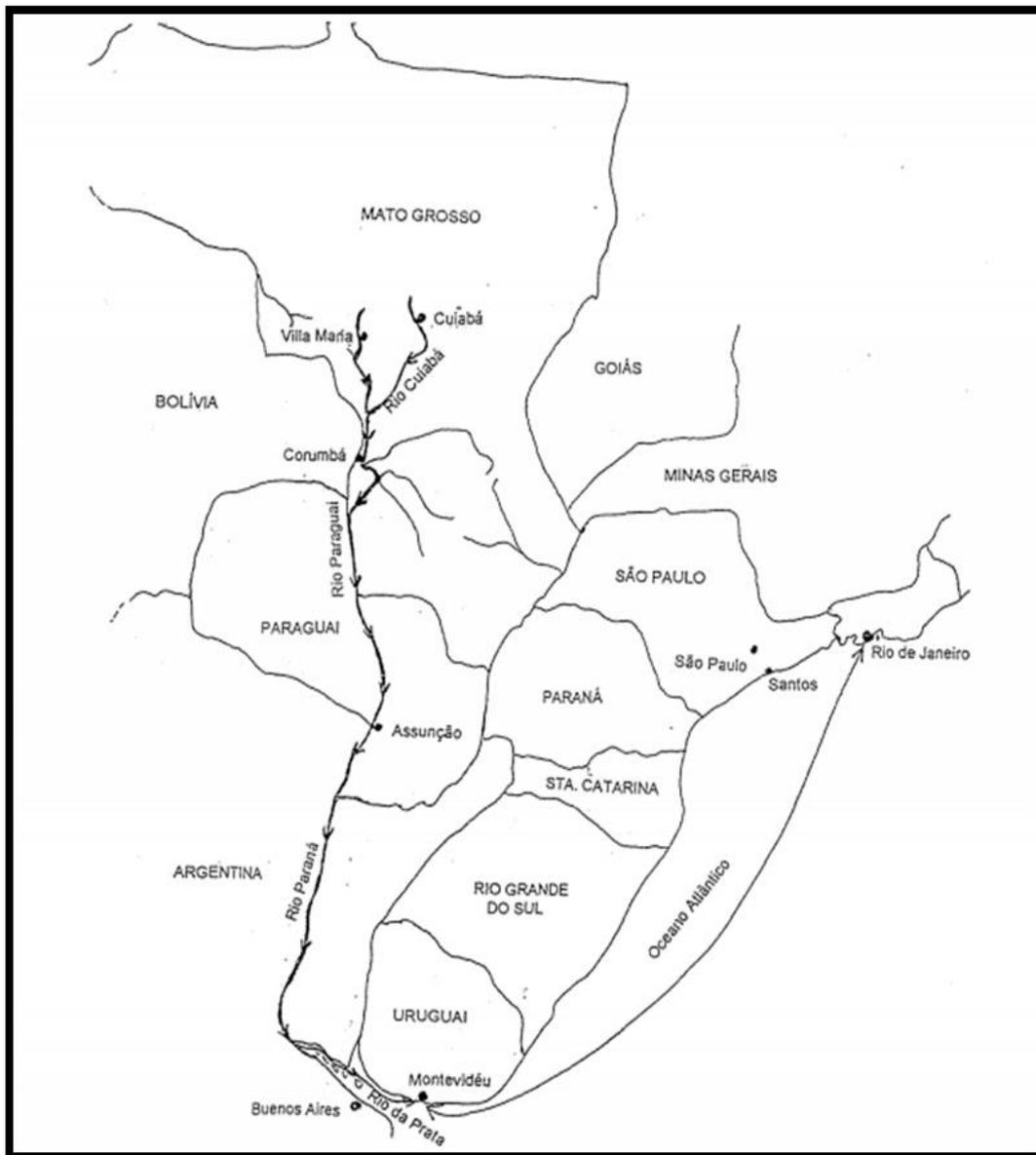
territoriais e de navegação (há muito estabelecidas) que colocaram o Paraguai em rota de colisão com os governos do Brasil e da Argentina.

1.8 O acordo de 1856: protelação da guerra

No século XIX, ao sul da então província de Mato Grosso havia áreas em litígio entre o Império do Brasil e a República do Paraguai.¹⁰⁶ Para assegurar o controle do território em disputa, o governo imperial ampliou o uso das vias fluviais que, mais rápidas e econômicas, permitiriam a incorporação do Oeste ao sistema mercantil. Fundou, igualmente, colônias militares em territórios *neutralizados*. Mas a navegação dependia de acordos com os países vizinhos: a viagem entre as terras mato-grossenses e o Rio de Janeiro por rios que se internavam na Argentina e no Paraguai. Ver Ilustração 1.

¹⁰⁶ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855)*. Passo Fundo: Méritos, 2012. p. 36.

Ilustração 1 – Rota Fluvial e Marítima ligando Mato Grosso ao Rio da Prata e ao Rio de Janeiro



Fonte: DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001. p. 132.

Em 1843, o parlamentar Maciel Monteiro (1801-1868) declarou que não “é preciso gastar muito tempo para demonstrar as vantagens desta liberdade de navegação”. O político destacou as potencialidades “dos elementos de prosperidade” e de “grandes

riquezas”.¹⁰⁷ Embora o ouro estivesse exaurido, o livre trânsito era importante por questões geoestratégicas: facilitava o controle da região em caso de revolta ou invasão; e por questão econômica: permitia o escoamento da produção local no Prata, que, embora modesta, poderia ser ampliada.

Em 15 de dezembro de 1853, José da Silva Paranhos foi nomeado Ministro da Marinha, atuando no processo de negociações de acordos fluviais com os paraguaios. Paranhos enfatizou a importância de liberar sem exceções a navegação até a o Mato Grosso. Entretanto, o Império negava-se a fazer o mesmo no relativo ao rio Amazona.¹⁰⁸ No debate sobre as demarcações territoriais, o governo imperial defendia o *uti possidetis*, princípio pelo qual uma área pertence a quem a ocupe de fato. Para isso, apontava o povoamento dos territórios ao sul de Mato Grosso como prova de seu direito. Opinião não compartilhada pelo Paraguai. Carlos Antônio López alegou que na área não havia ocupação estável ou produção econômica regular, atrelando a assinatura do tratado de navegação à delimitação territorial entre o rio Apa e rio Branco, “onde os limites entre os dois países não haviam sido demarcados”.¹⁰⁹ Para os imperiais, a região era brasileira. Em dois mapas, um de 1847 e outro de 1852, o território em disputa é dado como mato-grossense desde o Tratado de Santo Ildelfonso, em 1777. Ver Ilustrações 2 e 3.

¹⁰⁷ Discurso de Maciel Monteiro, Sessão de 9/03/1843, *Annaes do Parlamento*, 1843, tomo 2º, p. 154. In: MONIZ, Bandeira. *A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata [...]*. Ob. cit. p. 136.

¹⁰⁸ Id. Ib. p. 136.

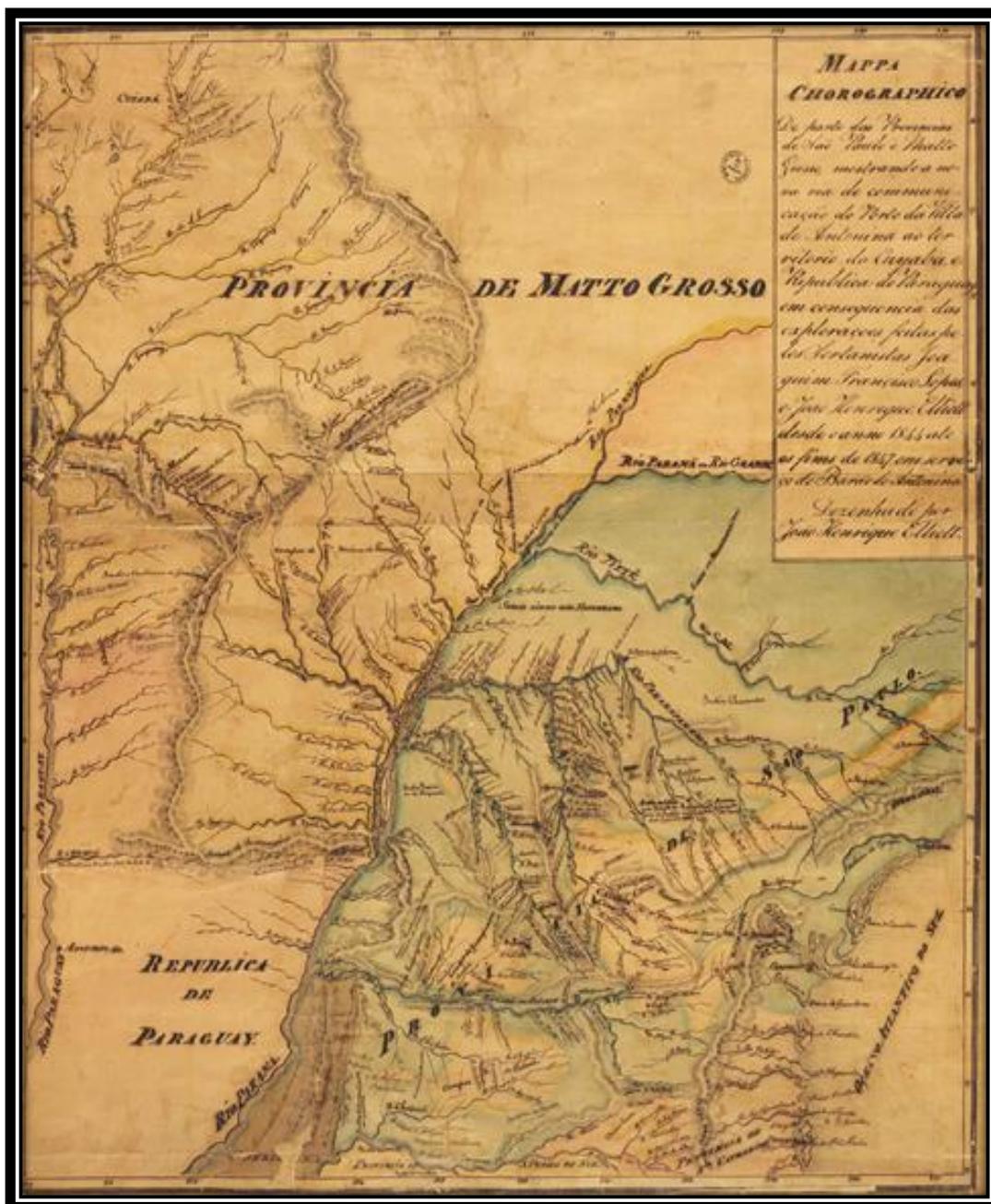
¹⁰⁹ DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001. p. 51.

Ilustração 2 – Mapa da província do Mato Grosso



Carvalho, Izaltino José Mendonça de. Carta da República do Paraguai e dos territórios vizinhos do Império do Brasil [Cartográfico]. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Acesso em 18 de novembro de 2015.

Ilustração 3 – Mapa da província do Mato Grosso



Elliot, John Henry. Mapa corográfico de parte das províncias de São Paulo e Mato Grosso. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Acesso em 18 de novembro de 2011.

Em 1854, em meio a tratativas complexas, o presidente paraguaio acusou os mato-grossenses de invadirem áreas em litígio e dificultou o trânsito de navios imperiais em território paraguaio. O governo monárquico repudiou as declarações e defendeu a legitimidade daquela ocupação, realizada à margem dos acordos anteriores. A troca de

acusações resultou na expulsão de Felipe José Pereira Leal, ministro imperial em Assunção. Esse episódio “foi a escusa necessária para o envio da expedição armada ao Paraguai”.¹¹⁰ Em dezembro de 1854, o ministro plenipotenciário Pedro Ferreira de Oliveira (1801-60) comandou uma expedição com 36 navios e mais de dois mil soldados, enquanto outras tropas foram aquarteladas nas divisas das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A imponente missão deveria firmar vantajosos acordos territoriais, comerciais e de navegação, usando para isso a *diplomacia da canhoneira* – estratégia que consiste em deslocar expedição armada para intimidar o opositor a ceder às pressões da força maior.

Os planos não saíram como o previsto. A esquadra imperial encontrou dificuldades de navegação nos rios da Prata e Paraná e seria temerário um ataque às posições paraguaias, incluindo a bateria de Humaitá, instalada naquela ocasião. “A derrota militar certamente arriscaria o *status* obtido pelo Império em 1851-2 [Guerra contra Oribe e Rosas], no Prata.”¹¹¹ As grandes expectativas foram sucedidas por resultados inexpressivos. Em 27 de abril de 1855, o ministro plenipotenciário Pedro Ferreira de Oliveira celebrou em Assunção um acordo que jamais foi ratificado pelo parlamento imperial.

Em 1856, em meio a tensões bilaterais, foram retomadas as negociações entre ambos os países, quando se firmaram as bases para o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio. As deliberações regulamentaram a política de trânsito fluvial sobre as águas do rio Paraguai, mas nada decidiram sobre a questão de limites – solução outra vez adiada. Somente em 1858, o acordo foi ratificado e passou a ter validade. Conforme previu o artigo XI do sobredito tratado, as “Altas Partes Contratantes, desejando proporcionar todo o gênero de facilidades à navegação fluvial comum, comprometem-se reciprocamente a colocar e manter as balizas e sinais que forem precisos para essa mesma navegação na parte que a cada uma corresponder.”¹¹²

¹¹⁰ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit. p. 68.

¹¹¹ Idem. Uma primeira guerra do Paraguai: as cartas da “invasão brasileira de 1855” ao Paraguai. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 3, nº 6, Dezembro de 2011. pp. 1-2.

¹¹² DOMINGOS, Sávio. Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 47; Tratado de Amizade, Navegação, e Comércio entre D. Pedro II Imperador do Brasil, e a República do Paraguai, assinado no Rio de Janeiro em 6 de Abril de 1856, e ratificado por parte do Brasil em 8 do mesmo mês, e ano, e pelo do Paraguai em 9 de junho do dito ano. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1856/b_50/. Acesso em 24 de abril de 2014.

No sul da América, o governo imperial utilizou todos os meios para liberar a navegação do rio Paraguai, negando, no norte do país, no rio Amazonas, o direito de livre navegação às nações ribeirinhas, à montante daquele rio. Os próprios integrantes da administração central compreendiam que os discursos variavam conforme o interesse, como reconheceu Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), relator da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. Se, “como possuidores do [rio] Paraguai, ou de parte do Paraguai, Paraná e Uruguai nos consideramos com direito perfeito a navegar estes rios até sua embocadura no mar [...] não nos será decoroso disputar aos habitantes da Bolívia, Peru, Nova Granada, Equador e Venezuela a navegação no Amazonas.”¹¹³

Em 1858, Augusto de Lamare, presidente da província de Mato Grosso, relatou com entusiasmo a José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco (1870), que esta “província regada, como é, de tão importantes rios, cujas grandes artérias levam suas correntes ao Oceano, terá conseqüentemente de saborear os frutos da civilização e da riqueza, logo que de fato abra a navegação sem obstáculos naturais”.¹¹⁴ Para Augusto de Lamare, o acordo com a nação vizinha era motivo de comemoração, pois “nos liberta da possibilidade de uma guerra”.¹¹⁵ A fala otimista do governante subestimou o vasto histórico de conflitos sul-americanos.

1.9 Da diplomacia da canhoneira à Missão Saraiva

Pedro II abriu a sessão parlamentar de maio de 1852 anunciando que “o Império acha-se em paz com todas as potências estrangeiras”.¹¹⁶ Mas como o governo monárquico reverteu sua condição desfavorável na bacia platina durante as décadas anteriores?

Para a historiadora Wilma Peres Costa, a vitória na guerra contra Rosas e Oribe (1851-52) reiterou o veto imperial à reconstituição do antigo vice-reino do rio da Prata e

¹¹³ Conselho de Estado – 1842-1889 – Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros. Volume I – 1842-1845. In: FERREIRA, Gabriela. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. Ob. cit. p. 66.

¹¹⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 19. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/412/>. Acesso em 10 de junho de 2014.

¹¹⁵ Loc. cit.

¹¹⁶ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O intervencionismo do Império brasileiro no rio da Prata [...]. Ob. cit. p. 131.

manteve o Uruguai como um estado-tampão entre o Brasil e a Confederação Argentina. Após longo período conservador (1850-1862), um gabinete de liberais associados a conservadores reformistas - *progressistas* - assumiu o poder no Brasil, alterando a orientação na política externa, até então contrária a intervenção no Uruguai. A premissa de restauração da autonomia *nacional* de Bernardo Berro (1860-1864), presidente oriental, colocava-o em confronto com os interesses dos criadores sul-rio-grandenses na banda norte uruguaia.

Os criadores escravistas oriundos do Rio Grande do Sul representavam entre 10% e 15% da população e detinham até 30% do território oriental. Para o governo imperial, o Uruguai garantia mais terras agrícolas e o controle da comunicação fluvial.¹¹⁷

Durante a guerra civil que dividiu a Argentina, o general Flores lutou ao lado do presidente Bartolomé Mitre (1862-1868). “Assim Mitre e os colorados estavam presos a uma aliança passada e uma conveniência presente”. Em 1862, Bernardo Berro, presidente uruguaio, não renovou os acordos leoninos que asseguravam aos brasileiros vantajosas condições econômicas em seu país. Venâncio Flores, político colorado e aliado dos rio-grandenses, tinha seus próprios motivos para combater Bernardo Berro, mas tornou-se um aliado “de ocasião” para Pedro II. E suas alianças não paravam por aí. Durante a guerra civil que dividiu a Argentina, o general Flores lutou ao lado do presidente Bartolomé Mitre (1862-1868) “Assim Mitre e os colorados estavam presos a uma aliança passada e uma conveniência presente”.¹¹⁸

Pressionado pelo expansionismo imperial e pelas intenções hegemônicas da Argentina, Bernardo Berro buscou apoio no Paraguai. Ainda no governo de Carlos Antônio López, a diplomacia oriental propôs um tratado de amizade, comércio e navegação para preservar a independência de ambos. Esse acordo jamais foi assinado pelos paraguaios, possivelmente para evitar conflitos no exterior. Mas as tensões regionais permaneceram em ascensão.

Em 1863, Venâncio Flores invadiu o Uruguai a partir da Argentina, contando com o apoio de Bartolomé Mitre e dos estancieiros do Rio Grande do Sul. A revolução de Flores tornou-se um incidente maior. As autoridades portenhas estavam interessadas em

¹¹⁷ LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata [...]*. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina [...]*. Ob. cit. p. 678.

¹¹⁸ Id. Ib. p. 679.

derrotar os federalistas uruguaios. Do lado imperial, era imprescindível assegurar a livre navegação das artérias fluviais do rio Paraguai e manter uma “uma saída segura para o mar” a Mato Grosso, confinado no distante Oeste.¹¹⁹ Com o fim do período conservador (1850-1862), um gabinete de liberais associados a conservadores reformistas - *progressistas* - assumiu o poder, alterando a orientação na política externa, até então contrária a intervenção no Uruguai. A política de restauração da autonomia *nacional de* Bernardo Berro (1860-1864), presidente oriental, colocava-o em confronto com os interesses dos criadores sul-rio-grandenses na *banda norte* do país.

Em maio de 1864, a Missão Saraiva, chefiada pelo conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), utilizou a *diplomacia da canhoneira* para obter resultados práticos. Com clara alusão à guerra, a esquadra imperial atracou em Montevideú para referendar a “reparação às pretendidas ofensas e prejuízos sofridos pelos súditos imperiais, desde 1851”.¹²⁰ Sem acordo com Atanásio Aguirre, presidente sucessor de Bernardo Berro, o Conselheiro Saraiva *encerrou* as negociações com os *blancos*, e ordenou que os “comandantes [imperiais] das forças por terra ou mar” fossem comunicados sobre qualquer “atentado contra a vida e a propriedade de brasileiros”, tomando medidas “convenientes” para protegê-los “eficazmente”. Orientou os “nacionais” a não “envolver-se nas lutas internas da república”.¹²¹ José Saraiva protelou a intervenção por falta de condições logísticas para tal, preferiu primeiro acertar-se com os colorados e com a Argentina liberal-unitária.¹²² Em agosto de 1864, foi entregue o *ultimatum* ao governo uruguaio, enquanto a invasão ocorreu a partir de outubro daquele ano. Considerado um ato de guerra pelos paraguaios, a operação foi o último movimento antes do conflito.

Em 1894, o político e diplomata uruguaio José Vasquez Sagastume qualificou o *ultimatum* do Conselheiro Saraiva como “imperativo e violento”, despertando “sérios temores sobre a autonomia da Republica Oriental”.¹²³ Defendendo sua conduta, o ministro plenipotenciário imperial alegou que “depois de estudar a situação política da República

¹¹⁹ LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata [...]*. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina [...]*. Ob. cit. p. 680.

¹²⁰ MAESTRI, Mário. *A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit.

¹²¹ AHI. Rio de Janeiro. José Antônio Saraiva. Questão contra Aguirre e Guerra do Paraguai. Lata 245, maço 4, pasta 1, 1864-1866. Missão Especial do Brasil em Montevideú 11 de agosto de 1864.

¹²² Para saber mais, consultar: MAESTRI, Mário. *A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit. p. 9.

¹²³ SARAIVA, José Antônio. (1894) *Resposta do Conselheiro José Antônio Saraiva ao dr. Vasquez Sagastume*. Bahia: Diário da Bahia. p. 4.

Oriental e reconhecer que não podia o seu governo, na permanência da guerra civil, satisfazer as reclamações brasileiras”, convencendo-se que a “pacificação interna da República era também a solução de todas as dificuldades internacionais”.¹²⁴ Admitiu, portanto, que a política do partido *blanco* não satisfazia aos anseios do Brasil, e seus representantes deveriam ser destituídos do poder.

1.9.1 A relevância econômica da erva-mate

Desde o século 18, devido à garimpagem e a mineração, os bandeirantes luso-brasileiros incorporaram partes dos atuais estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, como veremos no Capítulo 2.¹²⁵ As áreas em litígio eram cobertas por zonas de ricos ervais, cultura predominante nas exportações paraguaias. Ver Ilustração 4.

¹²⁴ SARAIVA, José Antônio. (1894) *Resposta do Conselheiro José Antônio Saraiva ao dr. Vasquez Sagastume*. Bahia: Diário da Bahia. p. 5.

¹²⁵ MONIZ, Bandeira. *A expansão do Brasil e a Formação dos Estados na bacia do Prata [...]*. Ob. cit. p. 39.

Ilustração 4 – Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor com base em LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969 e Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuição da herva mate no Brasil. São Paulo: 1908. Mapa AHRS, In: GERHARDT, Marcos. História ambiental da erva-mate. Tese de doutoramento. UFSC, 2013. p. 35.

A erva-mate, ou *Ilex paraguariensis*, é uma árvore natural das florestas sul-americanas. Grandes ervais concentram-se nos atuais estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul; na província argentina de Misiones; e no Leste do Paraguai.¹²⁶ Os guaranis foram os primeiros a misturar folhas da erva-mate à água, criando uma espécie de chá. Após descobrirem seu uso, os colonizadores atribuíram valor comercial à planta, instrumentalizando a produção e a venda do mate. Mas qual era sua importância econômica antes da guerra?

Em 1854, Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente da Província do Paraná,

¹²⁶ GERHARDT, Marcos. História ambiental da erva-mate. Tese de doutoramento. UFSC, 2013. pp. 23-24.

mencionou a “concorrência temível da erva paraguaia” nas praças de Buenos Aires e de Montevideú, até então com predominância imperial.¹²⁷ Goes e Vasconcelos preocupava-se com o diminuto número de mercados para exportação, pois o produto não *caíra no gosto* dos europeus, restringindo-se ao Prata. O problema agravava-se com a falsificação do erva *brasileira*, composta por “folhas estranhas”, perdendo a confiança do consumidor estrangeiro.¹²⁸ Em 1858, o governo paranaense concluiu que a qualidade superior do mate paraguaio relacionava-se ao melhor preparo. No Paraguai, o processo era refinado: a folha não era exposta à umidade, secava a fogo lento, sem fumaça e aguardava até 30 horas para conclusão de todo o processo. No Brasil, os “vícios de fabricação” aceleravam o beneficiamento, expondo as folhas à fumaça e a umidade, comprometendo o resultado final do preparo.¹²⁹

O aumento das exportações do mate paraguaio a Buenos Aires e a Montevideú relacionou-se à queda de Juan Manuel de Rosas, em 1852. O ditador portenho bloqueava a passagem comercial aos mercados ao sul e sua queda marcou uma nova fase do comércio regional. Não demorou até as vendas paraguaias ultrapassarem as exportações das províncias imperiais, reconhecidamente de menor qualidade. Solano López tentou exportar a folha beneficiada à Europa, sem sucesso. Restava o concorrido mercado platino. Segundo Moniz Bandeira, a “crise no comércio daquele produto coincidiu com o fim da moratória de seis anos, estabelecida pelo Tratado de 6 de abril de 1856, entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, para a solução do litígio em torno das fronteiras, sob o qual a disputa da ‘área mais rica dos ervais paraguaios’ se camuflava.”¹³⁰ Em janeiro de 1865, durante missão especial em Buenos Aires, o diplomata imperial José Maria da Silva Paranhos acusou o presidente López de comprar a simpatia dos argentinos “com a sua erva mate”.¹³¹ Ressaltando a importância econômica daquele produto.

¹²⁷ Relatório do presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba, província do Paraná, 1854. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/>. Acesso em: 04 de julho de 2015.

¹²⁸ Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba, 1858. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/620/>. Acesso em 04 de julho de 2015.

¹²⁹ Loc. cit.

¹³⁰ MONIZ BANDEIRA. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata [...]*. Ob. cit. p. 210.

¹³¹ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865. José Maria da Silva Paranhos.

Concernente ao Mato Grosso, o mate não foi exportado até o final da Guerra. Entre a década de 1850 e 1860, os presidentes provinciais detalharam os aspectos do comércio local, mencionando metais preciosos, diamantes, gado e até poaia, ou *Psychotria ipecacuanha*, planta utilizada para fins medicinais. Não encontramos, porém, referência sobre o processamento comercial de erva-mate.¹³² Dois anos antes da Guerra da Tríplice Aliança, o governo provincial organizou rondas na tentativa de vigiar a imensa fronteira mato-grossense, em uma dessas vigílias foram encontrados indícios de que os paraguaios abriram estradas em direção a Dourados, possivelmente para explorar os ervais da área.¹³³

Em 11 de julho de 1864, Amaro José dos Santos Barbosa, cônsul imperial em Assunção, sugeriu a José Paranhos instalar em Mato Grosso “alguma companhia” para “beneficiar erva mate que ali tanto abunda, e de igual qualidade a melhor do Paraguai”. Concluiu destacando as vantagens “de uma exportação forte que teria aquela Província, teria o preço de seis patações por arroba em Buenos Aires, e seria o chamariz de imigração voluntária e de recursos, que é a que melhor lhe convém”.¹³⁴ A declaração comprova o potencial econômico dos ervais para a economia regional, colocando a planta como mais um elemento em disputa na fronteira. Com a ocupação das áreas em litígio, os paraguaios aumentariam seu acesso à matéria-prima e evitariam nova concorrência no reduzido mercado do Prata. Apesar de pouco mencionado, esse aspecto comercial relaciona-se a crise que culminou na guerra.

Em Mato Grosso, os primeiros registros da exploração regular ocorreram com o fim do conflito, quando a Companhia Mate Laranjeira, de propriedade do rio-grandense Tomás Laranjeira (1839-1935), obteve autorização imperial para atuar no sul de Mato Grosso. A empresa também *privatizou* os ervais paraguaios, mantendo inclusive gerência em Assunção.¹³⁵

¹³² Analisamos os relatórios entre 1835 e 1871. Disponíveis em: Provincial Presidential Reports: Mato Grosso. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 14 de maio de 2015.

¹³³ SANTOS, Ana Claudia Martins dos. *Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864)*. Ob. cit. p. 176.

¹³⁴ AHI – Repartições consulares brasileiras. Assunção – Estante 238. Prateleira 3. Volume 2. Data: 1859-1865. Consulado Geral do Império do Brasil. Assunção, 11 de Julho de 1864.

¹³⁵ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902)*. III Congreso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica. San Carlos de Bariloche, 23 al 27 de Octubre de 2012. p. 2.

2. A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MATO GROSSO

2.1 Tratados, fortalezas e monções

Compreender as múltiplas dimensões à ocupação e resistência de Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, exige uma análise profunda sobre a própria constituição daquele território. Quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, o povoamento restringiu-se ao litoral, onde fundaram feitorias, roças, fazendas e, a seguir, arraiais e vilas. Nas três primeiras décadas do século 16, prevaleceu o extrativismo florestal, substituído pelas roças e plantações de cana-de-açúcar. Até o final do século 17, os limites sul do mundo lusitano não ultrapassavam a vila de Laguna, no atual estado de Santa Catarina.¹³⁶ A ação dos bandeirantes, que penetravam no interior do Continente para capturar e escravizar nativos, ampliou as linhas de fronteira.¹³⁷ Segundo Caio Prado Júnior, em *Evolução política do Brasil e outros estudos*, publicada em 1933, as *bandeiras* não tiveram aspecto colonizador: aprisionavam indígenas e demarcavam limites – mantendo colonos espanhóis à distância.¹³⁸

O historiador Moniz Bandeira, referência nos estudos sobre a América Latina, assinalou em *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata*, que os luso-brasileiros jamais desistiram de encontrar metais preciosos. A fundação de povoações ao longo do território serviu como “trampolim para o desbravamento dos sertões, onde diziam existir montanhas de ouro, prata e esmeralda”.¹³⁹ Nos primeiros tempos, a mineração constituiu-se atividade complementar, uma espécie de bônus a ser obtido em algum barranco ribeiro.¹⁴⁰ Em *Monções*, clássico sobre a expansão para o oeste publicado em 1945, Sérgio Buarque de Holanda lembra que o projeto de ocupação de novas terras não foi obra da genialidade política de Portugal. Tratou-se de uma conjunção entre interesses oficiais, como o controle de territórios não demarcados em Tordesilhas, e

¹³⁶ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: EdUnicamp, 1996. p. 77.

¹³⁷ TAUNAY; Afonso D'escragnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 36.

¹³⁸ PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp. 158 e 159.

¹³⁹ BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 37.

¹⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 49.

movimentos espontâneos – ações de sertanistas que a “diplomacia convalidou”.¹⁴¹

Segundo Buarque de Holanda, os espanhóis facilitaram o povoamento português do oeste. A chegada Francisco Pizarro (1476-1541), conquistador e explorador espanhol, ao Alto Peru e a descoberta de ouro em Potosí reduziram a procura pelo *Eldorado*. Os hispânicos concentraram suas atenções nas terras próximas ao oceano Pacífico, subestimando a importância de outros lugares.¹⁴² Após incursões de bandeiras às vilas de Xerez e de Guairá, núcleos estabelecidos ainda no século 16, nos atuais estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná, os espanhóis foram expulsos, os nativos das reduções foram capturados e as possessões passaram ao controle dos luso-brasileiros.

Em 1719, na esteira da expansão luso-brasileira, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral (1654-1730) encontrou pepitas de ouro nas margens do rio Coxipó-Mirim, norte de Mato Grosso, desencadeando afluxo populacional. O arraial da Forquilha foi o primeiro povoado fundado na região do Pantanal e serviu para abrigar a crescente presença de mineradores. O local recebeu a denominação de *forquilha* porque se localizava na confluência de dois ribeirões que, ao se encontrarem, davam continuidade ao rio Coxipó.¹⁴³ Milhares de pessoas trilharam o “caminho do ouro”: de mineradores e comerciantes a jesuítas e agricultores, todos tinham algum interesse na nova rota colonial.

A descoberta de ouro foi comemorada pela metrópole. Na iminência da Revolução Industrial, a economia portuguesa encontrava-se atrasada em relação às demais potências europeias e as minas americanas davam uma sobrevida ao decadente sistema colonial lusitano.¹⁴⁴ Em 1727, o arraial da Forquilha foi elevado à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. As diversas levadas migratórias ampliaram a população e estimularam o contato com outras localidades.¹⁴⁵

Em maio de 1748, no intuito de ocupar estrategicamente as novas possessões coloniais, dom João V ordenou a criação da Capitania Geral de Cuiabá e de Mato

¹⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 90.

¹⁴² Id. *Ib.* p. 97.

¹⁴³ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 30.

¹⁴⁴ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e Negócios na “Era dos Impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. p. 38.

¹⁴⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: INL, 1987.

Grosso.¹⁴⁶ O Conselho Ultramarino (1642-1833), órgão que regulamentava as questões do mundo colonial, pensou a criação da capitania do Mato Grosso como uma barreira física, dificultando o acesso dos espanhóis às riquezas do interior, principalmente com o fim da União Ibérica (1580-1640).¹⁴⁷ Foi o “mapa do ouro” que determinou que o “desenho territorial e das fronteiras entre as possessões ultramarinas das metrópoles europeias”.¹⁴⁸

Com a fundação de novos núcleos urbanos e da construção de fortificações, a colônia portuguesa ganhou contornos cartográficos pautados no povoamento, em oposição à rígida e artificial divisão de Tordesilhas (1494), há muito superada. O governo espanhol, discordando dos limites reivindicados por Portugal, buscou uma saída diplomática para o impasse. Em 1750, após discussões e tratativas, as nações ibéricas assinaram o Tratado de Madri.¹⁴⁹ O acordo estabelecia o reconhecimento do princípio *uti possidetis* do Direito Romano, segundo o qual a posse legal é determinada pela posse de fato, desde que a ocupação seja efetiva e prolongada. Apesar do Tratado de El Pardo (1761) ter anulado o de Madri, os fundamentos jurídicos e geográficos prevaleceram, mas os conflitos perdurariam por muito tempo.¹⁵⁰

Os acordos sobre limites não foram capazes de garantir o fim das divergências entre as duas potências coloniais, e os lusitanos prosseguiram com a construção de fortes militares, principalmente no curso médio do rio Paraguai. Segundo a historiadora mato-grossense Maria do Carmo Brazil, a política de fortificações pretendia legitimar a ocupação portuguesa, utilizando-se de “balizas naturais, uma das principais estipulações portuguesas no Tratado de Madri.”¹⁵¹

2.2 Da construção e das finalidades do forte de Coimbra

Os portugueses possuíam uma longa tradição no desenvolvimento de fortificações militares, imprescindíveis à ocupação, povoamento, organização e exploração de novos

¹⁴⁶ IAREB, Ney Reynaldo. Guerra do Paraguai [...]. Ob. cit. p. 28.

¹⁴⁷ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 123.

¹⁴⁸ COSTA, Wilma. *A espada de Dâmocles [...]*. Ob. cit. p.79.

¹⁴⁹ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. Ob. cit. p. 85.

¹⁵⁰ PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. Ob. cit. p. 75.

¹⁵¹ BRAZIL, Maria do Carmo. Brasil e Portugal no período pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/genericos/Per_Pombalino.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2013.

territórios.¹⁵² Em 1771, o português Luís de Albuquerque Melo Cáceres foi nomeado como 4º governador da capitania do Mato Grosso. Militar de formação registrou minuciosamente os eventos de sua viagem entre Lisboa e Cuiabá. Sobre a passagem na bacia platina, escreveu que o “caminho até o rio [da Prata] é tudo planície, mas corre entre vários alagadiços e pantanais e o rio corre para o Norte”.¹⁵³ Luís de Albuquerque era um grande cartógrafo. Sua coleção particular reunia dezenas de mapas do Mato Grosso, sendo muitos de sua autoria.¹⁵⁴

O período albuquerqueiano (1772-1789) caracterizou-se pela criação de núcleos de povoação em direção ao curso do rio Paraguai, daí a importância do conhecimento geográfico e cartográfico do governador da capitania. Não por acaso, a presença lusitana no Mato Grosso ancorava-se em um criterioso planejamento de ocupação das fronteiras para assegurar o controle territorial.¹⁵⁵ Vila Bela, sede da capitania, fundada em 1752, situava-se bem ao norte, e a administração local direcionou as atenções à parte sul, até então desabitada e desprotegida. Pretendendo “empurrar” a linha de colonização portuguesa nos rincões da América, Luís de Albuquerque, governador da capitania do Mato Grosso, ganhou notoriedade pela construção dos fortes de Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776), além da fundação de povoações, efetivando o domínio português na região. A expansão lusitana sobre a margem direita do rio Paraguai foi alicerçada com o povoamento de Iguatemi (1767), da guarnição de Miranda (1776) e da fundação de Albuquerque (1778).¹⁵⁶ Ver Ilustração 5.

¹⁵² CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: conquista e povoamento no extremo oeste. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

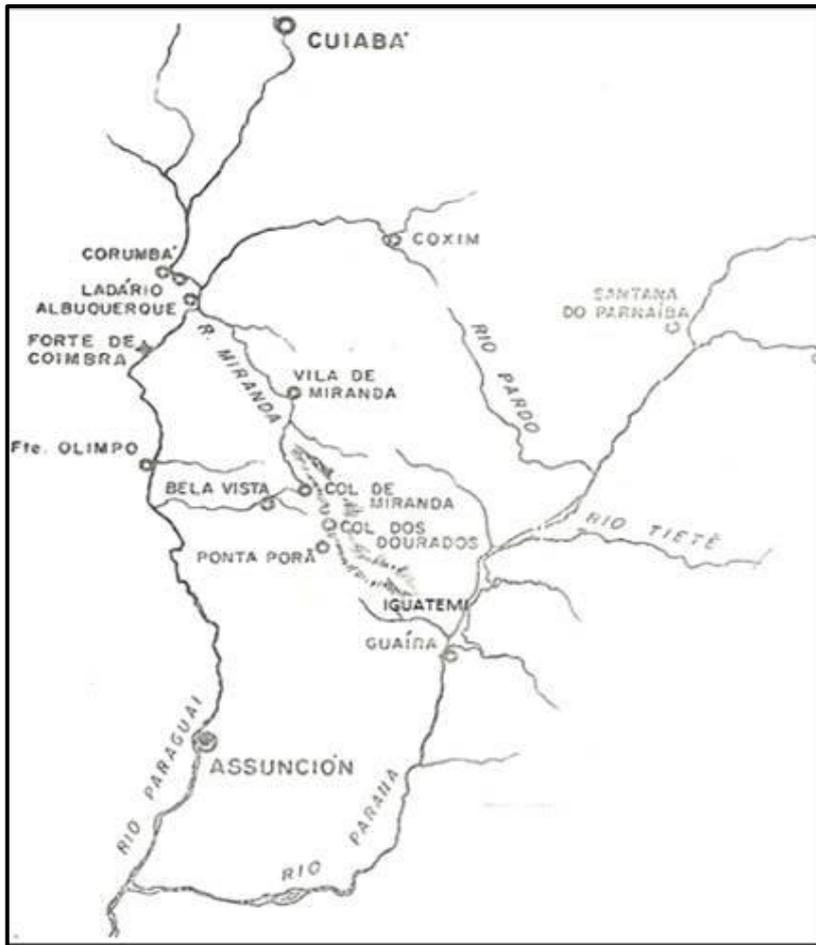
¹⁵³ Diário de Luís de Albuquerque Melo Pereira Cáceres. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/caceres_diario.html. Acesso em 07 de setembro de 2013.

¹⁵⁴ FERNANDES, Daniela. De Mato Grosso a São Paulo: um percurso... duas fontes. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/85.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2013.

¹⁵⁵ CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira [...]*. Ob. cit. p. 18.

¹⁵⁶ REYNALDO, Ney Iareb. Guerra do Paraguai [...]. Ob. cit. p. 33.

Ilustração 5 – Esboço do sul do Mato Grosso no século 19.



Fonte: Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975, p. 73.

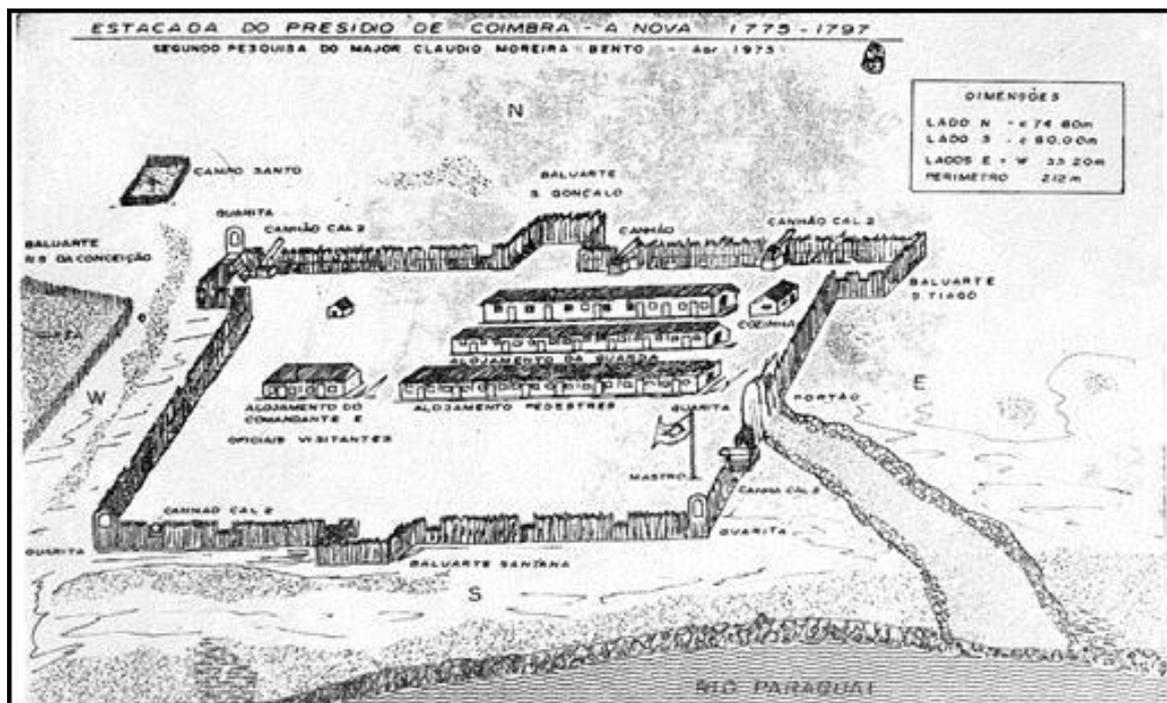
Em julho de 1775, o capitão Mathias Ribeiro da Costa foi incumbido de comandar uma expedição fundadora. O destacamento do Corpo de Dragões era composto por 245 homens, divididos em três grupamentos e guiados por nativos da região. O objetivo era alcançar a área denominada Fecho dos Morros, 292 km abaixo de Cuiabá, e construir uma defesa militar fortificada no estreito de São Francisco, extremo sul da Capitania.¹⁵⁷ Mathias Ribeiro recebeu ordens do governador Luís de Albuquerque (1739-1797) para descer até a latitude 21°30', no entremeio de duas colinas, para construir o posto avançado de Coimbra e garantir o controle de importantes rotas fluviais. Em 13 de setembro de 1775, o forte de Coimbra foi estacado na margem direita do rio Paraguai. A planta

¹⁵⁷ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra: dois séculos de História, de fé e de Glórias. Revista Militar Brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975. p. 46.

projetada por Ricardo Franco de Almeida indicou um formato de polígono estrelado.

Para John Keegan, historiador militar inglês, uma fortaleza não serve apenas como proteção contra ações ofensivas, mas também para incursões ostensivas. Seus ocupantes a usam como base para manter o controle de uma região ou mesmo ampliá-la, impondo “controle militar sobre a área por que se interessam”.¹⁵⁸ A finalidade de Coimbra era garantir a expansão territorial luso-brasileira, em detrimento dos *castellanos*. Inicialmente, a construção era rudimentar: de pedra, madeira e com telhado de palha.¹⁵⁹ Possuía três alojamentos que contemplavam: o comandante e os oficiais visitantes; a guarda e os pedestres em trânsito. Quatro baluartes foram construídos alinhados aos pontos cardeais: São Gonçalo (Norte); Santana (Sul); São Tiago (Leste) e Nossa Senhora da Conceição (Oeste). Cinco canhões e três guaritas completavam a defesa. Ver ilustração 6.

Ilustração 6 - Desenho forte de Coimbra do século 18.



Fonte: Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. V.108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975, p. 50.

A reconstituição da Ilustração 6 foi produzida a partir do “Diário de Navegación y Reconocimiento del Paraguay hasta los Presídios de Coimbra y Albuquerque – 1790” de

¹⁵⁸ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 188.

¹⁵⁹ BARRETO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 178.

don Inácio Passos, navegador sob o comando do capitão don Martim Boeno. Ambos foram enviados pelo vice-reino do Prata para reconhecer as posições ocupadas pelos portugueses nas fronteiras dos impérios ibéricos.¹⁶⁰

A posição do forte, considerada uma grande vantagem estratégica, pode ter origem em um erro de topografia. Mathias Ribeiro não soube identificar qual era o acidente topográfico onde deveria levantar a fortificação, e quando atingiu o “estreito de São Francisco, à latitude de 19°55’, pareceu-lhe ser o local específico nas instruções.”¹⁶¹ O erro do local para o estabelecimento construção não afetou sua importância, como demonstra a seguir a carta de Luís de Albuquerque de Melo, na qual ele temia que Coimbra fosse tomado pelos hispânicos, o que inviabilizaria o comércio com a província de Mato Grosso. Era imprescindível impedir que os espanhóis se apoderassem “do sobredito posto”, caso contrário, se tornariam “senhores das pantanosas bocas dos rios Emboteteu (Miranda, atualmente), e Paraguai, privando a dita Capitania da indispensável navegação e comércio de São Paulo e Rio de Janeiro”.¹⁶²

Logo após sua fundação, o sargento-mor Marcelino Rodrigues de Campos assumiu o comando da fortificação de Coimbra. A missão da fortaleza era dificultar o acesso espanhol ao alto-Paraguai; assegurar a posse do território; repelir nativos *hostis* e criar condições à ligação por água entre as capitanias. Para os portugueses, a estacada de Coimbra assegurou projeção geopolítica, influenciando a criação da vila de Corumbá, em 1778, e do forte de Miranda, em 1797, compondo tríade defensiva no sul de Mato Grosso.¹⁶³ Ver Ilustração 7.

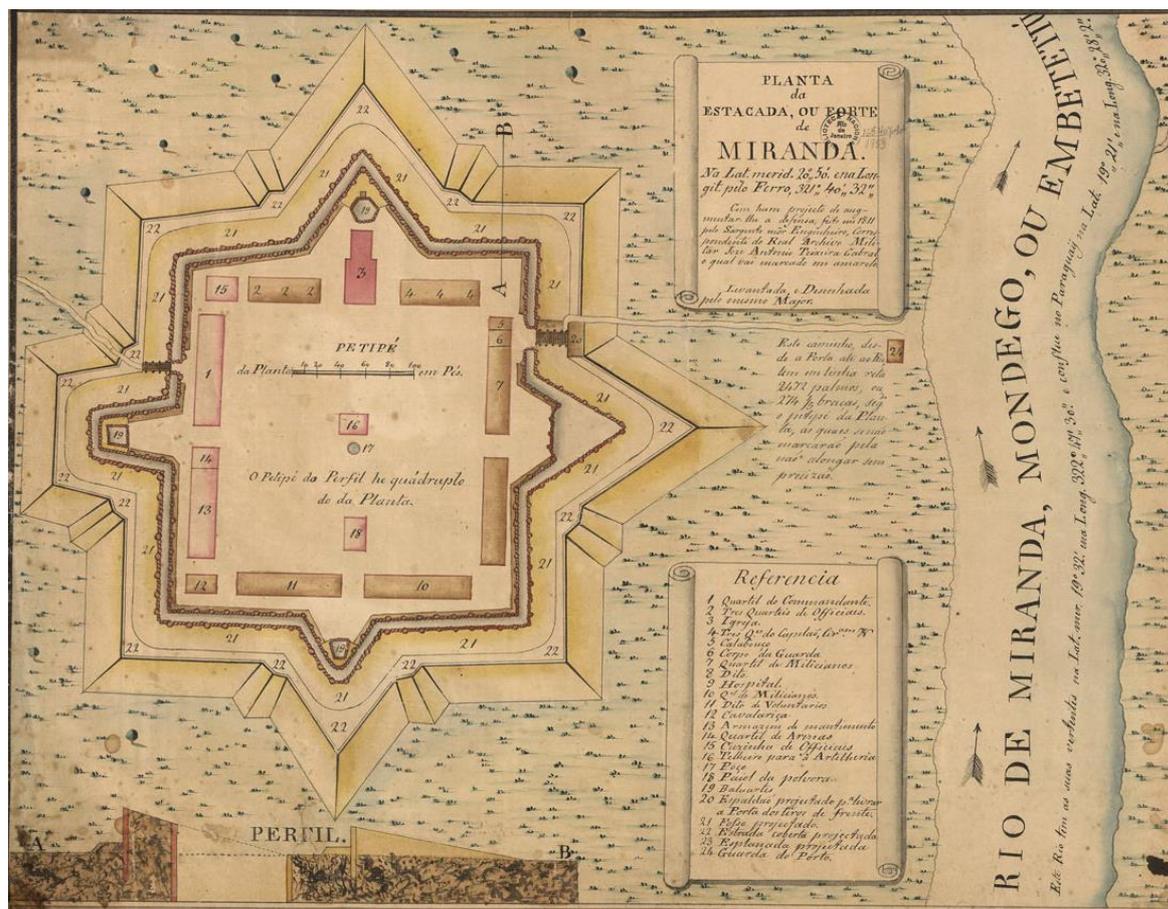
¹⁶⁰ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra [...]. Ob. cit. p. 50.

¹⁶¹ CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira* [...]. Ob. cit. p. 402.

¹⁶² Id. Ib. p. 403.

¹⁶³ MELLO, Raul Silveira de. O bicentenário do forte de Coimbra [...]. Ob. cit. p. 36.

Ilustração 7 – Planta do forte de Miranda



Cabral, José Antonio Teixeira. Planta da Estacada ou Forte de Miranda [Cartográfico]. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Acesso em 18 de novembro de 2015.

2.3 Remodelação de Coimbra: o batismo de fogo

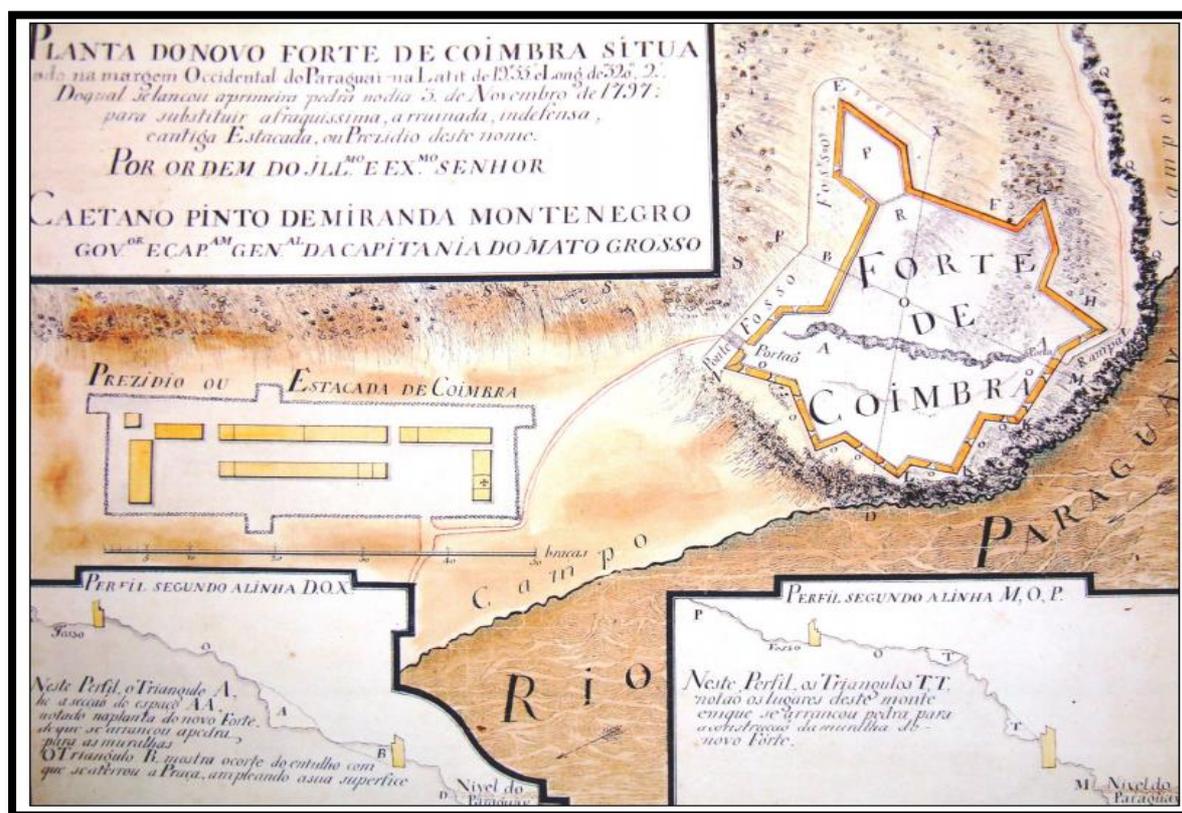
Na noite de 4 fevereiro de 1777, apenas dois anos de sua fundação, um incêndio danificou parte do forte, deixando morto um trabalhador escravizado. Controladas as chamas, os danos foram reparados, mas a estrutura permaneceu basicamente de madeira. Em 1790, as autoridades coloniais temeram um ataque ao forte de Coimbra. Uma pequena expedição fluvial castelhana foi enviada para percorrer o rio Paraguai, identificando e intimidando “as posições militares portuguesas de Coimbra e Albuquerque”.¹⁶⁴ A operação, conhecida como “Expedição Boneo-Passos”, alusão a um capitão e um piloto da marinha espanhola, gerou o receio de que uma ação ofensiva fosse iminente. Mas os

¹⁶⁴ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra [...]. Ob. cit. pp. 65- 66.

temores luso-brasileiros não se confirmaram.

Em 1797, Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel e engenheiro português, assumiu a chefia militar de Coimbra. Com o objetivo de reformular a fortificação, que teve seus velhos troncos de carandá castigados pelo tempo, Ricardo Franco capitaneou o projeto de remodelação do forte, substituindo a madeira por uma construção de argamassa e de pedra e realizando aprimoramentos de ordem técnica.¹⁶⁵ A premente necessidade de melhorias não era acompanhada de recursos financeiros: faltava mão-de-obra qualificada e material de construção, o que atrasou o término das obras. Apesar das dificuldades, a capacidade de adaptar soluções garantiu o andamento do projeto de arquitetura heterodoxa. Ver Ilustração 8.

Ilustração 8 – Planta do novo forte de Coimbra



CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). Tese de doutoramento, PPGH, USP, São Paulo, 2012. p. 105.

A remodelação não estava concluída quando o forte foi posto à prova. Em 1801, a

¹⁶⁵ BARRETO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. Ob. cit. p. 180.

Guerra das Laranjas opôs Portugal e Espanha, com repercussões na América do Sul. A partir do vice-reino do rio da Prata, os hispânicos organizaram ataque a um dos pontos mais vulneráveis do território português – o sul da capitania de Mato Grosso. Lázaro de la Ribera y Espinoza, governador da Intendência do Paraguai desde 1796, comandou uma expedição composta de quatro goletas (barco de dois mastros) armadas com canhões e guarnecidas por aproximadamente oitocentos homens. O tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante de Coimbra, estava à frente de 49 soldados e sessenta civis.¹⁶⁶

Em 16 de setembro de 1801, Lázaro de la Ribera tentou desembarcar as tropas visando um ataque terrestre, mas a artilharia portuguesa, composta de seis canhões e auxiliada pelos 110 fuzis dos defensores, repeliu o movimento adversário. Em 19 de setembro de 1801, na tentativa de encontrar uma brecha na defesa, os espanhóis atacaram a antiga parte de madeira da fortaleza, também sem obter sucesso.¹⁶⁷ Em 25 de setembro, com pouca comida e após infrutíferas tentativas, os militares espanhóis se retiraram, retornando a Assunção. A eficiência defensiva do forte, aliada à resistência da guarnição, garantiu a vitória lusitana no batismo de fogo de Coimbra. Lázaro de la Ribera impressionou-se com a eficiência da *primeira estacada* portuguesa na região.¹⁶⁸ Esse cenário positivo não ocorreria durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Também entre os paraguaios a construção de fortificações no curso do rio Apa possuía diversas finalidades: contrapor-se ao expansionismo imperial, enfrentar os ataques dos guaicurus, controlar a navegação e recuperar territórios assenhorados pelo Brasil no período da mineração. Mais tarde, o governo estimulou a fixação de colonos nos limites territoriais e além deles para impor e manter o controle da região.¹⁶⁹ Em 1855, após a expedição naval do Império a Assunção, que demarcou tentativa imperial de exercer a “diplomacia da canhoneira”, a defesa de Humaitá foi reforçada, e os efetivos militares

¹⁶⁶ MOURA, Carlos Francisco. O forte de Coimbra. Curitiba: UFMT, 1975.p. 75.

¹⁶⁷ AMARAL, Manuel. A defesa da bacia do Paraguai, no Mato Grosso. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/brasil6.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

¹⁶⁸ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). Tese de doutoramento, PPGH, USP, São Paulo, 2012. p. 104.

¹⁶⁹ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Dourados: Ed. UFGD. 2011. p. 218.

foram ampliados na fronteira.¹⁷⁰

2.4 As monções de fundação

No século 18, o Mato Grosso importava grande parte sobretudo dos manufaturados que necessitava. Expedições de transporte e de abastecimento utilizavam as imensas bacias hidrográficas para atingir o interior mato-grossense. As monções subiam e desciam os rios entre São Paulo e Mato Grosso, partindo das atuais cidades de Porto Feliz e de Itu, às margens do rio Tietê. Os monçoeiros necessitavam de embarcações, remos, alimentos para viagem e demais itens que movimentavam a economia dos povoados, por isso se preparavam o “ano inteiro para o período da saída das monções”¹⁷¹.

Em *História das Bandeiras Paulistas*, de 1924, Alfredo d'Escagnolle Taunay assinala que “a monção mais conveniente para as minas do Cuiabá, é a de 20 de maio até dia de Santo Antônio [13 de junho] tempo em que se deve estar já no rio Grande por não se expor ao risco de ter contra si as correntes dos rios, e suas enchentes nas quais se tem perdido muita gente”.¹⁷² Os trajetos monçoeiros eram percorridos por rio e por terra. Havia poucos pontos de apoio ou parada, e as longas distâncias entre o litoral e o sertão estendiam a viagem por até sete meses.¹⁷³ Para o governo português, o isolamento local guardava um aspecto positivo, já que dificultava o contrabando do ouro. A Metrópole interditou rotas “alternativas” de escoamento aurífero, mantendo rígido controle sobre os caminhos e rios.¹⁷⁴

A extração das reservas rapidamente atingiu o auge, e com igual velocidade entrou declínio. Em Mato Grosso, o minério localizava-se no leito e nas margens dos rios. Esse ouro de aluvião, ou seja, carregado pelas águas da chuva e dos rios, desde as rochas matrizes até os depósitos na base dos rios, concentrava-se em quantidades limitadas que,

¹⁷⁰ Para saber mais sobre a expedição naval do Império a Assunção, consultar: TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit.

¹⁷¹ AMORIM, Marcos Lourenço de. O “Segundo Eldorado” Brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararataguaba a Cuiabá (1719-1838). Dourados, MS: PPG/UFMS, 2004. p. 63.

¹⁷² TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 153.

¹⁷³ BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. p. 272.

¹⁷⁴ ANDRIOLO, Arley. *Viver e morar no século XVII: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás*. São Paulo: Saraiva: 1999. p. 14.

ao serem exploradas, exauriam-se em pouco tempo. O que restava era tão insignificante que sustentava apenas o trabalho de faiscadores individuais.¹⁷⁵ Das monções, ou “estradas móveis” como definiu Sérgio Buarque de Holanda, resultaram a ampliação do território, das rotas fluviais e terrestres.¹⁷⁶

Durante decênios, a administração lusitana ignorou os claros sinais da crise que se agravava. Na ausência de outras explicações, atribuíam-se a redução da produção aurífera ao contrabando ou a técnicas impróprias.¹⁷⁷ Em *Formação econômica do Brasil*, de 1958, Celso Furtado explica como poucas décadas desarticularam toda produção mineradora, dispersando a população dos núcleos urbanos em vastas regiões. Em consequência, a economia encontrou dificuldades para progredir e diversificar-se. Aos habitantes locais restava desenvolver uma produção de subsistência ou partir para outros lugares.¹⁷⁸

Na década de 1850, era impossível à população e à administração pública sobreviver da extração das jazidas. Augusto Leverger, presidente da província, relatou que a “mineração jaz em quase completa aniquilação”.¹⁷⁹ A agricultura e a incipiente manufatura eram incapazes de contornar a crise. A inflação provocou forte alta nos preços e “a carestia tem mais que duplicado”.¹⁸⁰ As longas distâncias e o alto custo dos transportes dificultavam a integração à circulação de mercadorias, agravando as dificuldades econômicas de uma capitania marcada pela pobreza, em contraste com as riquezas minerais extraídas dela.

Em 1860, o governo provincial fez um pedido de “socorro público” ao poder central, “pois chegaram os preços dos víveres a uma alça extraordinária”.¹⁸¹ Para o historiador Sávio da Cunha Domingos, parte da calamidade pode ser explicada pelo

¹⁷⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil [...]*. Ob. cit. p. 60.

¹⁷⁶ BUARQUE, Sérgio de Holanda. *Monções*. Ob. cit. pp. 77-107.

¹⁷⁷ CAVALCANTE, Else Dias; COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e sua história*. Cuiabá: Edição dos Autores, 1999. p. 46.

¹⁷⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 85.

¹⁷⁹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1854. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/408/000012.html>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

¹⁸⁰ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/408/>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

¹⁸¹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1860, p. 17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/413/>. Acesso em: 2 de março de 2014.

aumento populacional, estimulado pelo acordo de livre navegação com o Paraguai (1856); além da baixa qualificação das técnicas produtivas e o desabastecimento das localidades próximas.¹⁸² “Quanto a nossa agricultura, os lavradores ignorando outros meios de recursos fora dos instrumentos com que costumam cultivar a terra, passam logo a abandoná-la.”¹⁸³ Esse quadro agravou-se pelas longas distâncias que dificultavam a articulação entre as províncias. Inexistiam meios, recursos e experiência aos moradores – em sua maioria pobres e desassistidos pelo Estado. Faltava, sobretudo, mercado, para uma agricultura que se pretendia mercantil.

2.5 Nativos: entre a resistência e o extermínio

O processo de colonização territorial – tanto português quanto espanhol – provocou grande impacto na vida das comunidades indígenas. Os autóctones possuíam vasta heterogeneidade cultural: línguas; costumes; crenças e organização familiar. Foram os nativos que *apresentaram* o Novo Mundo aos colonizadores europeus. “Ensinaram-nos a caçar e a pescar nessas regiões desconhecidas.”¹⁸⁴ Os sertanistas definiam a população local em dois tipos: *mansos* – menos resistentes ao processo de “colonização”; e os *bravios* ou *selvagens* – grupos que se opunham à escravidão e ao “processo civilizador”.¹⁸⁵

No Mato Grosso e áreas adjacentes, destacaram-se entre os grupos *hostis* os payaguás, hábeis canoeiros e grandes conhecedores dos rios pantaneiros. Durante anos, combateram as expedições militares, os fazendeiros e os mineradores, defendendo a liberdade e o modo de vida autóctone.¹⁸⁶ Eram conhecidos por seus ataques às monções e constituíram a “principal causa de desassossego que tiveram durante longo tempo os viajantes”.¹⁸⁷ Os guaycurus, outro povo guerreiro, atacaram igualmente às rotas

¹⁸² DOMINGOS, Sávio. Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 33.

¹⁸³ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de julho de 1835, p. 10. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/>. Acesso em 29 de julho de 2014.

¹⁸⁴ MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasílico*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 10.

¹⁸⁵ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 60.

¹⁸⁶ CORRÊA, Virgílio. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 300.

¹⁸⁷ BUARQUE, Sérgio. *Monções*. Ob. cit. p. 105.

monçoeiras, e por diversas vezes, travaram sangrentas batalhas contra os colonizadores.¹⁸⁸ Eram temidos pelos soldados do forte de Coimbra, a fortaleza luso-brasileira mais importante no Mato Grosso. “Quando era preciso ir buscar lenha ou madeira, caçar ou pescar, os soldados iam em grupos, com as armas ensarilhadas.”¹⁸⁹ No final do século 18,

João Queima de Albuquerque, governador da capitania, e Paulo Joaquim Ferreira, comandante de Coimbra, firmaram uma “perpétua amizade” com os guaycurus.¹⁹⁰

O bandeirante Antônio Pires de Campos, autor de diversas crônicas sobre as nações indígenas, classificou os araripoconés, outro grupo tido como “hostil”, como “muito valentes e muito guerreiros, senhores de suas armas e muito temidos de todos”.¹⁹¹ Os bororos ou parrudos ocupavam uma grande extensão do território central da América do Sul. Mantiveram contato com o *colonizador*, servindo-lhes de guia.¹⁹² Segundo o historiador Paulo Marcos Esselin, a mão-de-obra dos guanás e de seu subgrupo, os terenas, foi fundamental à colonização do oeste. As autoridades utilizaram esses povos para manter contato com os grupos *bravios*. Guanás e terenas ensinaram aos *insubmissos* as técnicas de plantio e de pecuária para “ir preparando-os para os fazendeiros que iam se estabelecendo na Província”.¹⁹³

Escravizar nativos garantia grande retorno a bandeirantes, comerciantes e à economia escravista colonial, já que a escravização exigia pouco investimento, “apenas” a captura, e movimentava o mercado interno de tráfico humano.¹⁹⁴ O preço do cativo africano era elevado para a realidade de regiões periféricas, de frágil economia monetária e mercantil. Em Mato Grosso, o nativo também foi largamente utilizado em condições de semiescravidão, principalmente na criação de gado.¹⁹⁵

Na Colônia ou no Império, a *questão indígena* foi tratada segundo a conveniência

¹⁸⁸ GARCIA, Domingos Savio da Cunha. De território indígena a campo de criação: condicionantes da fronteira na ocupação do Pantanal entre os séculos XVIII e XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. p. 7.

¹⁸⁹ MOURA, Carlos Francisco. *O forte de Coimbra*. Cuiabá: UFMT, 1975. p. 34.

¹⁹⁰ KOK, Glória. Relações interétnicas nas fronteiras da América meridional no século XVIII. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007. p. 6.

¹⁹¹ SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 61.

¹⁹² PORTOCARRERO, José Afonso Botura. Báí, a casa Bóe: Báí, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo. Dissertação de mestrado PPGH UFMT, Cuiabá, 2001. p. 24.

¹⁹³ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 30

¹⁹⁴ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil [...]*. Ob. cit. p. 55 e 56.

¹⁹⁵ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 191.

das autoridades e dos colonizadores. Quando cooperavam eram considerados súditos, *mansos* ou *gentios*, como visto. Deveriam obedecer aos ditames oficiais. Caso não se submetessem *ao processo civilizatório*, eram aceitas todas as formas de violência para capturá-los ou exterminá-los. Justificava-se a imposição da força porque os nativos viviam em estágio de “barbárie”.¹⁹⁶ Em 1837, José Antônio Pimenta Bueno, presidente da província mato-grossense, declarou que muitas “diferentes nações de indígenas percorrem os incultos e extensíssimos sertões da Província, em grandes porções ainda não trilhadas por nossa parte [...] temos tirado não pequena vantagem para o serviço de defesa do Baixo Paraguai”.¹⁹⁷ Ao vigiar as fronteiras, cultivar a terra e cuidar dos rebanhos, o indígena gerava benefícios ao colonizador. No mesmo relatório, José Bueno faz alusão ao termo “domesticado” ao se referir às tribos não incorporadas à vida “civilizada”. “No número dos domesticados não incluo a soberba e intrépida nação de cavaleiros aicurus [guaicurus] sempre errante e empreendedora.”¹⁹⁸

Algumas comunidades nativas receberam “reconhecimento” oficial, como os guanás, terenas, quinquinaus e guaianás, pois possuíam técnicas horticuloras, incorporando elementos da cultura colonizadora. Quando não se adaptavam ao modelo mercantil, os autóctones eram tratados como praga. Estevão Ribeiro de Rezende (1838-1840), presidente da província do Mato Grosso, afirmou que os coroados “infestavam [...] boa parte da estrada geral para Goiás, e as intermediações do rio São Lourenço na estrada nova do Piquiri, apresentam terrível aspecto”.¹⁹⁹

Em 1848, um século após a fundação da capitania do Mato Grosso, Ricardo de Almeida Serra, comandante do forte de Coimbra, alertava que se os nativos não abandonassem seus “maus hábitos” seriam incapazes de incorporarem a “vida civilizada” dos cristãos, bem como “de entregar-se à exaustão do trabalho forçado na agricultura, de conviver pacificamente nas sinceras alianças na comunidade portuguesa”.²⁰⁰ Conforme a

¹⁹⁶ ARNAUD, Expedito. *Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.

¹⁹⁷ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1º de março de 1837. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/395/>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

¹⁹⁸ Loc. cit.

¹⁹⁹ Relatório do presidente da província do Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1º de março de 1840, p. 15. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/397/>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

²⁰⁰ SERRA, Ricardo de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Payaguá e Guaycuru, com a

fronteira foi controlada, as “sinceras alianças” facilitavam a dizimação geral das comunidades nativas e suas incorporações como trabalhadores subalternizados.

2.6 Produção econômica e escravidão

O modo de produção escravista foi o sustentáculo do processo colonizador das colônias lusitanas na América.²⁰¹ No início, o trabalho compulsório ficou a cargo dos indígenas, que exerceram papel fundamental na constituição e na consolidação econômica. “Foram americanos escravizados que labutaram nas primeiras roças, fazendas e engenhos das costas brasileiras.”²⁰² Na segunda metade do século 16, a mão-de-obra vinda da costa da África tornou-se preponderante, fruto da fuga ou extinção das comunidades nativas da costa, bem como pela rentabilidade do tráfico negro. As primeiras “unidades” de africanos escravizados chegaram às lavras cuiabanas através da capitania de São Paulo.²⁰³ Mas o trabalho cativo da população indígena não foi extinto, inclusive na mineração. Muitos nativos se refugiaram nos abundantes quilombos da região.²⁰⁴

Segundo Jacob Gorender, no decurso de três séculos, a procura por ouro e diamantes utilizou o trabalho cativo em larga escala.²⁰⁵ Em 1727, o cronista setecentista Filipe José Nogueira Coelho relatou que “existiam em Cuiabá dois mil, seiscentos e sete escravos, trabalhando principalmente na mineração”.²⁰⁶ Em 1800, a capitania possuía uma população total de 25.821 habitantes, sendo 11.910 trabalhadores escravizados, cerca de 46% do total. Ou seja, proporcionalmente, se encontrava entre as regiões de maior população escravizada. Quase meio século depois, o censo estatístico de 1849 apontou um pequeno aumento populacional, indicando 32.883 habitantes, dessa quantia 33% ou

descrição dos seus usos, religião e costumes. *Revista de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 7, n. 33, p. 211-232, ago. 1843. In. IAREB, Ney. *Guerra do Paraguai [...]*. Ob. cit. p. 35.

²⁰¹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil [...]*. Ob. cit. p. 114.

²⁰² Idem. *Senhores do litoral [...]*. Ob. cit. p. 121

²⁰³ ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988. p. 122.

²⁰⁴ REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

²⁰⁵ GORENDER, Jacob. *O escravidão colonial*. Ob. cit. p. 427.

²⁰⁶ VOLPATO, Luíza Rios. *A conquista da terra [...]*. Ob. cit. p. 80.

10.886 eram cativos, uma redução de 13% em números relativos.²⁰⁷ Essas modificações demográficas podem ser explicadas pela redução da extração mineral, que impossibilitava manter a mesma quantidade de trabalhadores escravizados, por isso alguns eram alforriados. Ver Tabela 1.

Tabela 1 – População de Mato Grosso em 1800

ESCRAVIZADOS		LIVRES			TOTAL
Pretos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	
10.954	956	3.319	4.242	6.350	
Total	11.910 (46%)		13.911 (54%)		25.821 (100%)

Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra*. (Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888). Passo Fundo: EdiUPF, 2002, p.145 e 150.

Muitos cativos, fugindo das degradantes condições de trabalho, embrenhavam-se no mato, fundando comunidades quilombolas. Em 1840, Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da província, relatou como sua administração combateu e destruiu o quilombo próximo ao ribeirão da Piraputanga. “Reconheci, pois de urgente necessidade mandar bater e destruir semelhante quilombo [...] a numerosa escravatura tentou resistir à força, que se apresentou por meio de armas, porém logo cedo, evadindo-se alguns e sendo presos muitos escravos, escravas e crianças de um e de outro sexo”.²⁰⁸ Os trabalhadores escravizados foram devolvidos aos seus *proprietários*.

Em 1850, devido ao fim do tráfico transatlântico, reduziu-se tendencialmente o número de trabalhadores escravizados. Desde então, as necessidades de cativos foram sustentadas pelo mercado interno. Famílias de agricultores e criadores que migravam para o sul do Pantanal traziam cativos oriundos principalmente de Minas Gerais, província pioneira na extração do ouro, mas que enfrentava a exaustão do valioso minério. Os cativos desempenhavam diversas funções produtivas, incluindo a pecuária, atividade que

²⁰⁷ Relatório do presidente da província do Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 5 de maio de 1849. Cuiabá. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/403/>. Acesso em 12 de março de 2014.

²⁰⁸ Relatório do presidente da província do Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1º de março de 1840, p. 34. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/397/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

se tornou alternativa à crise mineradora do norte mato-grossense.²⁰⁹

Na segunda metade do século 19, a prática agropastoril adquiriu papel fundamental na província, embora não fosse novidade. Ainda durante as *monções*, passando pela mineração e pela cultura da cana-de-açúcar, essa prática “já era utilizada, assim como a criação de gado e o extrativismo”.²¹⁰ Desde a fundação de Mato Grosso, em 1748, até a abolição da escravatura, em 1888, o trabalho compulsório foi o pilar econômico no transporte, na produção de açúcar, mineração e pecuária. Com o advento da invasão paraguaia, temeu-se por uma insurreição cativa. Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província, criou em cada distrito um destacamento específico da Guarda Nacional “comandado pelo oficial para manter a tranquilidade”.²¹¹ Eram dois os *inimigos*. Uma revolta geral não ocorreu, mas sabe-se que muitos trabalhadores escravizados fugiram durante a ocupação, alguns inclusive serviram do lado paraguaio.²¹²

2.7 Mato Grosso imperial

Após 1822, com a Independência, o novo governo monárquico voltou suas atenções à unidade do Império. As classes dominantes discutiam quais seriam os limites do poder central, o grau de autonomia das províncias e o modelo administrativo a ser construído.²¹³ Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, a nação *real* não vem necessariamente antes da construção do Estado, “pode ser reconhecida apenas *a posteriori*”.²¹⁴ No caso do Brasil, a construção do modelo estatal restringiu-se a um núcleo político monárquico centralizado,

²⁰⁹ CAMARGO, Isabel Camilo de. As relações escravistas na Província de Mato Grosso e na região de Sant’Ana de Paranaíba no século XIX. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, 2012. p. 119-137.

²¹⁰ Id. Ib. pp. 119-137.

²¹¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Justiça. Pacote I J 1 – 684. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Zacarias de Gois e Vasconcelos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 21 de Janeiro de 1865.

²¹² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente da província do Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de Outubro de 1865.

²¹³ DOMINGOS, Sávio. Território e negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Tese de doutoramento, PPGH, Unicamp, Campinas, 2005. p. 17.

²¹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 18.

mantendo-se importante autonomia provincial, no relativo à economia, à sociedade, etc.

Na vasta extensão do jovem Império, a diversidade econômica e social contribuiu para a formação de múltiplos grupos, que, no momento posterior à ruptura com a metrópole, lutaram para obter soberania regional. Os *novos* dirigentes preservaram as bases do velho mundo colonial: concentração fundiária; escravismo; nula representatividade popular e classes subalternizadas.²¹⁵ No plano externo, a construção do Estado nacional associou-se a diversos conflitos com as nações vizinhas: divisas e navegação catalisaram as principais discussões; por sua vez, Mato Grosso ficou no epicentro de ambas.

Sob a liderança de Pedro I (1822-1831), o país enfrentou grave crise financeira; a dissolução de Assembleia Constituinte pelo Imperador (1823) e a Confederação do Equador (1823), revolta republicana e separatista ocorrida no Nordeste. Os resultados da Guerra da Cisplatina (1825-1828), custosa e fracassada defesa da anexação da Banda Oriental (futuro Uruguai), alimentou mais críticas ao governo. Dependente dos ingleses, Pedro I comprometeu-se em proibir o tráfico negreiro transatlântico, indispondo-se “com a poderosa classe dos grandes comerciantes e plantadores escravistas – facção hegemônica do bloco social dominante do novo Estado”.²¹⁶

Em inícios de 1831, a manutenção do monarca governante tornou-se insustentável. Após desdobramentos da “Noite das Garrafadas”, embate entre *brasileiros* e portugueses, Pedro I abdicou ao trono em favor de seu filho primogênito. Como o sucessor não possuía idade legal para assumir, Pedro de Alcântara tinha apenas cinco anos, formou-se um regime de transição (1831-1840). No período regencial, a crise econômica potencializou as dissonâncias regionais, sobretudo entre centralistas e federalistas, *ameaçando* a coesão e a unidade do Império.²¹⁷

As classes dirigentes estavam insatisfeitas com a escassa autonomia local. Para o historiador Mário Maestri, a promulgação do Ato Adicional de 1834, responsável por modificar a constituição de 1824, ensejou a maior descentralização do período

²¹⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ob. cit. p. 85.

²¹⁶ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil [...]*. Ob. cit. pp. 57-58.

²¹⁷ Para saber mais sobre o processo de emancipação do Brasil, consultar: BUARQUE, Sérgio de Holanda (Org.). *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985; VIANA, Hélio. *História do Brasil: período colonial, monarquia e república*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

monárquico, ampliando, “ainda que restritivamente” a autonomia das classes dominantes locais.²¹⁸ O Ato Adicional extinguiu os Conselhos Gerais e criou as Assembleias Legislativas com poderes para “propor, discutir e deliberar” assuntos provinciais ligados à economia, justiça, educação, entre outros.²¹⁹ Apesar de alguns avanços, o governo central continuou a apropriar-se sem pudor “das rendas das províncias superavitárias [ou não] para financiar a administração imperial, pagar os empréstimos contratados com os ingleses, defender seus interesses setoriais, etc”.²²⁰ Deixando em aberto a *questão financeira*, uma das principais reivindicações para descentralização administrativa. Sobretudo, o poder central não concedeu a eleição dos presidentes da província.

Ao longo da década de 1830, a incapacidade regencial em atender as múltiplas pressões regionalistas (cada grupo lutava pelos próprios interesses) ensejou as revoltas que abalaram o projeto de Estado unitário. Nas extensas áreas do Império, facções proprietárias locais se rebelaram contra o peso dos impostos, a imposição de governadores e o diminuto poder representativo. Preocupado, o regente Diogo Feijó (1835-1837) declarou: “O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio”.²²¹ A unidade do Estado corria sério risco, ameaçando as classes escravistas e os grandes comerciantes, “além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios”.²²² Somente a *restauração da ordem* garantiria os interesses econômicos desses grupos, prejudicados pelas turbulências do período regencial. Em 1837, Pedro de Araújo Lima assumiu o comando da Regência Una e iniciou o *Regresso Conservador*, período reacionário marcado pelo retorno da centralização política e do combate a ideias e concessões liberais e federalistas.²²³

2.8 Guerra civil no Mato Grosso

²¹⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil [...]*. Ob. cit. p. 74.

²¹⁹ Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834 [online]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em 12 de junho de 2014.

²²⁰ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 125.

²²¹ CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34. 1999. p. 136.

²²² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 69.

²²³ MAESTRI, Mário. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro. ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Brasília: CNPq; Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangano, 2001. pp. 49-80.

Entre 1834 e 1837, eclodiu na província do Mato Grosso movimento liberal e anti-lusitano denominado de ‘Rusga’. Esta que foi uma das mais precoces lutas regenciais, opôs duas facções políticas: *liberais*, os Sociedade dos Zelosos da Independência, e *conservadores*, integrantes da Sociedade Filantrópica.²²⁴ Cuiabá, centro administrativo e distribuidor de mercadorias e de serviços, foi o palco dos conflitos mais intensos. A capital contava com serviços considerados insuficientes - serviços postais, algumas escolas, Guarda Nacional, poderes legislativo, executivo e judiciário. Sobre o sistema judicial, João Antônio Pimenta Bueno, presidente de Mato Grosso (1836-38), registrou que “homens sem os necessários conhecimentos à testa da vida e fazenda dos nossos concidadãos não de necessariamente [provocar] incalculáveis males, e a experiência diariamente nos está mostrando”.²²⁵ Até mesmo as condições sanitárias geravam protesto: ao longo do século 19, a cidade sofreu com epidemias de varíola que superou a capacidade dos cemitérios, devido ao número de mortos. Mas foram os interesses políticos a força motriz da revolta.

Os *nacionalistas* liberais eram formados em boa parte pelas *classes médias* de então – burocratas públicos, profissionais liberais, jornalistas, professores, artesãos urbanos, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, etc. Em geral, eram membros da Guarda Nacional. Dividiam-se entre *moderados*, que almejavam chegar ao poder provincial para assegurar privilégios e mais autonomia, e *exaltados*, defensores da expulsão dos grandes comerciantes *estrangeiros* de Mato Grosso e da *nacionalização* do comércio. Os *conservadores*, por sua vez, eram prioritariamente grandes comerciantes portugueses. Eles integravam em suas filas autoridades superiores administrativas e clericais; alguns grandes proprietários, etc. Defendiam a centralização administrativa; em alguns casos o retorno de Pedro I, principal garantia dos interesses comerciais lusitanos; e a manutenção do *status quo* econômico e social pré-independência, onde portugueses desfrutavam de maiores vantagens.²²⁶

Em 1834, quando irrompeu essa revolta nativista, Antônio Corrêa da Costa era o

²²⁴ LENINE, Póvoas. *História Geral do Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*. Cuiabá: L.C. Póvoas, 1995. pp. 202-203.

²²⁵ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/394/000004.html>. Discurso do presidente da província do Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno. Abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1836. Acesso em 18 de março de 2015.

²²⁶ CORRÊA, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Ob. cit. pp. 453-520.

presidente da província mato-grossense. Ligado aos conservadores, o governante apoiava os grandes mercadores estrangeiros, responsáveis por revender mercadorias na região, “submetendo os pequenos comerciantes e a população nativa aos preços por eles estabelecidos”.²²⁷ Apesar dos ataques contra a estrutura administrativa do Mato Grosso, os liberais estavam aglutinados em torno de ideais moderados. Repudiavam princípios republicanos ou transformações sociais, como a abolição da escravatura e reconhecimento de direitos civis às classes subalternizadas. O objetivo era destituir o presidente Antônio Corrêa da Costa, político que privilegiava os membros da Sociedade Filantrópica, tanto nas atividades econômicas, como no acesso a altos cargos públicos.²²⁸ Para isso, planejaram uma rebelião que “partindo do Campo do Ourique [centro de Cuiabá rodeado por estabelecimentos portugueses], conseguisse tomar o Quartel das Guardas Municipais”.²²⁹

Em 26 de maio de 1834, Antônio Corrêa da Costa afastou-se da presidência de Mato Grosso alegando problemas de saúde. A administração ficou a cargo de um Conselho de Governo. No dia 27 de maio, os conselheiros tentaram uma manobra para evitar uma rebelião. João Poupino Caldas (1790-1837), comerciante e membro da Sociedade dos Zelosos pela Independência, foi alçado ao comando da província. Sua escolha não era aleatória – embora liberal, integrava a ala dos moderados, contrário a levantes armados ou expulsão dos estrangeiros que dominavam o comércio.²³⁰

Em 30 de maio de 1834, a tentativa do Conselho mostrou-se ineficaz. A *Rusga* eclodiu aos gritos de “fora bicudos” – definição pejorativa dada aos integrantes das antigas classes coloniais. Os insurgentes tomaram o Quartel dos Guardas Municipais, impediram a tropa de comandar a repressão e ali estabeleceram um governo paralelo. Começou um período de represálias e de pequenos combates, onde os lusitanos foram perseguidos e, não raro, executados. Incapaz de conter os confrontos, João Poupino Caldas solicitou ao longínquo governo imperial que enviasse um sucessor.²³¹

Em setembro de 1834, Antônio Pedro de Alencastro assumiu o comando oficial da

²²⁷ SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 88.

²²⁸ Idem; COSTA, Lourenço Alves de; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus, 1990. p. 102.

²²⁹ SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 89.

²³⁰ CAVALCANTE, Else Dias; COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e sua história*. Ob. cit. p. 46.

²³¹ PÓVOAS, Lenine. *História Geral de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. pp. 199-214.

província do Mato Grosso, mantendo Poupino Caldas como espécie de conselheiro. O novo presidente desencadeou o processo repressivo aos rebeldes, culminando com a prisão dos principais líderes e demais envolvidos.²³² Em relatório de julho de 1835, quase quatorze meses após a revolta, Antônio de Alencastro falava à Assembleia Provincial que, graças “ao fiel e obediente Povo Brasileiro”, o sistema constitucional funcionava bem, sendo porém necessário trazer à “lembança – apesar de me ser sobremodo doloroso – que, depois do fatal 30 de maio [*Rusga*], de que fostes [os membros da Assembleia Legislativa] testemunha ocular, os *cabeças* de tão horrorosos crimes tentaram pela segunda vez outro levante, [mas foram] surpreendidos e presos pelos cautos e pacíficos cidadãos”.²³³ Os *cabeças* ou líderes foram enviados a julgamento no Rio de Janeiro, enquanto os demais indiciados responderam processo em Cuiabá.

Enquanto Antônio de Alencastro assegurava que a “província hoje [maio de 1835] está em sossego”, no Rio de Janeiro as lideranças da *Rusga* conseguiram *habeas corpus* e foram libertadas.²³⁴ Na capital do Império, os outrora rebeldes costuraram alianças políticas fundamentais para definir o futuro da região. Em dezembro de 1836, a Regência de Diogo Feijó, antigo líder paulista liberal extremado [*farroupilha*], autorizou a deposição de Antônio de Alencastro para “bem do serviço público”.²³⁵ Poupino Caldas foi misteriosamente assassinado em maio de 1837. O jurista José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) assumiu a presidência no lugar do governante deposto. Entre 1836 e 1838, buscou o entendimento entre os polos conflagrados, “justamente no momento em que os grupos políticos estavam em recomposição”.²³⁶ Reorganizaram-se os corpos armados para superar o “legado enfadonho, que nos deixou o funesto dia 30 de maio”.²³⁷ Diferente de outras revoltas regenciais, a *Rusga* não defendeu o separatismo nem ameaçou a

²³² SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 90.

²³³ Relatório apresentado por Antônio Pedro Alencastro, presidente da província do Mato Grosso, em 3 de julho de 1845. Cuiabá. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/000003.html>. Acesso em 19 de junho de 2014.

²³⁴ Relatório apresentado por Antônio Pedro Alencastro, presidente da província do Mato Grosso, em 3 de julho de 1845. Cuiabá. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/000003.html>. Acesso em 19 de junho de 2014.

²³⁵ SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 91.

²³⁶ SENAL, Ernesto Cerveira de. *Rusga: sobre um evento político e seu nome*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n.º. 71. Cuiabá, 2012. p. 18.

²³⁷ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, Antônio José da Silva, na abertura da segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 2 de março de 1836. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/395/000006.html>. Acesso em 28/06/2014.

integridade do Império. Entretanto, preocupavam o governo a proximidade com a Bolívia e a insatisfação de vários segmentos sociais.²³⁸

Em 2 de maio de 1837, Pimenta Bueno enviou um ofício a Gustavo Aguillar Pantoja, ministro imperial, alertando sobre “a necessidade de que na Bolívia saiba-se que a Província de Mato Grosso está em segurança, e seu governo é forte”.²³⁹ Os temores da autoridade mato-grossense encontravam justificativa em três fatores principais: 1º) a nação vizinha era uma república, em oposição à monarquia do Brasil; 2º) em 1826, os bolivianos aboliram a escravidão, que persistiria até 1888 no território imperial; 3º) o Império compartilhava longa fronteira com os bolivianos, desprotegidas em diversos pontos.²⁴⁰ Durante a Guerra da Tríplice Aliança, os paraguaios abrirão caminhos entre Corumbá e o território boliviano, procurando aliviar o isolamento em que se encontravam. O governo boliviano apoiou sobretudo nas palavras o governo paraguaio durante aquele confronto.

Quando ocorreu a Rusga, o Paraguai vivia os últimos anos da administração de José Gaspar de Francia (1814-1840), que se mantinha distante das relações diplomáticas com o Império. Embora não apresentasse ameaça ao governo imperial, tampouco era considerado um aliado no Prata. Somados aos tumultos internos, esse panorama colocava preocupações com o controle do oeste.

Em 1837, a revolta provincial foi considerada superada. Sobretudo porque os comerciantes e os fazendeiros portugueses foram subjogados e a “elite emergente substituiu à frente dos negócios públicos e do comando militar da Província”.²⁴¹ Como apenas proposto, as classes que comandaram a rebelião não buscavam transformações sociais e quando atingiram seus interesses políticos não hesitaram em aceitar a *pacificação*. Muitos comerciantes e fazendeiros que foram perseguidos durante aqueles eventos rumaram para o sul, abrindo uma nova frente colonizadora. Para além da disputa entre liberais e conservadores, a revolta deu-se no contexto da grave crise econômica vivida por Mato Grosso. Os cofres vazios da província, as dificuldades de comunicação e integração ao sistema mercantil e a hegemonia comercial de grupos estrangeiros

²³⁸ VIRGÍLIO, Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Ob. cit. pp. 453-52.

²³⁹ DOMINGOS, Sávio. Território e Negócios na “Era dos Impérios” [...]. Ob. cit. p. 48.

²⁴⁰ Idem. Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 57.

²⁴¹ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina No Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 149.

dificultavam a sobrevivência das camadas mais pobres e dos oficiais da Guarda Nacional (constantemente com os soldos atrasados quando estavam em serviço). Se entre o comando liberal existiam planos políticos, no seio da população carente imperavam as necessidades básicas.²⁴²

2.9 Organização, revolta e povoamento da região sul

Ao longo do século 19, a administração monárquica destacou experientes políticos e militares para ocupar a presidência de Mato Grosso.²⁴³ A importância geográfica, o fraco desempenho econômico e a população dispersa preocupavam as autoridades centrais.²⁴⁴ No tocante à parte sul da província, observou-se a ampliação do povoamento após a Rusga. Pessoas de destaque político e econômico fugiram de perseguições, de disputas locais e da Justiça, embrenhando-se no Pantanal – local com grande quantidade de gado, de terras e “possibilidades de enriquecimento”.²⁴⁵

Até meados do século 19, no sul da província predominaram as atividades basicamente extrativistas. O meridião mato-grossense, habitado por nativos, era visitada por caçadores que buscavam peles, penas, produtos das florestas, não desenvolvendo atividades econômicas regulares até a década de 1830. Segundo Paulo Esselin, antes dos “exilados espontâneos” da Rusga, “já haviam se instalado às margens do rio Miranda [...] João Leme do Prado com irmãos e filhos, no final do século XVIII”, buscavam terra e gado.²⁴⁶ Em 1797, os portugueses construíram o forte de Miranda, como visto. Localizado no sudoeste da grande capitania, na margem direita do atual rio Miranda, afluente da margem esquerda do rio Paraguai, a fortificação serviu de base para abertura de pequenas trilhas, mapear alguns ribeiros, afastar espanhóis e submeter os indígenas. Conforme a população nativa foi *incorporada* ou exterminada e os ataques cessaram, diversas famílias fundaram fazendas mais no sul do Pantanal.²⁴⁷ Ver Ilustração 9.

²⁴² CAVALCANTE, Else; COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e sua história*. Ob. cit. p. 46.

²⁴³ DOMINGOS, Sávio. Território e Negócios na “Era dos Impérios” [...]. Ob. cit. p. 48.

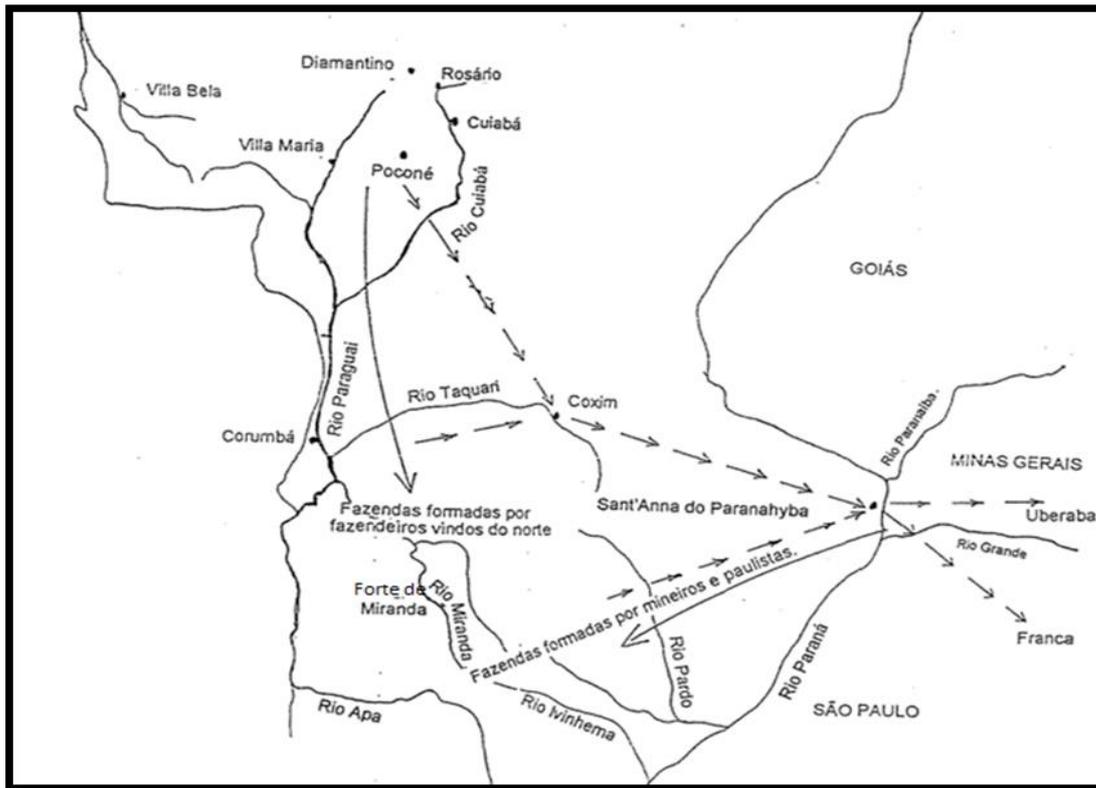
²⁴⁴ LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982, pp 53-68.

²⁴⁵ ESSELIN, Paulo. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 149.

²⁴⁶ Id. Ib. p. 176.

²⁴⁷ DOMINGOS, Sávio. *Mato Grosso (1850-1889)* [...]. Ob. cit. p. 13.

Ilustração 9 – Ocupação do sul de Mato Grosso na primeira metade do século 19



Fonte: DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001, p. 130.

_____ Roteiro das ocupações do sul de Mato Grosso por criadores de gado.

---> ---> ---> ---> Roteiro do gado vendido para outras províncias.

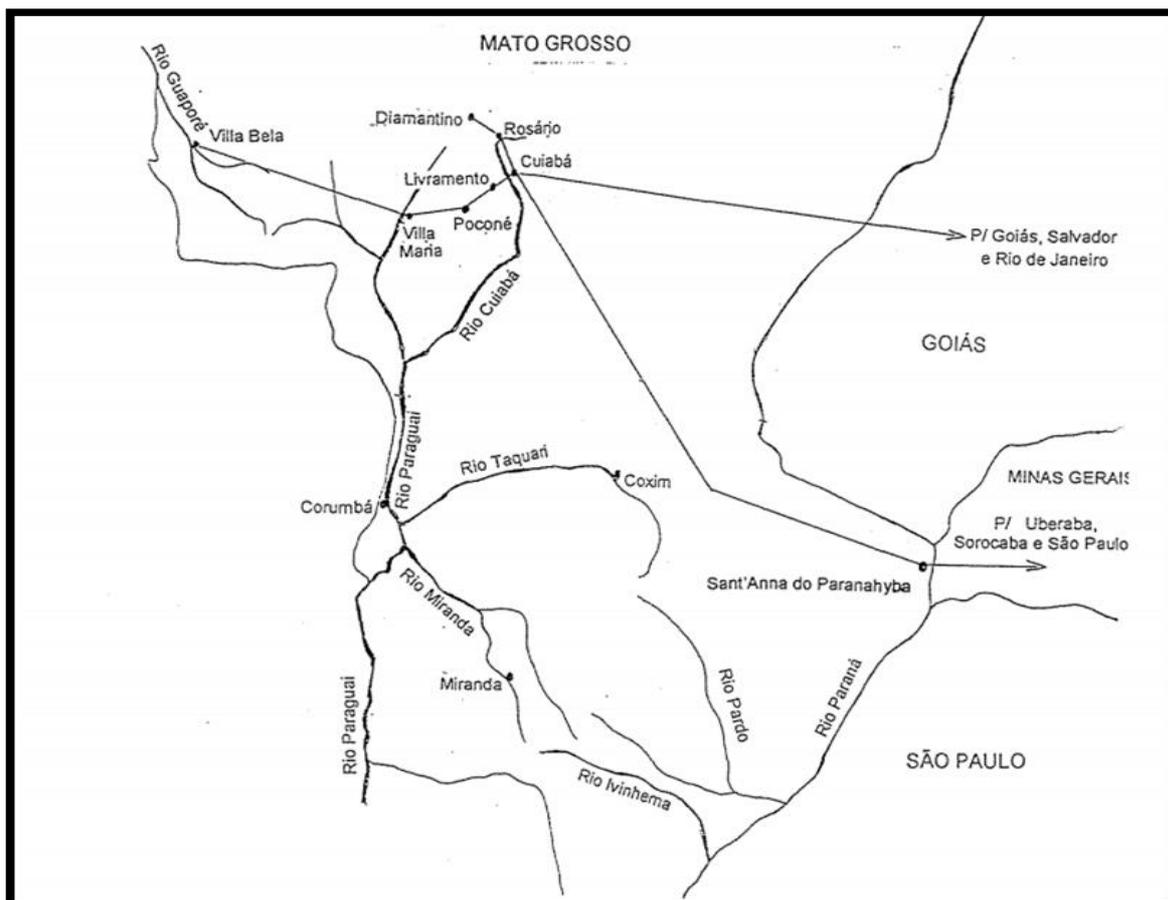
Em 1825, José Saturnino da Costa, presidente de Mato Grosso (1823-1831), destacou o engenheiro militar português Luís d'Alincourt (1787-1841) para percorrer a região meridional da província. O principal objetivo era identificar a situação do forte de Miranda. Após viajar pelos sinuosos rios pantaneiros, o militar constatou a debilidade da fortificação, bem como a rarefeita população local. Embora existisse abundância de terras e de gado, não existiam muitos indivíduos dispostos a ocupar aquela localidade distante, isolada geograficamente e difícil de ser inserida nas trocas mercantis então em curso.²⁴⁸ A colonização cresceu morosamente no decorrer do século 19.

O processo de ocupação da metade sul da província do Mato Grosso ocorreu em dois movimentos independentes. Em 1831, o coronel José Garcia Leal chefiou uma

²⁴⁸ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande: UCDB, 1999. p. 66.

caravana oriunda de Minas Gerais, composta de migrantes que buscavam novas oportunidades, sobretudo diante da exaustão das *minas gerais*. Estabeleceram-se na região de Vacaria, onde fundaram a vila de Santana do Parnaíba, que devido à longa distância do restante da província, permaneceu como local de passagem.²⁴⁹ A cidadela, apesar de pertencer à província Mato Grosso, manteve maior interação com Minas Gerais. Ver Ilustração 10.

Ilustração 10 – Localidades e caminhos mato-grossenses



Fonte: DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001, p. 129.

José Francisco Lopes (1811-1868) estava entre os mineiros que migraram em busca de terras pantaneiras. Primogênito de quatro irmãos, ele capitaneou a abertura de

²⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. pp. 62-68.

um novo caminho entre São Paulo e o sul de Mato Grosso. A estrada conhecida como Picadão, estendia-se de Piracicaba até Porto Tabuado, e foi ampliada pela *bandeira* de Francisco Lopes, que ainda abriu uma passagem próxima ao forte de Miranda. Esses mineiros fundaram fazendas para criação de gado, *servindo-se* da mão de obra indígena.²⁵⁰ Anos mais tarde (1867), José Francisco Lopes foi o “Guia Lopes”, condutor do exército imperial na desastrosa retirada de Laguna, episódio da Guerra do Paraguai, imortalizado pelo Visconde de Taunay.²⁵¹

Em 1834, João José Gomes, comandante do forte de Miranda, fundou a fazenda Forquilha próxima aos rios Nioaque e Miranda. Seguiu-se a instalação de várias famílias que, buscando novas áreas para criação de animais, lançaram as bases do incipiente povoamento não-indígena. Quanto à organização das grandes propriedades do século 19, eram identificadas apenas por acidentes geográficos e organizavam-se com pouca ação humana sobre a produção pastoril. Nos primeiros tempos, não havia melhoramentos dos rebanhos ou dos pastos, limitando-se os trabalhos apenas castração e identificação dos animais uma vez ao ano.²⁵²

A outra frente de expansão deslocou-se do norte para o sul de Mato Grosso. Desde o final do século 18, um grupo de pioneiros movimentou-se em comitivas familiares, levando seus bens, o que incluía trabalhadores escravizados. As pessoas que partiam para ocupar as terras devolutas não eram miseráveis, “reuniam condições que lhes permitiam a fundação de fazendas”.²⁵³ No sul, ocupavam grandes áreas, onde investiam seus recursos na pecuária, reproduzindo o latifúndio, a concentração de renda e a exploração do trabalho escravizado e servil, características da região norte. Os proprietários *enriqueciam* devido aos baixos custos de produção, capturavam o gado bravo e utilizavam mão de obra escravizada ou semi-escravizada.

Beneficiados pela ausência do aparelho público, os fazendeiros apoderavam-se das incumbências inerentes ao Estado, até certo ponto em processo incentivado pela administração central, enquanto a maioria da população permanecia sob o tacão dos

²⁵⁰ DOMINGOS, Sávio. Mato Grosso (1850-1889) [...]. Ob. cit. pp. 68-74.

²⁵¹ Id. Ib. p. 13.

²⁵² Para maiores informações sobre a vida rural no século 19, consultar FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001. Capítulo 7º: Os pródomos da independência 1. A vida rural do começo do século XIX.

²⁵³ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 179.

grandes proprietários e totalmente desassistida.²⁵⁴ Pequenos destacamentos militares defendiam a fronteira e não podiam ser engrossados rapidamente em caso de revolta civil, servil ou invasão estrangeira. A exportação de couro e de carne seca, já que a carne não podia ser transportada, era pouco rentável. O rebanho crescia além da capacidade de consumo, e não era possível comercializar toda produção excedente.²⁵⁵

Por décadas, mesmo após as frentes de expansão do norte provincial e de Minas Gerais, a porção meridional permaneceu isolada, mantendo a maioria da população em condições precárias, restritas ao mínimo para subsistência.²⁵⁶ Quando ocorreu a invasão paraguaia, essa gente pobre e dispersa foi plenamente envolvida pela guerra.

²⁵⁴ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização [...]*. Ob. cit. p. 68.

²⁵⁵ ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 331.

²⁵⁶ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização [...]*. Ob. cit. p. 68.

3. A INVASÃO PARAGUAIA EM MATO GROSSO

3.1 Espionagem de guerra e colônias militares

“Manterás espíões por toda a parte. Deves supor que o inimigo fará o mesmo. Se chegas a descobri-los, evita condená-los à morte. Seus dias devem ser-te infinitamente preciosos.”²⁵⁷ Há dois mil e quinhentos anos, o estrategista militar chinês Sun Tzu (544 a.C. 496 a.C.) lembrava a importância de conhecer os adversários. Desde o período colonial, a espionagem era prática comum entre os lusitanos e espanhóis. Considerado o antemural da defesa oeste, Mato Grosso localizava-se em uma zona disputada. Era importante identificar as intenções do *lado vizinho*, evitando ataques surpresas.²⁵⁸ Diante das tensões e das disputas hegemônicas no Prata, os paraguaios estudaram as características da principal área em litígio.

Podia-se coletar informação através de incursões de nativos, de desertores ou de militares enviados especificamente para tal fim.²⁵⁹ Em fevereiro de 1862, o tenente de cavalaria Pedro Pereyra partiu de Concepción, próximo à fronteira com o Brasil, comandando sessenta e um praças. Nesse caso, tratou-se de expedição para questionar a instalação de pequenos redutos militares imperial em área *neutralizada*. No dia 10 daquele mês, ao atingir a Colônia Militar dos Dourados, Pedro Pereyra foi recebido pelo tenente José Maurício de Velasco Molina, comandante interino dos Dourados.²⁶⁰ O oficial paraguaio protestou sobre a legitimidade daquela colônia militar em “terras que não são de seu país”. O tenente Molina respondeu que o “território pertencia à povoação [de Mato Grosso], pois sendo súdito e militar, outra coisa não fazia senão cumprir o que o governo ordenara. Disse-lhe então que estavam em território do Paraguai e tarde ou cedo o haviam de desocupar”.²⁶¹

Segundo a historiadora Camila Cremonese, a incursão paraguaia foi motivada pela

²⁵⁷ TZU, Sun. *A arte da guerra*. Ob. cit. pp. 78-79.

²⁵⁸ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. Ob. cit. p. 66.

²⁵⁹ SANTOS, Ana Cláudia Martins dos. Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864). *Aedos* n° 12, vol. 5 - Jan/Jul 2013. p. 175.

²⁶⁰ ADAMO, Camila Cremonese. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em História. PPGH, UFGD, Dourados: 2010. p. 27.

²⁶¹ MELLO, Raul Silveira de. *A epopeia de Antônio João*. Ob. cit. p. 208.

criação da Colônia Militar dos Dourados, normatizada pelo Decreto nº. 1.750, de 26 de abril de 1856, exatos vinte dias após a assinatura do Tratado de Amizade, Navegação, e Comércio entre o Brasil e o Paraguai. A Convenção de 6 de abril de 1856 estipulou o prazo de seis anos para resolver as disputas de limites entre os países, ficando vetado novas ocupações nos pontos em disputa “enquanto não se celebrar o acordo definitivo, as duas altas partes contratantes respeitarão e farão respeitar reciprocamente o seu *uti possidetis* atual”.²⁶² O governo imperial teria promovido a construção daquela colônia militar, ferindo o acordado, para promover o povoamento da área litigiosa, garantindo um desfecho favorável da contenda. Ver Ilustração 11.

²⁶² ADAMO, Camila Cremonese. Fronteira, mitos e heróis [...]. Ob. cit. p. 25.

Ilustração 11 – Localização da cidade de Dourados e da antiga Colônia Militar dos Dourados no território do atual estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: ADAMO, Camila Cremonese. Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso. Dissertação de mestrado em História. PPGH, UFGD, Dourados: 2010. p. 124.

Após a passagem por Dourados, os soldados paraguaios foram até a pequena Colônia Militar de Miranda, onde o tenente Pereyra fez perguntas sobre o local e as condições das tropas, reafirmando igualmente o direito paraguaio sobre aquela região. Em seu relatório, o oficial paraguaio registrou que, no dia 11 de fevereiro “corrente, às quatro e meia da tarde”, após cruzar o rio Miranda, as tropas marcharam aproximadamente mil e seiscentos metros até chegarem à Colônia Militar, “de onde saiu um pelotão a receber-nos”. Segundo Pereyra, todos estavam mal vestidos, sem armas e desanimados por estarem há dois anos e meio naquela localidade. Junto aos quarenta praças estavam quinze

famílias que ocupavam “dezessete ranchos de palha, mais formais que os do rio Dourado, mas mal arranjados”.²⁶³

Em 1859, a expedição comandada pelo militar Francisco Nunes da Cunha fundou a Colônia de Miranda, também em desacordo com a Convenção de 6 de abril de 1856. O capitão Nunes “três anos antes, havia realizado missão idêntica nos Dourados, levantando e demarcando a área destinada à colônia deste nome”.²⁶⁴ Miranda localizava-se entre a povoação de Nioaque e a área militar dos Dourados, sendo projetada para viabilizar as operações na Colônia Militar dos Dourados, e garantindo paradas estratégicas para continuação das obras. O objetivo dessas unidades era assegurar à navegação nos afluentes do rio Paraguai, ligando o sul-mato-grossense ao Paraná e garantindo o controle dos territórios em litígio. Existiam na província cinco destacamentos de defesa: Distrito Militar da Cidade de Cuiabá; Distrito Militar da Cidade de Mato Grosso; Distrito Militar de Vila Maria; Distrito Militar do Baixo Paraguai; Distrito Militar de Vila Miranda. Mas a precariedade das instalações limitava a eficiência da estratégia imperial.

Contrasta a diferença de preparo entre as tropas dos dois países. Enquanto os imperiais possuíam condições apenas para subsistência, os paraguaios sustentavam operações bem guarnecidas para patrulhas na fronteira. Ficou claro que a intenção da diligência era apurar a situação no sul de Mato Grosso e protestar contra a ocupação ilegal, segundo o acordado. Ao ser informado sobre a expedição estrangeira, Antônio Pedro de Alencastro, presidente da província, despachou um destacamento liderado pelo tenente Antônio João Ribeiro para seguir a tropa paraguaia.²⁶⁵ Em 13 de fevereiro de 1862, a presidência da província repassou ordens claras ao destacamento que seguiria os paraguaios: “[...] este comando espera de sua perspicácia, zelo e prudência [refere-se ao tenente Antônio Ribeiro], que empregará todos os meios adequados, a fim de que não resulte nesta sua comissão em conflito algum desagradável, que tenha a perturbar nosso estado de paz com aquela República”.²⁶⁶ Antônio Pedro de Alencastro não desconhecía os termos da Convenção e pretendia com a partida militar apenas não reconhecer o direito de

²⁶³ MELLO, Raul Silveira de. *A epopeia de Antônio João*. Ob. cit. p. 211.

²⁶⁴ Id. Ib. p. 173.

²⁶⁵ Em 29 de dezembro de 1864, já durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o tenente brasileiro Antônio Ribeiro morreu em confronto na Colônia Militar dos Dourados.

²⁶⁶ MELLO, Raul Silveira de. *A epopeia de Antônio João*. Ob. cit. p. 215.

intrusão paraguaia na região em litígio, recomendando “métodos adequados” para manter o “estado de paz”.

Passado esse episódio, o governo paraguaio interessou-se na investigação daquele território e sobretudo do sul da província do Mato Grosso. Em novembro de 1862, dois anos antes do conflito, um cidadão paraguaio desembarcou em Corumbá. Era o então tenente Francisco Isidoro Resquín, futuro comandante das operações terrestres no sul da província do Mato Grosso. Seu objetivo: coletar o máximo de informações sobre a região. O oficial apresentou-se como *don* Francisco Isidoro, fazendeiro que pretendia comprar terras para criação de gado – justificativa plausível, pois a pecuária era a base econômica do Pantanal. Com tal pretexto, percorreu a vila de Miranda e foi até Coxim, no retorno passou por Corumbá de onde retornou ao Paraguai.²⁶⁷ Em dezembro de 1864, o agora coronel Isidoro Resquín comandou a Divisão do Norte, expedição com 2.500 homens de cavalaria e um batalhão de infantaria com outros 1.000.²⁶⁸

Em abril de 1863, outro militar paraguaio visitou o Mato Grosso com fins estratégicos. O tenente Andrés Herreros era oficial da Marinha e estava a bordo da escuna *Ulisses*; deveria registrar em minúcias os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Segundo Jorge Maia, escritor brasileiro e veterano da Guerra da Tríplice Aliança, Andrés Herreros alegou missão oficial para “estreitar as relações e intercâmbio comerciais entre o Paraguai e Mato Grosso”.²⁶⁹ Para um espião, é uma enorme vantagem quando pode contar com a cooperação do espiado. O oficial investigador foi recebido em Coimbra e Albuquerque. Subiu pelo rio São Lourenço e o Cuiabá, não atingiu a capital supostamente porque a estação das secas impediu a navegabilidade de navios de alto calado.²⁷⁰ Andrés Herreros retornaria a Mato Grosso durante a guerra como comandante do vapor *Iporá*. Ele morreu em 10 de janeiro de 1865, devido a “una explosión en el arsenal de Dourados [...] fallecieron además el alférez Pablo Garay y veintitrés soldados”.²⁷¹ Ironicamente, como

²⁶⁷ MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1964. p. 54.

²⁶⁸ ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 222.

²⁶⁹ MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso*. Ob. cit. p. 54.

²⁷⁰ SOUZA, Lécio Gomes de. *A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial*. Revista Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército/Secretaria do Ministério da Guerra, out./dez., 1965, p. 76.

²⁷¹ DOMÍNGUEZ, César Cristaldo. *La Guerra contra la Triple Alianza*. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/>. Acesso em 15 de junho de 2015.

veremos, uma fagulha acidental provocou mais baixas aos paraguaios do que as tropas imperiais, quando daquela expedição.

Para Lécio Gomes de Souza, a apuração de informações estratégicas antes da Guerra não foram casos isolados, outros espiões teriam transitado clandestinamente pelo território, e quando do conflito “o teatro de operações estava completamente desvendado, sabido os núcleos de resistência, levantado os seus efetivos”.²⁷² Em verdade, nesses anos, eram estreitos os laços econômicos entre a província imperial e o Paraguai. Os navios que partiam de Corumbá com destino a Montevidéu realizavam parada de rigor em Asunción.

Nesse cenário, o depoimento de José Antônio Acosta, nativo brasileiro e desertor do forte de Coimbra, compõe importante página da preparação para a guerra que seria declarada no mês seguinte. Em 10 de outubro de 1864, o coronel Francisco Resquín, comandante do destacamento militar de Concepción, interrogou detalhadamente José Antônio Acosta sobre as condições militares da província. O cabo Acosta era natural do Rio de Janeiro, onde ingressou no exército em 1850. Ele não mencionou quando foi transferido ao forte de Coimbra, mas informou que desertou em outubro de 1864, aproveitando-se da troca de vigilância. Interceptado no lado paraguaio do rio Apa, o soldado imperial não hesitou em responder aos questionamentos.

José Acosta afirmou que havia cem soldados e três oficiais na fortaleza, sendo um capitão, um tenente e um sargento. Disse que as tropas não resistiriam por longo tempo, pois estavam há quatro anos sem substituição. O desertor mencionou a existência de 24 canhões de bronze e de ferro direcionados ao rio Paraguai. Informou a localização de um paiol atrás do forte “que nunca es vigilada de día [...], aunque pequeño, es enteramente lleno de pólvora”. Que as muralhas eram altas, mas existiam dois portões: um de frente às águas, e outro nos fundos, com saída para o campo. Que apenas os soldados solteiros dormiam dentro da fortificação, os demais passavam a noite com suas famílias na vila próxima a fortificação.²⁷³

O cabo Acosta apontou que a comunicação mais rápida do forte era feita pelo rio Paraguai até Albuquerque, e demorava vinte e quatro horas. A exceção de Coimbra e Corumbá, as demais localidades possuíam poucas peças de artilharia. A população era

²⁷² SOUZA, Lécio Gomes de. *A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial*. Ob. cit. p. 76.

²⁷³ Archivo Nacional de Asunción. Declaración del Indio brasileiro desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

dispersa entre “un desierto de puras montañas y serranias”. Quando perguntado sobre Cuiabá e o “espírito” da população [possivelmente uma alusão às tensões na fronteira], o mesmo respondeu que nunca esteve na capital, e não saberia responder “con respecto a lo espíritu de las interrogaciones”.²⁷⁴ Sobre o “espírito de la tropa”, disse que não esperavam a guerra, e desconhecia a mobilização militar do Paraguai. Dois meses antes do conflito, essas informações foram importantes para o curso das operações militares: ampliaram o conhecimento sobre a região disputada; fortaleceram a confiança dos paraguaios e permitiram vantagem sobre os imperiais.

Como veremos, a mais preparada fortaleza provincial não opôs resistência eficiente à expedição de Vicente Barríos. A superação daquele ferrolho defensivo facilitou a conquista do restante do sul da província. No final de 1864, quando irrompeu o conflito, isolados do restante do Império, os militares locais desconheciam os interesses dos estancieiros rio-grandenses no Uruguai; o centralismo de Bartolomé Mitre; a política lideira de ocupação definida pelos gabinetes do Rio de Janeiro, longes centenas de quilômetros ou meses de distância do local onde desenvolviam sua sobrevivência. Ser soldado de primeira linha era uma triste profissão, assumida mais comumente à força.

Não encontramos registros de espionagem imperial tendo Mato Grosso como base. De certo modo, era desnecessária, pois as colônias militares encontravam-se no coração das terras em litígio. Era também importante o fluxo de informação que chegava ao Rio de Janeiro enviado por diplomatas do Brasil localizados em Asunción, no Paraguai, ou nos países vizinhos. Eram conhecidas igualmente as queixas e pretensões dos paraguaios, sobretudo no concernente as áreas em disputa nos territórios ao sul da província mato-grossense.

3.2 O Marquês de Olinda e o Início da guerra

Na noite de 10 de novembro de 1864, apesar das tensões com o Paraguai, uma embarcação da Companhia Brasileira de Vapores, fazendo o percurso entre Montevideu e Corumbá, aportou em Asunción. Era o Marquês de Olinda. Pesando “198 toneladas, navegava al mando del teniente Manuel Luis da Silva Santos con 43 hombres de

²⁷⁴ Archivo Nacional de Asunción. Declaración del Indio brasileiro desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

tripulación” e transportava o coronel Frederico Carneiro de Campos, recém-empossado presidente da província de Mato Grosso.²⁷⁵ Após cumprir os protocolos de inspeção em Assunção, o navio seguiu viagem em direção a Cuiabá. Na tarde de 12 de novembro, Solano López, que não se encontrava em Asunción, ordenou que o navio imperial fosse interceptado pelo Taquari, vapor de guerra daquele país. Foi o movimento que anunciava a declaração oficial de guerra.

Em 7 de dezembro de 1864, Solano López “regressó de Cerro León donde había permanecido desde un mes [...], organizando las fuerzas que pronto entrarían en acción”.²⁷⁶ O acampamento militar de Cerro León servia para a preparação das tropas paraguaias e estava ligado por ferrovia a Asunción. No dia 13 de dezembro o governo paraguaio declarou guerra contra o Brasil Império, mera formalidade diante dos eventos anteriores, como resposta à invasão imperial da República do Uruguai. Foram mobilizadas duas expedições para invadir o sul da província do Mato Grosso e o território em litígio: uma fluvial e outra terrestre.²⁷⁷ No comando das ações terrestres estava o coronel Francisco Isidoro Resquín (1823-1882), militar com longa experiência, que dedicou a maior parte de sua vida ao exército, atingindo o posto de general durante a Guerra do Paraguai. Em 1875, ele escreveu *Datos historicos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, importante obra sobre o conflito. O coronel Vicente Barríos (1825-1868), cunhado de Solano López, liderou a força naval que ocupou o sul do Mato Grosso, e assim como Francisco Resquín, também foi nomeado general durante o conflito. Compunham a expedição os barcos: *Taquarí*, *Ygurey*, *Paraguarí*, *Río Blanco*, *Yporá*; *as chatas: Independencia e Aquidabán*; e o *patacho* [embarcação destinada principalmente a comunicação e reconhecimento] *Rosario*.²⁷⁸

Segundo o paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, que participou da guerra, o comando por terra tinha “unos 3.500 hombres más o menos, en su mayor parte de caballeria que al mando del General (entonces coronel) Resquín partió de Villa Concepción e invadió por tierra la misma provincia de Matto Grosso.”²⁷⁹ Essa expedição

²⁷⁵ CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Asunción: Ediciones EMASA, 1971. p. 23.

²⁷⁶ Id. Ib. p. 46.

²⁷⁷ FRAGOSSO, Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Ob. cit. p. 252.

²⁷⁸ CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 23.

²⁷⁹ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987. p. 21.

marchou em direção a Bela Vista, Nioaque, Miranda e Coxim.”²⁸⁰

Em 14 de dezembro de 1864, as tropas partiram dos moles da capital Assunção. George Thompson, engenheiro e coronel inglês que lutou ao lado das forças paraguaias, autor da célebre obra *Guerra del Paraguay*, publicada em 1869, escreveu que: “[...] toda la población de la Asunción, corría á las barracas, pues se sabía que esse día debía zarpar una expedición para invadir á Matto-Grosso.”²⁸¹ Após reunir um corpo de soldados experientes, as tropas perfilaram-se para receber a última proclamação de Solano López antes que zarpassem.

Soldados: Mis esfuerzos para el mantenimiento de la paz han sido estériles. El imperio del Brasil poco conocedor de vuestro valor y entusiasmo os provoca a la guerra: la honra, la dignidad nacional y la conservación de los caros derechos nos mandan aceptarla [...]. Todas las naciones, todos los hombres tienen esa acción para no sufrir que ninguna obra perjudique a su conservación, y la de su estado.²⁸²

Para Francisco Solano López, o Império do Brasil subestimava o poder de mobilização de seu país, assim como se manteve intransigente sobre a faixa territorial no Mato Grosso que o Paraguai julgava ter direito. Para o *mariscal*, a guerra somente ocorreria pelas imposições imperiais na bacia do Prata, responsáveis por desestabilizar a região conforme seus interesses hegemônicos. Portanto, a defesa da pátria era “sagrada”, incluindo os territórios em disputa, porque o Império do Brasil sem “razón pretenden usurpar los sacrosantos títulos y regalos de esos sitios, que pertenecen a la República”, e todos os paraguaios deveriam servir a “pronta defensa de la República.”²⁸³

Para Efraim Cardozo (1906-1973), historiador paraguaio alinhado ao lopismo positivo, o *ultimatum* imperial ao governo uruguaio de Atanásio Aguirre, em 4 de agosto de 1864, criou uma colisão inevitável no Prata, e Solano López “se manifestó categóricamente que el Paraguay no consentiría que [...] las fuerzas brasileñas, navales o terrestres, ocupasen parte del territorio de la República Oriental del Uruguay”.²⁸⁴ Segundo

²⁸⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 99.

²⁸¹ THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Ob. cit. p. 23.

²⁸² AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. El Semanário de 10 de Dezembro de 1864.

²⁸³ Archivo Nacional de Asunción. Vol.: 339. No.: 11. Año: 1864. Órdenes y resoluciones del Presidente. Foj.: 12. El Presidente de la República, y General en Jefe de sus Ejércitos.

²⁸⁴ CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 15.

ele, a ocupação de Mato Grosso seria um “*contraúltimatum*”, pois nas palavras do próprio Solano López, a política do Brasil atentava “al equilibrio de los Estados del Plata”.²⁸⁵ Com a hegemonia de Mitre sobre Buenos Aires e do Império sobre Montevideú, o Prata podia se fechar ao comércio paraguaio.

Em 31 de dezembro de 1864, Francisco Solano López publicou um comunicado no *El Semanario*. No periódico oficial do governo, o presidente afirmou que o vapor Marquês de Olinda fora capturado “después de la ocupación armada de una parte del territorio oriental”.²⁸⁶ Apesar dos alertas reiterados sobre o expansionismo brasileiro, a embarcação “ha venido navegando las aguas del dominio nacional”.²⁸⁷ O governante estendeu as queixas ao “círculo porteño” de poder, “que se empieza en atizar el fuego de la guerra, y no cesa de insultar al pueblo paraguayo alevemente y gratuitamente”. Solano López foi explícito em relação à política argentina de ataque velado aos interesses de seu país, porque “el sufrimiento tiene sus límites, y no es hoy el tiempo de cometer atentados impunemente; dígalo el Brasil”.²⁸⁸ Os paraguaios queixavam-se que em 1855, quando ocorreu a expedição imperial a Assunção, os argentinos permitiram à navegação das embarcações brasileiras na bacia platina. Porém, naquele momento, impediam a passagem das tropas lopistas pela província de Corrientes para atacar o Rio Grande do Sul.²⁸⁹ E mais ainda, reativavam as reivindicações sobre a região das Misiones em domínio paraguaio.

Ainda no texto de *El Semanario*, Solano López garantiu que não havia nenhum acordo em vigência com o governo de Pedro II, e era “falsísimo que exista tratados de amistad, paz, y comercio”, porque “él último celebrado con el Brasil en Abril de 1856, ha caducado el ano de 1862, por haberse cumplido el término de 6 años, estipulado en él”.²⁹⁰ O presidente registrou sua indignação quanto a posição imperial, que além de não reconhecer “los justos limites” ainda estabeleceu unidades militares nos “territorios contenciosos del Apa arriba”, caso da Colônia Militar dos Dourados, regularizada em 26

²⁸⁵ CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 16.

²⁸⁶ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. *El Semanario* de 31 de Dezembro de 1864.

²⁸⁷ Loc. cit.

²⁸⁸ Loc. cit.

²⁸⁹ Cardozo, Efraim. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 59.

²⁹⁰ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Corrientes. *El Semanario*, 20 de Dezembro de 1864.

de abril de 1856, vinte dias após a assinatura do tratado com os paraguaios.²⁹¹ Por fim, destacou a ocupação do “territorio del Estado Oriental, después de referidas declaraciones que le ha hecho”, como a origem da guerra.²⁹²

Solano López usou uma das principais ferramentas de comunicação nacional para mobilizar o Paraguai. Ele enfatizou o papel de país agredido, e não de agressor; justificou que não existiam tratados em vigor e que brasileiros e argentinos uniram-se para atacar primeiro. Portanto, seus movimentos de guerra seriam uma resposta às práticas furtivas das duas principais potências regionais, e visavam à defesa de seus concidadãos. Seu discurso buscou congrega o povo na defesa dos ideais de liberdade e justiça, incitando a população a ofender-se junto às autoridades. Os paraguaios, no entanto, lutam até as últimas consequências para defender suas comunidades, transcendendo o papel de massa de manobra ou de fanáticos políticos, principalmente na última etapa da guerra, quando tropas imperiais desenvolveram ações ofensivas em grande parte do país.

3.3 O ataque ao forte de Coimbra

O presidente López acompanhou com grande expectativa o resultado das operações ofensivas que, na província do Mato Grosso, dependia do assalto bem-sucedido à fortaleza de Coimbra. A esquadra que atacou o forte era composta por cinco barcos de guerra, duas canhoneiras e mais de três mil homens destacados para “practicar las operaciones sobre el fuerte de Coímbra y demás puntos militares brasileños, situados sobre el alto Paraguay”.²⁹³ Antes da operação, quando estavam a aproximadamente cem quilômetros do destino, Vicente Barríos enviou um pequeno barco para fazer o reconhecimento da situação. A missão foi e voltou sem ser avistada: os paraguaios não identificaram nenhuma movimentação atípica, exceto pelos disparos que ouviram nas cercanias da fortificação. Mais tarde soube-se que era a guarnição local praticando tiro ao alvo.²⁹⁴

²⁹¹ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Corrientes. El Semanario, 20 de Dezembro de 1864.

²⁹² Loc. cit.

²⁹³ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Ob. cit. p. 21.

²⁹⁴ MOURA, Carlos Francisco. *O forte de Coimbra*. Cuibá: UFMT, 1975.

A esquadra alcançou o local da batalha em 26 de dezembro. Entretanto, devido ao denso nevoeiro, somente foi avistada pelas sentinelas imperiais na madrugada do dia 27. “Ao romper do dia de hoje” observou-se no horizonte a fumaça de navios suspeitos, “e meia hora depois mandou o Comandante do Forte prevenir-me” porque eram “Vapores Paraguaiois”.²⁹⁵ De acordo com George Thompson, o coronel Barríos ordenou que “los vapores anclaron a una legua de Coímbra, en donde se efectuó el desembarque de las tropas y de la artillería [...]. La artillería estaba colocada en una colina frente a Coímbra al otro lado del río. Las cañoneras tomaron posición para bombardear el fuerte, y todo quedó dispuesto para el ataque.”²⁹⁶ Começavam os preparativos derradeiros da primeira grande ação da guerra contra o Império do Brasil.

Desembarcar ao pé da defesa imperial era apenas a primeira parte da missão. A tomada de Coimbra seria um pesadelo tático. Protegido pelas encostas naturais do Fecho dos Morros, a construção só poderia ser atacada por um lado. Possuía espessas e altas muralhas de pedra e argamassa, guarnecidas por canhões e soldados armados. Na liderança de Coimbra estava o capitão Benedito Jorge de Faria, oficial que foi o responsável pelo contra-ataque da artilharia. O tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, assumiu o comando da resistência, pois fora enviado para o forte, ao se saber da provável invasão paraguaia. Um “dos primeiros atos do Comandante das Armas na fronteira [coronel Carlos Augusto de Oliveira] do Baixo Paraguai foi guarnecer o forte de Coimbra”.²⁹⁷ Segundo Thompson, sob as ordens do coronel Portocarrero, estavam cento e cinquenta e cinco homens, divididos em: “12 oficiais, 1 cirurgião, 9 sargentos e 93 cabos e soldados, foi, no combate, reforçada por alguns índios e civis, e por presos militares e comuns (ao lado mais 40 homens), perfazendo assim 155 o número de defensores.”²⁹⁸ Embora estivessem em número muito menor, os imperiais contavam com vantagem defensiva, podendo causar

²⁹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos códices: Códice 547. Pacote X M – 19. 1865. Conteúdo: correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha em Mato Grosso, e Hipólito de Simas Bitencourt, 2º Tenente Comandante do vapor Jauru. Albuquerque, 27 de Dezembro de 1864.

²⁹⁶ THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Ob. cit. p. 26.

²⁹⁷ Relatório do presidente da província do Mato Grosso Alexandre Manuel Albino de Carvalho ao entregar a administração ao vice-presidente, Augusto Leverger. Cuiabá, agosto de 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u434/000007.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2016.

²⁹⁸ Id. Ib. p. 30.

grandes baixas ao exército oposto. O forte contava com muitos canhões, além de milhares de cartuchos, espingardas, baionetas, carabinas e espadas.²⁹⁹ Mesmo não muito *modernos*, os armamentos possuíam bom poder de fogo e, prudentemente, os paraguaios tentaram primeiro a rendição, pois reconheciam as dificuldades da operação.

Às 8:30 da manhã de 27 de dezembro, o coronel Vicente Barríos enviou um *ultimatum* a Hermenegildo Portocarrero. A nota demonstrava polidez ao pedir “una prueba de moderacion y humanidad”, mas também estipulava o prazo de uma hora para rendição. Caso houvesse negativa ou silêncio do coronel, o procedimento seria utilizar a força para derrotar o inimigo, ficando os soldados e os oficiais presos e colocados sob lei marcial.³⁰⁰ O tenente-coronel Portocarrero respondeu prontamente. O militar, talvez tentando protelar um ataque, alegou não possuir ordem superior para se entregar, afirmando que “a doutrina que rege o Exército Brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior a quem transmito cópia desta nota, somente pela sorte das armas entregarei Coimbra”.³⁰¹ Conforme o *ultimatum*, essa resposta representou o prenúncio do ataque.

Terminado o prazo estabelecido, Vicente Barríos ordenou o desembarque das tropas a aproximadamente seis quilômetros do forte, fora do alcance das armas adversárias. A partir das 8 horas, os soldados dividiram-se em dois blocos: aproximadamente trezentos soldados de artilharia e cavalaria marcharam sobre o alvo. Às 11 horas da manhã, após ocuparem posições estratégicas, os paraguaios romperam fogo. Primeiro através dos canhões dos navios, a seguir pelos canhões de campanha, posicionados no Morro da Marinha, na margem esquerda do rio. Como os projéteis não alcançaram o forte, o tenente-coronel Portocarrero não respondeu ao fogo inimigo até às 14 horas. Reforçado pela canhoneira Anhambaí, ao comando do tenente Baldoíno José Ferreira, a resistência imperial conseguiu repelir o avanço paraguaio.³⁰²

Construída em 1858 no arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, a Anhambaí era de ferro, sendo impulsionado por motores laterais a vapor, “de dos cilindros verticales y oscilantes de 40 hp, alimentada por una caldera de forma rectangular con dos bocas de

²⁹⁹ IAREB, Ney Reynaldo. Guerra do Paraguai [...]. Ob. cit. P. 139.

³⁰⁰ MOURA, Carlos Francisco. *O forte de Coimbra*. Ob. cit. p.

³⁰¹ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra [...], Ob. cit. p. 75.

³⁰² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos códices: Códice 547. Pacote XM – 19.1865. Correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Capitão de Fragata, Comandante da Flotilha e Baldoíno José Ferreira de Aguiar, 1º Tenente Comandante. Bordo do vapor – Anhambaí, 29 de Dezembro de 1864.

fuego. Tuvo dos piezas de calibre 32".³⁰³ Medindo 41 metros de comprimento e 8,10 metros de altura, ela utilizou seus dois canhões para disparar contra os paraguaios, provocando baixas e retrocesso da marcha paraguaia. Naquele dia, após embate, o duelo da artilharia foi temporariamente interrompido às 19h30min.

Fotografia 1 – canhoneira Anhambaí, exposta no Parque Vapor Cué, no Paraguai.



Fonte: disponível em: <http://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/TrAl-BuquesParag-Anambahy.htm>. Acesso em 26 de março de 2015.

Na manhã seguinte, os paraguaios retomaram o combate às 7 horas da manhã. Agora, em um ataque frontal, eles buscavam atingir o parapeito das muralhas, sendo totalmente repelidos, sem alcançarem a penetrar no recinto. Tasso Fragoso, historiador militar e autor da clássica obra *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*, escreveu que, ao entardecer, após o combate: “Portocarrero mandou sair duas partidas, que exploraram o terreno vizinho e recolheram armas e feridos do inimigo [...] Foram assim trazidos para o interior, e convenientemente tratados, 18 feridos e arrecadadas 85

³⁰³ MEY, Carlos. Historia y arqueología marítima. Disponível em: <http://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/TrAl-BuquesParag-Anambahy.htm>. Acesso em 26 de março de 2015.

armas.”³⁰⁴ Os feridos paraguaios foram abandonados durante a fuga dos imperiais, como veremos.

Apesar de o Paraguai envolver significativo número de soldados na operação, incluindo “tres batallones de infantería, dos escuadrones de caballería, dos compañías de sapadores y dos legiones de artillería, con um efectivo total de 2440 cobatientes”, a complexidade da missão reduzia a vantagem numérica.³⁰⁵ Entre o desembarque e a fortaleza, o caminho era irregular, marcado pela presença de pedras e troncos de árvores, o que dificultava a mobilidade. Isso sem contar os soldados da fortaleza, que, protegidos pelas muralhas, castigavam os inimigos com “una lluvia de balas de fuzil e metralla”.³⁰⁶ A “chuva de balas” que Juan Centurión faz menção, foi proporcionada por mais de 9.000 cartuchos disparados desde a fortaleza, provocando mais duas centenas de baixas.³⁰⁷ O próprio Portocarrero narrou que os mortos passavam de “100 e que ainda existiam muitos feridos por dentro do mato, onde ouviam gemidos, mas que pela aproximação da noite não se podiam encontrar”.³⁰⁸ Seria difícil às tropas de Vicente Barríos suportar tantas perdas por mais alguns dias, o que poderia comprometer os planos de entrar por via fluvial em Mato Grosso, alterando radicalmente a estratégia traçada. “Sustentarão a defesa do Forte Coimbra nos dia 27 e 28 sem perda de um soldado, tendo sido apenas ferido um por estilhaço de pedra da Fortaleza.”³⁰⁹ Mas essa operação seria imprudente?

Os paraguaios fizeram muito bem a “lição de casa” antes da batalha. Sabiam, por exemplo, que o comandante Hermenegildo Portocarrero era relapso: José Antônio Acosta, desertor do forte de Coimbra, declarou que o tenente-coronel morava há dois anos em Corumbá, mas “que nunca visita en persona a ninguno de los puntos de su comando, que son Coímbra, el puerto de Intendencia, Villa de Miranda, y Ioanqué”.³¹⁰ Informaram-se sobre o desgaste dos soldados da fortaleza; a falta de treinamento [realidade comum ao

³⁰⁴ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1954. p. 265.

³⁰⁵ CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 54.

³⁰⁶ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Ob. cit. p. 92.

³⁰⁷ BARRETO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. Ob. cit. p. 180.

³⁰⁸ MAIA, Jorge. *A invasão do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 127.

³⁰⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulhier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

³¹⁰ Archivo Nacional de Asunción. Declaración del Indio brasilero desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

sistema defensivo da época] e motivação. As incursões dos anos anteriores garantiram conhecimento das distâncias entre as localidades; a quantidade de unidades militares; o número aproximado de imperiais, bem como a escassa população regional.³¹¹ Tamanho planejamento sugeriam uma vitória das tropas em marcha. Entretanto, até mesmo os paraguaios esperavam maiores dificuldades.

3.4 Uma retirada inesperada

Quando Vicente Barríos enviou o *ultimatum* ao comando de Coimbra, Hermenegildo Portocarrero ordenou que a embarcação Jauru levasse um comunicado relatando a situação ao Comandante provincial das Armas, que se encontrava na vila de Corumbá, a aproximadamente 600 quilômetros de Cuiabá, também se preparando para o esperado ataque. O Jauru chegou ao porto corumbaense às 15h do dia seguinte do desembarque paraguaio, 28 de dezembro. Em apenas duas horas, foi autorizado o embarque do maior “número possível de praças, a fim de poder prestar algum socorro ao Forte, e mesmo ao Vapor Anhambaí, que consta já estar em fogo com o inimigo”.³¹² A urgência da operação se justificava: poderia garantir a chegada de reforços à fortaleza e assegurar a resistência. Mas antes de obter qualquer resposta, o tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero reuniu um conselho de oficiais para discutir o futuro de Coimbra. Em curtas deliberações, os conselheiros decidiram pelo abandono do posto. A exceção do capitão Antônio Augusto Conrado, que defendeu a resistência até a chegada dos reforços solicitados, os demais decidiram pelo abandono de Coimbra.³¹³

De acordo com as explicações do próprio Hermenegildo Portocarrero, a defecção deveu-se à escassez de cartuchos: “Neste momento fatal [iminência de novo ataque paraguaio] dirige-me ao comandante do forte [Benedito de Faria] para saber do cartuchame de infantaria [que nos] restava para colhermos novos louros”. O oficial foi

³¹¹ Archivo Nacional de Asunción. Declaración del Indio brasileiro desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

³¹² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulie, Ministério da Marinha. Pacote X M – 19. 1865. Conteúdo: correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. A bordo do vapor Corumbá no Porto do mesmo nome, em 28 de Dezembro de 1864.

³¹³ Archivo Nacional de Asunción. Declaración del Indio brasileiro desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

“informado de que talvez não excedessem mil, pois que cinco mil e tantos se haviam gasto naquela última tarde [28/12/1864] e estes dos feitos pelas mulheres”.³¹⁴ As mulheres mencionadas, aproximadamente 70, eram as esposas dos militares e destacaram-se pelo empenho na confecção de cartuchos. Porém é notório o descaso das autoridades antes da guerra. Com tantos sinais que os paraguaios atacariam, por que não existiam mais cartuchos confeccionados? Pelo relatório oficial, Coimbra contava “com 10.000 cartuchos embalados, os quais, reunidos a 2.000 que me foram fornecidos pelo vapor Anhambaí”.³¹⁵ Se ao final de 24 horas de combate restavam apenas 2.500, o material da fortaleza era suficiente para apenas um dia de resistência, constituindo negligência militar. Mas documentos da época contestam a versão da falta de cartuchos. “A esta deliberação [de fuga] precedeu conselho dos oficiais, tendo por fundamento a falta de cartuchos, existindo, entretanto, ainda mais de quatro mil, e cerca de trezentos arrobas de pólvora grossa, por cujo motivo recusou assinar a deliberação o Capitão Antonio José Augusto Conrado.”³¹⁶

Balduíno José Ferreira de Aguiar, capitão da Anhambaí, alertou que o cartuchame de infantaria não poderia ser repostado no mesmo ritmo em que era utilizado.³¹⁷ Buscando compartilhar a responsabilidade da fuga, Portocarrero mencionou que “uma dificuldade invencível” impossibilitava a manutenção da defesa, restando poucas alternativas além da retirada, ocorrida silenciosamente às 23 horas do dia 28 de dezembro de 1864.³¹⁸ Entretanto, a falta de cartuchame foi a *justificativa* para o abandono do forte. Se o capitão Antônio Augusto Conrado propôs que seguisse a defesa, era porque havia condições e munição para tal!

Na execução da fuga, a canhoneira Anhambaí levou soldados, familiares e oficiais até a povoação de Corumbá, totalizando 250 pessoas³¹⁹. Para trás, ficou o forte desprotegido e dotado de muita pólvora e de armas, essas bem utilizadas pelo exército invasor na guerra que se iniciava. Em 29 de dezembro, durante a debandada rio acima, o

³¹⁴ MAIA, Jorge, *A invasão do Mato Grosso*. Ob. cit. p. 128.

³¹⁵ Id. Ib. p. 125.

³¹⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulrier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

³¹⁷ MAIA, Jorge, *A invasão do Mato Grosso*. Ob. cit. p. 128.

³¹⁸ Id. Ib. p. 129.

³¹⁹ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra [...]. Ob. cit. p. 84.

vapor Anhambaí encontrou a aproximadamente setenta quilômetros de Coimbra os reforços enviados pelo Comando das Armas da Província do Mato Grosso. Francisco Cândido de Castro Menezes, comandante flotilha mato-grossense, viajava a bordo do Jauru para ampliar a defesa de Coimbra, mas encontrou “o vapor Anhambaí subindo o rio com toda a guarnição do Forte, que abandonaram ao inimigo, por circunstâncias que serão [analisadas]”.³²⁰ As embarcações Jauru e Corumbá, caso fossem utilizados, representariam importante reforço à manutenção da resistência. Como a retirada já era irreversível, os três vapores rumaram à povoação de Albuquerque, localizada a aproximadamente 500 km de Cuiabá e a 100 km de Coimbra. Balduino José Ferreira de Aguiar, comandante interino da Anhambaí, narrou sua versão dos fatos.

No dia 28 às 5 horas da manhã novas forças desembarcaram do lado do Forte e as baterias já mencionadas romperam de novo o fogo sobre o Forte e sobre este vapor. A 1 hora da tarde principiou um tiroteio de infantaria sobre a retaguarda do Forte, o qual foi progressivamente aumentando de vigor até que carregando os sitiados sobre as baterias, pretendiam tomá-lo de assalto; mas sendo energicamente rechaçados pela guarnição do Forte e pelo fogo de artilharia feito de bordo do vapor do meu comando interino, tiveram de retirar-se ficando o campo coberto de cadáveres. Logo que o inimigo observou o revés que acabava de sofrer embarcaram as forças assaltantes e desembarcaram novas forças de infantaria passaram a bateria raiada para o lado do Forte e tudo se dispunha para abrirem brecha no flanco do Forte onde se acha o portão já abalado e darem novo assalto, que auxiliado pelas forças navais, nenhuma dúvida faria a tomada de praças. Em tais circunstâncias o Tenente Coronel Portocarrero reuniu os Oficiais em Conselho, e por este foi decidido que se evacuasse o Forte por não ser possível evitar-se entrega do mesmo, não só pela deficiência de forças, como por falta de cartuchame de infantaria. Em seguida embarcaram no vapor do meu comando toda a Guarnição do Forte e mais habitantes das proximidades; deixei o Forte pelas oito horas e trinta minutos da noite do dia 28 em demanda deste porto, não tendo sido esse movimento pressentido pelos sitiados, e destarte ficou salvo o vapor do meu comando, que necessariamente teria metido a pique a fim de não ser presa do inimigo.³²¹

Os paraguaios foram surpreendidos com o inesperado desfecho da situação. “Por la mañana con sorpresa de todo el mundo, se observó en el fuerte la falta de bandera y de

³²⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Marinha. Pacote X M – 19, 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Janeiro de 1865.

³²¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Marinha. Pacote X M – 19, 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Janeiro de 1865.

movimiento de gente.”³²² O comandante invasor concluiu que “la guarnición había abandonado el fuerte durante la noche, escapándose al amparo de la oscuridad”.³²³ O mais antigo e poderoso forte de Mato Grosso não suportou 48 horas de ataque. Em consequência da fuga de oficiais e soldados da guarnição, o desespero foi espalhado à população mato-grossense, com destaque para o sul da província. Em Coimbra, além de canhões e armamentos, foi apreendida grande quantidade de munição. O material foi realocado pelos paraguaios em seus vapores de guerra. Ver tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – relação de itens bélicos apreendidos no forte de Coimbra e transportados pelo vapor Salto Guayrá

	Descripción	Calibres	Largor Vara	Largor Pulgadas
2	Cañones de bronce de a	28 de	2	29
2	Cañones de bronce de a	28 de	2	28
1	Cañón de bronce de a	6 de	1	23
2	Cañones de bronce de a	6 de	1	22
1	Cañón de bronce de a	6 de	1	17
2	Cañón de bronce de a	4 de	2	[...]
Suma 10	-	-	-	-
51	Cartuchos de cañón de a	32	-	-

³²² CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Ob. cit. p. 92.

³²³ Id. Ib. p. 92.

178	Cartuchos de cañón de a	28	-	-
200	Balas sueltas de a	24	-	-
18	Balas sueltas de a	6	-	-
169	Metrallas en piña de a	16	-	-
31	Metrallas en bote de lata de a	16	-	-
10	Metrallas en bote de lata de a	6	-	-

Cuartel del 1er. Batallón Enero 5 de 1865. Antonio Alvarenga. Razón numérica de los cañones de bronce y municiones tirados del Fuerte de Coímbra por el vapor Salto Guayrá con especificación de los calibres y largor de los cañones.³²⁴

Tabela 3 – relação de itens bélicos apreendidos no forte de Coimbra e transportados pelo vapor Iporá

	Descripción	Calibres	Largor Varas	Largor Pulsadas
4	Carronadas de fierro de a	10	-	34
2	Obuses de bronce de a	5 pulgadas	1	-
1	Obús de bronce de a	5 pulgadas	1	32
1	Obús de bronce de a	4 ½ pulgadas	1	35 ½
Suma 8	-	-	-	-

³²⁴ Archivo Nacional de Asunción. Listas de armas tiradas del Fuerte de Coímbra. Volume: 343. Número: 18. Foj: 2. Año: 1865.

224	Metrallas en piña de a	32 en 56 casones	-	-
110	Metrallas en piña de a	24 en 22 casones	-	-
432	Metrallas en piña de a	8 en 36 casones	-	-
881	Metrallas en piña de a	6 en 60 casones	-	-
Suma 1.647	-	-	-	-
1.228	Espoletas de madera	-	-	-
3.000	Espoletas fulminante de cebar cañón	-	-	-
83.400	Espoletas de fusil acomodadas en 186 casitas de lata	-	-	-
23	Fusiles fulminante de a	12	-	-
7	Bayonetas de reserva	-	-	-
50	Destornilladores con llave	-	-	-
9	Machetones con guarniciones amarilla	-	-	-
8	Arrobas de pólvora fina en dos tarros	-	-	-

Cuartel del 1er. Batallón Enero 15 de 1865. Antonio Alvarenga. Razón de los armamentos y municiones traídas del fuerte por el Vapor Ipora, con especificación de sus calibres y largor.³²⁵

³²⁵ Archivo Nacional de Asunción. Listas de armas tiradas del Fuerte de Coímbra. Volume: 343. Número: 18. Foj: 2. Año: 1865.

Para George Thompson, “los brasileiros efectuaron su retirada de una manera verdaderamente maestra, pero si se tiene en cuenta las muchas municiones que tenían en la fortaleza, que sus comunicaciones no estaban cortadas y que poseían buque à vapor, es indudable que debieron sostenerse en aquella población”.³²⁶ Em outubro de 1865, Augusto Leverger, ao assumir o posto de presidente da província, afirmou na Assembleia Legislativa do Mato Grosso que o “Forte de Coimbra, primeiro ponto atacado, resistiu heroicamente durante dois dias, ao ataque da artilharia e ao assalto de colunas de infantaria, que depois de retiraram-se, deixaram o chão juncado de mortos e feridos.”³²⁷

Justificou-se a debandada da fortaleza pelos poucos cartuchos de fuzil disponíveis, cerca de mil segundo o tenente-coronel Portocarrero – número considerado baixo para a situação.³²⁸ Mas não faltavam peças e munição de artilharia, além das muralhas e da proteção natural das encostas escarpadas. Em apenas dois dias de confrontos, os paraguaios registraram mais de duzentas baixas, totalizando quase 10% do efetivo em ação; enquanto os imperiais não tiveram feridos. Os oficiais não aguardaram a resposta do pedido de socorro enviado no primeiro dia de ataque, 27 de dezembro. O Comando das Armas da província do Mato Grosso, logo após receber a notificação da situação, enviou reforços, como vimos.

3.5 Apologia de Estado

Hermenegildo Portocarrero foi indiciado para responder diante de corte militar, conforme consta no relatório de Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente do Mato Grosso. “Achando-se nesta capital o Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, que comandou o forte de Coimbra nos dois dias de ataque, para aqui enviado pelo Comandante das Armas [coronel Carlos Augusto de Oliveira] para

³²⁶ THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Editor Juan Palumbo, 1910. p. 25.

³²⁷ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

³²⁸ MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 129.

responder a conselho de guerra.”³²⁹ Contudo, Alexandre de Carvalho não encaminhou os procedimentos do julgamento militar, e, alegando falta de oficiais, nomeou-o comandante das tropas e da defesa da capital. Enquanto aguardava o desfecho do processo, o antigo comandante da fortaleza imperial participou de nova operação militar.

Em 14 de janeiro de 1865, Hermenegildo Portocarrero liderou uma força embarcada enviada até a colônia de Melgaço, distante aproximadamente 130 quilômetros de Cuiabá, na margem esquerda do rio homônimo. A missão deveria fortificar aquele local, fundando posição defensiva contra um possível avanço naval paraguaio. Passados apenas cinco dias, o oficial abandonou repentinamente a posição, retornando com parte tropa para capital, enquanto o restante da guarda, confusa e dispersa, marchou por terra até o território cuiabano, onde se apresentaram “grande número dessa gente”.³³⁰ A população, assustada com a indiscriminável cena, ignorava “as razões que teve o sr. comandante [Portocarrero] para assim proceder”.³³¹ Mas ele não fugiu sozinho. Junto estava o tenente Joaquim Francisco Chaves, comandante do vapor Corumbá e que deveria “ajudar a defesa daquele ponto”.³³² Os indícios apontam para outra retirada vexatória. Joaquim Chaves, tenente responsável pelo vapor Corumbá, foi dispensado do comando das forças fluviais de Mato Grosso, enquanto o tenente-coronel Portocarrero foi destituído do posto de Comandante do Corpo de Artilharia, “e desde então ficou desempregado”.³³³

Quando soube da defecção em Melgaço, Augusto Leverger, oficial de marinha francês naturalizado brasileiro, membro de destaque da sociedade mato-grossense, voluntariou-se para continuar a missão abandonada. Em 20 de janeiro de 1865, um dia após o retorno de parte das tropas a Cuiabá, Leverger “desceu com uma força para ocupar

³²⁹ Relatório apresentado ao Chefe de Esquadra Augusto Leverger vice-presidente da Província de Mato Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho em agosto de 1865. Rio de Janeiro. Disponível <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u434/000009.html>. Acesso em 11 de abril de 2015.

³³⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

³³¹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. A província do Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 69.

³³² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

³³³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

novamente” aquele ponto.³³⁴ Sua postura foi tratada como um ato de coragem que “animou a população”, demovendo a fuga em curso de muitos cuiabanos.³³⁵ A vigília em Melgaço durou dois meses, encerrando-se sem batalhas, porque o adversário não avançou sobre a capital, assunto abordado a seguir.

A *defesa* do Melgaço era improvisada e insalubre. O próprio Augusto Leverger contraiu “enfermidades que por muito tempo o molestaram”.³³⁶ Não foi devido a isso que Hermenegildo Portocarrero retirou-se de Melgaço, apenas chegado. O historiador Mário Maestri lembra sobre a segunda debandada do tenente-coronel: “Para indignação do brigadeiro Carvalho, em 19 de janeiro, o tenente-coronel Porto Carrero chegava a Cuiabá no vapor Corumbá com parte das tropas, enquanto o restante seguia-o por terra. Mais uma vez, o retirante de Coimbra, ao receber, no dia 18, apenas desembarcado no Melgaço, notícias falsas que navios paraguaios atingiam a foz do rio Cuiabá, chamara conselho e acertara a pronta deserção em direção da capital.”³³⁷

Em agosto de 1865, vários meses após a retirada em Coimbra, o tenente-coronel Portocarrero permanecia sem julgamento. Visando arquivar a instauração de um processo, Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, rejeitou a abertura dos trabalhos justificando desconformidade às diretrizes nacionais do Conselho Supremo Militar de Guerra.³³⁸ Segundo a portaria de 11 de Outubro de 1862, expedida por Pedro II, os presidentes dos Conselhos de Investigação deveriam ter patente equivalente ou superior ao do oficial acusado.³³⁹ Sem essa condição, não era possível imputar responsabilidades pela evacuação de Coimbra na noite de 28 de Dezembro de 1864.

Além dessa manobra, Augusto Leverger apontou três justificativas para impedir a

³³⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Pacote I JJ 9 509. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 21 de Janeiro de 1865.

³³⁵ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. A província do Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 70.

³³⁶ Id. Ib. p. 70.

³³⁷ MAESTRI, MÁRIO. A Invasão Paraguaia do Sul do Mato Grosso. Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015. p. 19.

³³⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

³³⁹ Decisões do Governo do Império do Brasil. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862. p. 368.

abertura de processo militar contra Hermenegildo Portocarrero: 1º – a resistência em Coimbra tinha “juízo favorável” do governo e do país; 2º – porque outros “ofícios em circunstâncias análogas” não tiveram punição, e continuavam a servir ao exército imperial; 3ª – a documentação necessária para o julgamento havia “desaparecido do arquivo do Corpo de Artilharia”.³⁴⁰ Portanto, seria mais útil utilizar os “valiosos serviços” do oficial para *defender* a província ocupada. Augusto Leverger não apenas retirou o processo contra Portocarrero, como o recolocou no comando do Corpo de Artilharia. A decisão foi submetida a José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Guerra, que, salvo engano nosso, não a questionou.³⁴¹

Mas se as falhas do militar comandante eram notoriamente conhecidas em Mato Grosso, como ele saiu engrandecido da Guerra, recebendo o título de Barão de Coimbra, em 1889?

Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero nasceu em 1818, na cidade de Recife. Pertencia a uma tradicional família do Nordeste, o que lhe colocava em situação privilegiada. Entre 1851 e 1852, durante a Guerra contra Oribe e Rosas, foi enviado pelo governo imperial a Assunção na Missão Militar Brasileira. O objetivo era fornecer armas, munição e instruções aos paraguaios, então presididos por Carlos Antônio López, para que lutassem contra Juan Rosas, um inimigo em comum. Louis Schneider, oficial alemão que acompanhou o dia-dia das tropas aliancistas, compilou seus registros em um diário jornalístico intitulado: “*A Guerra da Tríplice Aliança: Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra a República do Paraguai (1864-1870)*”. Segundo ele, o capitão Hermenegildo Portocarrero foi um dos oficiais da missão, onde estabeleceu contato com o jovem Francisco Solano López, que “o chamava — mi maestro”.³⁴²

Era notória a influência cortesã desfrutada pelo futuro comandante Portocarrero. Em janeiro de 1865, após o catastrófico episódio de Coimbra, o tenente-coronel perdeu as funções de comando em Mato Grosso, mas a punição aplicada foi superada pelo presidente Alexandre de Carvalho, que o enviou para comandar a defesa de Melgaço, de

³⁴⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

³⁴¹ Loc. cit.

³⁴² SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança [...]*. Ob. cit. V. 1, p. 114.

onde fugiu igualmente, como vimos. Após alguns meses, a deliberação foi revertida pelo influente Augusto Leverger, homem que lhe substituiu diante da malfadada postura em Melgaço.³⁴³ José da Silva Paranhos, um dos mais importantes diplomatas do Império, fez comentários elogiosos ao comportamento do oficial: a “resistência de Coimbra parece fazer honra ao seu Comandante, o Tenente Coronel Portocarrero”.³⁴⁴ Na interpretação do diplomata, faltaram recursos materiais e humanos no forte, isentando a responsabilidade de seu comandante.³⁴⁵ Manter a legenda sobre a defesa heróica desculpava ações e omissões que abarcavam muito mais que aquele comandante.

Em 1870, Antônio de Cerqueira Caldas, presidente mato-grossense, destituiu o tenente-coronel Portocarrero do comando do 5º Batalhão de Artilharia. O governante apontou a desmoralização do oficial, que abandonou a fortaleza, não manteve a posição em Melgaço, “e muitos outros atos praticados na Província”.³⁴⁶ Acusou-o de ser um *ventríloco* de João Batista de Oliveira, o Barão de Aguapeí, ex-presidente de Mato Grosso. Segundo Antônio Caldas, essas credenciais desabilitavam o militar a assumir o Comando Geral do Baixo Paraguai, “lugar onde por demais é conhecido pelo seu inconveniente proceder, como militar”.³⁴⁷ O governante preferiu nomear interinamente o tenente-coronel Antônio José da Costa, “porque em tudo me inspira mais confiança, do que o seu ex-comandante”.³⁴⁸

Não sabemos o desfecho da nomeação ao 5º Batalhão de Artilharia. Mas os reiterados questionamentos a Hermenegildo Portocarrero não abalaram seu prestígio entre as altas autoridades, e ele continuou a receber promoções. Em 29 de junho de 1881, foi alçado a patente de brigadeiro, e em 30 de Janeiro de 1890 tornou-se marechal, o maior

³⁴³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: Códice 547. Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente da província, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Setembro de 1865.

³⁴⁴ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865.

³⁴⁵ Loc. cit.

³⁴⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 243. 1870. Conteúdo: correspondência entre Antônio de Cerqueira Caldas, presidente da província, e Manuel Vieira Tosta, o barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 1º de Julho de 1870.

³⁴⁷ Loc. cit.

³⁴⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 243. 1868-1871. Conteúdo: correspondência entre Antônio de Cerqueira Caldas, presidente da província, e Manuel Vieira Tosta, o barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 1º de Julho de 1870.

grau hierárquico das forças armadas. Haveria outras condecorações. Em 13 de julho de 1889, nos últimos momentos do Império, Pedro II agraciou-o com o título de barão de Coimbra, sendo considerado um “herói da pátria” – numa cruel ironia aos fatos. Mais de meio século após sua morte, já no período republicano, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei de 1942, denominou de “Forte Portocarrero”, o 6º Grupo de Artilharia de Costa, homenagem justificada porque “o Ten. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero dera em 1864, como comandante dessa guarnição, exemplo de raro valor militar, pela sua inexcedível coragem e inimitável bravura”.³⁴⁹ Derrotado nos campos de batalha, o militar construiu ótimas relações políticas. Por outro lado, os soldados acusados de deserção recebiam tratamento muito distinto: castigos físicos, prisão e morte aguardavam os setores subalternizados das tropas imperiais; os oficiais, ao contrário, tinham suas mais graves faltas abonadas, sobretudo quando assumiam gabinetes de mesma orientação política que as suas.³⁵⁰

Não podemos personalizar a histórica, restringindo-se a nomes ou cargos. Foram diversos os responsáveis pela debilidade da defesa em Mato Grosso. Hermenegildo Portocarrero, junto ao Conselho de Oficiais consultados em Coimbra, optou pela saída mais fácil, a fuga. Em Melgaço, novamente a atitude displicente do oficial não foi acompanhada de punições duradouras e o militar continuou a exercer funções públicas. O sul de Mato Grosso era pouco habitado e não possuía um grande número de soldados, mas seus defensores falharam em procedimentos básicos.

3.6 Prossegue a marcha

Com o abandono da principal fortaleza provincial, abriu-se o caminho à ocupação do sul-mato-grossense.³⁵¹ Os paraguaios impingiram uma vitória para além de o conflito militar. A derrota imperial gerou pânico e fuga entre a população civil. Em rápido avanço, as forças do coronel Vicente Barríos aportaram em Albuquerque, vila abandonada após a

³⁴⁹ Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/2/1942. Decreto-Lei nº 4.027, de 16 de Janeiro de 1942.

³⁵⁰ MAESTRI, Mário. Pranchada Infamante: Resistência ao Castigo Físico do Soldado Imperial na Guerra contra o Paraguai. 1864-1870 - MAESTRI, Mário. Revista de Raíz Diversa, México: UNAM, n.2, 2015, pp. 125-154.

³⁵¹ SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. São Paulo: Resenha Tributária, 1973. p. 53.

queda de Coimbra. Em 2 de janeiro, o coronel Barríos prosseguiu com a ocupação, deixando na vila apenas ocupada “uma pequena guarnição sob o comando do 2º tenente Félix Vera”.³⁵² As tropas paraguaias rumaram para a vila de Corumbá, onde se esperava enfrentar o 2º Batalhão de Artilharia da província de Mato Grosso.³⁵³ A vila era sede do Comando Local das Armas da Província. A defesa contava com aproximadamente 400 homens, 23 bocas de fogo [canhões], “armamento portátil, pólvora e munição”.³⁵⁴ Apesar de grande desvantagem numérica, quase dez soldados para um, presumia-se alguma resistência contra as forças invasoras, que pagariam o ônus do ataque.

Antes da chegada a Corumbá dos retirantes de Coimbra, o comando da vila demonstrou comprometimento com a defesa do sul do Mato Grosso. O coronel Carlos Augusto de Oliveira, responsável pela praça, enviou comunicado a Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente provincial (1863-1865), alegando que grande “animação reina em todos, sem exceção de militares e paisanos, que se tem vindo oferecer voluntariamente para defesa do país”.³⁵⁵ Observa-se, na letra das autoridades, uma suposta adesão geral em torno da defesa do território. Texto facilmente desconstruído pela sucessão dos eventos. O coronel Carlos de Oliveira exaltou as virtudes morais das tropas e da população: valor, orgulho e patriotismo, mas alertou para a debilidade militar da província. Segundo o oficial, faltavam recursos, pessoal, armamentos, material de guerra e até gêneros alimentícios.³⁵⁶ Em maio de 1863, Herculano Ferreira Penna, presidente da província, enviou relatório à Corte reclamando da falta de instruções em caso de invasão estrangeira, “assim como a de armamento, e correame [cordas de couro usadas para montaria]”.³⁵⁷ Em janeiro de 1865, quando o coronel Carlos de Oliveira soube do avanço paraguaio a Corumbá, a “animação sem exceção” se desfez; o patriotismo se converteu em medo e a resistência em fuga. Mas o que alterou as promessas de defesa coletiva?

Quando o coronel Carlos Augusto de Oliveira dirigiu o ofício a Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província, o forte de Coimbra ainda não havia caído.

³⁵² FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 267.

³⁵³ Id. Ib. p. 267.

³⁵⁴ SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. Ob. cit. p. 54.

³⁵⁵ MAIA, Jorge. *A invasão do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 99.

³⁵⁶ Id. Ib. p. 100.

³⁵⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso por Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/416/000012.html>. Acesso em 3 de novembro de 2014.

Talvez o comandante local pensasse que a fortaleza *inexpugnável* jamais tombaria. Como vimos, no dia 28, pelas 15 horas, ao ser notificado da invasão paraguaia, Carlos de Oliveira enviou reforços à fortaleza imperial: cinquenta praças e dois oficiais do 2º Batalhão de Artilharia a Pé.³⁵⁸ Mas os reforços encontraram no meio do caminho os retirantes de Coimbra, que abandonaram a defesa do forte e fugiram rio acima. Em pouco tempo, ocorreu abrupta inversão de perspectivas. As notícias do avanço do exército paraguaio minou a coragem do comandante de Corumbá. Antes imperavam nobres valores entre militares e civis, mas quando soube da aproximação das forças de Vicente Barríos, o coronel Oliveira ordenou a evacuação do povoamento sem qualquer combate.³⁵⁹ Os moradores, até então proibidos de se afastarem da vila, foram obrigados a partir em polvorosa, deixando para trás tudo o que não conseguissem carregar. Corumbá “foi evacuada sem resistência por sua guarnição”.³⁶⁰

Manoel Cavassa, comerciante de origem portuguesa, estabelecido em Mato Grosso desde 1857, relatou o *terror* e a *dúvida* “produzida pela notícia de terem os bárbaros soldados de Solano López atacado o forte de Coimbra”.³⁶¹ A chegada de Hermenegildo Portocarrero, Comandante das Armas e desertor de Coimbra, amplificou o pânico em Corumbá. No dia seguinte ao desembarque dos retirantes da fortaleza, corriam boatos “que [Portocarrero] tinha dito que, visto haver-se perdido o forte de Coimbra e não ser possível resistir-se aqui a uma força muito superior, tinha resolvido retirar-se para Cuiabá”.³⁶² A presença do principal oficial do baixo Paraguai amplificou os temores dos civis. “Começou então a desordem e o barulho: soldados bêbados e paisanos já não respeitavam os oficiais, nem mesmo o comandante das armas [Portocarrero]”.³⁶³

Segundo Manoel Cavassa, estrangeiros sem qualquer ligação com o Paraguai eram ameaçados de morte e muitos “se viram forçados a abandonar suas casas e refugiar-se no mato”. Novamente Hermenegildo Portocarrero é citado: “[...] vendo sem prestígio a sua

³⁵⁸ SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. Ob. cit. p. 54.

³⁵⁹ PÓVOAS, Lenine. *História geral de Mato Grosso*. Ob. cit. p. 267.

³⁶⁰ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/000005.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

³⁶¹ *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Campo Grande: UFMS, 1997. p. 21.

³⁶² Id. Ib. p. 21.

³⁶³ *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Campo Grande: UFMS, 1997. p. 21.

autoridade, pois que nem a ele já respeitavam, tratou de retirar-se imediatamente”.³⁶⁴ Antes de refugiar-se na canhoneira Anhambaí, deu ordem controversa. O comandante das armas determinou a destruição da pólvora contida no quartel, pois pretendia privar os paraguaios da vasta quantidade do explosivo; mas foi alertado sobre o risco “que corria a população deste lugar, que seria destruída pela explosão”. Entretanto, Portocarrero persistiu “na sua ideia”.³⁶⁵ Parte dos moradores, cientes do grande perigo dessa decisão, inutilizou a pólvora jogando-a no rio. Medida eficiente e segura.

Em 26 de janeiro de 1865, Castro Menezes, chefe da flotilha, justificou a utilização da canhoneira Anhambaí para fuga de Corumbá como uma ordem do coronel Carlos de Oliveira. “Foi em virtude de requisição que me fez, do dia 2 [de janeiro], às 5h da manhã, o Exmº Sr. Comandante das Armas”. Castro Menezes alegou desconhecer os motivos da retirada, “pois até poucas horas antes havia toda a disposição de sustentar o ponto embora fosse inteiramente aberto e difícil de defender-se”.³⁶⁶ Visivelmente o oficial tentou eximir-se de responsabilidade, e atribuiu seus atos a obediência hierárquica.

A decisão do coronel Carlos Augusto de Oliveira lhe custou o cargo de Comandante das Armas e censura pública da Câmara de Cuiabá, que classificou o ato como “vergonhoso e inexplicável abandono do posto”.³⁶⁷ Em relatório, o oficial justificou que “a escassez de força não me habilitava receber o inimigo”, por isso optou por retirar os cavalos enquanto a população fugia. Suprimiu informações da debandada, alegando que “seria por demais enfadonho e contristador”. Quanto à população, o militar restringiu-se a mencionar que nem todos puderam escapar “das garras desses bárbaros”.³⁶⁸ Segundo o coronel Carlos de Oliveira, por onde as tropas paraguaias passaram os campos foram limpos, não restando uma única cabeça de gado. Por fim, converge com nossa impressão

³⁶⁴ *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Campo Grande: UFMS, 1997. p. 22

³⁶⁵ Id. Ib. pp. 22-23.

³⁶⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulter – Ministério da Marinha. Pacote X M – 19. 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 26 de Janeiro de 1865.

³⁶⁷ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em 6 de agosto de 2014.

³⁶⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos códigos: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda, o visconde de Camamu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 24 de Abril de 1865.

de que não esperava de fato enfrentar os invasores, e diante da presença dos paraguaios “em Coimbra, [da] tomada de Albuquerque e mais notícias aterradoras [...] como a aproximação dos mesmos paraguaios pela parte de Nioaque”, optou por retirar-se para Miranda antes da presença adversária.³⁶⁹

3.7 Corumbá ocupada

Com o avanço das tropas paraguaias, a situação tornou-se dramática também aos estrangeiros. Sob ameaças de repetição de 30 de maio [data da irrupção da Rusga, quando comerciantes portugueses foram perseguidos e mortos], entrincheiraram-se na praça central de Corumbá com armas pessoais e quatro canhões, onde passaram “duas noites bem cruéis”.³⁷⁰ Como habitualmente ocorre, a desinformação alimentou a ignorância e a violência. Os negociantes mantinham intensos vínculos econômicos com Buenos Aires e Assunção, principalmente no lucrativo comércio de couros, por isso os sul-mato-grossenses acreditavam que eles deveriam conhecer os planos de invasão, porém teriam optado pelo silêncio.

Preocupados com sua segurança, os estrangeiros optaram por aguardar a chegada das tropas invasoras, menos perigosas do que os próprios vizinhos.

Antes da guerra, Manuel Cavassa era proprietário de casas comerciais em Corumbá e de um grande estoque de couro em Tacumbu, localidade próxima a Assunção. Os produtos de origem bovina serviram de alternativa à crise irreversível da mineração em Mato Grosso, enquanto os países da bacia platina tornaram-se parceiros, reduzindo o confinamento imperial da região.³⁷¹ O *memorandum* do comerciante Cavassa tornou-se um importante documento histórico, mas foi produzido para reivindicar o ressarcimento pelos prejuízos sofridos durante a ocupação paraguaia a Corumbá, entre 1864-1868. Além das propriedades destruídas no Brasil, ele perdeu o depósito de couros no Paraguai “por ordem do general Caxias para com eles fazerem barracas, segundo declararam os soldados

³⁶⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda, o visconde de Camamu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 24 de Abril de 1865.

³⁷⁰ *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Ob. cit. p. 23.

³⁷¹ Id. Ib. p. 12.

que os carregavam”.³⁷²

Cavassa manteve relativa liberdade comercial durante a ocupação, mas não tinha autorização para deixar Corumbá. Não possuía também o direito de se comunicar com o restante da província. Por razões elementares, a população de Corumbá não estava autorizada a contatar os soldados e outros populares mato-grossenses. Em janeiro de 1866, segundo relatório enviado ao Conselheiro José Antônio Saraiva, foi tomado o depoimento do trabalhador escravizado José Manoel de Campos, “ultimamente fugido do Corumbá e aqui chegado [Cuiabá]”.³⁷³ Pelo depoimento dele, no “dia 24 de novembro último [1865] às cinco horas da manhã, [foram] executados Augusto Alcides Monteiro, vulgo Bucho, Fortunato José Machado, Constâncio de Tal, Francisco Leite, João Leandro e Felisberto de Tal”.³⁷⁴ Perguntado por qual motivo os civis foram fuzilados, respondeu “que, segundo lhe consta, Augusto Alcides Monteiro foi por ter feito uma conta dos prejuízos que sofrera com a invasão paraguaia, e os mais por terem comunicação com Francisco Paes Rodrigues, encarregado de uma parada que desta cidade foi até aquele lugar para saber o que por ali se passava”.³⁷⁵

José Manoel de Campos declarou que fugiu de Corumbá com Benedicto Vianna, mas não esclarece quem ele era. O relato tampouco informa se o depoente foi capturado pelos imperiais ou apresentou-se às autoridades cuiabanas, nem qual era sua condição em Corumbá. Quanto aos possíveis fuzilados, é possível que, se fossem taxados de espões ou colaborassem com o inimigo, possam ter sido de fato executados por essa razão.³⁷⁶

Em 29 de julho de 1866, chegou a Corumbá um comunicado ordenando que os moradores adultos do sexo masculino fossem conduzidos a Assunção. A notícia causou impacto imediato: “[...] o meu vizinho Nicola Canale, que, além da sua família, tinha a seu cargo a de seu cunhado, ausente, veio à minha casa chorando, desesperado ante a ideia

³⁷² *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Ob. cit. p. 50.

³⁷³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Guerra/Gabinete do Ministro. IGI, 241. Código do Fundo: DA. Seção de guarda: CODES. Notação. Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente, e o Conselheiro José Antonio Saraiva, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Matto Grosso, 5 de janeiro de 1866.

³⁷⁴ Loc. cit.

³⁷⁵ Loc. cit.

³⁷⁶ Em 1893, Francisco Paes Rodrigues, nome citado por José de Campos, publicou em Recife a obra memorialística *História da Guerra do Paraguai*.

de abandonar essas famílias a brutalidade daqueles homens”.³⁷⁷ Manuel Cavassa entrevistou junto aos oficiais, e conseguiu autorização para que o vapor paraguaio rebocasse uma embarcação sem motor (chata), onde se acomodariam os familiares dos homens obrigados a partir. A viagem de quatro dias foi apenas o início de um período de grandes privações passado em solo estrangeiro.³⁷⁸

Mas por que obrigar a população civil realizar longa viagem para ser mantida sob cárcere no Paraguai?

Diante do avanço aliancista, Solano López ordenou a desocupação gradual do território sul-mato-grossense, assim ampliaria a defesa interna, realocando soldados para áreas mais deficientes do território nacional. Corumbá, no entanto, não foi totalmente desocupada naquele momento – a guerra ainda se arrastaria em Mato Grosso por mais de dois anos. Era, portanto, temerário manter poucos soldados em Corumbá diante de uma população adulta masculina mais significativa. Na insuficiência de tropas, ordenou-se a viagem forçada de seus moradores – possivelmente para evitar rebeliões. Essa estratégia desconsiderava o sofrimento civil, restringindo-se a escolher a melhor logística de guerra. Somente em abril de 1868, quando Assunção não contava mais com a defesa de Humaitá e o cerco aliancista tornava os recursos mais escassos, partiram as últimas forças localizadas em Corumbá e Coimbra, encerrando a ocupação em Mato Grosso.³⁷⁹ Com a retirada, os paraguaios perderam seu contato com a Bolívia, com partida em Corumbá.

Em janeiro de 1869, quando a guerra já não tinha objetivos militares senão caçar Solano López, tropas imperiais atingiram as proximidades de Assunção onde Manuel Cavassa se encontrava, encerrando o período em que passou no Paraguai.

3.8 Medo, fuga e sobrevivência nos tempos de guerra

Em 3 de janeiro de 1865, o exército paraguaio ocupou Corumbá sem disparar um único tiro. Fundada em 1778, o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque

³⁷⁷ *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Ob. cit. p. 32.

³⁷⁸ Não iremos pormenorizar o relato de Manuel Cavassa sobre o período vivido no Paraguai. Para saber mais, consultar: *Memorandum de Manoel Cavassa*. (Org.) CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Vladimir Batista. Ob. cit.

³⁷⁹ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 286.

creceu como zona militarizada para evitar invasões espanholas. Ao longo das décadas, se tornou o principal entreposto comercial da região, apesar de bastante acanhado. Em 1861, passou a abrigar a Alfândega de Albuquerque; em 6 de julho de 1862, foi elevada de vila à município; e em 1863, o governo imperial determinou ali a instalação do Arsenal da Marinha, decisão que demonstrava a preocupação com a defesa Oeste. Diante da ocupação paraguaia, o vice-presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, afirmou que o exército paraguaio ocupou “sem glórias” a cidade de Corumbá, colocando-se como “senhor da navegação do Paraguai e da parte inferior dos seus afluentes, o inimigo assanhou-se em perseguir os inermes fugitivos de Corumbá e de Albuquerque”.³⁸⁰ Também poderíamos acrescentar que não houve “glórias” na resistência.

Naqueles primeiros dias de 1865, os moradores de Corumbá partiram em embarcações abarrotadas. A canhoneira Anhambaí transportava, além da própria tripulação e passageiros, a escuna Jacobina, embarcação menor e sem motorização. Diante da lentidão da viagem, os oficiais Hermenegildo Portocarrero e Carlos Augusto de Oliveira ordenaram que a mesma fosse desamarrada, e deixada para trás. O tenente João de Oliveira Melo desembarcou da Anhambaí e comandou os retirantes da escuna Jacobina que, sem condições de seguir a viagem, atracou nas margens do rio Paraguai. De lá seguiram a pé até uma fazenda do interior, para depois partir em uma longa jornada de quatro meses até a capital.³⁸¹ Em abril de 1864, ao atingiram Coxipó da Ponte, atualmente distrito cuiabano, compunham a marcha “479 pessoas, entre praças, paisanos, mulheres e crianças de ambos os sexos”.³⁸²

Quanto ao vapor Anhambaí, o comandante Francisco Castro Menezes conduziu oficiais e outros passageiros até o porto do Sará na margem direita do rio São Lourenço. “Ali os desembarcou, e voltando com o dito comandante da flotilha, em socorro aos fugitivos que vinham atrás”.³⁸³ O comandante produziu detalhado relato dos eventos:

³⁸⁰ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/000005.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

³⁸¹ DOMINGOS, Sávio. *Mato Grosso (1850-1889) [...]*. Ob. cit. p. 60.

³⁸² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 547. Diversos códices. Conteúdo: correspondência entre João de Oliveira, 2º Tenente, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província. Quartel em Cuiabá, 1º de Maio de 1865.

³⁸³ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em 6 de agosto de 2014.

São dez horas do dia [5 de janeiro de 1865], quando chego ao porto do Sará, trazendo a bordo entre soldados, mulheres e paisanos, talvez de 400 a 500 pessoas; mandei desembarcar aqui todos, inclusive a grande bagagem, e depois de obter a lenha precisa, desço amanhã com o vapor, a fim de ver se ali tenho que conduzir o resto dos soldados, e o mais que possa, que ficaram em viagem em igarités e escaleres e uma escuna. Tem os habitantes da margem do rio se incutido de um terror pânico, de modo que não tenho encontrado recurso algum, nem de combustível, nem de víveres, e luto com milhares de dificuldades, sobretudo com este único vapor, em que estou. Saí de Corumbá no dia 2 do corrente às 11 horas do dia, e nada se sabia de positivo do inimigo e agora regresso do mesmo modo, só com o intuito de prestar algum socorro aos soldados e pessoas, que ficaram para trás, no caso de ser possível; pois em última circunstância tratarei só de salvar o vapor.³⁸⁴

Em 6 de janeiro de 1865, o Anhambaí descia a foz do rio São Lourenço quando se deparou com os vapores paraguaios armados Iporá e Rio Apa. Em breve escaramuça, a embarcação imperial foi empurrada para a margem; com desvantagem numérica e de posição, foi alvejada pelas forças paraguaias, sendo abordada por infantes paraguaios embarcados, pondo fim ao combate relâmpago. Alguns tripulantes morreram em combate, mas a maior parte fugiu para mata e, segundo registros imperiais, “somente sete indivíduos, inclusive o respectivo imediato” foram aprisionados.³⁸⁵

O avanço paraguaio e a captura do navio imperial geraram grande repercussão entre as autoridades cuiabanas e do poder central. As “[noticiais] do Baixo Paraguai [...] são que o Anhambaí foi tomado em combate; que a força desembarcara no Sará se debandara ao avistar o inimigo; que as fazendas da margem do Rio São Lourenço tinham sido destruídas; e finalmente que os vapores paraguaios cruzaram a foz do Rio Cuiabá”.³⁸⁶ Esses eventos produziram relatos não confirmados.

Em *Maldita Guerra*, Francisco Doratioto aponta que os “mortos [da Anhambaí] tiveram suas orelhas arrancadas e penduradas em cordas nos mastros do *Iporá*”.³⁸⁷ O historiador apoiou seu veredito no relato de um passageiro não identificado do barco

³⁸⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Marinha. Ministro e Secretaria de Estado. Pacote X M 19. Data: 1860-1887. Conteúdo: correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província. Bordo do vapor Jauru, em 19 de Janeiro de 1865.

³⁸⁵ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Corrientes, 17 de Janeiro de 1865.

³⁸⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulrier – Ministério da Marinha. Pacote X M 19. 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 21 de Janeiro de 1865.

³⁸⁷ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra [...]*. Ob. cit. p. 104.

britânico *Ranger*. Não temos informação positiva sobre os fatos. O próprio comandante Francisco Castro de Menezes sobreviveu para contar a história. “Não posso por ora discriminar as praças que escaparam, que morreram ou foram prisioneiras, pois dispersas agora vão apresentando-se, eu mesmo acabo de chegar ontem [25 de janeiro de 1865] a este porto no vapor – Alfa –, e assim dez praças que pertenciam ao – Anhambá – no qual perdeu-se todo o arquivo da Flotilha.”³⁸⁸ O avanço paraguaio prosseguiu com amplas facilidades.

Segundo relatos de moradores, os soldados “vinham mortos de fome [...] tudo que encontravam, porcos, cabras etc., ia para o fogo, e começou o saque das casas de comércio que não tinham moradores”.³⁸⁹ Na capital, a notícia da invasão causou *consternação* e *terror*. Augusto Leverger registrou o alistamento espontâneo para compor o 1º Batalhão da Guarda Nacional, improvisando um corpo de voluntários “para ajudar na defesa da cidade”.³⁹⁰ Em 30 de março de 1865, o militar e político enviou ofício ao presidente de Mato Grosso, Alexandre Albino de Carvalho, informando que os paraguaios deixaram aproximadamente 1.200 homens em Corumbá e 400 em Dourados. Desse total, haveriam muitas baixas provocadas “por males provenientes de enfermidades”, mas nenhuma pela resistência imperial.³⁹¹

Em 17 de abril, Alexandre Albino de Carvalho, presidente da província, oficializou o Corpo de Voluntários da Pátria para ampliar a infantaria de linha de frente. O alistamento estendeu-se por quatro meses. Desconhecemos o número exato de inscritos arregimentados, mas nos deparamos com informações contrastantes.³⁹² Em 23 de agosto de 1865, segundo o vice-presidente Augusto Leverger, a apresentação de “Guardas

³⁸⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Marinha. Pacote X M – 19. 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 26 de Janeiro de 1865.

³⁸⁹ CAVASSA, Manoel. *Memorandum*. Campo Grande: UFMS, 1997. p. 23.

³⁹⁰ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/000005.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

³⁹¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e o General Henrique de Beaurepaire Roham, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 5 de Abril de 1865.

³⁹² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda, o visconde de Camamu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 24 de Abril de 1865.

Nacionais como Voluntários da Pátria” excedeu o número mínimo para criação de uma Companhia conforme “Portaria desta Presidência de 17 de Abril último”; por isso foi criado “um Corpo de 4 Companhias dos mesmos voluntários, ficando provisoriamente organizado do seguinte modo”.³⁹³

Tabela 4 – relação de Voluntários da Pátria em Mato Grosso

	Estado Maior
Oficial Superior Comandante	1
Fiscal	1
Ajudante	1
Quartel-Mestre	1
Secretário	1
	Estado Menor
Sargento Ajudante	1
Sargento Quartel-Mestre	1
Espingardeiro	1
Coronheiro	1
Corneta-mór	1
	Uma Companhia
Capitão	1
Tenente	1
Alferes	2

³⁹³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: AI. Seção de Guarda: CODES IJ1 – 684. Notação Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 23 de Agosto de 1865. Augusto Leverger. Portaria de 17 de Abril de 1865.

1° Sargento	1
2° Sargentos	2
Furriel	1
Cabos da Esquadra	6
Soldados	60
Cornetas	2
	Recapitulação
Oficiais do Estado Maior	5
Praças do Estado Menor	5
Oficiais de 4 Companhias	16
Praças das 4 Companhais formadas	288
Total de militares	314

Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 23 de Agosto de 1865. Augusto Leverger.³⁹⁴

A notícia da chegada dos paraguaios no Coxim mobilizou a população cuiabana, colocando a prova o voluntarismo e a bravura até então demonstrada. Augusto Leverger narrou que era “vontade quase unanime” na capital “que os diversos Corpos da Guarda Nacional aquartelados nesta cidade” deveriam “marchar ao encontro do inimigo, por ser provável atalhar-lhe os passos ou nas matas de São Lourenço, ou em qualquer outro rio, a quem, que se prestasse a isso”.³⁹⁵ Mas ao descer até Melgaço, ponto utilizado para barrar um possível ataque a Cuiabá, dispunha-se apenas de pequenos vapores do “3° Batalhão, destacamentos do 1° e 2° da Guarda Nacional, a Companhia de Artífices e um *diminuto*

³⁹⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: AI. Seção de Guarda: CODES IJ1 – 684. Notação Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 23 de Agosto de 1865. Augusto Leverger. Portaria de 17 de Abril de 1865.

³⁹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: DA. Seção de guarda: CODES. Notação IJ1 – 684. Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente e comandante das Armas da Província, e Leopoldino Lino de Faria, tenente-coronel comandante superior interino. Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Cuiabá, 22 de Agosto de 1865.

contingente de voluntários e praças de linha, inclusive alguns dos *presos*".³⁹⁶ Embora o documento não detalhe os motivos da utilização de presidiários nessa operação, depreende-se que se todos voluntários estivessem disponíveis, não seria necessário recorrer a esse expediente. Talvez a "vontade quase unanime" da população fosse a de defender suas posses e familiares, pois quando a luta exigia o deslocamento a outras áreas a realidade era outra. O movimento voluntário parecia associar-se à defesa das famílias e propriedades locais, e não por alguma vertente *patriótica*, mesmo de viés provincial.

O próprio Augusto Leverger relatou que a "marcha de qualquer dos Corpos para a fronteira ou para lugar muito distante do distrito fora uma calamidade para muitas famílias, que não tem outro meio de subsistência mais que o trabalho de seu chefe".³⁹⁷ O experiente político reclamava junto ao conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, a organização de uma Guarda Nacional das Fronteiras capacitada e composta por soldados e não pais de família.

Devido à colonização recente, não existiam fortes vínculos com aquela área, povoada principalmente após a Rusga (1834-1837). As *raízes* da metade sul do Mato Grosso eram superficiais, e a *identidade* local mantinha uma tênue relação entre população, território e resistência, sobretudo porque muitos habitantes não possuíam propriedade, apenas trabalhavam nas fazendas e nada tinham para defender. O estado da Guarda Nacional, que exigia o alistamento censitário de homens entre 18 e 60 anos, era criticado pela falta de instrução e disciplina. Muitos homens morreram vítimas da cólera, e havia carestia de alimentos quando os sobreviventes deixavam suas famílias e seus estabelecimentos.³⁹⁸ Todas às pessoas habilitadas deveriam pegar em armas, mas autoridades públicas alertavam não esperar "que, por semanas, meses, e até mais de ano, se conservem os Guardas separados das suas famílias privadas de amparo e meios de

³⁹⁶ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/000005.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

³⁹⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: AI. Seção de Guarda: CODES. Notação IJ1-684. Correspondência entre Augusto Leverger, presidente da província do Mato Grosso, e o Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro e Secretario do Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 28 de Agosto de 1865.

³⁹⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, presidente de Mato Grosso, e o Luís Filipe Maria de Orléans, o Conde D'Eu, Comandante em Chefe de todas as forças Brasileiras em operações na República do Paraguai. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 1º de julho de 1869.

subsistência”. A adesão seria ainda menor “se os mesmos Guardas Nacionais tiverem de marchar para qualquer dos longínquos Distritos da fronteira.”³⁹⁹ Ou seja, a relação entre luta e identidade pesava no empenho dos soldados. Travar batalhas pela sobrevivência em muito se difere de conflitos ofensivos, lutados longe de *casa* e dos familiares.

Para os nativos, ligados às suas terras de forma não mercantil, a permanência na região se impôs. Muitos se embrenharam em locais de difícil acesso, fugindo assim aos invasores, onde buscaram reconstruir a antiga autonomia. Alguns grupos mantiveram-se relativamente solidários com os colonizadores, e, em diversas operações, os soldados foram “reforçados pelos índios”, sedimentando uma cultura de *reconhecimento* apenas quando eram *úteis*, numa espécie tolerância seletiva.⁴⁰⁰ Quanto aos estrangeiros, eles sofreram com o medo de represálias dos mato-grossenses, bem como dos paraguaios. Como condição geral, predominou a partida para preservar a própria vida, deixando posses e propriedades para trás.

3.9 Os avanços da Divisão Norte

Segundo o prussiano Louis Schneider, em 14 de Dezembro de 1864, as tropas paraguaias estacionadas no acampamento militar de Cerro León apresentaram-se em Assunção e, após o discurso de Solano López, partiram em direção ao Mato Grosso. Francisco Isidoro Resquín, coronel de cavalaria, foi o comandante geral da expedição terrestre, subchefiada pelo major Martín Urbietta. Denominada de Divisão Norte, o destacamento era composto por aproximadamente dois mil e quinhentos homens, sendo um batalhão de infantaria e três regimentos de cavalaria. O objetivo operacional dessas tropas era destruir a Colônia Militar de Dourados e marchar até as vilas mato-grossenses de Nioaque, Miranda e Coxim. Ainda em território paraguaio, a tropa dividiu-se em duas.

Enquanto a coluna do coronel Resquín avançou para o norte, passando pelo forte

³⁹⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulrier – Ministério do Reino, Império, Interior e Justiça. Pacote I JJ 9 – 509. Conteúdo Relatório apresentado ao coronel Albano de Souza Osório, vice-presidente de Mato Grosso por Augusto Leverger, presidente de Mato Grosso e chefe de Esquadra ao entregar a administração da mesma Província. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 4 de julho de 1866.

⁴⁰⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulrier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre o coronel Carlos de Moraes Camisão e José Tomás Gonçalves, Major de Comissão Comandante interino. Acampamento do 21º Batalhão de Infantaria do Córrego da Invernada na República do Paraguai, 6 de Maio de 1867.

paraguaio de Bela Vista, às margens do rio Apa, a tropa de Martín Urbietta marchou até o limite com Ponta Porã, seguindo em direção à colônia militar dos Dourados, onde chegaram em 29 de dezembro de 1864.

O tenente imperial Antônio João Ribeiro estava à frente da inexpressiva defesa dos Dourados – apenas quinze homens, em contraste aos 365 soldados paraguaios, sendo 240 cavalarianos.⁴⁰¹ Quando soube da aproximação inimiga, o tenente Antônio João teria ordenado “que os poucos habitantes da colônia, velhos, mulheres e crianças a abandonassem, declarando-lhes que ali ficava para morrer no seu posto.”⁴⁰² Não há igualmente qualquer comprovação sobre essa declaração, certamente *produzida* após os fatos. O pequeno grupo de soldados posicionou-se defensivamente, e o “tenente Manuel Martínez, incumbido de levar o ataque, intimou-o [tenente Antônio João] a render-se”.⁴⁰³ Diante da recusa em largar às armas, teve início combate.

O *conflito* foi rápido. O mais breve entre todos os ataques a uma posição. Segundo o historiador militar Raul Silveira de Mello, a luta, que não passou de pequena troca de tiros, resultou em três mortos imperiais e doze sobreviventes, tomados prisioneiros.⁴⁰⁴ Do lado paraguaio nenhuma baixa. Os feridos deveriam ser tratados, segundo as claras ordens superiores paraguaias – se “houver combate na tomada dos Dourados ou em qualquer outro ponto, serão bem tratados pelos cirurgiões os feridos inimigos”.⁴⁰⁵ Ambos os lados raramente conseguiram manter o *cavalheirismo* durante os longos anos de guerra.

Em 31 de dezembro de 1864, já com a Divisão Norte reagrupada, as tropas atingiram a Colônia Militar de Miranda, abandonada após a notícia da ocupação na unidade dos Dourados. Os paraguaios cruzaram o rio Apa, encontrando uma patrulha imperial comandada pelo capitão Pedro José Rufino – três anos mais tarde, o capitão Rufino esteve à frente de aproximadamente 130 soldados durante a malfadada retirada de Laguna.⁴⁰⁶ O coronel Resquín respondeu à tentativa de negociação de José Rufino com

⁴⁰¹ SCHNEIDER, Louis (Conselheiro privado e leitor de S. M. o Imperador da Alemanha e Rei da Prússia). A Guerra da Tríplice Aliança: Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870). Traduzido do alemão por Manoel Thomaz Alves Nogueira; anotado por José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1902, V. 1, p. 285.

⁴⁰² FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 273.

⁴⁰³ Id. Ib. p. 273.

⁴⁰⁴ MELO, Raul Silveira de. *A epopeia de Antônio João*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1969. p. 311.

⁴⁰⁵ Id. Ib. p. 311,

⁴⁰⁶ FARIAS, Aluísio Gonçalves. A infantaria em Mato Grosso durante e posterior ao conflito com o

um comunicado objetivo: apontou que seria “inútil a sua entrevista comigo”, restando a rendição total, caso contrário seriam perseguidos sob “os rigores da guerra”.⁴⁰⁷ A guarda imperial recusou-se a baixar as armas, mas tampouco estava disposta a lutar – restava apenas um expediente. Retirar-se.

Durante a fuga, os soldados mato-grossenses destruíram uma ponte, retardando o avanço inimigo. Recuaram até Nioaque e, a seguir, abandonaram aquela vila, partindo em direção a Santana do Paranaíba. A população civil, assustada pela movimentação, também *bateu em retirada*.⁴⁰⁸ Famílias inteiras fugiram para as matas próximas ao rio Aquidauana, levando o que podiam carregar, sob muitas privações entre os pantanais movediços.⁴⁰⁹

Em 24 de abril de 1865, as marchas terrestres dos comandantes Isidoro Resquín e Martín Urbietta atingiram o ponto mais alto da expedição no Mato Grosso. O Núcleo Colonial de Taquari, também denominado Coxim, surgiu com um pequeno posto de fazendeiros, fundado como rota de passagem para as monções que partiam de São Paulo em direção a Cuiabá.⁴¹⁰ A área estava fora da zona litigiosa, e permaneceu ocupada por pouco tempo – com a retirada dos paraguaios, a pequena população local retomou suas atividades. O mesmo ocorreu com a expedição fluvial de Vicente Barríos, que não ultrapassou o rio São Lourenço, afluente do rio Cuiabá que poderia levar até a capital.⁴¹¹ Mas se existiam condições, por que as forças paraguaias permaneceram apenas na metade sul da província do Mato Grosso? Houve algum impedimento para o avanço da marcha? Ou os limites da ocupação foram premeditados?

3.9.1 A capital jamais atacada

Antes da Guerra, diversas autoridades imperiais reclamavam das precariedades de comunicação e a falta de mantimentos a que as tropas mato-grossenses estavam expostas: homens mal armados e sem “o mais leve auxílio de fora”.⁴¹² De acordo com o oficial

Paraguai. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. 2012. p. 3.

⁴⁰⁷ PÓVOAS, Lenine. *História geral do Mato Grosso*. Ob. cit. p. 273.

⁴⁰⁸ Id. Ib. p. 274.

⁴⁰⁹ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 223.

⁴¹⁰ LENINI, Póvoas. *História Geral de Mato Grosso*. Ob. cit. p. 271.

⁴¹¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. cit. p. 105.

⁴¹² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre

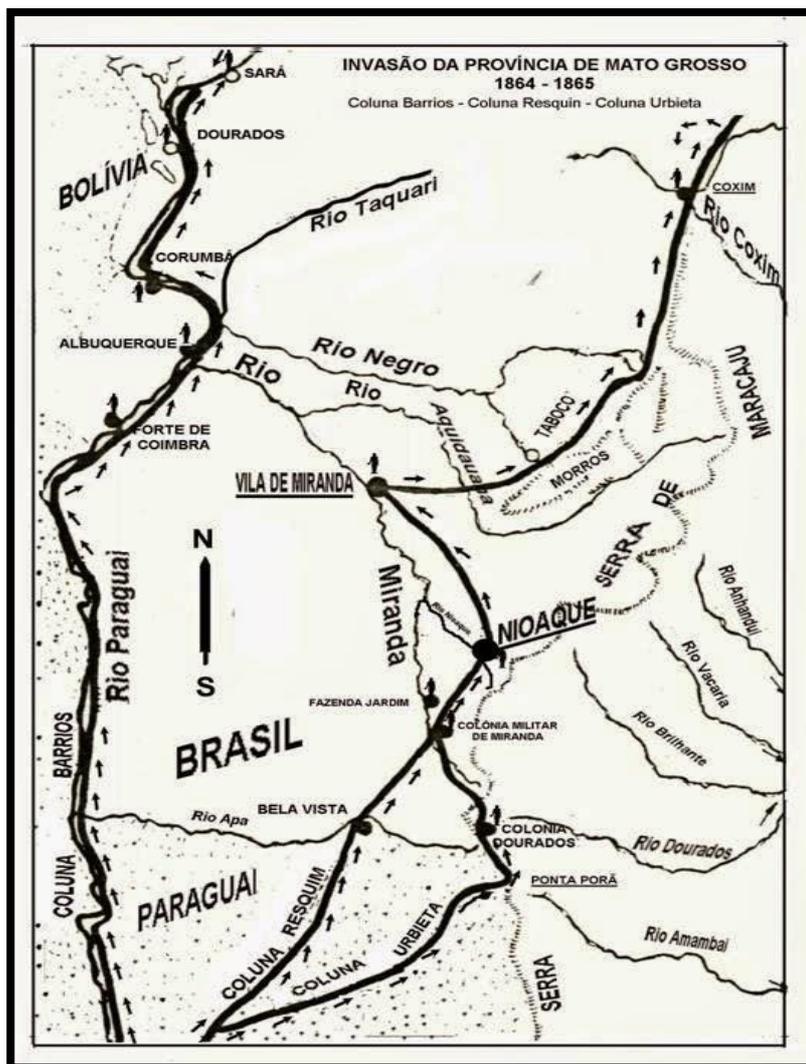
Antônio dos Santos, em todo Mato Grosso, havia pouco mais de 3.200 homens para defesa da província. Enquanto o “serviço fluvial de transportes” contava com “quatro pequenos vapores da Nação, e dois da Companhia de Navegação do Alto Paraguai”.⁴¹³ Existia grande temor quanto à segurança da capital. Segundo o oficial João da Silva, os paraguaios marchariam até Cuiabá para dominar toda a província. A informação, repassada por “praças que na fronteira foram prisioneiras, e que puderam escapar-se do inimigo”, davam conta que “daquela República uma grande cavalhada com o fim de marchar por terra à Cidade de Cuiabá”.⁴¹⁴ Entretanto, a temida operação jamais ocorreu. Ver Ilustração 12.

Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e o Gabinete do Conselheiro Saraiva. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 17 de junho de 1865.

⁴¹³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e o Gabinete do Conselheiro Saraiva. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 17 de junho de 1865.

⁴¹⁴ Loc. cit.

Ilustração 12 – Invasão das tropas paraguaias no sul de Mato Grosso



Fonte: DALMOLIN, José Vicente. Guia López na Laguna – MS. Disponível em: <http://nossaterranossagentenossahistoria.blogspot.com.br/2012/03/capitulo-22.html>. Acesso em 12 de maio de 2015.

Utilizou-se o baixo nível do rio Cuiabá como explicação à não ofensiva paraguaia em direção a Cuiabá. Mas em janeiro, logo após a ocupação de Corumbá, o alto nível das águas dava plenas condições de trânsito fluvial. Nesse período, os rios da região norte estavam em sua fase ascendente. Segundo Virgílio Correa, em 1º de janeiro de 1865, a capital foi atingida por um temporal deixando parte de sua população desabrigada – a tempestade foi interpretada supersticiosamente como prenúncio dos dias que estavam por

vir.⁴¹⁵ Em fevereiro de 1865, as chuvas prosseguiram provocando enchentes e grandes danos, sobretudo com a perda de plantações localizadas nas várzeas do rio Cuiabá. O temor quanto a um possível ataque inimigo prossegiu até o final de 1865, quando as águas baixaram e os navios não poderiam atingir os pontos mais altos.

Desconhecemos instruções diretas de Solano López quanto ao norte da Província, área que os paraguaios não reivindicavam. *João Roberto*, marinheiro paraguaio natural de Assunção e desertor da Anhambáí, canhoneira imperial capturada após a ocupação de Corumbá, como vimos, foi interceptado no rio Cuiabá e foi enviado para ser interrogado na capital mato-grossense. Falava bem o espanhol, “o que é raro entre os paraguaios das classes inferiores [o guarani erro idioma corrente]”.⁴¹⁶ Identificou-se como foguista do vapor imperial conquistado, e justificou a fuga da marinha como consequência da fome. Firmo José de Mattos, chefe de polícia e responsável pelo interrogatório, perguntou se existia previsão das forças paraguaias atacarem as terras cuiabanas. “Respondeu que não há pretensão de se bater esta capital e nem disso se trata”. Alegou, porém, “que, por ocasião da invasão, pretendia-se chegar também até esta capital, tendo naquela data o comandante da expedição Coronel [Vicente] Barríos requisitado ao Presidente López mais força e a esquadra para com ela pôr em prática o que pretendia”. Existiriam condições logísticas, mas Solano López respondeu-lhe “que não mais era necessário” e lhe ordenou seguir a “Assunção a fim de prosseguir nas operações pela Província do Rio Grande do Sul.”⁴¹⁷ O depoimento não é de uma alta figura do governo, mas coaduna-se com a movimentação das forças estrangeiras.

Com base na movimentação do exército paraguaio e no relato do marinheiro desertor, concluímos que, possivelmente, o plano de guerra lopista não incluía o controle do norte, caso contrário, assim teriam feito. Talvez o coronel Barríos, percebendo a facilidade das conquistas militares, possa ter contactado Solano López e sugerido a ocupação de Cuiabá. Mas isso dispersaria as tropas e provocaria baixas, projeto desnecessário às pretensões de Solano López, preocupado em garantir o controle das áreas

⁴¹⁵ CORRÊA, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 540.

⁴¹⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente da província do Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de Outubro de 1865.

⁴¹⁷ Loc. cit.

em litígio. Vicente Barríos retornou a Assunção, onde recebeu reconhecimento do sucesso militar da missão, sendo promovido general.⁴¹⁸

Em novembro de 1865, Augusto Leverger, vice-presidente provincial, fez detalhada análise do deslocamento inimigo. Segundo ele, o bloqueio do rio Paraguai impedia o envio de reforços e os “poucos e pequenos vapores que temos não estão em muito bom estado, estão mal armados, andam pouco e de nenhum modo podem competir com os vapores que possuem os paraguaios”.⁴¹⁹ A principal defesa do norte provincial era a natureza. O baixo nível das águas do rio Cuiabá e na parte superior do rio Paraguai impossibilitavam operações de guerra. No final do ano, período em que foi escrito o relatório, a redução do volume d’água impossibilitava a navegação nos trechos críticos. Convém lembrar que a ocupação estrangeira ocorreu em janeiro, quando Cuiabá podia ser atingida com facilidade.

Na visão de Augusto Leverger, por via terrestre, os invasores não marchariam para o norte, em direção a Cuiabá, em decorrência dos revezes sofridos pelos *blancos* no Uruguai, que determinavam, ao menos em teoria, a necessidade de deslocar parte do exército paraguaio para outro campo de batalha. “[...] sendo assim, pouco receio tenho de que tentem prosseguir na invasão”. O Comandante das Armas mato-grossense apontou a alimentação como empecilho à marcha dentro da enorme província, pouco povoada – o “abastecimento de víveres” era insuficiente “às forças expedicionárias” imperiais ou paraguaias. Por fim, mencionou que a peste das cadeiras, doença que acometia os equinos, dificultando o manejo dos rebanhos bovinos, agravava a situação, tornando a escassez de comida “cada vez mais sensível”.⁴²⁰ O depoimento de uma autoridade militar, presente no teatro da guerra, lança importantes contribuições para compreender a logística das batalhas. Portanto, a informação consultada aponta para que não parte do plano de guerra paraguaio avançar em direção a Cuiabá.

⁴¹⁸ Vicente Barríos cairia em desgraça. Acusado de conspiração contra Solano López, foi fuzilado em 21 de dezembro de 1868. Para saber mais ver: MAESTRI, Mário. Tribunais de Sangue de San Fernando. O Sentido Político-Social do Terror Lopizta. História: Debates e Tendências – v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 124-149.

⁴¹⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre o coronel Carlos de Moraes Camisão e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Quartel do Comando das Forças em operações ao Sul da Província de Mato Grosso, Acampamento em Nioaque, 28 de Janeiro de 1867.

⁴²⁰ Loc. cit.

3.9.2 A participação dos nativos na guerra

Nas primeiras abordagens no século 19, a historiografia brasileira priorizou enfoques militares e políticos-institucionais sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Novas pesquisas incorporaram elementos pouco abordados durante a ocupação do sul de Mato Grosso.⁴²¹ Desde o período colonial, a mão de obra indígena foi explorada nas terras pantaneiras, região periférica e com menos recursos para adquirir cativos africanos. Jamais ocorreu uma associação harmônica entre colonizadores e nativos. Os autóctones deveriam empreender agricultura, pecuária e mineração mercantil, caso contrário eram tratados como perniciosos ao desenvolvimento ou *pragas* a serem exterminadas. Em 24 de julho de 1845, Pedro II assinou o Decreto n.º 426, contendo o “Regulamento acerca das Missões de Catequese e civilização dos índios”.⁴²² O objetivo era a conversão total: religiosa e econômica. A iniciativa não conseguiu destruir a cultura indígena, tida como inferior, mas estimulou o aprendizado do português e a produção agropecuária mercantilizada. Diversos nativos submeteram-se a relações produtivas análogas à servidão, sobretudo no manejo do gado.

Muito tempo antes da Guerra da Tríplice Aliança, os portugueses se aproximaram dos grupos nativos para utilizá-los na defesa colonial do vale do Paraguai. Grupos como os Txané-Guaná e os Mbayá-Guaicuru vieram da região do Chaco e, desde o século 18, mantiveram contato com unidades militares, caso do forte de Coimbra, construído em 1775. Também auxiliavam civis e militares “como intérpretes, remadores ou no transporte de cargas”.⁴²³ Na iminência do maior conflito do Prata, os americanos livres foram arregimentados para vigiar as fronteiras e comunicar as autoridades caso observassem movimentações atípicas.

Em novembro de 1864, Carlos Augusto de Oliveira, comandante das Armas do Mato Grosso, viajava à fortaleza de Coimbra, quando cruzou com alguns nativos que deixavam a fortaleza. Ele narrou: “[...] fiz voltá-los” e “entendi-me com o Cacique

⁴²¹ ESSELIN, Paulo Marcos & VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da Capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. Revista História: Temas & Debates, PPGH UPF, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. [no prelo].

⁴²² Decreto n.º 426, de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em 06 de junho de 2015.

⁴²³ ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Bravos Guerreiros. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/bravos-guerreiros>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

Aquidauana no sentido das instruções de V. Exa. [Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente da província]”.⁴²⁴ Segundo o comandante Carlos de Oliveira, “todos se mostram dispostos a prestarem seus serviços”, comprometendo-se em vigiar as terras pantaneiras e informar as autoridades caso observassem movimentações militares.⁴²⁵ No final de 1864, as tropas paraguaias, deslocando-se por água e por terra, ocuparam o sul de Mato Grosso. Apesar do conhecimento nativo da geografia local, era impossível superar o rápido avanço da força invasora. “Nem a ação dos Índios se faz sentir! Bem dirigidos, estes podem inquietar o inimigo a todo o momento e por todos os lados.”⁴²⁶

Kaiowás, guaranis, terenas, guaicurus e diversas outros grupos indígenas, povoavam vastos territórios no sul de Mato Grosso, principalmente nas proximidades do rio Apa, Serra de Maracajú e rio Paraná. Quando iniciaram as operações na fronteira com o Paraguai, os terenas dispersaram-se pelos “morros circundantes do rio Aquidauana, dentre estes o chamado Morro Azul”.⁴²⁷ Os nativos refugiaram-se em locais de difícil acesso, acompanhados de habitantes não-indígenas, dependentes para se deslocar, alojar e comer.

João Caetano Teixeira Muzzi, capitão interino da Colônia dos Dourados, registrou que durante a Guerra “algumas tribos que habitavam as margens do Apa, já aldeados e que [...] prestavam muitos serviços quer a lavoura quer a criação de gado, com invasão paraguaia abandonaram seus domicílios e entraram nas matas da margem do Rio Paraná”.⁴²⁸ Na busca por proteção, os nativos utilizaram armamentos e munições deixadas para trás pelos imperiais. No forte de Miranda, “antes de cair em poder dos paraguaios, como fatalmente aconteceria, os terenas, laianas, kinikinaus, kadiwéus e baquios trataram de se proverem de espingardas, clavinhas e de quanta pólvora e bala quanto puderam

⁴²⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Carlos Augusto de Oliveira, Coronel Comandante das Armas, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando das Armas do Mato Grosso em Corumbá, Fronteira do Baixo Paraguai, 1º de Novembro de 1864.

⁴²⁵ Loc. cit.

⁴²⁶ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865.

⁴²⁷ CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso – século XIX*. Fontes comentadas: Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, abr. 2002 Campo Grande – MS.

⁴²⁸ CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso – século XIX*. Fontes comentadas: Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, abr. 2002 Campo Grande – MS.

carregar.”⁴²⁹ Havia tanto material que os paraguaios, apesar do *atraso* no assalto aos arsenais abandonados, arrecadaram “quatro peças, com seus carros de munição, 502 fuzis, 67 carabinas, 131 pistolas, 468 espadas, 1092 lanças, 9847 projetis e artilharia de vários calibres”.⁴³⁰

Alexandre Albino de Carvalho, presidente da província, relatou “algum bom serviço da parte dos índios aldeados em Miranda” durante a invasão. Entretanto, atribuiu culpa aos guaicurus pela entrega do Forte de Coimbra – embora o governante não aponte qual o erro deles, presume-se que fosse a insatisfação na “falha de vigilância”, que *permitiu* o avanço *silencioso* até Mato Grosso. Ao se reportar a autoridade maior – o comunicado era endereçado ao Ministro da Justiça Francisco José Furtado – o político mato-grossense transferiu a responsabilidade pelo fracasso defensivo aos nativos, alvo mais suscetível de críticas e depreciações.⁴³¹ Mas o discurso oficial ganhava outros tons conforme a circunstância.

Em 1867, durante a dramática retirada de Laguna, o coronel Carlos de Moraes Camisão mencionou o destemor dos guaicurus e dos terenas: “[...] portam-se com muita coragem [...] avançando de peito descoberto e fazendo [no inimigo] grande mortandade”.⁴³² A narrativa heróica suprime as verdadeiras condições em que esses grupos serviam na guerra: utilizados como linha de frente, poderiam ser os primeiros a morrer e os últimos a deixar o local, servindo ao final das batalhas como carregadores braçais. O Visconde de Taunay narrou que “depois de se haverem comportado nesta refrega como bravos auxiliares carregavam agora aos ombros os despojos dos cavalos tomados aos paraguaios”.⁴³³ Recrutados nas aldeias por conhecerem bem os caminhos do

⁴²⁹ ESSELIN, Paulo Marcos & VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da Capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. Revista História: Temas & Debates, PPGH UPF, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. [no prelo]. p. 6.

⁴³⁰ Id. Ib. p. 6.

⁴³¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulrier – Ministério do Reino, Império, Interior e Justiça. Pacote I JJ 9 – 509. 1865. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e Francisco José Furtado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 22 de Abril de 1865.

⁴³² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulrier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre o coronel Carlos de Moraes Camisão e José Tomás Gonçalves, Major de Comissão Comandante interino. Acampamento do 21º Batalhão de Infantaria do Córrego da Invernada na República do Paraguai, 6 de Maio de 1867.

⁴³³ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *A retirada da Laguna [...]*. Ob. cit. p. 88.

Pantanal, recebiam promessas de concessão de terras, patentes militares e até presentes.⁴³⁴ Mas se resistissem em deixar suas comunidades, eram “levados presos para servir às forças imperiais”.⁴³⁵

Antes do confronto com o Paraguai, segundo José Antônio Acosta, desertor do forte de Coimbra, o tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero proibiu que os mbayás servissem “entre la tropa de línea”, restringindo suas funções a “vívir en sus aldeas, o poblaciones que tiene a parte de los puntos militares”.⁴³⁶ Para Hermenegildo Portocarrero, primeiro comandante a abandonar seu posto durante a guerra, o nativo tinha papel secundário, e não poderia servir como os demais. Essa visão mudou conforme o medo e a necessidade subiram de escala.

Em outubro de 1865, o tenente coronel José Antônio Dias da Silva, derrotado em Miranda, solicitou ao Comando das Armas munição aos terenas, empenhados “em aniquilar a força inimiga, tomando-lhe cavalos e fazendo-lhe fogos de emboscada”.⁴³⁷ Os indígenas *ganharam o direito* de receber armas, desde que usada em favor dos colonizadores. Mas os nativos não lutaram pelo território *nacional*, conceito alheio às suas necessidades, conseguiam, quando muito, a proteção e a sobrevivência de seu grupo, ameaçada também pelos paraguaios, que destruíam suas roças e aldeias. A resistência e a bravura contra os invasores não foi um ato de patriotismo ou de comprometimento com a defesa provincial, mas de autopreservação. Existia ainda a “inimizade dos Guaicuru com os paraguaios” registrada “desde o período da colonização, quando expedições punitivas eram frequentemente enviadas contra eles pelos espanhóis, inclusive com participação de grupos indígenas rivais, como os Guarani.”⁴³⁸

⁴³⁴ Para saber mais sobre a população indígena no Mato Grosso, consultar: Vasconcelos, Cláudio Alves de. A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

⁴³⁵ A Guerra do Brasil com o Paraguai: A presença de grupos indígenas no conflito (1860-1870). Rosely Batista Miranda de Almeida – PPG-UFMT. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

⁴³⁶ Archivo Historico Asunción. Declaración del Indio brasilero desertor de Coímbra. Sección historia. Volume: 141, número 1. Año 1864.

⁴³⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre o tenente-coronel José Antônio Dias da Silva e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Acampamento volante do Corpo de Cavalaria em marcha na fazenda de Campo Alegre, Mato Grosso, 10 de Outubro de 1865.

⁴³⁸ ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Bravos Guerreiros. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/bravos-guerreiros>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

Depois da guerra, os nativos ajudaram na reorganização de Mato Grosso, o que não garantia reconhecimento pelos serviços prestados. Após longos anos de exílio forçado, voltaram aos seus antigos territórios, encontrando-os tomados por posseiros, compostos em sua maioria por “ex-soldados das forças brasileiras que participaram da guerra”.⁴³⁹ Consideradas sem dono, extensas faixas de terra foram ocupadas e transformadas em fazendas pecuaristas por *colonos*, expandindo a fronteira agropastoril. Sem as bases sociais e religiosas que garantiam a unidade das tribos, dispersaram-se pela região, trabalhando no manejo do gado e na exploração dos ervais, sobretudo após a instalação da Cia. Matte Laranjeira, na década de 1870.

3.9.3 De Corumbá a Bolívia

Joaquim Ferreira Moutinho, comerciante e morador de Cuiabá à época da invasão paraguaia, registrou suas memórias no livro *A província do Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*.⁴⁴⁰ A obra foi publicada em meio à Guerra da Tríplice Aliança e registrou importantes impressões sobre os eventos. Segundo Ferreira Moutinho, os paraguaios abriram uma estrada entre Corumbá e a Bolívia, “de onde recebiam continuamente recursos”.⁴⁴¹ O morador narrou a repercussão dessa notícia, que agravou os temores de um ataque a Cuiabá. Mas seria esse um dos propósitos da ocupação mato-grossense? Ou as circunstâncias definiram a construção da estrada?

Em março de 1865, três meses antes da batalha naval do Riachuelo e a destruição de boa parte da *esquadra* paraguaia, iniciou-se a abertura de uma estrada entre Corumbá e a Bolívia.⁴⁴² Vicente Barríos, ministro da Guerra e da Marinha no início do conflito, destacou Domingo Pomiés, topógrafo francês, para encontrar o melhor caminho entre o Brasil e a província de Chiquitos. Em junho de 1865, “no fim de 4 meses de trabalhos e privações, [os paraguaios] chegaram ao povo boliviano do Santo Coração”, a

⁴³⁹ CORRÊA, Lúcia Salsa. A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso – século XIX. Fontes comentadas: Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, abr. 2002 Campo Grande - MS

⁴⁴⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: H. Schroeder, 1869.

⁴⁴¹ Id. Ib. p. 247.

⁴⁴² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e o General Henrique de Beaurepaire Roham, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 5 de Abril de 1865.

aproximadamente cento e oitenta quilômetros de Corumbá.⁴⁴³ Essa rota garantiu acesso ao comércio regional boliviano, e alimentou o temor imperial para uma possível invasão de Cuiabá.

Nos depoimentos dos desertores *João Roberto*, marinheiro asunceno, e do “*escravo* [Pedro], que, na ocasião da invasão, fugiu para o inimigo”, encontramos menção do caminho até Santo Coração e aos militares paraguaios nas proximidades de Corumbá. Ambas as informações eram de conhecimento público, mas ainda preocupavam as autoridades.⁴⁴⁴ João Roberto informou a presença de uma guarnição com cem homens de infantaria na região do Amolar (serra próxima à fronteira boliviana), mil soldados em Corumbá “das três armas de artilharia, cavalaria e infantaria” e mais trezentos no Forte de Coimbra.⁴⁴⁵ Segundo o ex-cativo Pedro, foguista da canhoneira Anhambá até sua deserção, havia “uma estrada que em oito dias de viagem ia até a Bolívia”; ainda de acordo com Pedro, o governo boliviano pretendia comprar Corumbá dos paraguaios (informação especulada e sem outros registros de veracidade).⁴⁴⁶ Descartando a possibilidade de serem espiões, Augusto Leverger separou os prisioneiros conforme sua origem: mandou prender “o escravo na cadeia e o paraguaio no Arsenal de Guerra [instalação militar de fabricação e alojamento de armas e munições]”.⁴⁴⁷

A estrada ganhou melhorias, e em julho de 1866, foi dada como pronta. O empreendimento foi parcialmente financiado pela *Sociedad Progresista de Bolívia*, “grupo de empresários e comerciantes cruz-serranos [que] fomentou o comércio pelo caminho paraguaio-boliviano”.⁴⁴⁸ *Santo Corazón* garantiu o acesso a alguns alimentos, armas e objetos cotidianos às tropas paraguaias. O êxito do comércio regional estimulou a ligação até Santiago de Chiquitos, que serviu de entreposto para Santa Cruz de la Sierra. Centenas de negociantes bolivianos usaram a nova rota. Muitos deles expressavam a vontade de

⁴⁴³ Relatório do presidente da província Augusto Leverger, apresentado a Albano de Souza Osório, na transferência da administração provincial. Cuiabá, 8 de maio de 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u435/>. Acesso em 23 de junho de 2015.

⁴⁴⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: Correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente da província do Mato Grosso, e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de Outubro de 1865.

⁴⁴⁵ Loc. cit.

⁴⁴⁶ Loc. cit.

⁴⁴⁷ Loc. cit.

⁴⁴⁸ SILVA, Leonan Nunes da Silva. *Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865-1868)*. Dissertação de mestrado: UFMT, 2009. pp. 73-84.

seguir rumo à capital Paraguai, Assunção, “ansiados em conecer sus hermanos y la heroica ciudad de la Asumpcion”.⁴⁴⁹ Mas a rota também ficou conhecida como “o caminho dos desertores”, porque muitos soldados abandonavam o exército paraguaio e fugiam em direção ao território boliviano. Também ocorriam fugas no sentido inverso, opositores do presidente boliviano Manuel Mariano Melgarejo, entre os quais empresários e jornalistas, rumavam a Corumbá de onde partiam a Assunção pelo Rio Paraguai.⁴⁵⁰

Como podemos observar, a rota movimentava o fluxo do comércio regional, reduzindo as dificuldades de circulação de pessoas e mercadorias. Em um estudo de aproximação, estimamos o tempo médio gasto para o transporte entre Corumbá, Bolívia e Paraguai. Caso os percursos ocorressem em marcha militar, estimada em 42 quilômetros diários, teríamos os seguintes tempos:⁴⁵¹ Ver tabela 5.

Tabela 5 – tempo aproximado de deslocamento entre rotas imperiais, bolivianas e paraguaias.

Origem: Corumbá (Brasil)	Origem: Corumbá (Brasil)	Origem: Corumbá (Brasil)	Origem: Corumbá (Brasil)	Origem: Corumbá (Brasil)
Destino: Santo Coração (Bolívia)	Destino: Santiago de Chiquitos (Bolívia)	Destino: Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)	Destino: Litoral do Pacífico (Bolívia)	Destino: Assunção (Paraguai)
Distância: 180 quilômetros	Distância: 220 quilômetros	Distância: 650 quilômetros	Distância: 1800 quilômetros	Distância: 900 quilômetros
Tempo estimado de viagem: quatro dias (via terrestre)	Tempo estimado de viagem: cinco dias (via terrestre)	Tempo estimado de viagem: 15 dias (via terrestre)	Tempo estimado de viagem: 42 dias (via terrestre)	Tempo estimado de viagem: 4 dias (via fluvial)

⁴⁴⁹ SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865-1868). Dissertação de mestrado: UFMT, 2009. p. 85.

⁴⁵⁰ SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira [...]. Ob. cit. p. 86.

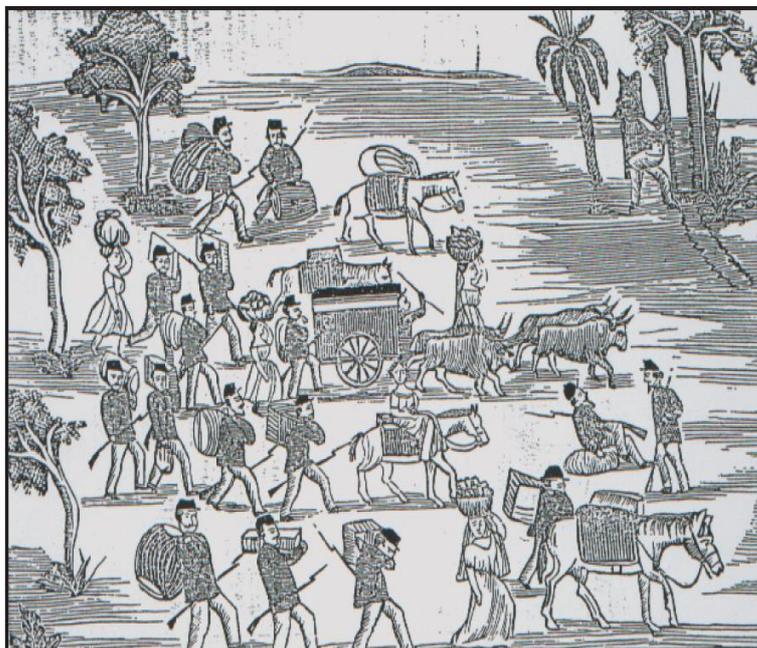
⁴⁵¹ Calculamos a marcha militar de acordo com as instruções de Venâncio López, conforme documento abordado na página 88. Quanto às distâncias, nos baseamos em relatórios da época e por modernos sistemas de localização global por satélite.

Sabe-se que os paraguaios iniciaram a abertura de rotas alternativas antes do bloqueio do estuário do Prata, apontando para um planejamento da ação. Séculos antes da colonização europeia, os nativos trilhavam caminhos que ligavam parte América do Sul. Os trajetos entrelaçavam-se com “com as grandes rotas incaicas”, conectando o altiplano andino ao litoral Atlântico e Pacífico.⁴⁵² Séculos antes da Guerra da Tríplice Aliança, nativos, colonizadores, mineradores, bandeirantes e jesuítas utilizaram esses caminhos. Solano López não *inventou a roda*. Pode ter projetado dificuldades no sul; ou simplesmente imaginado o pós-guerra: como o Mariscal considerava que o território era paraguaio, afinaria uma aliança com a Bolívia, mas essa questão requer estudos mais aprofundados.

Durante o conflito, as rotas no Alto Paraguai foram usadas como um *respiradouro* internacional, e até foram satirizadas pelos meios de comunicação da época. Ver Ilustração 13.

⁴⁵² SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira [...]. Ob. cit. p. 62.

Ilustração 13 – Charge do jornal paraguaio Cabichuí, em 1867, satirizando a *reação* do marechal Caxias com o abastecimento do Paraguai apesar dos bloqueios imperiais.



Caxias. Ora, meu Deus! Que é isto que eu vejo? Será possível que os paraguaios tenham outros caminhos mais? Ah! E como vão entrando as provisões! Muito gado, e muito mantimento! Sim, e tudo com abundância! É impossível vencer a Lopez!

Fonte: Cabichuí, 16 de dezembro de 1867, ano 1, n. 65, p. 3.⁴⁵³

Passados mais de dois anos do início da guerra, as especulações sobre um possível ataque a Cuiabá oriundo da Bolívia perderam força. Em março de 1867, José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso, registrou que o receio “[de uma expedição militar] da Bolívia estão, senão completamente dissipados, pelo menos mui diminuídos”⁴⁵⁴ Para essa conclusão, apontou a existência de três mil homens armados na capital, equipados por oito canhões e cinco vapores. Segundo o governante, as patrulhas de fronteira não avistaram nenhuma movimentação atípica, deixando-o “tranquilizado, ao menos por agora”.⁴⁵⁵ Em Vila Bela, também denominada cidade de Mato Grosso, o temor de um ataque conjunto entre paraguaios e bolivianos motivou a Câmara Municipal a

⁴⁵³ ORTOLAN, Fernando Lóris. Imagens do feminino na Guerra do Paraguai. MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 9, p. 83-95, jan./jun. 2006. p. 86.

⁴⁵⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso, e João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro da Justiça, dos Estrangeiros e da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 29 de Março de 1867.

⁴⁵⁵ Loc. cit.

redigir uma nota de socorro à presidência da província. Após contatar o subprefeito de Chiquitos e Guarayos, e analisar as condições logísticas para uma operação dessa natureza, José Couto de Magalhães concluiu que os boatos eram infundados, e assim deveriam ser tratados.⁴⁵⁶

Enquanto o sul de Mato Grosso esteve ocupado pelos paraguaios, o Império apressou-se em firmar um Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação com a Bolívia.⁴⁵⁷ As divergências territoriais entre os dois países potencializavam um cenário preocupante. Durante as negociações com o governo do Império do Brasil, o presidente boliviano Mariano Melgarejo exigiu o que considerava justo, e não descartou uma *coligação* com Francisco Solano López.⁴⁵⁸ A administração central preocupou-se com os possíveis desfechos das tratativas, principalmente porque sabia do comércio realizado entre paraguaios e bolivianos, tendo Corumbá como base dessas operações.

Em 1867, Pedro II nomeou Felipe Lopez Netto, político e diplomata imperial, como ministro plenipotenciário nas negociações com a Bolívia. Novamente invocou-se o princípio *uti possidetis* sobre as áreas em litígio, prática comum para resolver favoravelmente disputas territoriais. O Tratado de Ayacucho, alusão à cidade onde foi assinado, tornou-se decreto em novembro de 1868.⁴⁵⁹ Sem nos aprofundarmos nos múltiplos interesses em jogo, é possível apontar que os acordos sobre extradição; impostos aduaneiros; navegação e território foram favoráveis ao Império, porém agradaram os bolivianos. Talvez acima desses pontos, o Tratado serviu para *esfriar* as relações entre Bolívia e Paraguai, isolando ainda mais o adversário em meio à guerra.

Aparentemente sepultada, a notícia de uma invasão ao Mato Grosso voltou a preocupar as autoridades imperiais. Em julho de 1870, especulava-se a existência de um plano para assassinar o presidente da Bolívia Manuel Melgarejo, convulsionando a

⁴⁵⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulrier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso, e João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro da Justiça, dos Estrangeiros e da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 29 de Março de 1867.

⁴⁵⁷ Decreto número 4.280, de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolívia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em 22 de junho de 2015.

⁴⁵⁸ SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira [...]. Ob. cit. p. 53.

⁴⁵⁹ SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira [...]. Ob. cit. p. 52.

província de Chiquitos, possível base à invasão do “território brasileiro de Santo Antônio, Casavases e Corumbá”.⁴⁶⁰ A defesa na fronteira foi posta em alerta, sendo orientada a interceptar qualquer movimentação militar.⁴⁶¹ No ano seguinte, parte dos eventos previstos se confirmou. Em 1871, o general Melgarejo foi deposto, fugiu para o Peru, onde foi assassinado no mesmo ano. Apesar das convulsões internas, uma invasão boliviana demonstrou-se infundada.

3.9.4 Um plano frustrado

Quase quatro décadas antes da Guerra da Tríplice Aliança, José Antônio Pimenta Bueno, presidente do Mato Grosso (1836-1838), declarou que ser enviado para aquela província era “uma espécie de castigo” devido as “sua longitude e privações”.⁴⁶² O sentimento do político poderia ser estendido aos soldados que ali residiam: distantes e isolados, possuíam comumente frágeis laços identitários com a região. Afinal, quem estaria disposto a morrer por Mato Grosso? Os fragorosos resultados apontaram a fuga como imperante, não a luta.

No início de 1866, os paraguaios evacuaram a povoação de Miranda, destruindo parte dos edifícios públicos e particulares. O avanço da guerra obrigou o deslocamento a outras frentes de batalha, mas Nioaque, Corumbá e Coimbra, além das “colônias de Miranda [não confundir com a vila] e dos Dourados, no [rio] Brilhante, na Vacaria e no sítio de Água Fria”, permaneceram ocupadas por aproximadamente dois mil praças.⁴⁶³ A retirada gradual das tropas paraguaias, no entanto, não se associou a contra-ataques imperiais, que não procederam sequer operações de *hostigamiento*. Temia-se, talvez, o retorno em força das tropas paraguaias, no caso de uma contraofensiva. Com o bloqueio fluvial imposto à região, as autoridades mato-grossenses exigiam melhorias das vias

⁴⁶⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 243. 1870. Conteúdo: correspondência entre Antônio de Cerqueira Caldas, presidente da província, e Manuel Vieira Tosta, o barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 1º de Julho de 1870.

⁴⁶¹ Loc. cit.

⁴⁶² CORRÊA, Virgílio. *Notas à margem*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1924. p. 145.

⁴⁶³ Relatório apresentado a Albano de Souza Osório, vice-presidente da província de Mato Grosso, por Augusto Leverger, então presidente, ao entregar a Administração mato-grossense. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 8 de maio de 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u435/000004.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

terrestres de “comunicação com a capital e o litoral do Império”. Assim, conteriam os ataques de “índios selvagens”; permitiriam a abertura de entrepostos para viajantes recomporem-se; atrairiam moradores para estabelecerem-se “nas vizinhanças dos destacamentos ou nos pontos intermédios do caminho”; facilitariam a construção e reparação de pontes, diminuindo o tempo de viagem e ampliaria a segurança do serviço de correio, sobretudo com a criação de postos a cada 120 quilômetros.⁴⁶⁴ O prolongamento da guerra não poderia paralisar a vida na província, e seus administradores solicitavam condições mínimas para reverter parte da atrofia que agravava as condições de vida no *distante oeste*.

Ainda em abril de 1865, sob o comando do coronel Manuel Pedro Drago, partiram as primeiras tropas da capital do Império que deveriam expulsar o exército paraguaio em Mato Grosso.⁴⁶⁵ Em Uberaba, província de Minas Gerais, a marcha recebeu reforços, “chegando-lhe os quadros a atingir cerca de três mil homens”.⁴⁶⁶ Ou seja, tropas superiores às paraguaias que se encontravam, então, no Mato Grosso e, sobretudo, muito bem armadas. Mas a frieza dos números não conta toda a história. Muitos soldados desertaram ou morreram de varíola e de outras doenças logo no início do percurso. O que não se deveu ao acaso, mas à falta de previsão no abastecimento e, sobretudo, ao descuido com a vacinação antivariólica dos soldados. Em 20 de dezembro de 1865, após percorrer mais de dois mil quilômetros, após múltiplas paradas, as tropas alcançaram Coxim, na região central da província. O local serviu de acampamento aos imperiais, mas as enchentes obrigaram os soldados a rumarem para Miranda, 396 km ao sul. Lá chegaram em setembro de 1866, onde não obtiveram melhor sorte. Uma *epidemia* de beribéri, doença causada pela falta de vitamina B1 no organismo, e responsável por problemas musculares, gastrointestinais e respiratórias, dizimou parte da tropa.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Justiça. Pacote I J 1 – 648. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso e José Tomás Nabuco de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 1º de Fevereiro de 1866.

⁴⁶⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso, e José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda, visconde de Camamu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 8 de maio de 1865.

⁴⁶⁶ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *A retirada da Laguna [...]*. Ob. cit. p. 8.

⁴⁶⁷ *Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos Casos de Beribéri*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

O longo trajeto da marcha registra a desorganização geral da expedição. “Dois anos quase haviam decorrido, desde a nossa partida do Rio de Janeiro. Lentamente descrevemos imenso circuito de dois mil cento e doze quilômetros. E já um terço de nossa gente perecera.”⁴⁶⁸ Segundo o visconde de Taunay, Miranda não oferecia condições salubres, motivando a manutenção da marcha até Nioaque, 210 km a sudeste de Miranda.⁴⁶⁹ A vila de Nioaque estava igualmente abandonada, resultado do deslocamento de parte do efetivo paraguaio para o front sul, “onde as forças aliadas desfechavam violenta ofensiva vinda através da Argentina”.⁴⁷⁰

Em 21 de abril de 1867, o coronel Carlos de Moraes Camisão comandou cerca de mil e quinhentos homens no ataque aos paraguaios estabelecidos em Bella Vista, localizado a aproximadamente cento e cinquenta quilômetros de Nioaque. Em menor número, os soldados paraguaios abandonaram sem luta as posições. Passados nove dias da tomada do forte, as tropas sofriam com a falta de alimentos. O coronel Carlos Camisão decidiu não retornar a Nioaque, base das operações em território imperial, e avançar, em busca de gado, até a Fazenda da Laguna, de propriedade de Francisco Solano López, a vinte quilômetros de Bella Vista. Tratava-se de *invasão* do território paraguaio, ainda que semi-desabitado! A marcha foi a parte mais fácil da operação. Os soldados não imaginavam que ela redundaria na catastrófica retirada de Laguna.⁴⁷¹

O alto comando paraguaio mandara alguma tropa ao sul do Mato Grosso para fazer frente a coluna imperial. Conforme os imperiais avançavam, o inimigo recuava até um ponto mais seguro, “deixando-nos estrada franca até a invernada da Laguna”.⁴⁷² A tropa acampou próximo ao rio Apa, de onde fez pequenas incursões para capturar alguns animais. Entretanto, todas as tentativas foram repelidas pelos paraguaios, privando o grupo de comida. Exaustos, os batalhões de infantaria e o Corpo de Caçadores a Cavalo (ironicamente a pé por falta de cavalhada) foram incumbidos por seu comandante de uma

⁴⁶⁸ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *A retirada da Laguna* [...]. Ob. cit. p. 8.

⁴⁶⁹ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. p. 11.

⁴⁷⁰ PÓVOAS, Lenine. *História Geral de Mato Grosso*. Ob. cit. p. 285.

⁴⁷¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre José Tomás Gonçalves, Major de Comissão Comandante interino e José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando interino das forças em operações no Sul da Província de Mato Grosso. Acampamento junto à margem esquerda do Rio Aquidauana, 16 de Junho de 1867.

⁴⁷² Loc. cit.

última e desesperada missão. Atacar o adversário nas proximidades da fazenda Laguna. “Na madrugada de 6 de Maio foram os paraguaios acordados ao som de nossas descargas, sendo incontinente ocupado o acampamento inimigo.”⁴⁷³

O sucesso efêmero deu lugar ao contra-ataque, obrigando a retirada dos imperiais sob fogo cerrado. Para agravar o cenário, o gado obtido durante a ofensiva era conduzido no flanco direito da tropa, dispersando-se com os disparos dos canhões. Os poucos cavalos foram incapazes de controlar o pânico dos animais. Estando a mais de cem quilômetros de Nioaque, um desânimo avassalador abateu-se sobre a tropa. Com as forças adversárias no encalço e “sem esperanças de renovação de boiada”, o objetivo era concluir de uma vez a desastrada e mortal expedição – o que estava longe de acontecer.

Carlos de Moraes Camisão, no intuito de reduzir o tempo de viagem, conseguir comida e despistar os paraguaios, acertou com José Francisco Lopes, o Guia Lopes, seguir a Nioaque por rota alternativa. No caminho, deveriam encontrar alimentos na fazenda Jardim, pertencente ao próprio condutor. “As razões apresentadas acima são as ponderações justificativas daquele passo, entretanto outras lhe eram bem contrárias, e os acontecimentos futuros demonstraram a toda a evidência que houve erro fatal na escolha daquela direção.”⁴⁷⁴ Ao abandonar a estrada, os soldados precisavam abrir trilhas no mato, consumindo a escassa energia que possuíam, além de marcar o trajeto aos perseguidores. Em 13 de maio de 1867, uma chuva torrencial castigou os soldados, sucedida por calor incessante, o clima tornou-se feroz adversário. Com a vegetação seca, os paraguaios incendiaram o mato, aproveitando-se da fumaça para avançar sobre os imperiais. No dia 18, apareceram os primeiros sintomas de uma epidemia de cólera.⁴⁷⁵ Logo a doença infectocontagiosa afetou grande número de soldados. Em uma semana, metade da força precisou transportar os doentes. No dia 26, 76 enfermos foram abandonados à própria sorte, “cena medonha que fica indelevelmente marcada no espírito daqueles que ouviram

⁴⁷³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre José Tomás Gonçalves, Major de Comissão Comandante interino e José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando interino das forças em operações no Sul da Província de Mato Grosso. Acampamento junto à margem esquerda do Rio Aquidauana, 16 de Junho de 1867.

⁴⁷⁴ Loc. cit.

⁴⁷⁵ A cólera é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Vibrio cholerae*. Afeta o intestino delgado, produzindo toxinas que causam diarreia. Pode levar a morte sem o tratamento adequado. Disponível em: <http://www.cives.ufrj.br/informacao/colera/col-iv.html>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

os gritos dos míseros coléricos”.⁴⁷⁶

Em 28 de maio, faleceu José Francisco Lopes, o guia e proponente da rota, e no dia seguinte, acampado na margem esquerda do rio Miranda, faleceu o coronel Carlos de Moraes Camisão. O major José Tomás Gonçalves assumiu o comando, sobreviveu e foi o autor das informações aqui mencionadas. Dois praças morreram afogados na travessia do rio Miranda e a indisciplina ameaçou tomar conta do que restava da tropa em marcha. Devido à lentidão dos imperiais, eles foram ultrapassados pelos paraguaios, que cruzaram o rio Miranda em outro trecho e atacaram Nioaque. Em 1º de junho, apesar das ordens expressas para manter suas posições, os mais de cem homens que faziam a defesa de Nioaque, comandados pelo capitão Martinho José Ribeiro abandonaram seus postos. Saqueada e em chamas, a cidadela abasteceu, novamente, de armamentos as tropas paraguaias. À expedição recém-chegada, restou refugiar-se na margem esquerda do rio Aquidauana, encerrando a fatídica retirada de Laguna.⁴⁷⁷

João Batista de Oliveira (1800-1879), presidente da província de Mato Grosso, narrou a incursão como heróica: “[...] depois de terem penetrado no território paraguaio viram-se obrigados a retroceder tendo de lutar contra a fome, a guerra, a peste e o fogo que devorava os campos por onde marchavam”. Na análise oficial, a retirada foi “um dos feitos mais brilhantes da história militar contemporânea”.⁴⁷⁸ Desconsiderando a justificativa do governante para o fracasso, impõe-se reconhecer as cruéis adversidades a que estiveram expostos os soldados durante a operação. No intuito de diminuir as privações, o comando fez escolhas equivocadas, comprometendo a sobrevivência da tropa, reduzida a poucos e flagelados homens. Os graves erros, entretanto, não impediram outro episódio emblemático em Mato Grosso.

⁴⁷⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Arranjo Boulier: Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 242. Conteúdo: correspondência entre José Tomás Gonçalves, Major de Comissão Comandante interino e José Vieira Couto de Magalhães, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando interino das forças em operações no Sul da Província de Mato Grosso. Acampamento junto à margem esquerda do Rio Aquidauana, 16 de Junho de 1867.

⁴⁷⁷ Loc. cit.

⁴⁷⁸ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira (Barão de Aguapeí), na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/>. Acesso em: 21 de março de 2015.

3.9.5 Cólera divina

Os revezes na batalha naval de Riachuelo (11/06/1865), a rendição de Uruguaiana (18/09/1865), as derrotas de Passo da Pátria (18/09/1866), de Itapirú (14/04/1866) e de Tuití (24/05/1866) marcaram o início da “fase defensiva” para o Paraguai.⁴⁷⁹ Cientes do deslocamento inimigo que ocupava o sul do Mato Grosso para outras frentes, o comandante da província, José Vieira Couto de Magalhães, organizou, em junho de 1867, uma segunda coluna para conquistar Corumbá expulsar os paraguaios do sul-mato-grossense. Para injetar novo ânimo à província, abalada desde dezembro de 1864, e superar os diversos fracassos imperiais na região, destacou o tenente coronel Antônio Maria Coelho, sob o comando de 400 homens, para recuperar Corumbá. Em março de 1866, o experiente militar Augusto Leverger alertara que enquanto os paraguaios tivessem navios na região quaisquer “operações sobre o Corumbá ou outro qualquer ponto do litoral do Paraguai parecem menos oportunos e até imprudentes”.⁴⁸⁰

Couto de Magalhães não era propriamente um estrategista e ordenou a operação, pois julgava que os paraguaios não teriam condições de reagir. No dia 11 de junho, durante a descida até o alvo militar, ocorreu uma pequena batalha fluvial entre dois vapores “de nossa flotilha e um vapor inimigo aonde foi nossa a vitória”.⁴⁸¹ No mesmo dia, as tropas atracaram na margem direita do rio Paraguai e os soldados marcharam por mais 25 km até chegar a Corumbá. Percorrendo terreno acidentado, os militares demoraram dois dias para se colocar em posição de ataque. Nas palavras do barão de Iguapeí, a “expedição de vanguarda [...] se cobriu de glória a 13 de junho do ano passado [1867] tomando de assalto a praça de Corumbá”.⁴⁸² Tudo parecia ir bem, e como

⁴⁷⁹ Relatório apresentado por Augusto Leverger, presidente da província do Mato Grosso, 4 de julho de 1866, Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u435/000004.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

⁴⁸⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Guerra/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: DA. Seção de guarda: CODES. Notação IG1-241. Correspondência entre Augusto Leverger, presidente de Mato Grosso, e o Conselheiro Ângelo Monis da Silva Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso, 21 de março de 1866.

⁴⁸¹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, o barão de Aguapeí na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Palácio do Governo, Cuiabá, em 3 de maio de 1868. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/000007.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2015.

⁴⁸² Relatório do presidente da província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, o barão de Aguapeí na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Palácio do Governo, Cuiabá, em 3 de

recorrente, a versão das autoridades maquiou a realidade: as forças paraguaias, abatidas por uma epidemia de varíola, doença infectocontagiosa também conhecida como bexiga, não mantiveram o controle do povoamento, fugindo rio abaixo.

Exultantes com a *vitória*, os cuiabanos mandaram um mensageiro até a capital para informar sobre o ataque *bem-sucedido*. Mas logo a comemoração se transformaria na maior crise ocorrida em Mato Grosso durante toda a guerra. O militar Hortêncio Augusto de Seixas Coutinho foi incumbido de viajar até Cuiabá e comunicar às autoridades sobre os resultados da operação. Cortando os pantanais a bordo de uma canoa, o soldado chegou ao seu destino no dia 29 de junho de 1867. Passados dois dias, um praça que o acompanhava foi internado com sintomas de varíola. Debilitado e sem tratamento adequado, sobretudo pelas limitações clínicas da época, o paciente faleceu vítima da enfermidade, assim como Hortêncio Coutinho. Outras pessoas expostas ao vírus foram contaminadas, propagando rapidamente a doença. Segundo o comerciante Joaquim Moutinho, nenhuma medida sanitária foi tomada, e a situação “tomou proporções assustadoras”.⁴⁸³ Oportunamente, as autoridades públicas criaram um feriado para comemorar a “retomada” Corumbá, produzindo emblemático exemplo de história oficial. “Artigo Único — É feriado em toda a Província o dia 13 de Junho, aniversário da tomada da praça de Corumbá do poder dos paraguaios pela força expedicionária do bravo Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho.”⁴⁸⁴

Embora a responsabilidade dos fatos não possa ser atribuída somente a Couto de Magalhães, tampouco ele providenciou medidas para isolar os enfermos e conter a doença nos primeiros casos. Ao ordenar que as tropas em Corumbá retornassem a Cuiabá, expôs todos a contágio de moléstia grave, transformando a situação em calamidade pública. “Naqueles dias apareceu a epidemia da bexiga na expedição e o dr. Couto de Magalhães [presidente da província], resolveu regressar para a capital com toda a força e os 500 brasileiros que havia libertado do jugo dos paraguaios.”⁴⁸⁵ O retorno das tropas espalhou o vírus “onde a população em geral nem conhecia a varíola”, causando pânico e milhares de

maio de 1868. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/000007.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2015.

⁴⁸³ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 100.

⁴⁸⁴ Palácio do Governo de Mato Grosso. Cuiabá, 2 de julho de 1868, Barão de Aguapehy. Disponível em: <http://www.supersitegood.com/hoje/texto.php?mat=63>. Acesso em 29 de setembro de 2015.

⁴⁸⁵ JOURDAN, Emílio Carlos. *História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai: Brasil 1864-1870*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 111.

mortes.⁴⁸⁶ Em maio de 1868, João Batista de Oliveira, presidente de Mato Grosso, registrou que a doença “devastou consideravelmente a população”.⁴⁸⁷ Para contornar “os efeitos da avassaladora epidemia” foram montados hospitais civis e militares e a população recebeu doses da vacina – método encarado com desconfiança pelos vacinados, que há tempos resistiam ao tratamento.⁴⁸⁸ Quanto aos mortos, muitos foram jogados em covas e tiveram seus corpos queimados, outros foram enterrados em um cemitério afastado da cidade.⁴⁸⁹

Mesmo com o tratamento, a doença não foi erradicada. Havia muitos infectados e nem todos tinham acesso ou aceitavam a vacina. Não bastasse a guerra, o isolamento e a peste das cadeiras, agora era a população que padecia de um *flagelo* até então distante. A quem recorrer diante de tamanho castigo?

Deus.

Descrentes na ciência médica, os moradores temiam que um “anjo do extermínio” fosse o emissário dos céus para punir os crimes terrenos. Evocaram-se os abusos cometidos contra os portugueses durante a Rusga para justificar a praga *divina*.⁴⁹⁰ O bispo, considerado um homem de grandes virtudes, peregrinou pelas ruas das cidades, acompanhado de procissão, entoando cânticos de louvor e pedidos de clemência. O padre local, responsável pela unção dos enfermos, contraiu o vírus e morreu.⁴⁹¹ Quanto menor era o acesso a condições sanitárias, maior era o número de infectados. Embora a doença tenha atingido “desde o chefe da família até o último escravo”, os pobres padeceram mais.⁴⁹² Assim como ocorreu em outras grandes epidemias humanas: lepra, peste negra e gripe espanhola, os doentes foram afastados dos sadios.⁴⁹³

⁴⁸⁶ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 99.

⁴⁸⁷ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o Barão de Aguapeí, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/>. Acesso em 24 de junho de 2015.

⁴⁸⁸ Relatório do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/405/>. Acesso em 24 de junho de 2015.

⁴⁸⁹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o Barão de Aguapeí, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/420/>. Acesso em 24 de junho de 2015.

⁴⁹⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 104.

⁴⁹¹ Id. Ib. p. 102.

⁴⁹² Id. Ib. p. 102.

⁴⁹³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. Cuiabá: Editora UFMT, 1933. p. 80.

Em Coxipó, fundou-se um “lazareto”, para onde eram enviados militares acometidos pela bexiga.⁴⁹⁴ Muitos tiveram alta antes do prazo, porque continuavam a chegar mais pessoas. Predominando no imaginário popular a ideia de abandono: *desamparados* pela ciência, que não conteve o aumento da doença; e pela religião, incapaz de deter o *insaciável* anjo da morte, restava a sensação de que o fim era inevitável – e para muitos assim o foi. Famílias inteiras eram encontradas em avançado estado de putrefação em suas casas; crianças vagavam sozinhas, porque todos seus parentes estavam mortos e cachorros carregavam restos humanos semidevorados pelas ruas.

Na versão de Joaquim Moutinho, entre a população cuiabana, estimada em 12 mil pessoas, metade faleceu.⁴⁹⁵ O cenário não foi pior devido à presença do 2º Batalhão de Artilharia a Pé, grupo de soldados vacinados que prestaram diversos serviços à população doente, sem os quais “muitos morreriam ao abandono e na miséria”.⁴⁹⁶ Esses militares encarregaram-se pelo despacho dos cadáveres, cobrando de acordo com o estado de decomposição dos mortos. Os familiares, sem muitas alternativas, pagavam o preço conforme sua condição financeira. Embrutecidos pela extenuante labuta, os homens manuseavam os mortos de qualquer forma, chocando quem visse a cena. Mas o negócio tornou-se lucrativo, sobretudo porque muitos corpos eram jogados no “primeiro mato que encontravam”, a fim de se ocuparem do seguinte.⁴⁹⁷ Outro desamparo às famílias cristãs era a cremação dos corpos, “devorados pelas chamas ou pelos vermes”.⁴⁹⁸ Nada consolava os sobreviventes.

A pungência do relato foi reforçada pelo fato da família do narrador, o comerciante Moutinho, ter sido igualmente atingida pela epidemia. O mesmo não ocorreu com o presidente da província, que em seu relatório preferiu alongar-se na narrativa sobre a construção de pontes a mencionar a epidemia, destacando o despreparo das autoridades.⁴⁹⁹ Mas as críticas não pouparam o jovem governante: “[...] se algum dia o sr. dr. Couto de Magalhães ler estas páginas, perdoe-me a dor de um pai; e se sentir no coração o espicaçar

⁴⁹⁴ O termo “lazareto” é uma derivação do nome Lázaro, personagem descrito na Bíblia como um mendigo leproso, e vivia afastado do convívio social.

⁴⁹⁵ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província do Mato Grosso [...]*. Ob. cit. p. 104.

⁴⁹⁶ Id. Ib. p. 105.

⁴⁹⁷ Id. Ib. p. 105.

⁴⁹⁸ Id. Ib. p. 107.

⁴⁹⁹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, José Vieira Couto de Magalhães, Barão de Iguapeí, ao entregar a administração a Augusto Leverger, em julho de 1868. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u436/000002.html>. Acesso em 25 de julho de 2015.

do remorso, tenha fé em Deus e no perdão de suas vítimas. Não tente, porém, justificar-se.” [Carta transcrita por Joaquim Moutinho].⁵⁰⁰

Couto de Magalhães tinha trinta anos quando assumiu a presidência de Mato Grosso, em 1867. Criticado pelas ações equivocadas, permaneceu apenas um ano, dois meses e onze dias no cargo. Homem de letras, Couto de Magalhães era advogado, escritor e poliglota, publicando *O selvagem* (1876) e *Ensaios de antropologia* (1894), demonstrando habilidades literárias. Governou em meio à guerra e suas ações aceleraram o número de contagiados e mortos pela varíola. O contexto que o precedeu, em conjunção às decisões que tomou, agravou a situação da província mais afetada pelo conflito.

Após dois anos da retomada mal sucedida do principal porto da região, imediatamente ocupado pelos paraguaios, os moradores de Mato Grosso ainda sofriam com a doença. “A população dizimada [...] pela horrível epidemia das bexigas, tarde há de ressarcir as perdas que experimentou no infausto ano de 1867.”⁵⁰¹ A economia, já combalida pelo isolamento e pela ocupação estrangeira, entrou em crise demográfica: “[...] pesam, e ainda por muito tempo hão de pesar, as fatais consequências da invasão paraguaia”.⁵⁰² A agricultura estava limitada ao mínimo necessário; a mineração era inexpressiva; a pecuária bovina permanecia assolada pela peste das cadeiras; o comércio exportava pequenas porções de couro e de poaia (planta para fins medicinais).⁵⁰³ Se antes da guerra a situação fiscal de Mato Grosso era preocupante, com o conflito tornou-se caótica. Entre a ocupação de portos e cidades, até a infecção viral epidêmica, ninguém parecia a salvo dos efeitos da guerra.

3.9.6 Brasil Império: cronologia de uma guerra anunciada

Em junho de 1855, quase uma década antes da Guerra da Tríplice Aliança, o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro redigiu relatório com o longo título: “Considerações sobre a urgência de mandar por todos os caminhos à Província de Mato Grosso homens e materiais da Guerra, porque se deve contar que será agredida por [Carlos Antônio] López,

⁵⁰⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. A província do Mato Grosso [...]. Ob. cit. p. 108.

⁵⁰¹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/421/>. Acesso em 24 de junho de 2015.

⁵⁰² Loc. cit.

⁵⁰³ Loc. cit.

hoje vanglorioso de afastar do Paraguai a Esquadra Brasileira, julgar-se mais forte do que o Brasil.”⁵⁰⁴ O documento evoca o fracasso da expedição imperial de 1855, que não conseguiu impor suas condições de *negociação* a Assunção. Duarte Ribeiro classificou o conflito contra os paraguaios como uma “certeza matemática”. Segundo o diplomata, somente através da força o presidente Carlos Antônio López cederia nas questões “dos nossos limites e [da] navegação do rio Paraguai”. Para obter apoio interno e justificar uma intervenção armada, seria fundamental “aproveitar oportunidade que o próprio López [desse]”.⁵⁰⁵

O documento é uma amostra importante da política internacional do Império no Prata. Duarte Ribeiro utilizou o termo “nossos limites”, excluindo negociações; identificou Mato Grosso como o local que seria atacado; definiu a necessidade de um pretexto para legitimar ação armada e apontou o uso da força como método mais persuasivo. De certo modo, antecipou o roteiro da Guerra e suas palavras desmitificam a tese de que as autoridades imperiais foram surpreendidas com a precipitação do conflito. Em 10 de outubro, chegou a Cuiabá um aviso emitido desde Montevidéu pelo visconde de Tamandaré, comandante da armada imperial no Prata, e César Sauvan Vianna de Lima, “ministro residente em Assunção”.⁵⁰⁶ O comunicado alertava “contra alguma surpresa desleal” de Francisco Solano López, sobretudo pela concentração de soldados paraguaios em Concepción, região circundante a Mato Grosso.⁵⁰⁷

Em novembro de 1864, apesar do apresamento do Marquês de Olinda, o Império não declarou guerra, esperou os paraguaios oficializarem o conflito, sedimentando a noção de agredido e justificando as expedições militares ao país vizinho.

Em 1856, Augusto Leverger, presidente mato-grossense, enumerou uma série de fatores que registravam a superioridade das forças paraguaias em relação ao poder militar imperial no oeste do Brasil. Em comunicação a José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o presidente do Mato Grosso externou “que o Paraguai pode

⁵⁰⁴ AHI – III – Coleções Especiais. 34 – Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. – II – Países e regiões. 14 – Paraguai. C) Política Externa - Memórias. – Lata 280. Maço 3. Pasta 5. no. 5. – Memória no. 63.

⁵⁰⁵ Loc. cit.

⁵⁰⁶ Relatório do presidente da província do Mato Grosso Alexandre Manuel Albino de Carvalho ao entregar a administração ao vice-presidente, Augusto Leverger. Cuiabá, agosto de 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u434/>. Acesso em 31 de janeiro de 2016.

⁵⁰⁷ Loc. cit.

trazer alguém do rio Apa força muito superior à nossa”, sobretudo pela aquisição de uma “flotilha movida a vapor”, fiadora de maior eficiência no ataque por “terra e pelo rio”.⁵⁰⁸ Leverger seguiu enumerando as desvantagens defensivas de Mato Grosso. Os paraguaios poderiam cortar qualquer comunicação que viesse pelas águas em direção a Cuiabá – o que de fato aconteceu; lamentava a “triste e repetida experiência” de depender da vinda de “recursos de gente e material de guerra” enviados do Rio de Janeiro, que “chegam fora de tempo e em mau estado” – o fracasso da expedição *libertadora* confirmou as preocupações do governante.⁵⁰⁹ Por fim, indicou que uma derrota era inevitável, e “ainda [que] não nos cause maior prejuízo material, o seu efeito moral será no meu ver de grande alcance em desvantagem da honra e da integridade do Império”.⁵¹⁰ Augusto Leverger sentenciou a derrota da província caso não fossem observadas suas orientações. Algumas importantes melhorias foram providenciadas, sem no geral modificar a situação de superioridade paraguaia proposta pelo militar francês, em geral de raízes estruturais - escassa população livre; dissociação entre o sul e o norte da província, etc.

Em 1863, Herculano Pena, presidente de Mato Grosso, mencionou as providências do governo imperial para manter a “fronteira em bom pé de defesa”, incluindo o envio de munição, de tropas de linha e de “operários para os arsenais de guerra da Marinha e posteriormente para as fábricas de pólvora e ferro, que mandou fundar”.⁵¹¹ As ações defensivas foram impulsionadas pelo acordo de navegação ratificado com Carlos Antônio López, em 1858. O tratado facilitou o trânsito fluvial do rio Paraguai e atraiu novos imigrantes, motivados pelo cenário favorável ao comércio regional. Houve até quem apontasse o fim “da possibilidade de uma guerra”.⁵¹² Mas o otimismo passageiro desconsiderou a permanência do litígio entre os dois países, ponto nevrálgico do acordo.

Em 28 de setembro de 1864, o conselheiro José Antônio Saraiva, a bordo da corveta Niterói, atracada em Buenos Aires, afirmando que Solano López invadiria o Mato

⁵⁰⁸ CORRÊA, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Ob. cit. p. 538.

⁵⁰⁹ Id. Ib. p. 538.

⁵¹⁰ Id. Ib. p. 538.

⁵¹¹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso Herculano Ferreira Pena ao passar a administração da mesma ao 1º vice-presidente chefe de esquadra Augusto Leverger, em 14 de maio de 1863, Cuiabá. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u433/000033.html>. Acesso em 16 de setembro de 2014. p. 19.

⁵¹² Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 19. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/412/>. Acesso em 18 de junho de 2015.

Grosso para forçar o Império a negociar a “paz com ele”.⁵¹³ Mas Pedro II deveria priorizar “os direitos de seus súditos no Estado Oriental”, em detrimento de qualquer tentativa do Paraguai em “regular o equilíbrio dos Estados do Rio da Prata”. Para Saraiva, apesar das “bravatas do Presidente do Paraguai”, as tropas imperiais “de terra e mar” deveriam preparar-se para levar “a guerra ao território Paraguaio, a fim de que ele sofra, com maior intensidade, todo o mal que possa resultar da luta injusta, a que nos provoca.”⁵¹⁴ A caça até a morte do governante derrotado materializou o *sofrimento intenso* proposto pelo Conselheiro Saraiva.

Em 31 de outubro de 1864, dois meses antes do *primeiro tiro*, Carlos Augusto de Oliveira, Comandante das Armas em Corumbá, evidenciou a preparação para guerra: “[...] já se acha ancorado no Forte de Coimbra, onde desembarcou no dia 23 do corrente, o Corpo da Artilharia desta Província”.⁵¹⁵ O comandante Carlos de Oliveira não apontou o número dos reforços da linha de defesa, mas assinalou que o armamento era calculado “para 80 praças que ali podem reunir-se”. Ou seja, a capacidade da fortaleza não comportava grande quantidade de homens para o combate. Segundo George Thompson, Coimbra contava com 115 militares entre oficiais e soldados, no momento do ataque.⁵¹⁶ Joaquim José Gomes da Silva, o futuro barão de Vila Maria, político e grande criador de gado corumbaense, alegou que o forte de Coimbra contava com “180 praças de 1ª linha, e 50 paisanos, compreendidos nestes 15 índios guaicurus e alguns criminosos sentenciados”.⁵¹⁷ Não encontramos documentos com a relação nominal de todos os soldados envolvidos, mas apesar das variações é possível concluir que não chegavam a duas centenas.

⁵¹³ AHI – Questão contra Aguirre e Guerra do Paraguai – Late 245. Maço 4. Pasta 1. Data: 1864-1866. Correspondência recebida, reservada e confidencial, dirigida aos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Senador João Pedro Dias Vieira (Visconde de Caravelas) e Conselheiro José Antônio Saraiva. Comando em Chefe da Força Naval do Brasil, no Rio da Prata. Bordo da Corveta Niterói, em Buenos Aires, 28 de Setembro de 1864. Ilmo. Exmo. Sr. Senador Carlos Carneiro de Campos. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

⁵¹⁴ Loc. cit.

⁵¹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre o Carlos Augusto de Oliveira, Coronel Comandante das Armas e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando das Armas de Mato Grosso em Corumbá, 31 de Outubro de 1864.

⁵¹⁶ THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. [...]. Ob. cit. p. 30.

Id. Ib.

⁵¹⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

Preparando-se para guerra, o comandante Carlos Augusto de Oliveira preocupava-se com as distâncias entre os povoados e as fortificações. Para enfrentar o inimigo era fundamental ter “pronta comunicação por terra para a Vila de Miranda, a fortificação de Coimbra e esta Povoação [Albuquerque]”.⁵¹⁸ As sucessivas derrotas sofridas em Mato Grosso não podem ser atribuídas à falta de informação ou de armamento, mas sobretudo ao despreparo e incapacidade da oficialidade imperial na região. Em 1º de novembro de 1864, Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha em Mato Grosso, estava a bordo do vapor Anhambaí. Após passagem pela fortaleza de Coimbra, ele conclui que não “é satisfatório o estado do dito forte, contudo pode resistir aos navios do Paraguai, e defender-se talvez de suas avançadas por terra”. Seriam necessários “alguns melhoramentos”, além de fortificar “a antiga posição da marinha em frente ao mesmo forte”, permitindo o fogo cruzado no auxílio à fortaleza.⁵¹⁹ O discurso apontava o estado de guerra na fronteira, considerando inclusive uma derrota em Coimbra, portão defensivo do Mato Grosso.

Mas em 1975, durante a ditadura militar, quando das festividades do bicentenário da fortaleza de Coimbra, Raul Silveira de Mello, general e historiador, buscou justificar o abandono das tropas imperiais daquela posição devido a uma manobra sorrateira e inesperada de Solano López: “[...] o forte foi pego às cegas, inteiramente de surpresa, porque só se advertiu da presença da esquadra paraguaia quando ela estacionou a 6 km a jusante [posição rio abaixo em relação ao observador]”.⁵²⁰ A documentação existente desconstrói a tese do general Raul Silveira. Um ataque não apenas era vislumbrado pelas autoridades imperiais, como também era esperado por elas, contradizendo a justificativa militar-patriótica.

Também o historiador Francisco Doratioto propõe, em oposição à documentação,

⁵¹⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre o Carlos Augusto de Oliveira, Coronel Comandante das Armas e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. Quartel do Comando das Armas de Mato Grosso em Corumbá, 31 de Outubro de 1864.

⁵¹⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. Comando da Flotilha em Mato Grosso. – Bordo do Vapor Anhambaí em Corumbá, 1º de Novembro de 1864.

⁵²⁰ MELLO, Raul Silveira. O bicentenário do forte de Coimbra [...]. Ob. cit. p. 34.

que Solano López preparava-se para o conflito, enquanto o Brasil Império não esperava ou desejava o confronto.⁵²¹ Amaro José dos Santos Barbosa, vice-cônsul em Assunção, foi explícito quanto à previsibilidade do confronto. “É inexplicável o procedimento das autoridades da Província de Mato Grosso em terem as povoações do Baixo Paraguai em completo abandono, tendo a sua disposição tantos recursos, e estando prevenidas desde o mês de Outubro.”⁵²² Ou seja, estavam prevenidas antes do ataque ao vapor marquês de Olinda. Distante do teatro das operações, Amaro Barbosa não compreendia como todas as posições foram cedidas em poucos dias, atribuindo o termo “inexplicável” aos fatos.

Em 16 de janeiro de 1866, o coronel José Antônio da Fonseca Galvão, comandante militar do sul de Mato Grosso, relatou “com muito pesar que se realizaram as tristes previsões que, não só agora, como há mais de dez anos, manifestei ao Governo Imperial a respeito da dificuldade de prover a subsistência e forças [...] nessas passagens”.⁵²³ Faltava talvez plano coerente de defesa de uma fronteira tão extensa com o Paraguai e, sobretudo, oficiais com disposição de luta. Mesmo tendo recebido armamento, fábrica de pólvora, estaleiro e outras instalações militares, a província não era prioridade para a administração monárquica. O próprio comandante Francisco Cândido Menezes apontou evidências sobre essa despreocupação relativa: existiam dificuldades em obter “dinheiro para despesas da Flotilha”, e a escassez atingia a compra de munição e combustível.⁵²⁴ As dificuldades foram agravadas por doenças na cavalaria, utilizada para conduzir o transportar o gado de corte. Em fevereiro de 1866, Augusto Leverger, ocupando a presidência da província, relatou as condições em que se encontrava sua administração.

⁵²¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. cit. p. 96.

⁵²² AHI – Repartições consulares brasileiras. Assunção – Estante 238. Prateleira 3. Volume 4. Data: 1859-1865. Amaro José dos Santos Barbosa. Consulado Geral do Império do Brasil. Assunção, 29 de Janeiro de 1865.

⁵²³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Guerra/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: DA. Seção de guarda: CODES. Notação IG1 – 241. Correspondência entre Augusto Leverger, presidente da província, e o coronel José Antônio da Fonseca Galvão, Comandante das Forças em operações ao Sul desta Província. Palácio da Presidência de Mato Grosso em Cuiabá, 16 de janeiro de 1866.

⁵²⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Francisco Cândido de Castro Menezes, Comandante da Flotilha, e Alexandre Manuel Albino de Carvalho, presidente de Mato Grosso. Comando da Flotilha em Mato Grosso. – Bordo do Vapor Anhambá em Corumbá, 1º de Novembro de 1864.

Não sei quando poderei deixar de dizer a V. Ex^a [oficial José Antônio da Fonseca Galvão a quem era endereçada a carta] que me acho sem gêneros alimentícios para dar a força sob meu comando [...] porque na verdade não se pode dormir tranquilo quando se tem de dar de comer a duas mil e tantas bocas [...] a artilharia não tem animais nem boiada para a condução [...] não há cavalhada, pelo que já deixou ontem de ser distribuída a carne as praças por não se poder fazer recolher o gado para o curral [além da peste das cadeiras que há mais de 15 anos afetava os equinos, as cheias do Pantanal ampliavam as dificuldades de locomoção]; são igualmente necessárias bestas para condução de gêneros, se os houver na ocasião e essas também não tem esta força.⁵²⁵

As críticas condições administrativas emperravam o andamento de serviços básicos, e a fome era um temor presente e assustador.

3.9.7 O planejamento da ocupação e as interpretações da guerra

Não temos registro sobre um “plano de guerra” chancelado por Francisco Solano López, comandante-em-chefe do exército paraguaio, o que não impossibilita a compreensão das motivações e objetivos da ocupação de Mato Grosso. Em 13 de dezembro de 1864, Venâncio López, Ministro de Guerra Paraguai e irmão do presidente Solano López, emitiu detalhadas instruções ao capitão cidadão Martín Urbietta, comandante da expedição sobre a Colônia Militar dos Dourados. O plano continha orientações claras sobre os objetivos militares da missão. O documento apontou a simultaneidade da operação em Dourados “com a do Alto Paraguai [forte de Coimbra, Albuquerque e Corumbá]”.⁵²⁶ Com base nas informações coletadas pelo tenente Pedro Pereyra, sabia-se que o caminho era “praticável para carretas desde a vila de Concepción até a Colônia de Miranda”. E a pequena tropa local “torna fácil a ocupação”. Venâncio López ordenou a expulsão de todos os moradores, “a fim de se cumprir por inteiro o plano de privar de todo recurso qualquer expedição brasileira que pudesse vir de São Paulo e do Paraná”.⁵²⁷ Projetava-se uma tentativa imperial em retomar o sul pantaneiro, e o bloqueio

⁵²⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Guerra/ Gabinete do Ministro. Código do Fundo: DA. Seção de guarda: CODES. Notação IG1- 241. Correspondência entre Augusto Leverger, e o coronel José Antônio da Fonseca Galvão, Commandante das Forças em operações ao Sul desta Provincia. Acampamento junto à margem direita do Taquary 6 de fevereiro de 1866.

⁵²⁶ Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Coleção Visconde do Rio Branco. Instruções de Venâncio López ao Capitão Martín Urbietta sobre o ataque nos Dourados. In: MAIA, Jorge. A invasão de Mato Grosso. Ob. cit. p. 84.

⁵²⁷ Id. Ib. p. 84.

ao acesso de recursos garantiria a privação das tropas brasileiras. Conforme previsão do Ministro da Guerra, uma expedição foi realizada para reaver a região. Ela não partiu de terras paulistas ou paranaenses, mas do Rio de Janeiro, e resultou numa catastrófica marcha.

De acordo com as ordens de Venâncio López, os soldados não poderiam ser vistos antes do ataque “para não alarmar os povoadores que nesse caso poderiam retirar-se e *levar seus gados*”.⁵²⁸ Martín Urbietta foi orientado a levantar informações das guarnições, chefes, recursos, etc. Existia a preocupação em apurar a quantidade de rebanhos bovinos – muitos animais foram enviados a outras frentes de batalha. Entre muitas orientações, destaca-se o “particular cuidado em averiguar se [os moradores] trabalham nos ervais, onde, desde quando, e a que distância da Colônia e onde se vendem”.⁵²⁹ Não havia ainda exploração comercial de erva-mate em Mato Grosso, mas a fronteira em disputa era rica em ervais e apresentava grande potencial produtivo.

Quanto aos paraguaios que avançavam por terra, deveriam deslocar-se em jornadas regulares, andando bastante nas primeiras horas da manhã e acampando “de noite nos lugares mais adequados”. A distância entre Concepción e a Colônia Militar de Miranda era de 94 léguas (aproximadamente 620 quilômetros). Percorria-se 7 léguas por dia (46 quilômetros), e as operações eram “calculadas simultaneamente com as de Coimbra”.⁵³⁰ O comunicado foi emitido em 13 de dezembro, e a coluna partiu no dia seguinte.⁵³¹ Cumprindo a distância e o prazo estabelecido, tem-se treze dias e algumas horas de marcha. Sabemos que as sentinelas de Coimbra avistaram os paraguaios na manhã de 27 de dezembro, concluindo com êxito o deslocamento e a ocupação do forte.

O documento aponta pelo menos três objetivos da ocupação: evitar que o Mato Grosso fosse usado como base para um ataque imperial pelo norte do Paraguai; obter gado para manter as tropas durante a missão e levantar informações sobre a erva-mate. Não há menção do ministro de hierarquia dos objetivos, mas ao utilizar a expressão “particular cuidado” ao referir-se aos ervais, podemos inferir um interesse para além da guerra,

⁵²⁸ Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Coleção Visconde do Rio Branco. Instruções de Venâncio López ao Capitão Martín Urbietta sobre o ataque nos Dourados. In: MAIA, Jorge. A invasão de Mato Grosso. Ob. cit. p. 84.

⁵²⁹ Id. Ib. p. 84.

⁵³⁰ Id. Ib. p. 84.

⁵³¹ Id. Ib. p. 85.

possivelmente projetando a exploração econômica em um período de paz. Se assim for, descortina-se um claro planejamento: assegurar o controle das áreas em litígio para viabilizar projetos comerciais. O texto não menciona operações no norte, incluindo na capital Cuiabá, porque não fazia parte da missão. A segurança com que se previa a vitória denota a impressão de uma guerra rápida, e consequentemente às vantagens da ocupação do território em litígio quando das negociações de paz.

Em 31 de dezembro de 1864, o Mariscal publicou no jornal *El Semanario* que o Brasil se empenhou em criar “una guerra internacional de una transcendencia imposible de determinar”, e as “hostilidades contra la Provincia de Mato Grosso” foram legítimas, e resultaram da apropriação irregular “desde el tiempo del Gobierno colonial, para alegar como lo ha hecho ya, el *uti possidetis* en los arreglos de límites con el Paraguay.”⁵³² O presidente paraguaio justificou suas ações como uma batalha de reconquista.

Segundo Mário Maestri, apesar das decisões militares serem certamente discutidas, o exército paraguaio jamais possuiu um “Estado Maior propriamente dito”, restringindo, em última instância, as decisões e os rumos do conflito ao *Mariscal López*.⁵³³ Apesar de diversas interpretações sobre o conflito, é possível dividi-lo em dois grandes movimentos, de caráter diversos: “[...] *guerra ofensiva*, lutada no Mato Grosso e no Prata, e a *guerra defensiva*, travada em território paraguaio”.⁵³⁴ Na esfera política, a ofensiva foi contraproducente ao Paraguai, servindo para galvanizar a retórica imperial de luta contra o despotismo lopista, apresentando à opinião pública interna e do exterior a invasão do sul-mato-grossense como uma operação de “conquista territorial – e não a defesa da nação oriental agredida”.⁵³⁵

Mário Maestri chama a atenção que a operação contra o sul da província do Mato Grosso deu-se em lugar do esperado socorro às tropas uruguaias, que foram deixadas em *segundo plano* pelo exército lopista. O que permitiu que os aliancistas combatessem uma e não duas nações. Entretanto, o historiador destaca a inexistência de uma aliança formal assinada por Solano López e os uruguaios, explicando, em parte, a demora da marcha pra

⁵³² AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Miguel Joaquim de Souza Machado. Semanário de 31 de Dezembro de 1864.

⁵³³ MAESTRI, Mário. O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865. Revista Brasileira de História Militar. Número 10, abril de 2013. p. 41.

⁵³⁴ Id. Ib. p. 41.

⁵³⁵ Id. Ib. p. 43.

o sul, ocorrida apenas em abril de 1865. Entretanto, tudo leva a crer, como assinalado, que o *mariscal* jamais pretendeu fazer junção de suas tropas com os orientais.

Efraím Cardozo, historiador asunceno, lopista positivo, publicou em 1965 *Breve Historia del Paraguay*. A obra questionou à estratégia militar lopista durante a Guerra da Tríplice Aliança. Para o pesquisador, “en vez de acudir en socorro de los blancos que lo esperaban desesperadamente en Paysandú, donde les cercaban por agua y tierra fuerzas imperiales y revolucionarias, López dedico su primera actividad militar a ocupar la provincia de Matto Grosso”.⁵³⁶ As colunas paraguaias obtiveram vitórias esmagadoras no território sul-mato-grossense, mas o custo operacional foi alto, os uruguaios foram derrotados enquanto esperavam auxílio, comprometendo o curso da guerra. Segundo López, a reivindicação de “los limites históricos” determinou ocupação de Mato Grosso, mas essa conquista foi anulada pela continuidade da guerra.⁵³⁷ Segundo o mesmo historiador, em *Hace cien años*, obra compilada a partir de uma longa série de artigos produzidos para o jornal La Tribuna, “el gobierno paraguayo entendió contemplar intereses propios sin obedecer a las sugerencias del gobierno uruguayo del presidente [Atanásio] Aguirre, que tan encarecidamente estaba solicitando la alianza del Paraguay”.⁵³⁸ Solano López estaria interessado em “hacerse presente en el Río de la Plata, tanto con su voz, hasta entonces menospreciada, como también con su poderio, en precautelación del equilibrio de las naciones que veía seriamente amenazado por la intervención del Brasil en la República Oriental del Uruguay”.⁵³⁹

Para o general Flamarion Barreto Lima, a invasão de Mato Grosso elevou o moral das tropas paraguaias; garantiu a ocupação das áreas em litígio; assegurou a segurança das operações em Corrientes – evitando ataques aliancistas pelo norte; e, por fim, garantiu grande quantidade de cabeças de gado e de equinos, fundamentais para manutenção da guerra.⁵⁴⁰ Sua visão, no entanto, reproduziu a tese de que Solano López foi o responsável pelo conflito.

Em *Maldita Guerra*, Francisco Doratioto mencionou a grande quantidade de armamentos capturados no sul-mato-grossense. Segundo Doratioto, o objetivo do lopismo

⁵³⁶ CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Assunción: Servi libro, 2009. p. 99.

⁵³⁷ Idem. *Breve Historia del Paraguay*. Ob. cit. p. 99.

⁵³⁸ Idem. *Hace cien años*. Ob. cit. p. 16.

⁵³⁹ Id. Ib. p. 17.

⁵⁴⁰ LIMA, Flamarion Barreto. *Guerra do Paraguai*. São Paulo: Dep. de Imprensa Nacional, 1967, p. 30.

era “colocar seu país como potência regional e ter acesso ao porto de Montevideú”; na visão do autor, a guerra não esperada e nem desejada pelo Império do Brasil, “mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López”.⁵⁴¹ Impossível sustentar, apoiado na abundante documentação conhecida, a tese de que a guerra não era esperada pelo Estado Imperial e que o ataque a Mato Grosso foi de alguma forma imprevisto. Conforme apontamos, desde 1855 as autoridades imperiais projetavam a guerra contra o país vizinho. Por outro lado, a deposição de um governo estrangeiro e modificação da ordem vigente, através da guerra, era então clara violência das práticas internacionais, ao se tratar de questão interna ao país.

O escritor Pandiá Calógeras considerou a ocupação de Mato Grosso desprovida de sentido militar-estratégico, seria apenas um alvo geográfico para as ambições lopistas.⁵⁴² Para o general Tasso Fragoso, “de Mato Grosso não lhe poderia vir nenhuma ameaça de gravidade atento o estado de abandono em que se encontrava a sua defesa e o seu afastamento considerável da capital do Império”.⁵⁴³ Segundo o pesquisador-general, bastaria vigiar aquela região para neutralizar um possível ataque setentrional. Entretanto, ele afirma que Solano López ambicionava “apossar-se dos territórios em litígio”, prejudicando as ações no sul – Corrientes e Rio Grande do Sul.⁵⁴⁴ A visão *militar crítica* de Tasso Fragoso apresentou inegáveis avanços historiográficos sobre a compreensão da guerra. Através do acesso e manuseio a diversos documentos, o historiador brasileiro abordou os eventos através dos antecedentes históricos das nações envolvidas, superando “a tradicional descrição, imediata e linear, dos fatos bélicos, até então praticada pela historiografia brasileira, produzida comumente por seus companheiros de farda”.⁵⁴⁵ Porém, Tasso Fragoso, no geral, não transcendeu a abordagem que responsabilizou Solano López como o *culpado* pela guerra, e nem identificou outras vantagens estratégicas e econômicas sobre o território mato-grossense.

Na historiografia paraguaia, mencionou-se a grande quantidade de armamentos

⁵⁴¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. cit. p. 96.

⁵⁴² CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945. pp. 226-258.

⁵⁴³ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 253.

⁵⁴⁴ Id. Ib. p. 253.

⁵⁴⁵ MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. O Olho da História, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012. p. 2.

localizados em Mato Grosso como potencial ameaça. Segundo o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary (1879-1969), Solano López iniciou “por allí la guerra, para eliminar, desde ya, aquel peligro”.⁵⁴⁶ Para o autor, o plano de guerra lopista consistia em socorrer o governo do Uruguai, “aliar-se después con el y llevar la guerra ao Brasil, contando con la prometida cooperación de Urquiza y con la manifestada buena voluntad de las provincias argentinas”.⁵⁴⁷ Solano López pode ter superestimado a capacidade de resistência dos uruguaios, demorando a agir no front sul. Entretanto, segundo parece, o *mariscal* jamais pretendeu intervir diretamente ao lado do Uruguai. Por outro lado, Urquiza deixara claro a Solano López que não apoiaria sua empreitada.

Para Júlio Cesar Chaves (1907-1989), pesquisador paraguaio, “[Carlos Antônio] López vivía dominado pela obsesión de que los brasileños aprovecharían el libre paso al Alto Paraguay para acumular armas y pertrechos en Matto Grosso, y organizar allí una poderosa fuerza naval-militar”.⁵⁴⁸ A preocupação com a defesa da fronteira norte era tema recorrente no período lopista (1844-1870). Sabemos que a região ofereceu baixa resistência e a expedição militar organizada pelo Império para expulsar os paraguaios de Mato Grosso foi um desastre. Apesar dessas ponderações, devemos analisar as tensões à luz do século 19, marcadas por um clima de animosidade bilateral. Segundo George Thompson, Solano López teria dito que “se não tivermos agora uma guerra com o Brasil, haveremos de ter outra numa oportunidade menos conveniente para nós”.⁵⁴⁹ Em 27 de janeiro de 1865, José da Silva Paranhos escreveu que Solano López, “tão depressa concluísse as suas medidas de segurança em Mato Grosso, voaria em auxílio de Montevideú. Cartas dele e de seus Ministros, a que se referem outras de Montevideú, confirmam aquela promessa”.⁵⁵⁰

Paulo Marcos Esselin indicou a relevância dos bovinos e dos equinos – utilizados na alimentação e no transporte para artilharia – para compreensão da operação *sul-pantaneira*. Mas apesar da grande quantidade de animais capturados, “a maior parte desse

⁵⁴⁶ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai*. Ob. cit. p. 153.

⁵⁴⁷ O’Leary, Juan Emiliano. *El Mariscal Solano López*. In: MAESTRI, Mário. *Guerra no Papel [...]*. Ob. cit. p. 130.

⁵⁴⁸ CHAVES, Júlio Cesar. *El presidente López: vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955. p. 254.

⁵⁴⁹ THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968. p. 37.

⁵⁵⁰ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865. José Maria da Silva Paranhos.

gado permaneceu no território sul-mato-grossense”, consequência da peste das cadeiras que afetou a cavallhada, impedindo o manejo dos bovinos.⁵⁵¹ Desde 1851, a doença afetava a província e algumas fazendas não restou “um só cavalo”.⁵⁵² Estima-se que mais de 80 mil cabeças de gado foram retiradas do sul de Mato Grosso para sustentar as tropas paraguaias.⁵⁵³ Segundo Benjamim Ferreira Flores, desertor paraguaio interrogados pelas autoridades mato-grossenses, em uma única remessa foram enviadas a Assunção mais de quatorze mil cabeças de gado.⁵⁵⁴

Em 22 de fevereiro de 1865, Joaquim José Gomes da Silva, o barão de Vila Maria, solicitou ressarcimento dos “prejuízos causados pelos desenfreados e selvagens paraguaios por ordem do Ditador López”, o fazendeiro alegou prejuízo em diversos negócios, além da perda de “84 escravos; um vasto estabelecimento de fabrico de açúcar e aguardente, mais de 30 mil cabeças de gado vacuum e de 200 entre mular e cavalos”.⁵⁵⁵ Em documento de outubro de 1865, Augusto Leverger, vice-presidente provincial, relatou sua impressão sobre a finalidade das tropas paraguaias invadirem o Mato Grosso: “É de supor-se que o fim dessas forças, dispersas pelas fazendas de gado, seja o de fazerem grandes salgadas de carne, como que nos tiram os recursos com que poderíamos contar, e abastecem de carne a si e aos da Assunção”.⁵⁵⁶

O avanço das tropas deveria assegurar a manutenção da guerra, princípio defendido por estrategistas como Napoleão Bonaparte. Paulo Esselin observou que o abundante armamento no sul do Mato Grosso permitia “organizar rapidamente uma poderosa segunda frente de combate, aí sim dividindo as forças paraguaias, se a defesa da

⁵⁵¹ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. pp. 225-226.

⁵⁵² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério do Reino, Império, Interior e Justiça. Pacote I JJ 9 509. Relatório apresentado a Albano de Souza Osório, vice-presidente da província de Mato Grosso, por Augusto Leverger, então presidente, ao entregar a Administração mato-grossense. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 8 de maio de 1866.

⁵⁵³ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. pp. 225-226.

⁵⁵⁴ “Auto de perguntas feitas ao Paraguaio Benjamim Flores”, datado de 16 de agosto de 1866. Lata C – 1866. APMT. Disponível em: SILVA, Leonan Nunes da Silva. *Relações na Tríplice Fronteira [...]*. Ob. cit. p. 74.

⁵⁵⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

⁵⁵⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 3 de Outubro de 1865.

provincia não tivesse ruído pela falta de decisão de seus oficiais e defensores”.⁵⁵⁷ Existia, no entanto, uma longa série de alertas à administração central sobre a debilidade das tropas mato-grossenses, tanto em número quanto em preparo, segundo o entendimento das próprias autoridades civis e militares. Faltou atenção básica aos reiterados avisos sobre as limitações defensivas, incluindo o estado dos soldados e de seus oficiais, indispensáveis a qualquer resistência eficiente. Sobretudo, o Mato Grosso não entrou no plano de guerra imperial contra a República do Paraguai.

Conforme orientações de Venâncio López ao capitão Martín Urbieto, os paraguaios preocupavam-se com um possível contra-ataque organizado a partir de Mato Grosso, sobretudo pelas posições militares existentes naquela província. E existiam razões para isso: a grande quantidade de armamentos representava uma ameaça em potencial, reconhecida pelas informações obtidas antes da guerra. Porém acreditamos que a maior motivação à operação era assegurar a posse do território; os paraguaios julgavam-se proprietários daquela área, e ocupá-la efetivaria um direito usurpado. Essa disputa isolada seria incapaz de gerar a guerra, e sem ela talvez a invasão não ocorresse.

Seria arriscado defender ordem hierárquica e estática às razões da incursão paraguaia a Mato Grosso e a zona em litígio. Demonstramos que a região não era estéril ou desprovida de sentido econômico: abrigava produtivos ervais e grandes rebanhos bovinos; bloqueava possíveis contra-ataques imperiais; assegurava o acesso a armamentos e munições; permitiria acesso ao comércio regional com a Bolívia, mantendo o abastecimento das tropas locais e mesmo de outras frentes. O problema da operação em Mato Grosso residiu na extensão da guerra. Mas não se projetava um conflito prolongando-se por cinco anos. Em verdade, os governos paraguaio, imperial e argentino esperavam conflito de seis meses ou pouco mais. Nesse cenário, o controle militar de Mato Grosso era um poderoso argumento de negociação. Tudo leva a crer que os paraguaios esperavam uma paz negociada, após alguns meses de batalhas vitoriosas. Entretanto, o Tratado [secreto] da Tríplice Aliança propunha arrasamento da ordem político-social paraguaia, encerrando as pretensões de autonomia e maior participação regional daquele país. A resistência da população paraguaia a esse projeto, assim como

⁵⁵⁷ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Ob. cit. pp. 224-225.

erros crassos da Tríplice Aliança arrastaram a guerra por longos anos.

Os diversos documentos analisados elucidam questões cruciais sobre a época estudada, permitindo traçar algumas conclusões: 1º) os imperiais esperavam a guerra e até sabiam onde teria origem; 2º) conheciam-se as reivindicações do Paraguai, mas foram tratadas como “bravatas” pelas autoridades do Brasil; 3º) os paraguaios consideravam-se os verdadeiros proprietários das áreas em litígio, e possivelmente projetavam uma paz negociada para efetivar suas reivindicações; 4º) os imperiais, após assegurar seus interesses na Banda Oriental, levariam a guerra até o Paraguai, para impor pela força as fronteiras e aniquilar o Paraguai como potência regional; 5º) as autoridades do Brasil não estavam dispostas a negociar um reequilíbrio de forças no Prata, e para isso chegariam as últimas consequências; 6º) em 1864, tanto os responsáveis pelo sistema defensivo em Mato Grosso, quanto os governantes no Rio de Janeiro sabiam sobre a iminência de guerra; 7º) Os comandantes militares sul-mato-grossenses não estavam preparados, ou, melhor, dispostos, para um conflito de grandes dimensões. Um comando imperial mais firme no Mato Grosso poderia ter mudado o rumo da guerra; 8º) os soldados careciam de estrutura e treinamento adequado, e, embora essa fosse uma realidade do Império, no Mato Grosso estava mais acentuada; 9º) a população não possuía fortes vínculos com a área, optando, diante do despreparo da defesa militar, fugir para assegurar suas vidas; 10º) A população mato-grossense e das províncias limítrofes jamais foi realmente mobilizada para combater os paraguaios.

Em 19 de fevereiro de 1868, após a queda da fortaleza paraguaia de Humaitá, responsável por controlar o acesso fluvial a Assunção, Solano López ordenou a desocupação total da região, pois necessitava reforçar a defesa interna. Em abril de 1868, os últimos soldados paraguaios retiraram-se de Corumbá e do forte de Coimbra, antes destruíram e incendiaram suas antigas posições.⁵⁵⁸ O evento mais marcante da história mato-grossense chegou ao fim pelas circunstâncias internacionais. Em 1870, após implacável perseguição a Francisco Solano López, a Guerra da Tríplice Aliança terminou em Cerro-Corá, com a morte do *Mariscal*. Os vencedores impuseram suas condições, *encerrando*, com a destruição do Paraguai como nação autônoma, as seculares divergências limítrofes e de navegação.

⁵⁵⁸ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. cit. p. 286.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em novembro de 1864, o aprisionamento do vapor Marquês de Olinda, em águas paraguaias, transformou-se no estopim da Guerra da Tríplice Aliança. Pesquisamos por que o primeiro tiro de guerra foi disparado em Mato Grosso.

No plano geral, investigamos as relações internacionais na bacia do Prata antes do conflito; em nível específico, enfatizamos as relações entre a província do Mato Grosso, as disputas fronteiriças e as dificuldades à livre navegação platina. Discutimos os eventos que transformaram o Oeste em palco do primeiro tiro de guerra, relacionando-o com a política externa do Império. Em segundo lugar, aprofundamo-nos na formação da capitania e província do Mato Grosso: colonização, características e confrontos. Por fim, destacamos a ocupação do território sul-mato-grossense pelas tropas paraguaias durante a Guerra da Tríplice Aliança, analisando os impactos sobre a província. Estando a região em um espaço disputado, optamos por confrontar as duas dimensões históricas: das forças internas e das forças externas, ligadas por um longo e complexo conjunto de interesses.

Observamos que na segunda metade do século 19, após contendas, alianças e acordos paliativos sobre territórios, limites e navegação, o sul da América enfrentou sua maior crise. Bartolomé Mitre, presidente argentino eleito em outubro de 1862, representante do capital inglês e do liberalismo comercial, apoiou na Banda Oriental a revolta de Venâncio Flores contra os blancos federalistas. A política unitarista de Mitre lutava pela unificação da Argentina, sob a hegemonia comercial e política da oligarquia portenha, combatendo o federalismo provincial dentro e fora de seu país. Em 4 de setembro de 1863, Francisco Solano López escreveu diretamente a Bartolomé Mitre solicitando “amistosas explicações” sobre o apoio dado à rebelião florista: para o *Mariscal*, a ingerência desequilibraria as forças políticas no Prata.⁵⁵⁹ As respostas lacônicas emitidas a partir de Buenos Aires amplificaram a tensão bilateral. Como agravante, havia a disputa pela região de Misiones, herança colonial que dificultava o entendimento entre os dois países. Para Bartolomé Mitre, uma guerra contra o Paraguai poderia garantir, no melhor dos casos, a anexação da *província rebelde* e o domínio das Misiones e de novas fronteiras. No pior, novas fronteiras a hegemonia portenha no

⁵⁵⁹ MAESTRI, Mário. *A república camponesa [...]*. Ob. cit. p. 109.

comércio do porto de Assunção, revertendo uma condição desfavorável arrastada desde o desmantelamento do vice-reino do Prata. A destruição da autonomia paraguaia era fundamental para a imposição do centralismo portenho sobre o federalismo provincial argentino.

Por sua vez, os imperiais apoiavam abertamente o colorado Venâncio Flores, tendo nele um aliado contra o então presidente uruguaio Bernardo Berro, responsável por medidas regularizadoras da exportação do gado e de combate à escravidão que afetaram diretamente os estancieiros escravistas rio-grandenses estabelecidos no norte do país. A diplomacia de canhoneira foi acionada, e José Antônio Saraiva, ministro plenipotenciário, chefiou a missão para impor o *ultimatum* ao governo oriental, tendo como escusas algumas violências pretensamente cometidas contra os rio-grandenses no norte do Uruguai, nos então últimos dez anos.

Primeiro o Conselheiro Saraiva acertou-se com Rufino de Elizalde, ministro das relações exteriores da Argentina, e definiu os termos para intervenção militar na Banda Oriental. Em 12 outubro de 1864, Felipe José Pereira Leal, durante missão diplomática em Buenos Aires, aconselhou o “doutor de Elizalde” sobre “a conveniência de tomar medidas para prevenir em Corrientes e Entre Rios” rebeliões federalistas que poderiam “conflagrar a República” e, segundo o diplomata imperial pivô da crise de 1855, seriam “os governos de Montevideú e Assunção” os responsáveis pela instabilidade argentina.⁵⁶⁰

Solano López, preocupado com a própria estabilidade e a conseqüente dificuldade de acesso ao mar que o país passaria a ter, alertou Pedro II que interviria caso fosse colocado em curso a expedição contra a administração de Aguirre. Mas o monarca manteve-se em silêncio. Em setembro de 1864, após ser apresentado o ultimato imperial, o almirante imperial Joaquim Marques Lisboa, o barão de Tamandaré, assumiu o comando das operações na Banda Oriental, e em 12 de outubro de 1864, tropas comandadas pelo brigadeiro José Luís Mena Barreto marcharam sobre o país vizinho, sem qualquer declaração de guerra. A resposta paraguaia foi a captura do vapor imperial e, posteriormente, a invasão do sul-mato-grossense.

⁵⁶⁰ AHI – Missões diplomáticas brasileiras. Buenos Aires – Estante 205. Prateleira 3. Volume 8. Data: 1860-1864. Correspondência entre o diplomata Felipe José Pereira Leal, e o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. Legação Imperial do Brasil, Buenos Aires, 12 de Outubro de 1864.

A Guerra da Tríplice Aliança foi o auge de contendas preexistentes. As disputas pelo controle fluvial e territorial acirraram-se depois da descoberta de ouro nas minas cuiabanas, no primeiro quartel do século 18, exploradas com o braço escravizado. A região cresceu pelo fluxo das monções, responsáveis pelo transporte de homens e de cargas que fundaram as primeiras vilas locais. A criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi sucedida pela construção de fortalezas, fundamentais para assegurar as possessões que, oficialmente, pertenciam à Espanha segundo o Tratado de Madri. Com o advento das independências, novas relações foram estabelecidas, mas o processo continuou conflituoso. Apesar do declínio do ouro, rios e terras alimentaram a manutenção das rivalidades.

Na década de 1830, o final da Rusga marcou o início de uma leva de migração para o sul da província, estabelecendo núcleos populacionais e fazendas pecuaristas em áreas litigiosas. A província, no entanto, manteve-se pouco representativa no cenário imperial, sendo sua defesa subsidiada pelo governo central. O acesso por terra poderia levar meses, enquanto o rota fluvial passava por países que possuíam questões de limites em aberto com o Império.

A queda de Juan Manuel de Rosas e Manoel Oribe reinseriram o Império como protagonista no Prata, mas não eliminaram todas as dificuldades para o livre trânsito regional. O governo paraguaio exigia liquidação da disputa das fronteiras, para a plena e livre navegação sobre o rio Paraguai, já que temia o fortalecimento militar do Mato Grosso pelo Império. Em 1856, ainda sob a tensão da fracassada expedição naval de Pedro Ferreira de Oliveira, Brasil e Paraguai firmaram um Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, mas protelaram para 1864 a resolução das questões fronteiriças. Ratificado em 1858, o tratado reduziu o isolamento local, e criou novas condições à integração da província, melhorando a ligação regional com o Rio de Janeiro e ampliando as transações econômicas. A medida aproximou os comerciantes mato-grossenses à bacia platina, sobretudo através da exportação de couros aos mercados de Assunção e Buenos Aires, acessíveis pelos abundantes rios sul americanos.

Entretanto, o aumento da arrecadação tributária e a ampliação do aparelho fiscal não superou a frágil base econômica provincial. A pecuária era incapaz de criar condições de desenvolvimento, mantendo relações escravas e semiescravas de trabalho e exportando

matérias-primas para ser beneficiada distante dali. Dependia-se dos repasses do governo central, que priorizava outras regiões mais relevantes política e economicamente. Nesse intrincado jogo de interesses, a região permanecia no centro das discussões entre imperiais e paraguaios.

Diante do *ultimatum* do Conselheiro Saraiva, as tensões atingiram o ápice. O Mariscal López declarou guerra ao Império do Brasil e ordenou a ocupação do sul da província do Mato Grosso. Sem plano de guerra conhecido, depreendemos que o presidente do Paraguai projetou posições vantajosas para futuras negociações de paz. Garantiu que não seria surpreendido por operações no norte e ainda teria acesso a vastos rebanhos bovinos, abundantes ervais e ao comércio com a Bolívia, abrindo desde Corumbá comunicação com a província de Chiquitos, superando parcialmente o encerramento do país. Depois de ocupado e dominado, atribui-se ao sul-mato-grossense o nome de província de Mbotetei, tornando a vila de Corumbá sede administrativa.

Mas por que a vitória foi tão acachapante?

Fortalezas e soldados protegiam o sul da província do Mato Grosso, mas o balanço não era bom. “Para a defesa deste vastíssimo território [aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados], limítrofe com duas nações pretenciosas [Paraguai e Bolívia]” havia “apenas uma guarnição de quatro corpos de linha, com pouco mais de mil homens disseminados por muitos e importantes pontos”, apenas cinco vapores em funcionamento: Anhambaí, Jauru, Corumbá, Alfa, Cuiabá e um em concerto, o Paraná.⁵⁶¹ Mas “esse estado e suas consequências não podem atribuir-se a falta de previsão e energia do Governo local, porque muitos atos oficiais arquivados na Secretaria da Presidência, de mais de uma administração, provam o contrário”.⁵⁶²

Entretanto, essa era uma apresentação *pessimista*. A navegação pelo rio, fundamental para a invasão da província, era impedida pelo forte de Coimbra, uma forte posição. Se o exército de primeira linha era escasso, havia a possibilidade de arregimentar a guarda nacional, os homens livres, os nativos aliados, os trabalhadores escravizados. Na época, nas Américas, não haviam condições para a manutenção de exército permanente. A

⁵⁶¹ Relatório do presidente da província do Mato Grosso Alexandre Manuel Albino de Carvalho ao entregar a administração ao vice-presidente, Augusto Leverger. Cuiabá, agosto de 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u434/>. Acesso em 23 de junho de 2015.

⁵⁶² Loc.cit.

filosofia militar era a arregimentação das tropas auxiliares para guerras de maior vulto.

Impossível sustentar a tese de que a guerra não era esperada pelo Estado Imperial, e que o ataque a Mato Grosso pegou a defesa “às cegas”. As incursões oficiais e de espionagem eram conhecidas antes da guerra, e indicavam o reconhecimento do terreno e das condições de defesa brasileira. O almirante Tamandaré avisou, expressamente, o presidente da província, sobre o mais do que provável ataque. Por isso as ‘medidas’ que foram tomadas, em relação ao sul do Mato Grosso.

Em agosto de 1865, o relatório do brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho foi entregue a Augusto Leverger, na transferência administrativa da província. Se o poder central projetava contra-atacar os paraguaios a partir de Mato Grosso, dedução possível pela grande quantidade de armamentos confiscada pelos invasores, às ações de Pedro II, como última instância de poder, apenas atestaram a negligência diante de frequentes alertas. Os soldos estavam quase sempre atrasados – e o marquês de Olinda, que portava importante soma de numerário para pô-los em dia, jamais chegou ao seu destino. O número de soldados era insuficiente e não se realizou convocação geral da população. Existiam poucos vínculos dos militares com o território defendido. A grande quantidade de armamentos não representava segurança, pois as tropas não demonstraram comprometimento com a defesa provincial. A “Guarda Nacional da freguesia de Albuquerque, que ultimamente preferia antes fugir para os montes do que reunir-se a força do abaixo assinado.”⁵⁶³ Entre a população, pulverizada em um vasto território, inexistiam fortes motivos para lutar. Os nativos, resistentes aos invasores, o fizeram para não abandonar suas terras, habitadas há séculos, e não por qualquer sentimento de patriotismo. Sobretudo, não houve decisão de mando, por parte de qualquer oficial superior.

Documentos registram o comportamento covarde do tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, e de seus oficiais superiores. Antes do conflito, o oficial pouco aparecia nos locais sob sua responsabilidade. Os cartuchos de Coimbra, segundo registros oficiais, duraram dois dias de combate, embora essa informação possa ter sido manipulada para justificar a fuga. E, em verdade, no barco enviado desde Corumbá trazia mais munição. Quando do ataque, o

⁵⁶³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

comandante Portocarrero abandonou o forte, abrindo a “cancela defensiva” da província. E, após fugir para Corumbá, de lá fugiu, com o comandante geral e os oficiais maiores, para Cuiabá! As forças militares aparentavam estágio semiprofissional: mal instruídas e mal preparadas, retratando os oficiais que deveriam instruí-las. Mas isso era geral em todo o exército de primeira linha do Império.

A notícia da invasão estrangeira foi levada ao Rio de Janeiro pelo político e fazendeiro Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria - “apesar de ter feito uma viagem excepcional, o Barão só se apresentou no Rio a 22 de fevereiro de 1865, depois de 47 dias de viagem”.⁵⁶⁴ Entretanto, tropas mobilizadas nas províncias limítrofes poderiam ser enviadas em um espaço de tempo bem menor. Por seu turno, a expedição despachada para retomar o sul do Mato Grosso, desde o *litoral*, sem se apoiar nas tropas da província, *ensaiou* um ataque simbólico ao norte do Paraguai que resultou em um rotundo fracasso.

As falhas operacionais não cessaram: a tentativa de retomar Corumbá, em junho de 1867, exemplificou o despreparo administrativo. José Vieira Couto de Magalhães, presidente mato-grossense: era advogado, político e escritor, mas pouco experiente. Possivelmente foi nomeado pela juventude e disposição de fazer a viagem através dos sertões! Foi escolhido para ocupar o principal cargo de uma região conflagrada, e suas ações provocaram mais baixas do que todo o exército adversário. A ordem de retirada dos soldados em Corumbá, devido a falsa ameaça da proximidade de tropas paraguaias, quando a vila estava atingida por uma epidemia de varíola, expôs o vírus da doença aos demais moradores de Cuiabá, impingindo a maior crise vivida pela capital durante toda a ocupação. Após a retirada, os paraguaios retornaram a Corumbá.

As forças estrangeiras venceram todas as batalhas no Mato Grosso meridional, e não atingiram Cuiabá por opção, em contrário, utilizariam a superioridade militar e as condições logísticas para efetivar a invasão do norte. Apenas em 1868, quando os paraguaios retiraram todas as tropas de ocupação, enviadas ao Paraguai, o sul foi totalmente retomado pelos imperiais, sem luta.

Quanto às operações em Mato Grosso, a estratégia lopista foi contraditória: por um lado emplacou uma série de vitórias, atingiu seus objetivos e elevou a confiança do exército paraguaio; por outro, foi muito questionada por militares e historiadores. As

⁵⁶⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. cit. p. 255.

baixas sofridas pelos blancos uruguaios tornaram-se irreversíveis, em parte atribuída pela demora paraguaia em prestar auxílio das tropas. Sabemos que não existia nenhum pacto oficial de proteção mútua, mas a administração lopista justificava a invasão da Banda Oriental como *casus belli*, daí a crítica na prioridade dada à operação no sul da província do Mato Grosso. Quando as forças paraguaias propuseram-se a chegar ao Rio Grande do Sul, não obtiveram autorização para atravessar o território de Corrientes e das Misiones, em poder paraguaio, iniciando a esperada guerra com a Argentina, em março de 1865. A aliança com Justo José Urquiza, governador da província de Entre Ríos e que poderia convulsionar o federalismo provincial não prosperou. O panorama sofreu profunda alteração e tornou-se impossível ao Paraguai enfrentar uma tríplice aliança, de imensa superioridade populacional e territorial.

Segundo o diplomata imperial José Maria da Silva Paranhos, Bartolomé Mitre não acreditava que os paraguaios socorressem o Uruguai, porque precisariam descer “por Corrientes, violando o território Argentino”.⁵⁶⁵

Francisco Solano López, e antes Carlos Antônio López, sabiam que a província de Mato Grosso ficava confinada sem o livre trânsito fluvial, e usaram essa tática para negociar as áreas em disputa no sul da província. Temiam que o aparelhamento militar da província pudesse facilitar um ataque pelo norte. *A posteriori*, percebemos o equívoco de Solano López em comandar ações ofensivas contra Argentina, Brasil e, com a derrota dos *blancos*, também o Uruguai. Mas não era esse o planejamento em 1864.

É verdadeiro que o primeiro ato oficial da guerra foi ordenado pelo presidente do Paraguai - mas em 1855, o diplomata imperial Duarte da Ponte Ribeiro, *sentenciou* que o conflito era inevitável, conclusão extraída do fracasso da expedição naval de Pedro Ferreira. Foram, então, compradas no exterior as torpedeiras próprias à guerra nos rios Paraguai e Paraná. O ataque, no entanto, deveria ser precipitado pelos paraguaios, convencendo à opinião internacional de que a reação do governo do Império do Brasil visava apenas defender-se de agressões estrangeiras, assim poderia “hostilizar aquela República pela fronteira e pelo Rio Paraguai, hostilidades que hão de trazer

⁵⁶⁵ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Relatório oficial do ministro plenipotenciário José Maria da Silva Paranhos. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865.

necessariamente a navegação da Bandeira Brasileira até Mato Grosso por aquele rio”.⁵⁶⁶ Intui-se, a partir do relatório de uma alta autoridade imperial, que o melhor não era evitar a guerra, mas sim tirar o melhor proveito dela. Dez anos depois a tática deu certo, e o Brasil foi considerado vítima, enquanto Solano López, o agressor.

Antes dos combates, acreditava-se em uma guerra rápida. O presidente e general argentino Bartolomé Mitre declarou, do balcão de sua casa, para a população que o aclamava, quando da declaração da guerra ao Paraguai: “En 24 horas en los cuarteles, en 15 días en campaña, en 3 meses en Asunción”.⁵⁶⁷ O dezesseis de setembro de 1865, data da rendição paraguaia em Uruguaiana, alimentou o otimismo pelo desfecho do conflito. Até mesmo Augusto Leverger, político e militar experiente, *contagiu-se* pela visão do fim iminente. Ele transferiu a Assembleia provincial de maio para julho de 1866, “esperando que até aquela dita época terá cessado o estado de guerra e estará o nosso território livre da presença do inimigo, circunstâncias estas de máxima importância para as deliberações da mesma Assembleia”.⁵⁶⁸

Segundo Mário Maestri, a guerra era inicialmente prevista contra a Argentina mitrista, intransigente a liberdade comercial e política defendida pelo lopismo (1840-1870). Mas a intervenção do Império do Brasil no Uruguai mudou os planos, e o presidente paraguaio não mediu corretamente a envergadura de um conflito contra um país continental. A guerra prolongou-se além de qualquer estimativa, desdobramento da grande quantidade de tropas envolvidas, às dificuldades de deslocamento, às longas distâncias e privações das tropas, e, na última fase da guerra, à população do Paraguai que compreendeu o conflito como um ataque à sua sobrevivência – mais do que a pátria, estava em questão à defesa da própria vida e das comunidades a que pertenciam. O povo lutou, de certo modo, por suas razões, a guerra do Estado.

As disputas por territórios pantaneiros antecedem a criação de Mato Grosso, mas mantiveram-se após sua fundação. A ausência de soluções definitivas sobre rios e territórios, somados a aspectos econômicos e da consolidação dos Estados nacionais

⁵⁶⁶ AHI – III – Coleções Especiais. 34 – Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. – II – Países e regiões. 14 – Paraguai. C) Política Externa - Memórias. – Lata 280. Maço 3. Pasta 5. Doc. no. 5. – Memória no. 63.

⁵⁶⁷ ROSA, José María. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones, 1985. pp. 211-212.

⁵⁶⁸ Relatório do presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de julho de 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u435/000006.html>. Acesso em 23 de junho de 2015.

platinos confrontaram-se em contradições históricas. A guerra era esperada, e tornou-se inevitável.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). São Paulo: Publifolha, 2000.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2003.
- AMORIM, Marcos Lourenço de. O “Segundo Eldorado” Brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838). Dourados, MS: PPG/UFMS, 2004.
- ANDRIOLO, Arley. Viver e morar no século XVII: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. São Paulo: Saraiva: 1999.
- ARNAUD, Expedito. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.
- ASSIS, Edvaldo de. Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988.
- BÁEZ, Cecilio. *Resumen de la historia del Paraguay: desde la época de la conquista hasta el año 1880*. Asunción: Kraus, 1980.
- BARRETO, Annibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra: dois séculos de História, de fé e de Glórias. Revista Militar Brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975.
- BOXER, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BRAZIL, Maria do Carmo. Brasil e Portugal no período pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/genericos/Per_Pombalino.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2013.
- BUARQUE, Sérgio de Holanda (Org.). O Brasil monárquico: o processo de emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985; VIANA, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

- Idem. Monções. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- Idem. O extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALDEIRA, Jorge. Diogo Antônio Feijó. São Paulo: Ed. 34. 1999.
- CALOGERAS, Pandiá. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1945.
- CAMARGO, Isabel Camilo de. As relações escravistas na Província de Mato Grosso e na região de Sant'Ana de Paranaíba no século XIX. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 119-137. 2012.
- CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Assunción: Servi libro, 2009.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). Tese de doutoramento, PPGH, USP, São Paulo, 2012.
- CAVALCANTE, Else Dias; COSTA, Maurim Rodrigues. Mato Grosso e sua história. Cuiabá: Edição dos Autores, 1999.
- CAVASSA, Manoel. Memorandum. Campo Grande: UFMS, 1997.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El lector, 1987.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: conquista e povoamento no extremo oeste. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.
- Idem. Notas à margem. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1924.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. História e fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: UCDB, 1999.
- COSTA, Wilma Peres. A Espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP. 1996.
- DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001.
- Idem. Território e negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Tese de doutoramento, PPGH, Unicamp, Campinas, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ESSELIN, Paulo. A Pecuária Bovina No Processo de Ocupação e Desenvolvimento

- Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910). Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- Idem; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da Capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. *Revista História: Temas & Debates*, PPGH UPF, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. [no prelo].
- FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FARIAS, Aluísio Gonçalves. A infantaria em Mato Grosso durante e posterior ao conflito com o Paraguai. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012.
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERREIRA, Gabriela. O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese de doutoramento. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2012.
- FRAGOSO, Tasso. História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1954.
- GARCIA, Domingos Savio da Cunha. De território indígena a campo de criação: condicionantes da fronteira na ocupação do Pantanal entre os séculos XVIII e XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- Idem. Território e Negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- GOLIN, Tau. A Fronteira: Governos e Movimentos Espontâneos na Fixação dos Limites do Brasil com Uruguai e Argentina. São Paulo: LP&M, 2002.
- GOLIN, Tau. Cartografia da Geopolítica e das Guerras: Brasil Meridional. FURG: Rio Grande, XI Encontro Estadual de História.
- GONÇALVES, Genivaldo; PADOIN, Maria Medianeira. O Processo de Construção da Guerra do Paraguai. *Revista del CESLA*, núm. 8, 2006.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica. Campo Grande: UCDB, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- IAREB, Ney Reynaldo. Guerra do Paraguai: um confronto anunciado (1852-1864). Tese de doutoramento, PPGH, Unisinos, São Leopoldo, 2006.
- JARDIM, Wagner. Campo em Marcha: os primeiros movimentos do exército paraguaio (1865). Revista Semina. Volume 12 nº 1, 2013.
- JARDIM, Wagner. A Invasão Paraguaia do Rio Grande do Sul e a Rendição em Uruguaiana (1865). Dissertação de mestrado. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2014.
- KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KOK, Glória. Relações interétnicas nas fronteiras da América meridional no século XVIII. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.
- KROEBER, Clifton. La Navegación de los Ríos en la Historia Argentina. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- LADEIRA, Saionara Gomes. A Política Externa Brasileira e a Assinatura dos Tratados de 1851. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- LEITMAN, Spencer. Raízes socioeconômicas da guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na frente oeste de colonização. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LENINE, Póvoas. História Geral do Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império. Cuiabá: L.C. Póvoas, 1995.
- LYNCH, John. As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie. (Org.) História da América Latina: da Independência a 1870. Vol. III. São Paulo: Editora da USP, 2009.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- MAESTRI, Mario. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro. ANDRADE, Manuel Correia de et al. Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX. Brasília: CNPq; Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangano, 2001.
- Idem. Argentina: unitarismo contra federalismo.
- Idem. A guerra no papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

Idem. O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865. IV Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Corrientes, Argentina, novembro de 2012.

Idem. Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasílico. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

Idem. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. O Olho da História, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012.

Idem. Uma história do Brasil: a Colônia. São Paulo: Contexto, 2001.

MAIA, Jorge. A invasão de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Raul Silveira de. A epopeia de Antônio João. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1969.

Idem. O bicentenário do forte de Coimbra: 13 de setembro de 1775 – 13 de setembro de 1975. Revista Militar Brasileira. Volume 107. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Idem. Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo: H. Schroeder, 1869.

MOURA, Carlos Francisco. O forte de Coimbra. Cuiabá: UFMT, 1975.

NUMERIANO, Roberto. O que é guerra? São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEÑA, Milcíades. *Antes de Mayo: formas sociales del transplante español al Nuevo Mundo*. Buenos Aires, Ediciones Fichas. 1982

PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1969.

PEREIRA, Aline Pinto. Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil. Tese de doutoramento. Niterói: PPGH-UFF, 2007.

PIMENTA, João P. G. Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828).

- SP: Fapesp/Editora Hucitec, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PILETTI, Nelson. História do Brasil. São Paulo: Ática, 1998.
- Idem; COSTA, Lourenço Alves de; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá: Guaicurus, 1990.
- PIMENTA, João Paulo. Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.
- PORTOCARRERO, José Afonso Botura. Báí, a casa Bóe: Báí, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo. Dissertação de mestrado PPGH UFMT, Cuiabá, 2001.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. Corumbá: sua retomada do poder do inimigo. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Tomo XXXV a XXXVIII. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1936-1937,
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil. Brasília: Theasaurus, 1998.
- SENAL, Ernesto Cerveira de. Rusga: sobre um evento político e seu nome. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. nº. 71. Cuiabá, 2012.
- SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865-1868). Dissertação de mestrado: UFMT, 2009.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.
- Idem; COSTA, Lourenço Alves de; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá: Guaicurus, 1990.
- SOARES, Álvaro Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste: Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- SOUZA, Lécio Gomes de. A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial. Revista Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército/Secretaria do Ministério da

Guerra, out./dez.,1965.

SOUZA, Lécio Gomes de. História de Corumbá. São Paulo: Resenha Tributária, 1973.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. História das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855). Passo Fundo: Méritos.

THOMPSON, George. Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro. Conquista, 1969.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819). São Paulo: INL. 1987.

6. CRONOLOGIA

- 1492 – Descobrimto da América, por Cristóvão Colombo;
- 1494 – Assinatura do Tratado de Tordesilhas;
- 1500 – Descobrimto do Brasil, por Pedro Álvares Cabral;
- 1531 – Francisco Pizarro desembarca no Peru e inicia a conquista do Império Inca;
- 1531 – Expedição Martim Afonso de Souza marca o início da colonização brasileira;
- 1532 – Fundação de São Vicente, primeira vila brasileira;
- 1534 – Implantação do sistema colonial de capitanias hereditárias;
- 1536 – Fundação de Buenos Aires;
- 1537 – Fundação de Assunção;
- 1542 – Fundação do vice-reino do Peru;
- 1545 – Descoberta de jazidas de ouro no Alto Peru;
- 1548 – Início do Governo Geral no Brasil;
- 1578 – Desaparece o rei português Dom Sebastião I na batalha de Alcácer-Quibir, iniciando crise de sucessão dinástica;
- 1580 – União Ibérica entre Portugal e Espanha;
- 1594 – William Shakespeare publicou Romeu e Julieta;
- 1607 – Virgínia, na América do Norte, é colonizada pelos ingleses;
- 1615 – Miguel de Cervantes publica Dom Quixote;
- 1630-1654 – período da invasão holandesa ao Nordeste; início do Quilombo dos Palmares;
- 1637 – René Descartes publicou Discurso sobre o Método, marco da ciência moderna;
- 1640 – Fim da União Ibérica;
- 1642 – Fundação do Conselho Ultramarino português;
- 1680 – Fundação da Colônia de Sacramento;
- 1701-1713 – Guerra de sucessão espanhola;
- 1719 – A bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontra ouro as margens do rio Coxipó-Mirim;
- 1723 – Portugueses fundaram na Banda Oriental o povoado de Montevidéu;

- 1727 – Fundação do arraial da Forquilha, em Mato Grosso;
- 1748 – Fundação da Capitania Geral de Cuiabá e de Mato Grosso;
- 1750 – Assinatura do Tratado de Madri;
- 1751 – Denis Diderot publica o primeiro volume de sua “Enciclopédia”;
- 1752 – Fundação da Vila Bela da Santíssima, primeira capital do Mato Grosso;
- 1755 – Terremoto destrói Lisboa, cogita-se pela primeira vez a transferência da família real à Colônia;
- 1761 – Assinatura do Tratado de El Pardo;
- 1762 – Jean Jacques Rousseau publicou “Contrato Social”, clássico do iluminismo;
- 1775 – Construção do forte de Coimbra, em Mato Grosso;
- 1776 – Adam Smith publicou Riqueza das Nações;
- 1776 – Fundação do povoamento de Iguatemi e da guarnição de Miranda, em Mato Grosso;
- 1776 – Fundação do forte Príncipe da Beira, em Mato Grosso;
- 1776 – Fundação do Vice-reino do rio da Prata;
- 1777 – Assinatura do Tratado de Santo Ildelfonso entre Portugal e Espanha;
- 1778 – Fundação da vila de Miranda e de Albuquerque, em Mato Grosso;
- 1789 – Queda da Bastilha desencadeia a Revolução Francesa;
- 1791 – Revolta escrava no Haiti, sob o comando de Toussaint L'Ouverture;
- 1791 – Thomas Paine publica “Os Direitos do Homem”;
- 1797 – Construção do forte de Miranda, em Mato Grosso;
- 1799 – Golpe do 18 Brumário eleva Napoleão Bonaparte ao poder na França;
- 1801 – Assinatura do Tratado de Badajós;
- 1801 – Expedição espanhola fracassa ao tentar tomar o forte de Coimbra;
- 1804 – Haiti torna-se o segundo país independente da América;
- 1806 – França declara o Bloqueio Continental contra a Inglaterra, Portugal não adere resultando na fuga da família real;
- 1808 – Janeiro. Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil;
- 1808 – Fevereiro. Abertura dos portos às nações amigas;
- 1808 – Governo Geral no Brasil;
- 1808 – Fernando VII, rei da Espanha, foi destronado por Napoleão Bonaparte;

- 1810 – Revolução de Maio define a independência do vice-reino do rio da Prata;
- 1810 – Os portugueses invadiram o Uruguai como retaliação a ocupação francesa na Península Ibérica;
- 1811 – Independência do Paraguai comandada por José Gaspar Rodriguez de Francia;
- 1811 – Carlota Joaquina, irmã mais velha de Fernando 7º, reivindicou o controle das antigas colônias hispânicas;
- 1811 – O inglês Percy Clinton Sydney Smythe, o lorde Strangford, mediou um armistício que definiu a pacificação de Montevidéu;
- 1811 – A expedição *argentina* comandada por Manuel Belgrano é derrotada pelos paraguaios;
- 1813 – O Congresso Geral paraguaio elegeu José Gaspar de Francia e Fulgêncio Yegros para o cargo de cônsules da República;
- 1814 – José Gaspar de Francia foi eleito Ditador temporário;
- 1815 – Elevação do Brasil à condição de Reino Unido: Portugal, Brasil e Algarves;
- 1815 – O uruguaio José Artigas comandou a criação da Liga Federal, país que surgiu do antigo vice-reino do Prata;
- 1815 – As tropas artiguistas derrotaram o exército argentino-unitarista na batalha de Guayabos.
- 1816 – Congresso de Tucumán proclamou a independência da Argentina;
- 1816 – Anexação pelo Brasil da Banda Oriental;
- 1816 – José Gaspar de Francia é eleito Ditador Perpétuo;
- 1820 – Revolução Liberal do Porto tentou recolonizar o Brasil;
- 1821 – Anexação do Uruguai como província da Cisplatina;
- 1822 – Emancipação política do Brasil;
- 1823 – Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte;
- 1824 – Primeira Constituição do Brasil;
- 1825-28 – Guerra da Cisplatina, entre Brasil e Uruguai;
- 1828 – Formação da República Oriental do Uruguai;
- 1829 – Juan Manuel de Rosas assumiu o governo da Argentina;
- 1830 – Junho. Aprovada a primeira Constituição do Uruguai;

- 1830 – Outubro. Fructuoso Rivera elegeu-se presidente do Uruguai;
- 1831 – Abdicação do Dom Pedro originou o Período Regencial;
- 1831 – Caravana oriunda de Minas Gerais estabeleceu núcleo de colonização no sul de Mato Grosso;
- 1832 – Criação da Guarda Nacional;
- 1833 – Juan Manuel de Rosas, presidente da província de Buenos Aires, comandou a Campanha do Deserto, ocupando áreas do Pampa e da Patagônia até então habitadas por nativos;
- 1834 – Morte de D. Pedro I;
- 1834 – Promulgação do Ato Adicional, responsável por alterar a Constituição de 1824;
- 1834 – Início da Rusga, revolta regencial ocorrida no Mato Grosso;
- 1834 – Manuel Oribe sucedeu Fructuoso Rivera na presidência do Uruguai;
- 1835-1845 – Tem início a Guerra Farroupilha, no Rio Grande do Sul;
- 1837 – Pedro de Araújo Lima assumiu a regência e iniciou o *Regresso Conservador*;
- 1838 – Manuel Oribe renunciou após revolta de Fructuoso Rivera.
- 1839-1851 – Guerra Grande entre Argentina e Uruguai;
- 1840 – Golpe da Maioridade, antecipando a posse de Dom Pedro II e pondo fim ao Período Regencial;
- 1840 – Morte de José Gaspar Francia;
- 1842 – Abolição da escravatura no Uruguai;
- 1844 – Março. Carlos Antônio Lopez assumiu a presidência do Paraguai;
- 1844 – Setembro. Império reconheceu a independência do Paraguai;
- 1845-1850 – França e Inglaterra intervieram pela abertura comercial do rio da Prata. 1848 – Marx e Engels publicaram o Manifesto Comunista;
- 1848 – Manuel Oribe, presidente uruguaio, proibiu a exportação de gado em pé ao Rio Grande do Sul;
- 1850 – Dezembro. Tratado de Defesa mútua entre Império e Paraguai contra Rosas da Argentina;
- 1850 – Setembro. José Artigas faleceu em Assunção, aos 86 anos;

- 1851 – Outubro. Deposição do governo blanco uruguaio de Manuel Uribe com apoio imperial;
- 1851 – Outubro. Assinatura de tratados comerciais entre Império e o Uruguai;
- 1852 – Junho. O presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ordenou ocupação do Fecho dos Morros no lado oriental do rio Paraguai;
- 1852 – Fevereiro. Batalha de Monte Caseros deposição do argentino Juan Manuel Rosas, ascensão do caudilho de Entre Rios, Justo José de Urquiza, e a fragmentação do Estado argentino até a reunificação em 1862;
- 1852-1862 – Secessão Argentina: Confederação [treze províncias do interior] e Buenos Aires formaram Estados autônomos;
- 1853 – Agosto. O diplomata imperial Felipe José Pereira Leal é expulso de Assunção, após apresentar ultimato exigindo a área litigiosa do Mato Grosso e a livre navegação pelo rio Paraguai;
- 1854 – Abolição da escravatura na Argentina;
- 1854 – Dezembro. Esquadra imperial chega a Assunção para tentar impor tratados comerciais, territoriais e de navegação;
- 1855 – Francisco Solano López retornou da Europa e reúne-se com Pedro II, no Rio de Janeiro;
- 1855 – O ministro plenipotenciário Pedro Ferreira de Oliveira celebrou em Assunção um acordo de amizade, comércio e navegação, não ratificado por Dom Pedro II;
- 1856 - Fundação pelo Império da Colônia Militar de Dourados na área litigiosa com o Paraguai;
- 1856 – Firmado o Tratado de Amizade, Navegação, e Comércio entre Império do Brasil e Paraguai;
- 1857 – Charles Darwin publica a “Origem das espécies”;
- 1858 – Ratificado Tratado de Amizade, Navegação, e Comércio entre Império do Brasil e Paraguai;
- 1859 – Fundação pelo Império da Colônia Militar de Miranda na área litigiosa com o Paraguai;
- 1859 – Desmantelada conspiração contra Carlos Antônio López;

- 1860 – Bernardo Berro, do partido Blanco, assumiu o governo uruguaio;
- 1861 – Batalha de Pavón e ascensão de Bertolomé Mitre na Argentina;
- 1862 – A Questão Christie define a rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e a Inglaterra;
- 1862 – Francisco Solano López assumiu o governo paraguaio;
- 1862 – Pedro Pereyra, tenente paraguaio, incursionou pelas áreas em litígio com a província do Mato Grosso;
- 1863 – Venâncio Flores atacou o Uruguai a partir da Argentina, desestabilizando o governo *blanco* de Bernardo Berro;
- 1863 – Andrés Herreros, oficial da Marinha paraguaia, levantou informações sobre o sul-mato-grossense;
- 1864 – Março. Invasão do Uruguai pelas tropas coloradas de Venâncio Flores. Início da guerra civil uruguaia;
- 1864 – Março. Termina o mandato no Uruguai do presidente Bernardo Berro e assume o governo o presidente do senado Anastácio Aguirre;
- 1864 – 4 de Agosto. José Antônio Saraiva entregou um *ultimatum* ao governo uruguaio, exigindo a aceitação dos termos imperiais;
- 1864 – 22 de agosto, Rufino de Elizalde, ministro argentino de relações exteriores, e José Antônio Saraiva, ministro plenipotenciário imperial, firmaram em Buenos Aires acordo contra os blancos uruguaio;
- 1864 – Outubro. Chegada das tropas imperiais ao Uruguai para auxiliar Venâncio Flores, contra o governo Blanco, liderado por Atanásio Aguirre;
- 1864 – Novembro. O presidente do Paraguai Francisco Solano López reagiu a ocupação do Uruguai e mandou aprisionar o navio imperial Marquês de Olinda, que transportava o recém-nomeado presidente da província do Mato Grosso, Carlos Carneiro de Campos;
- 1864 – 7 de dezembro, Francisco Solano López regressou a Assunção após um mês no acampamento militar de Cerro León;
- 1864 – 14 de dezembro, a coluna paraguaia liderada por Francisco Isidoro Resquín deixa Assunção em direção ao sul-mato-grossense;
- 1864 – 24 de dezembro, a expedição fluvial liderada por Vicente Barríos deixa

Assunção com destino ao forte de Coimbra;

1864 – 26 de dezembro, forças paraguaias atingem o forte de Coimbra;

1864 – 28 de dezembro, defecção das tropas imperiais no forte de Coimbra;

1864 – 29 de dezembro, as tropas de Martín Urbieta chegaram à Colônia Militar dos Dourados;

1864 – 31 dezembro, as tropas de Isidoro Resquín chegaram à Colônia Militar de Miranda;

1865 – 02 de janeiro, o coronel paraguaio Vicente Barríos ocupou a vila de Albuquerque, abandona pelos imperiais;

1865 – 03 de janeiro, o exército paraguaio ocupou Corumbá sem encontrar resistência;

1865 – Fevereiro. Venâncio Flores assumiu a presidência do Uruguai;

1865 – março, Francisco Solano López autorizou a abertura de uma estrada entre Corumbá, no Mato Grosso, e a província de Chiquitos, na Bolívia;

1865 – 24 de abril de 1865, as forças dos comandantes Isidoro Resquín e Martín Urbieta atingiram Coxim, ponto mais alto atingido pelos paraguaios no Mato Grosso;

1865 – Abril. Solano López declarou guerra à Argentina e invade a província de Corrientes;

1865 – Abril. Tropas comandadas por Manuel Pedro Drago partem do Rio de Janeiro com destino ao Mato Grosso;

1865 – Maio. Assinado entre Argentina, Brasil e Uruguai o Tratado da Tríplice Aliança;

1865 – Junho. Invasão paraguaia a São Borja, na província do Rio Grande do Sul; vitória da esquadra imperial (cerca de 40 navios) na Batalha do Riachuelo e destruição da marinha paraguaia;

1865 – Agosto. Batalha do Yataí, derrota das forças do Paraguai e escravização dos prisioneiros de guerras paraguaios;

1865 – Setembro. Rendição das tropas lopistas de Uruguaiana;

1865 – Outubro-novembro. Retorno das tropas paraguaias de Corrientes para o seu território;

- 1865 – Dezembro. Após dois mil quilômetros, as tropas imperiais que partiram do Rio de Janeiro atingem Coxim, no Mato Grosso;
- 1866 – Setembro. Batalha de Curupaiti e derrota das forças aliadas, que ficaram imobilizadas por cerca de doze meses;
- 1867 – Fevereiro. Bartolomé Mitre retorna a Argentina em virtude de problemas internos e passa o comando dos aliados, provisoriamente, à Caxias;
- 1867 – Abril. As forças comandadas pelo coronel imperial Carlos de Morais Camisão atacam o forte paraguaio de Bella Vista;
- 1867 – Maio-Junho. Tentativa frustrada da expedição imperial no Mato Grosso, o que ficou conhecido pelas palavras do Visconde de Taunay como Retirada da Laguna;
- 1867 – Junho. José Vieira Couto de Magalhães, presidente mato-grossense, organizou uma expedição militar para expulsar os paraguaios de Corumbá;
- 1867 – Julho. Retomada momentânea de Corumbá, vila ocupada pelos paraguaios;
- 1868 – Janeiro. Marquês de Caxias assumiu definitivamente o comando das forças aliadas e Mitre retorna a capital argentina para ocupar a presidência, em virtude da morte do vice-presidente Marcos Paz. Nesse período, a maior parte do contingente aliado é Imperial;
- 1868 – Fevereiro. Luque torna-se a segunda capital paraguaia;
- 1868 – Março. Solano López instala o quartel general em San Fernando;
- 1868 – Abril. As últimas tropas paraguaias desocupam o Mato Grosso;
- 1868 – Junho. Eleições na argentina e vitória de Domingos Faustino Sarmiento, que critica a continuidade da guerra;
- 1868 – Julho. O partido conservador assumi o gabinete no Império;
- 1868 – Julho-Agosto. Aliados ocupam a fortaleza de Humaitá;
- 1868 – Novembro. Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Ayacucho, sobre limites territoriais entre os dois países;
- 1868 – Dezembro. Sucessivas vitórias dos aliados em batalhas, que ficaram conhecidas como “dezembrada” (Itororó – 6; Avaí – 11; Lomas Valentinas – 27) e fuga de Solano López;
- 1869 – Abolição da escravatura no Paraguai;

1869 – Janeiro. Ocupação de Assunção pelas forças aliadas sob o comando do coronel Hermes da Fonseca; a partir dessa operação, Caxias considera o fim da guerra e retira-se para Montevidéu;

1869 – Fevereiro. Caxias retorna ao Rio de Janeiro após deixar o comando-em-chefe das forças imperiais;

1869 – Abril. O genro consorte de D. Pedro II, Conde D'Eu assumiu o comando-em-chefe das forças imperiais;

1869 – Agosto. Forças aliadas tomam a capital Peribebeú provisória de Solano López; vitória imperial na batalha de Campo Grande ou Acosta Ñu, onde as forças paraguaias eram compostas de idosos e crianças;

1870 – Março. Morte do presidente Solano López em Cerro Corá;

1870 – Junho. Brasil e Paraguai assinaram tratado preliminar de paz. A área litigiosa, entre os rios Apa e Branco, ficam em definitivo com o Império.

7. ÍNDICE REMISSIVO

- 2º Batalhão de Artilharia a Pé, 95, 127
 África, 58
 Água Fria, 120
 Albuquerque, 47, 48, 50, 52, 56, 75, 76, 81, 86, 89, 92, 93, 94, 97, 99, 132, 135, 151, 155
 Alexandre Albino de Carvalho, 101, 102, 113
 Alexandre de Carvalho, 90, 92
 Alexandre Manuel Albino de Carvalho, 11, 60, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 107, 112, 113, 116, 121, 131, 132, 134, 145, 146
 Alfândega de Albuquerque, 99
 Alfredo d'Escagnolle Taunay, 54
 Alto Peru, 16, 19, 45, 150, 163
 Amaro José dos Santos Barbosa, 43, 134
 Amazonas, 37
 América, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 24, 37, 38, 39, 40, 44, 47, 48, 52, 53, 56, 118, 143, 150, 151, 159, 161, 162
 Juan Antonio Lavalleja, 22, 23, 181
Aquidabán, 78
 Argentina, 2, 7, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 38, 39, 40, 44, 92, 105, 122, 143, 144, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162
 arraial da Forquilha, 45, 150
 Arsenal da Marinha, 99
 Artigas, 20, 21, 29
 Assunção, 20, 26, 28, 29, 31, 32, 36, 37, 43, 53, 77, 78, 79, 92, 97, 98, 99, 105, 109, 117, 129, 134, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 153, 154, 155, 157, 163
 Atanásio Aguirre, 39, 79, 143, 155
 Augusto Alcides Monteiro, 98
 Augusto de Lamare, 38
 Augusto Leverger, 11, 55, 60, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 116, 120, 121, 125, 126, 128, 129, 130, 134, 135, 140, 145, 146, 148, 153
 bacia do Prata, 4, 6, 16, 17, 21, 29, 32, 40, 78, 143
 Balduino José Ferreira de Aguiar, 82, 86
 Baltasar de Cisneros, 18
 Baltasar Hidalgo de Cisneros, 18
 Banda Oriental, 2, 4, 9, 19, 20, 21, 22, 29, 61, 141, 143, 144, 147, 150, 152
 Banda Oriental do Uruguai, 4, 20
 baquios, 113
 barão de Aguapeí, 11, 125
 barão de Vila Maria, 131
 barão do Jacuí, 23
 Bartolomé Mitre, 143
 América Meridional, 6, 40
 Ana Luiza Setti Reckziegel, 12
 Andrés Herreros, 75, 154
 Anhambá, 82, 83, 85, 86, 96, 99, 100, 101, 109, 116, 132, 134, 145
 Antônio Augusto Conrado, 85
 Antônio Corrêa da Costa, 63, 64
 Antônio d'Alencastro, 10
 Antônio de Alencastro, 64, 65
 Antônio de Cerqueira Caldas, 92, 93, 120
 Antônio dos Santos, 107
 Antônio João, 72, 73, 74, 75, 105, 106, 162
 Antônio José da Costa, 93
 Antônio José da Silva, 10, 65
 Antônio Maria Coelho, 125, 126
 Antônio Pedro de Alencastro, 10, 55, 64, 74
 Antônio Pires de Campos, 56
 Antônio Ribeiro, 74
 Juan Manuel de Rosas, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 45, 155, 163, 164, 181
 batalha de Guayabos, 20, 152
 batalha de Taquembó, 20
 Bela Vista, 78
 Bella Vista, 122, 156
 Benedicto Vianna, 98
 Benedito de Faria, 85
 Benedito Jorge de Faria, 81
 Benigno López, 31
 Benjamim Ferreira Flores, 140
 Bernardo Berro, 38, 39, 143, 154
 Bernardo de Velazco, 27
 Bernardo Pereira de Vasconcelos, 37
 Bolívia, 3, 5, 37, 65, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 141, 145, 155, 157, 163
 bororos, 56
 Brasil, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 65, 72, 77, 78, 79, 84, 91, 92, 97, 105, 114, 116, 117, 119, 126, 129, 130, 131, 134, 136, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163
 Brasil Império, 3, 4, 5, 77, 129, 134
 Buarque de Holanda, 44
 Buenos Aires, 4, 7, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 41, 42, 43, 89, 92, 97, 112, 131, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 152, 153, 155, 161, 162
 Cabichuí, 118
Cabildo, 18, 28
 cabo Acosta, 76

Cacique Aquidauana, 112
 Caio Prado Júnior, 44
 Camila Cremonese, 72, 73
Campanha do Deserto, 24, 152
 Campos do Alvarez, 25
 Carl von Clausewitz, 14
 Carlos Antônio López, 20, 29, 30, 31, 34, 39, 92, 129, 130, 148, 154
 Carlos Augusto de Oliveira, 89, 94, 95, 96, 99, 112, 131, 132
 Carlos Camisão, 122
 Carlos de Moraes Camisão, 122, 123, 124, 156
 Carlos de Oliveira, 94, 95, 96, 112, 131
 Carlos Guilherme Motta, 8
 Carlos López, 30
 Casalvases, 120
 Castro Menezes, 81, 96, 100
 Cavassa, 97, 98, 99
 Caxias, 97, 118, 156, 157
 Celso Furtado, 55
 Cerrito, 22
 Cerro León, 77, 105, 155
 Chaco, 26, 112
 Chiavenato, 7, 8
 Chiquitos, 116, 117, 120, 145, 155
 Chiquitos e Guarayos, 119
 Cisneros, 18
 Clausewitz, 14
 Coimbra, 2, 11, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 112, 113, 116, 120, 131, 132, 133, 136, 146, 158
 Colônia de Miranda, 74, 135
 Colônia de Sacramento, 19, 150
 Colônia Militar de Miranda, 74, 106, 136, 154, 155
 Colônia Militar dos Dourados, 73, 74, 105
 Comando Local das Armas da Província, 94
 Companhia Brasileira de Vapores, 77
 Companhia Mate Laranjeira, 43
 Concepción, 72, 76, 78, 135, 136
 conde de Porto Alegre, 25
 Confederação Argentina, 23, 25
 Congresso de Tucumán, 18, 152
 Conselho Supremo Militar de Guerra, 91
 Conselho Ultramarino, 45, 150
 Conselhos de Investigação, 91
 Constâncio de Tal, 98
 coronel Barríos, 81, 94, 109
 Corpo da Artilharia, 131
 Corpo de Artilharia, 90, 91
 Corpo de Caçadores a Cavalos, 123
 Corpo de Voluntários da Pátria, 102
 Corrientes, 25, 29, 80, 100, 138, 144, 147, 155, 156, 161
 Corumbá, 3, 51, 66, 75, 76, 77, 84, 85, 86, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 109, 112, 115, 116, 117, 119, 120, 125, 126, 131, 132, 134, 135, 142, 145, 147, 155, 156, 162, 163
 corveta Niterói, 131
 Couto de Magalhães, 125, 126, 128
 Coxim, 75, 78, 103, 105, 106, 121, 155, 156
 Coxipó da Ponte, 100
 Cuiabá, 38, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 74, 75, 76, 77, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 136, 140, 145, 146, 147, 148, 150, 158, 159, 161, 162, 163
 Diogo de Souza, 19
 Diogo Feijó, 62, 65
 Dionísio Cerqueira, 5
 Distrito Militar, 74, 81, 146
 Distrito Militar de Vila Miranda, 74
 Distrito Militar do Baixo Paraguai, 74
Ditador Perpétuo, 27, 28, 152
 Divisão do Norte, 75
 Domingo Pomiés, 116
 Doratioto, 8, 101, 133, 138
 Dourados, 10, 43, 53, 54, 72, 73, 74, 75, 80, 101, 105, 106, 113, 120, 135, 136, 154, 155, 158, 159
 doutor Francia, 28
 dr. Francia, 27, 28, 29, 30
 Duarte da Ponte Ribeiro, 11, 129, 148
 Duarte Ribeiro, 129
 duque de Caxias, 23
 Edward Thornton, 8
 Efraim Cardozo, 79
 Efraím Cardozo, 137
 El Semanário, 78, 79, 80
El Supremo dictador, 29
Eldorado, 45, 54, 158
 Elisa Lynch, 32
 Emboteteu, 50
 Entre Rios, 25, 144, 153
 Entre Ríos, 23, 29, 147
 Equador, 37, 61
 Eric Hobsbawm, 61
 Espanha, 16, 17, 27, 32, 53, 144, 150, 151
 Estado Oriental, 23, 80, 131
estancias de la patria, 28
 Estevão Ribeiro de Rezende, 10, 58, 59, 60
 estreito de São Francisco, 49, 50
 Fecho dos Morros, 49, 81, 153
 Felipe José Pereira Leal, 36, 144, 153
 Felipe Lopez Netto, 119
 Felisberto de Tal, 98
 Fernando 7º, 17, 18, 19, 151
 Ferreira Moutinho, 115
 Filipe José Nogueira Coelho, 59
 Firmo José de Mattos, 109
 Flamarion Barreto Lima, 138
forquilha, 45

forte de Coimbra, 2, 11, 47, 49, 51, 52, 53, 56, 58, 76, 80, 81, 82, 84, 87, 89, 95, 112, 114, 131, 133, 135, 142, 151, 155, 162
 forte de Miranda, 51, 67, 68, 69, 70, 113, 151
 Fortunato José Machado, 98
 França, 11, 16, 32, 151, 153
 Franciane Mainara de Miranda, 13
 Francisco Cândido de Castro Menezes, 82, 85, 86, 100, 132, 134
 Francisco Cândido Menezes, 134
 Francisco Castro de Menezes, 101
 Francisco Isidoro, 75, 77, 89, 105, 155
 Francisco Isidoro Resquín, 75, 77, 105, 155
 Francisco Javier Bogarín, 28
 Francisco José Furtado, 113
 Francisco Leite, 98
 Francisco Liberato de Mattos, 11, 42
 Francisco Lopes, 69
 Francisco Monteoliva Doratioto, 8
 Francisco Nunes da Cunha, 74
 Francisco Paes Rodrigues, 98
 Francisco Pizarro, 44, 150
 Francisco Resquín, 11, 76, 78, 89
 Francisco Solano López, 5, 8, 30, 31, 75, 78, 79, 92, 109, 119, 122, 135, 142, 143, 148, 154, 155
 Frederico Carneiro de Campos, 77
 Frutuoso Rivera, 22, 152, 153
 General Garzón, 23
 George Thompson, 78, 81, 88, 131, 139
 Goes e Vasconcelos, 42
 guaicurus, 26, 53, 57, 112, 113, 131
 Guairá, 45
 Guanás, 57
 guaranis, 20, 26, 27, 41, 112
 Guarda Nacional, 11, 60, 63, 66, 101, 103, 104, 152
 guaycurus, 56
 Guerra Cisplatina, 61, 152
 Guerra Contra Oribe e Rosas, 9
 Guerra da Cisplatina, 6, 15, 21, 162
 Guerra da Tríplice Aliança, 1, 4, 10, 11, 43, 53, 66, 75, 77, 84, 92, 105, 112, 115, 137, 139, 142, 143, 144, 161, 162
 Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai., 31
 Guerra Fria, 7
 Guerra Grande, 22, 116, 153, 163
 Guerras Napoleônicas, 14, 16
 guia Lopes, 70
 Guia Lopes, 123
 Gustavo Aguillar Pantoja, 65
 Herculano Ferreira Penna, 11, 94
 Herculano Pena, 130
 Hermenegildo Portocarrero, 81, 82, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 114, 146
 Honório Hermeto Carneiro Leão, 23
 Hortêncio Augusto de Seixas Coutinho, 126
 Hortêncio Coutinho, 126
 Humaitá, 37, 53, 99, 142, 157
 Império, 4, 8, 9, 10, 15, 21, 23, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 53, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 77, 78, 91, 92, 93, 104, 105, 113, 119, 120, 121, 129, 130, 131, 133, 134, 138, 139, 140, 143, 145, 150, 153, 154, 157, 159, 161, 162, 163
 Inácio Passos, 50
Independencia, 27, 78
 Inglaterra, 7, 8, 16, 21, 26, 32, 151, 153, 154
 Iporá, 75, 100, 101
 Isidoro Resquín, 75, 106, 155
 Itapirú, 124
 Itu, 54
 J. J. Chiavenato, 7
 Jacob Gorender, 59
 Jauru, 81, 85, 86, 100, 145
 João Antônio Pimenta Bueno, 63
 João Batista de Oliveira, 11, 92, 124, 125, 126
 João Caetano Teixeira Muzzi, 113
 João José Gomes, 70
 João Leandro, 98
 João Leme do Prado, 67
João Roberto, 109, 116
 Joaquim Ferreira Moutinho, 115
 Joaquim José de Oliveira, 10, 59
 Joaquim José Gomes da Silva, 131, 132, 140, 146
 Joaquim Moutinho, 126, 127, 128
 John Keegan, 14, 49
 John Lynch, 25, 26
 Jorge Maia, 75
 José Acosta, 76
 José Antônio Acosta, 11, 76, 84, 114
 José Antônio da Fonseca Galvão, 134, 135
 José Antônio Dias da Silva, 114
 José Antônio Pimenta Bueno, 10, 57, 63, 65, 120
 José Antônio Saraiva, 39, 40, 60, 90, 91, 92, 97, 109, 116, 131, 140, 144, 155
 José Artigas, 20, 29, 152, 153
 José Couto de Magalhães, 119
 José da Silva Paranhos, 34, 92, 139
 José de San Martín, 19
 José Francisco Lopes, 69, 123, 124
 José Gaspar de Francia, 7, 9, 20, 27, 28, 29, 66, 152
 José Gervásio Artigas, 19
 José Manoel de Campos, 98
 José Maria da Silva Paranhos, 11, 23, 38, 42, 105, 130, 140, 147
 José Maurício de Velasco Molina, 72
 José Palácios, 30
 José Rufino, 106
 José Saturnino da Costa, 68
 José Thomaz Nabuco de Araújo, 104
 José Tomás Gonçalves, 104, 114, 122, 123, 124
 José Urquiza, 23
 José Vasquez Sagastume, 40

José Vieira Couto de Magalhães, 119, 122, 123, 124, 125, 128, 147, 156
 Juan Antonio Lavalleja, 21, 22
 Juan Centurión, 84
 Juan Crisóstomo Centurión, 78
 Juan Emiliano O'Leary, 139
 Juan Manuel de Rosas, 25, 145
 Juana Carrillo, 30
 Júlio Cesar Chaves, 139
 Júlio José Chiavenato, 7
 Justo José Urquiza, 23, 147
 kadiwéus, 113
 Karl Marx, 15
 kinikinaus, 113
 Laguna, 44, 70, 106, 108, 111, 113, 114, 121, 122, 124, 156
 laianas, 113
 Lavalleja, 22
 Lázaro de la Ribera, 53
 Lázaro de la Ribera y Espinoza, 53
 Lécio Gomes de Souza, 75
 Leon Pomer, 6
 Leslie Bethell, 8
 Lima, 23, 25, 27, 38, 62, 153
 Lisboa, 47, 144, 151
 López, 29, 30, 31, 42, 78, 80, 108, 109, 111, 117, 129, 135, 136, 137, 139, 140, 141
 Louis Schneider, 92, 105
 Luís Alves de Lima e Silva, 23
 Luís de Albuquerque, 47, 48, 49, 50
 Luís de Albuquerque Melo Cáceres, 47
 Maciel Monteiro, 33, 34
 Manoel Cavassa, 95, 96, 97, 98
 Manoel Marquez de Souza, 25
 Manoel Oribe, 145
 Manuel Belgrano, 27, 152
 Manuel Luis da Silva Santos, 77
 Manuel Mariano Melgarejo, 117
 Manuel Martínez, 105
 Manuel Oribe, 22, 23, 24, 25, 153
 Manuel Pedro Drago, 121, 156
 Manuel Rosas, 22
 Marcelino Rodrigues de Campos, 50
 Marcos Jovino Asturian, 12
 Maria do Carmo Brazil, 47
 Mariano Melgarejo, 119
 Mário Maestri, 12, 21, 32, 62, 137, 148
Mariscal, 5, 78, 79, 80, 118, 136, 137, 139, 142, 143, 145
Mariscal López, 5, 78, 145
 Marlei Fernandes, 13
 Marquês de Olinda, 77, 79, 130, 143, 155
 Martín Urbietta, 105, 106, 135, 136, 141, 155
 Martinho José Ribeiro, 124
 Mathias Ribeiro, 48, 50
 Mathias Ribeiro da Costa, 48
 Mato Grosso, 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163
 Mbayá-Guaicuru, 112
 mbayás, 114
 Melchora Insfrán, 29
 Melgaço, 11, 90, 91, 92, 93, 103
 Melgarejo, 120
 Miguel Cirilo López, 29
 Milcíades Peña, 7, 17
 Minas Gerais, 54, 60, 68, 71, 121, 152, 158
 Miranda, 1, 10, 48, 50, 51, 67, 70, 74, 78, 84, 97, 105, 112, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 124, 132, 151
 Missão Saraiva, 38, 39
 Mitre, 7, 23, 39, 77, 143, 147, 148, 154, 156, 162
Monções, 44, 54, 56, 158
 Moniz Bandeira, 42, 44
 Monte Caseros, 25, 30, 153
 Montevideu, 8, 19, 20, 22, 23, 39, 40, 42, 77, 137, 138, 139, 144, 150, 152, 157
 Morro Azul, 113
 Moutinho, 128
 Napoleão, 5, 18, 19, 32, 140, 151
 Nicola Canale, 98
 Nioaque, 70, 74, 78, 97, 105, 106, 110, 120, 122, 123, 124
 Noite das Garrafadas, 61
 Nossa Senhora da Conceição, 49, 99
 Nova Granada, 37
 Novo Mundo, 26, 44, 56
Nuestra Señora de la Asunción, 26
 Pablo Garay, 75
 Pandiá Calógeras, 25, 138
 Pantanal, 45, 53, 56, 57, 60, 66, 67, 70, 71, 75, 106, 114, 122, 135, 140, 141, 159, 160
 Paraguai, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 66, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 118, 120, 122, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163
Paraguari, 78
 Paraná, 11, 24, 37, 40, 41, 42, 45, 74, 112, 113, 135, 145
 parrudos, 56

Pascoal Moreira Cabral, 45, 150
 Passo da Pátria, 124
 Patagônia, 24, 152
 Paulo Esselin, 67, 140
 Paulo Joaquim Ferreira, 56
 Paulo Marcos Esselin, 12, 57, 140
 Paunero, 23
 Pedro de Alcântara, 61
 Pedro de la Peña, 30, 31
 Pedro de Mendoza, 16
 Pedro Ferreira, 32, 36, 37, 145, 148, 154
 Pedro I, 9, 61, 63, 152, 153
 Pedro II, 5, 7, 8, 32, 37, 38, 39, 79, 91, 93, 111, 119, 131, 132, 140, 144, 146, 153, 154, 157
 Pedro José Rufino, 106
 Pedro Pereyra, 10, 72, 135, 154
 Peru, 16, 17, 37, 120, 150
 Pomer, 7, 8
 Portocarrero, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 114, 146
 Portugal, 16, 20, 44, 46, 47, 53, 150, 151, 152, 158
 Poupino Caldas, 64, 65
 Príncipe da Beira, 48, 151
 província da Cisplatina, 9, 20, 24, 152
 Províncias Unidas do Rio da Prata, 18
 Quincy Wright, 15
Ranger, 101
 Raul Silveira de Mello, 105, 133
 Real Colégio Seminário de San Carlos, 30
 República Oriental, 24, 40, 79, 92, 105, 138, 152
 Resquín, 78, 106
 Retirada de Laguna, 11
 Revolução de Maio, 2, 9, 16, 19, 27, 151
 Revolução Industrial, 45
 ribeirão da Piraputanga, 59
 Ricardo Franco, 49, 52, 53
 Ricardo Franco de Almeida, 49, 52, 53
 Ricardo Salles, 8
 rio Apa, 4, 34, 53, 76, 105, 106, 112, 122, 130
 Rio Apa, 100, 105
Río Blanco, 78
 rio Branco, 4, 34, 45, 160
 Rio Branco, 42, 78, 79, 80, 92, 100, 105, 112, 135, 136, 137, 140, 147
 rio Coxipó, 45, 150
 rio da Prata, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 37, 38, 151, 153
 Rio de Janeiro, 4, 5, 6, 11, 21, 23, 28, 32, 33, 37, 40, 41, 44, 45, 49, 50, 56, 58, 60, 61, 62, 65, 69, 72, 75, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 140, 142, 145, 146, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163
 Rio Grande do Sul, 19, 20, 22, 24, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 79, 109, 138, 153, 156, 160
 rio Miranda, 67, 74, 124
 rio Negro, 22, 24
 rio Paraguai, 26, 48, 110, 129
 rio Tietê, 54
 Rivera, 22
 Roberto Ares Pons, 27
 Roque Gonzáles, 30
Rosario, 78
 Rosas, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 37, 38, 42, 92, 152, 153
 Rusga, 9, 10, 63, 64, 65, 66, 67, 97, 104, 127, 144, 153, 163
 Santa Catarina, 40, 41, 44
 Santa Cruz de la Sierra, 117
 Santana, 49, 69, 106
 Santiago de Chiquitos, 117
 Santiago Liniers, 18
 Santo Antônio, 54, 120
 Santo Coração, 116, 117
Santo Corazón, 116
 São Gonçalo, 49
 São Lourenço, 58, 75, 100, 101, 103, 106
 São Paulo, 4, 5, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 32, 36, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 78, 94, 106, 115, 120, 135, 138, 158, 159, 160, 161, 162, 163
 São Tiago, 49
 Sará, 100, 101
 Saraiva, 39, 40, 54, 98, 107, 131, 144, 145, 158
 Sarmiento, 23, 156
 Sávio da Cunha Domingos, 55
 Sérgio Buarque de Holanda, 44, 54
 Simon Bolívar, 19
Sociedad Progresista de Bolívia, 116
 Sociedade dos Zelosos da Independência, 63
 Sociedade Filantrópica, 63, 64
 Solano López, 2, 6, 8, 31, 32, 42, 77, 78, 79, 80, 95, 98, 99, 105, 109, 118, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 148, 155, 156, 157
 sul-rio-grandense, 23
 sul-rio-grandenses, 19, 22, 38, 39
 Sun Tzu, 14, 72
Tacuari, 27
 Taquari, 77, 106
Taquarí, 78
 Tasso Fragoso, 6, 84, 138, 139, 161
 tenente Pereyra, 74
 tenente-coronel Portocarrero, 82, 89, 90, 91
 terenas, 57, 58, 112, 113, 114
 Tomás Laranjeira, 43
 Tonelero, 25
 Tordesilhas, 44, 46, 150
 Tratado de Ayacucho, 120, 157
 Tratado de El Pardo, 47, 151
 Tratado de Madri, 47, 144, 150
 Tuití, 124
 Txané-Guaná, 112
 Uberaba, 121

União Ibérica, 16, 45, 150
Urquiza, 23, 25, 139, 153
Uruguai, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25,
33, 37, 38, 39, 40, 44, 61, 77, 92, 105, 110,
126, 139, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154,
155, 156, 160, 162
Uruguiana, 30, 124, 148, 156, 160
Vacaria, 69, 120
Vapor Ipora, 88
vapor Salto Guayrá, 87
Venâncio Flores, 7, 38, 39, 143, 154, 155
Venâncio López, 135
Venezuela, 37
Vicente Barríos, 76, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 94,
95, 106, 109, 116, 155
vice-reino do Peru, 17, 150
vice-reino do Prata, 19, 22, 25, 50, 143, 152
vice-reino do rio da Prata, 9, 38
Vila Bela, 48, 119, 151
vila de Miranda, 75, 151
Vila Maria, 74, 132, 140, 146
Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 45
Virgílio Correa, 108
Visconde de Rio Branco, 38
Visconde de Taunay, 70, 114, 156
Wilma Peres Costa, 22, 38
Xerez, 45
Ygurey, 78
Yporá, 78
Zacarias de Góes e Vasconcellos, 11, 41, 42